



## **PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Companhia vem propor a V. Sas. o seguinte:

- 1- aprovação e autorização para a celebração do Protocolo de Incorporação e Justificação, com a Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom, de modo a determinar os termos e condições que deverão reger a incorporação da CemigTelecom por esta Companhia;
- 2- ratificação, haja vista tratar-se de incorporação de subsidiária integral, da nomeação dos 3 (três) peritos, Srs. Flávio de Almeida Araújo, CRC/MG 86.861, Francisco do Couto, CRC/MG 58.343, e Leonardo George de Magalhães, CRC/MG 53.140, para avaliação, nos termos e para os efeitos do artigo 8º da Lei 6.404/1976, do Patrimônio Líquido da CemigTelecom;
- 3- aprovação do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da CemigTelecom, a valores contábeis, elaborado por 3 (três) peritos, nos termos e para os efeitos do artigo 8º da Lei 6.404/1976;
- 4- autorização para a incorporação da CemigTelecom pela Cemig e, após, a sua consequente extinção;
- 5- autorização para a sucessão da CemigTelecom pela Cemig, em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito;
- 6- autorização para a transferência para a Cemig, por incorporação, de todos os estabelecimentos, bens corpóreos e incorpóreos, estoques, imóveis, créditos, ativos, direitos, empregados, participações societárias, contratos, obrigações, passivos, livros e notas fiscais, controles, registros, contabilidade, documentos, sistemas e informações da CemigTelecom, inclusive as ações da Ativas Data Center S.A.- Ativas, que representam 19,6% do capital social total da Ativas e os contratos relacionados a esta participação acionária.

As matérias objeto desta Assembleia Geral refletem o Protocolo de Incorporação e Justificação acima citado.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pelos senhores acionistas.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2018.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Hermes Jorge Chipp

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

José Pais Rangel

Antônio Dirceu Araújo Xavier

Marcelo Gasparino da Silva

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco

Arlindo Magno de Oliveira

Nelson José Hubner Moreira

Carlos Eduardo Lessa Brandão

Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes

Daniel Alves Ferreira

## **ANEXOS**

ANEXO I - Anexo 20-A da Instrução CVM 481/2009

ANEXO II - Anexo 21 da Instrução CVM 481/2009

ANEXO III - Protocolo de Incorporação e Justificação

ANEXO IV – Parecer do Conselho Fiscal

ANEXO V - Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da CemigTelecom

ANEXO VI - Demonstrações Financeiras 2016 - Cemig

ANEXO VII - 3º ITR 2017 – Cemig

ANEXO VIII - Demonstrações Financeiras 2016 - CemigTelecom

ANEXO IX - 3º ITR 2017 – CemigTelecom

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG**  
CNPJ/MF nº 17.155.730/0001-64 | NIRE nº 31300040127

**ANEXO I À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INFORMAÇÕES SOBRE A INCORPORAÇÃO**  
**(CONFORME ANEXO 20-A DA INSTRUÇÃO CVM 481)**

**1. Protocolo e justificção da operação, nos termos dos arts. 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 1976**

O protocolo e justificção de incorporação da CEMIG Telecomunicações S.A. – CEMIGTELECOM (“CEMIG Telecom”) pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia” ou “CEMIG”), (“Protocolo e Justificção”), encontra-se no **Anexo III** à Proposta da Administração.

**2. Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte**

Não há.

**3. Descrição da operação, incluindo:**

**a. Termos e condições**

A operação compreenderá a incorporação, pela CEMIG, de sua subsidiária integral CEMIG Telecom, pelo valor patrimonial contábil da CEMIG Telecom, com a consequente extinção da CEMIG Telecom e sucessão, pela CEMIG, em todos os bens, direitos e obrigações da CEMIG Telecom (“Incorporação”). A totalidade das ações representativas do capital social da CEMIG Telecom, que são de titularidade da CEMIG, será extinta, conforme previsto no artigo 226, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Incorporação não resultará em aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da CEMIG, na medida em que o patrimônio líquido da CEMIG Telecom já está integralmente refletido no patrimônio líquido da CEMIG, em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Pretende-se que a efetivação da Incorporação não produza efeitos antes de 31 de março de 2018, bem como antes da realização dos seguintes atos:

(i) realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures da CEMIG Telecom (“AGD”), a ser convocada para realização até 16 de março de 2018, tendo por ordem do dia, dentre outras matérias, a aprovação da Incorporação e de suas consequências pelos debenturistas;

(ii) asseguração, nos termos do artigo 231, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, aos debenturistas da CEMIG Telecom dissidentes ou ausentes da AGD, durante o prazo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das Assembleias Gerais relativas à Incorporação, do resgate das debêntures de que forem titulares;

(iii) Assembleia Geral da CEMIG Telecom com a (a) aprovação da celebração do Protocolo e Justificação; e (b) aprovação da Incorporação, dentre outras matérias;

(iv) Assembleia Geral da CEMIG com a (a) aprovação da celebração do Protocolo e Justificação; (b) ratificação da nomeação dos peritos (b.i) Flávio de Almeida Araújo, contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais (“CRC/MG”) sob o nº 86.861; (b.ii) Francisco do Couto, contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 58.343; e (b.iii) Leonardo George de Magalhães, contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 53.140; como responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação a valor contábil do patrimônio líquido da CEMIG Telecom, para a incorporação da CEMIG Telecom pela Companhia (“Laudo de Avaliação”); (c) aprovação do Laudo de Avaliação; (d) aprovação da Incorporação e, após, a sua consequente extinção; (e) autorização da sucessão da CemigTelecom pela Cemig, em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito; e (f) autorização para a transferência para a Cemig, por incorporação, de todos os estabelecimentos, bens corpóreos e incorpóreos, estoques, imóveis, créditos, ativos, direitos, empregados, participações societárias, contratos, obrigações, passivos, livros e notas fiscais, controles, registros, contabilidade, documentos, sistemas e informações da CemigTelecom, inclusive as ações da Ativas Data Center S.A.- Ativas, que representam 19,6% do capital social total da Ativas e os contratos relacionados a esta participação acionária.

**b. Obrigações de indenizar: (i) os administradores de qualquer das companhias envolvidas; (ii) caso a operação não se concretize**

Não há.

**c. Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes, antes e depois da operação**

Depois da Incorporação continuarão a existir apenas as ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da CEMIG então existentes, as quais preservarão os mesmos direitos e vantagens, quais sejam, nesta data:

<b>Ações Ordinárias</b>	
<b>Direito a dividendos:</b>	As ações ordinárias concorrerão em iguais condições com as ações preferenciais na distribuição de bonificações. O Estado de Minas Gerais assegurará um dividendo mínimo de 6% ao ano às ações do capital da Companhia emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas.
<b>Direito a voto:</b>	Pleno.
<b>Descrição do voto restrito:</b>	Não aplicável.
<b>Conversibilidade:</b>	Não.
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social:</b>	Não aplicável.
<b>Direito a reembolso de capital:</b>	Sim.
<b>Descrição das características do reembolso de capital:</b>	As ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações.
<b>Restrição a circulação:</b>	Não.
<b>Descrição da restrição:</b>	Não aplicável.
<b>Resgatável:</b>	Não.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:</b>	De acordo com o artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para subscrever ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes:</b>	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

<b>Ações Preferenciais</b>	
<b>Direito a dividendos:</b>	Dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (a) 10% calculado sobre seu valor nominal; ou (b) 3% do valor do patrimônio líquido das ações. As ações ordinárias concorrerão em iguais condições com as ações preferenciais na distribuição de bonificações. O Estado de

	Minas Gerais assegurará um dividendo mínimo de 6% ao ano às ações do capital da Companhia emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particular, nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas.
<b>Direito a voto:</b>	Restrito.
<b>Descrição do voto restrito:</b>	O direito de voto será reservado, exclusivamente, às ações ordinárias e cada ação terá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.
<b>Conversibilidade:</b>	Não.
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social:</b>	Não aplicável.
<b>Direito a reembolso de capital:</b>	Sim.
<b>Descrição das características do reembolso de capital:</b>	As ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações.
<b>Restrição a circulação:</b>	Não.
<b>Descrição da restrição:</b>	Não aplicável.
<b>Resgatável:</b>	Não.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:</b>	De acordo com o artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para subscrever ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição; (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes:</b>	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

As ações de emissão da CEMIG Telecom, todas de propriedade da CEMIG, serão canceladas com a Incorporação. Como não há, portanto, a entrega de ações da CEMIG a acionistas da CEMIG Telecom, a comparação dos direitos e vantagens das ações de ambas as companhias se torna irrelevante.

#### **d. Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores**

Em relação à CEMIG, não há.

Com relação à CEMIG Telecom, a Incorporação será submetida à aprovação da AGD, que deverá manifestar se é favorável ou não à Incorporação. Ficará assegurado aos debenturistas da CEMIG Telecom dissidentes ou ausentes da AGD, durante o prazo de 6 meses contados da data da publicação das atas das Assembleias Gerais relativas à Incorporação, o resgate das debêntures de que forem titulares, nos termos do artigo 231, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

**e. Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão**

Não aplicável.

**f. Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários**

Não aplicável.

**4. Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover**

Após a consumação da Incorporação, a CEMIG continuará a se dedicar às atividades abrangidas pelo seu objeto social, mantendo-se o seu registro de companhia aberta e sendo sucessora de direitos e obrigações da CEMIG Telecom.

**5. Análise dos seguintes aspectos da operação:**

**a. Descrição dos principais benefícios esperados, incluindo:**

**i. Sinergias**

Busca-se, com a Incorporação, proporcionar ganhos com a otimização de ativos e aproveitamento de sinergias e reduzir custos financeiros, operacionais e administrativos, por meio da concentração das estruturas atualmente existentes, o que aumentará os meios para o aproveitamento dos recursos disponíveis pela CEMIG.

**ii. Benefícios Fiscais**

A administração da Companhia não vislumbra benefícios fiscais oriundos da Incorporação.



### **iii. Vantagens Estratégicas**

Dentre as vantagens estratégicas inerentes à Incorporação, destaca-se a simplificação da estrutura societária atual e o aumento dos meios para o aproveitamento dos recursos disponíveis pela CEMIG.

#### **b. Custos**

As administrações das companhias estimam que não haverá custos adicionais com realização da Incorporação. A empresa incorporada é, hoje, subsidiária integral e todos os seus custos já são consolidados integralmente pela Cemig.

#### **c. Fatores de Risco**

Busca-se, com a Incorporação, integrar os negócios das companhias e aproveitar ainda mais as sinergias obtidas com a operação de combinação de negócios entre a CEMIG e a CEMIG Telecom. Esse processo de integração pode resultar em dificuldades de natureza operacional, regulatória, comercial, financeira e contratual, o que pode fazer com que não se consiga aproveitar as sinergias esperadas, ou implicar em perdas ou despesas não previstas.

#### **d. Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas**

Não se vislumbra estrutura alternativa à Incorporação que pudesse resultar na simplificação e integração dos negócios de ambas as companhias, com a extinção de uma das pessoas jurídicas, e sua sucessão pela outra, como se pretende. A análise também perde a sua relevância por se tratar de incorporação de subsidiária integral.

#### **e. Relação de substituição**

Não aplicável, tendo em vista que a CEMIG Telecom é subsidiária integral da CEMIG e que, portanto, a Incorporação não resultará em aumento do patrimônio líquido da CEMIG.

**f. Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum: (i) Relação de substituição de ações calculada de acordo com o art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976; (ii) Descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação; (iii) Caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle: (a) Análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle; e (b) Razões que justificam eventuais diferenças**

**de avaliação nas diferentes operações; e (iv) Justificativa de por que a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada**

A CEMIG é titular de 100% das ações representativas do capital social da CEMIG Telecom, de modo que a operação não resulta em aumento de capital da CEMIG, ou em alteração de participação dos seus acionistas. Não há, portanto, que se falar em relação de substituição.

**6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes**

O Parecer do Conselho Fiscal da CEMIG encontra-se no **Anexo IV** à Proposta da Administração.

**7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação**

O Laudo de Avaliação encontra-se no **Anexo V** à Proposta da Administração.

**7.1. Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação**

Não há.

**8. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação**

Não estão sendo propostas alterações estatutárias na CEMIG, que será a sucessora da CEMIG Telecom.

**9. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica**

Nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, conforme alterada (“**Instrução CVM 565**”), foram divulgadas:

- (i) as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016 da CEMIG (que compõem o **Anexo VI** à Proposta da Administração);

- (ii) as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2017 da CEMIG (que compõem o **Anexo VII** à Proposta da Administração);
- (iii) as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016 da CEMIG Telecom (que compõem o **Anexo VIII** à Proposta da Administração); e
- (iv) as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2017 da CEMIG Telecom (que compõem o **Anexo IX** à Proposta da Administração).

A avaliação do patrimônio líquido contábil da CEMIG Telecom, consubstanciada no Laudo de Avaliação, tomou como base o balanço patrimonial da CEMIG Telecom com data-base de 30 de novembro de 2017, o qual compõe o Anexo I ao Laudo de Avaliação.

Visando assegurar a adequação dos valores contábeis dos elementos ativos e passivos que compõem o balanço patrimonial da CEMIG Telecom, em 30 de novembro de 2017, foram adotados, no Laudo de Avaliação, os seguintes procedimentos:

- Leitura das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016 da CEMIG Telecom (que compõem o **Anexo VIII** à Proposta da Administração);
- Leitura do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 6 de abril de 2017, sem ressalva em relação ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2016;
- Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2017 da CEMIG Telecom (que compõem o **Anexo IX** à Proposta da Administração), acompanhado do Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais, emitido em 10 de novembro de 2017 pela Ernst & Young Auditores Independentes, sem ressalva; e
- Revisão analítica de movimentação dos saldos de ativo e passivo no período de setembro de 2017 a 30 de novembro de 2017.

#### **10. Demonstrações financeiras pro forma elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica**

Considerando que a CEMIG Telecom é subsidiária integral da CEMIG, consolidada nos resultados da CEMIG, são apresentadas as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2017, da CEMIG, consolidadas e auditadas (que compõem o **Anexo VII** à Proposta da Administração), em cumprimento à exigência do artigo 7º da Instrução da CVM 565, de 15 de junho de 2015, conforme alterada.

**11. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas que não sejam companhias abertas, incluindo: a. Fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 e 4.2 do formulário de referência; b. Descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação, nos termos do item 5.4 do formulário de**

referência; c. Descrição de suas atividades, nos termos dos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 do formulário de referência; d. Descrição do grupo econômico, nos termos do item 15 do formulário de referência; e. Descrição do capital social, nos termos do item 17.1 do formulário de referência

Não aplicável.

## 12. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 15 do formulário de referência

Itens 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência da CEMIG:

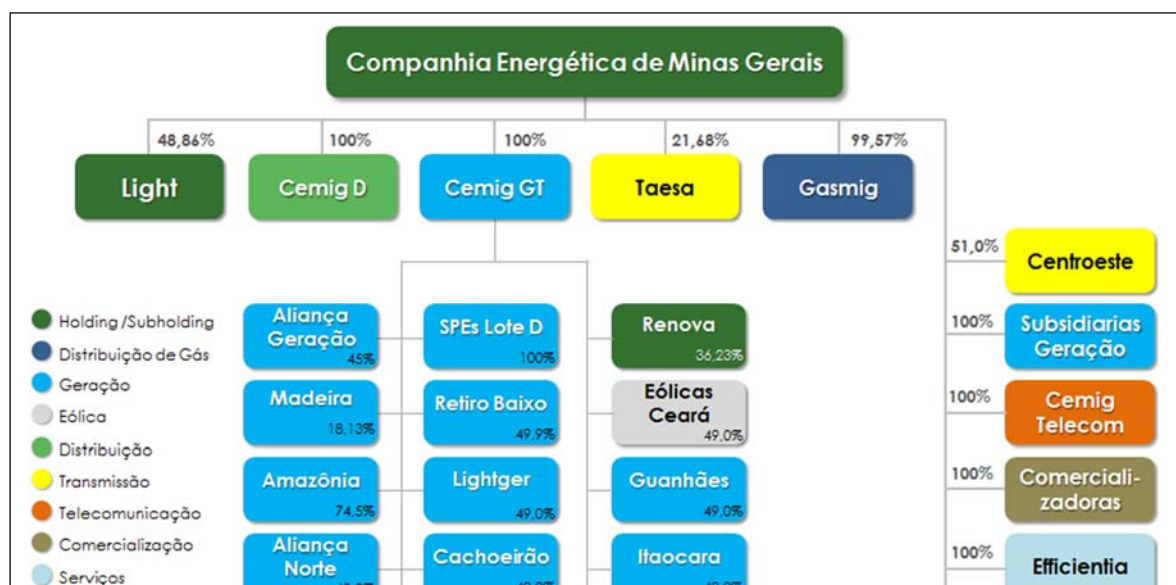
Não sofrem alteração em decorrência da operação que se pretende aprovar.

Item 15.3 do Formulário de Referência da CEMIG:

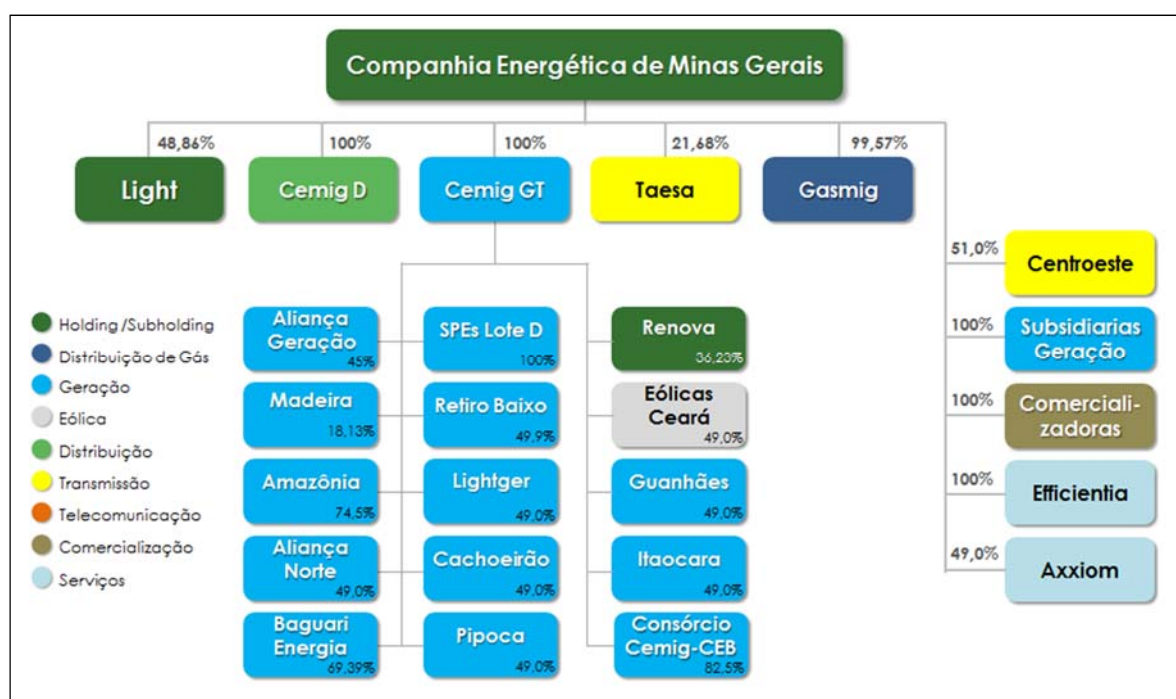
Não sofrem alteração em decorrência da operação que se pretende aprovar.

Item 15.4 do Formulário de Referência da CEMIG:

- Organograma antes da operação:



- Organograma após operação:



Itens 15.5, 15.6, 15.7 e 15.8 do Formulário de Referência da CEMIG:

Não sofrem alteração em decorrência da operação que se pretende aprovar.

**13. Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação detidos por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas**

**vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações**

A CEMIG é a titular, nesta data, de 448.340.822 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, trezentas e quarenta mil e oitocentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da CEMIG Telecom.

**14. Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação**

Não aplicável.

**15. Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:**

**a. Sociedades envolvidas na Operação:**

**i. Operações de compra privadas**

Não há.

**ii. Operações de venda privadas**

Não há.

**iii. Operações de compra em mercados regulamentados**

Não há.

**iv. Operações de venda em mercados regulamentados**

Não há.

**b. Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação:**

**i. Operações de compra privadas**

Não há.

**ii. Operações de venda privadas**

Não há.

**iii. Operações de compra em mercados regulamentados**

Não há.

**iv. Operações de venda em mercados regulamentados**

Não há.

**16. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008**

Não aplicável. A CEMIG é titular de 100% das ações representativas do capital social da CEMIG Telecom, de modo que a operação não resulta em aumento de capital da CEMIG, ou em alteração de participação dos seus acionistas. Não houve, portanto, relação de substituição a ser negociada.

\* \_ \* \_ \* \_ \*

**ANEXO II À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INFORMAÇÕES SOBRE O AVALIADOR E PROPOSTA**  
**(ANEXO 21 DA INSTRUÇÃO CVM 481)**

**1. Listar os avaliadores recomendados pela administração**

Peritos (a) Flávio de Almeida Araújo, contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais (“CRC/MG”) sob o nº 86.861; (b) Francisco do Couto, contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 58.343; e (c) Leonardo George de Magalhães, contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 53.140.

**2. Descrever a capacitação dos avaliadores recomendados**

- Flávio de Almeida Araújo é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, pós-graduado em MBA de Gestão com Ênfase em Finanças – Fundação Dom Cabral – FDC. Desde agosto de 2006 trabalha na Cemig. Atualmente é Gerente Financeiro de Participações.
- Francisco do Couto é formado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva, com especialização em Auditoria Externa pela UFMG e MBA em Gestão, Finanças, Controladoria e Auditoria pela FGV. Sua vida profissional foi quase inteiramente dedicada à contabilidade. Foi auditor independente por 10 anos. Atuou como professor de graduação e extensão na UFMG. Desde fevereiro de 1999 atua como contador na Cemig, atualmente responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo. Também é professor de graduação e pós-graduação no Centro Universitário UNA onde presta serviços desde 2003.
- Leonardo George de Magalhães é formado em Ciências Contábeis pela Una – Faculdade de Ciências Econômicas – Belo Horizonte, com especialização em Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Gestão de negócios pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Na Cemig atua como Superintendente de Controladoria de desde junho de 2008 e, de forma cumulativa, com Planejamento e Controle Corporativo desde setembro de 2017.

**3. Fornecer cópia das propostas de trabalho e remuneração dos avaliadores recomendados**

A cópia da proposta de trabalho compõe o Anexo I a este documento.

Escopo: Patrimônio Líquido Contábil da CEMIG Telecomunicações S.A. – CEMIGTELECOM.



Honorários: Não existiu remuneração aos avaliadores adicional à remuneração a eles devida como empregados da CEMIG.

**4. Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Flávio de Almeida Araújo:

- Atualmente é gerente financeiro de participações, tendo como principais atribuições:
  - promover a gestão financeira do Grupo Cemig;
  - acompanhar os resultados econômico-financeiros das companhias;
  - participar dos processos de fusão, cisão, aquisição e alienação de participações societária.
  - atuar como conselheiro de administração nas companhias do grupo Cemig; e
  - executar elaboração de laudos contábeis com objetivos de cisão, incorporação e aportes em empresas do grupo.

Francisco do Couto:

- Atua como contador na Cemig, atualmente responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Grupo.

Leonardo George de Magalhães:

- É executivo responsável pela contabilidade, gestão de custos e planejamento tributário da Cemig e das subsidiárias integrais e também de orçamento, planejamento econômico-financeiro e de análise e acompanhamento de projetos.
- Presidente do Conselho Deliberativo da Forluz – Fundo de pensão dos empregados da Cemig, membro do *Rate-regulated Activities Consultative Group* (grupo consultivo de atividades com tarifas reguladas) do IASB - International Accounting Standards Board;
- Conselheiro de Administração da Aliança Norte – Acionista da usina de Belo Monte;
- Coordenador do Comitê de Controle e Gestão da Cemig – Órgão de acompanhamento dos orçamentos e resultados dos negócios e também de assessoria da Administração nas análises e iniciativas de controle e gestão;
- Coordenador do Comitê de Priorização de Orçamento – Órgão de apoio à Administração nas deliberações e gerenciamento de projetos de investimentos, incluindo análises e priorização na utilização de recursos;
- Representante da Cemig em eventos de relações com investidores no Brasil e nos principais mercados financeiros internacionais;
- Participa, em conjunto com o CFO e Superintendente de RI, nas apresentações trimestrais aos investidores dos resultados da Companhia; e Participou de diversos processos de fusão e aquisições da Cemig.

**ANEXO I AO ANEXO II**  
**CÓPIA DA PROPOSTA DE TRABALHO DOS PERITOS**

A perícia contábil foi realizada de acordo com a NBC T 13, e compreendeu (a) o planejamento dos trabalhos; (b) a aplicação de procedimentos julgados necessários nas circunstâncias; (c) a emissão do laudo pericial de avaliação do patrimônio a ser incorporado. O escopo do trabalho consistiu na avaliação patrimonial da Cemig Telecom, a valor contábil, para fins de incorporação, e foram adotados os seguintes procedimentos:

- Leitura das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016;
- Leitura do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 06 de abril de 2017, sem ressalva em relação ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2016;
- Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2017, acompanhado do Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais, emitido em 10 de novembro de 2017 pela Ernst & Young Auditores Independentes, sem ressalva;
- Revisão analítica da movimentação dos saldos de ativo e passivo no período de 30 de setembro de 2017 a 30 de novembro de 2017.

Em 30 de setembro de 2017, os livros contábeis da Cemig Telecom encontram-se revestidos das formalidades legais pertinentes e estão escriturados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os peritos utilizaram informações e dados históricos auditados por terceiros e dados fornecidos pela administração da Cemig Telecom, via e-mail ou através de seu sítio na internet. Sendo assim, assumimos como verdadeiros os dados e informações obtidos para este laudo.

### Anexo III

## PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

(a) **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG**, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, Bairro Santo Agostinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos (“CEMIG” ou “INCORPORADORA”); e

(b) **CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Inconfidentes, nº. 1.051, térreo e 1ª sobreloja, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.983.428/0001-27, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos (“CemigTelecom” ou “INCORPORADA”);

(CEMIG e CemigTelecom doravante denominadas, em conjunto, “Companhias”).

Resolvem celebrar o presente Protocolo de Incorporação e Justificação, na forma estabelecida pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), de modo a determinar os termos e condições que deverão reger a incorporação da CemigTelecom por CEMIG.

### OBJETO E CAPITAL SOCIAL DAS COMPANHIAS

1. A CEMIG é uma sociedade por ações que tem por objeto social: a) construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; c) prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e d) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação.

2. A CemigTelecom, por sua vez, é uma sociedade por ações que tem por objeto social:
  - a) a prestação e a exploração de serviço limitado especializado na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais e equipamentos eletrônicos e associados, para transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons e informações de qualquer natureza;
  - b) a prestação de serviços de telecomunicações, utilizando-se de diversas tecnologias;
  - c) a prestação de serviços de consultoria em telecomunicações a empresas no Brasil e no exterior;
  - d) a cessão de seu sistema de telecomunicações, mediante remuneração
  - (i) a concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, para utilização, por estas, no gerenciamento de suas atividades de geração, transmissão e distribuição;
  - e (ii) a empresas especializadas que pretendam operá-lo comercialmente como provedor alternativo de transporte a empresas que possuam concessão, permissão ou autorização para prestar serviços de telecomunicações;
  - e) a operação comercial de seu sistema de telecomunicações, como provedor alternativo de transporte a empresas que possuam concessão, permissão ou autorização para prestar serviços de telecomunicações;
  - f) a prestação de serviço de comunicação multimídia (SCM) em todo o território nacional;
  - e g) a participação em outras sociedades.

## **JUSTIFICAÇÃO E BASES DA INCORPORAÇÃO**

3. A operação objeto deste Protocolo consiste na incorporação da CemigTelecom pela CEMIG, com a versão da integralidade do acervo líquido contábil da primeira para a segunda, que sucederá àquela a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 227 e seguintes da Lei das S.A. (“Incorporação”).
4. Os saldos das contas credora e devedora da INCORPORADA, que atualmente constituem seus ativos e passivos, após a implementação da Incorporação, passarão para os livros contábeis da INCORPORADORA, sendo transferidos para as correspondentes contas contábeis, fazendo-se as necessárias adaptações.
5. A Incorporação proporcionará o aproveitamento de sinergias e reduzirá custos financeiros, operacionais e administrativos através da concentração das estruturas atualmente existentes na INCORPORADORA, o que aumentará os meios para o aproveitamento dos recursos disponíveis pela INCORPORADORA.

6. A Incorporação deverá produzir efeitos, tão somente, a partir de 31 de março de 2018 (“Data de Eficácia da Incorporação”), independentemente da data em que obtidas as aprovações necessárias.
7. Na Data de Eficácia da Incorporação, a CemigTelecom extinguir-se-á de pleno direito.

## **ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS SOCIEDADES**

8. A INCORPORADORA é uma sociedade anônima de capital aberto, com o capital social de R\$6.294.208.270,00 (seis bilhões, duzentos e noventa e quatro milhões, duzentos e oito mil, duzentos e setenta reais), representado por: a) 420.764.708 (quatrocentos e vinte milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oito) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma; b) 838.076.946 (oitocentos e trinta e oito milhões, setenta e seis mil, novecentas e quarenta e seis) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma.
9. A INCORPORADA é uma sociedade anônima, com capital social de R\$ 292.399.303,29 (duzentos e noventa e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil, trezentos e três reais e vinte e nove centavos), totalmente integralizado, dividido em 448.340.822 (quatrocentos e quarenta oito milhões, trezentas e quarenta mil, oitocentas e vinte e duas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, todas de titularidade da INCORPORADORA:

<b>Acionista Único</b>	<b>Ações</b>	<b>%</b>
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	448.340.822	100

## **AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

10. Para a avaliação do patrimônio líquido da INCORPORADA, conforme o disposto no art. 8 da Lei das S.A., os administradores das Companhias, *ad referendum* dos acionistas das Companhias, indicaram os Srs. Flávio de Almeida Araújo, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte – MG, na Rua José de Alencar, 984

– apto 401, bairro Nova Suíça, Identidade MG-7.348.434, CPF 045.915.356-06, CRC/MG 86.861/O-7, Francisco do Couto, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte – MG, na Rua Uberlândia, 555 – apto 902, bairro Carlos Prates, Identidade MG-3.124.729, CPF 525.441.416-20, CRC/MG 58.343, e Leonardo George de Magalhães, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Nova Lima – MG, na Rua Vega, 55 – Quintas do Sol, Identidade 4.303.799 – SSP/MG, CPF 617.665.426-20, CRC/MG 53.140/O-4 (“Peritos Contábeis”).

11. Os elementos patrimoniais da INCORPORADA a serem vertidos para a INCORPORADORA, para fins da incorporação da INCORPORADA, foram avaliados com base no seu valor patrimonial contábil, apurado com base no balanço da INCORPORADA levantado em 30 de novembro de 2017.
12. Tendo sido previamente informado sobre sua indicação como avaliadores *ad referendum* dos acionistas das Companhias, os Peritos Contábeis determinaram, com base no balanço de 30 de novembro de 2017, que o valor do acervo líquido patrimonial contábil da INCORPORADA é de R\$245.761.413,36 (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos), após os ajustes descritos no Capítulo 04 do Laudo de Avaliação e a eliminação do investimento da INCORPORADA na INCORPORADORA.
13. Toda e qualquer variação patrimonial posterior à data do referido balanço será absorvida pela INCORPORADORA na Data de Eficácia da Incorporação.

## **PARTICIPAÇÕES COMUNS E SUBSTITUIÇÃO DE AÇÕES**

14. Tendo em vista que a INCORPORADORA é detentora de 100% (cem por cento) do capital social da INCORPORADA, não haverá substituição de ações da INCORPORADA por ações da INCORPORADORA. Com a extinção das ações da INCORPORADA, o valor do investimento registrado no ativo da INCORPORADORA será substituído pelo valor do patrimônio líquido da INCORPORADA, conforme avaliado. A Incorporação não resultará em alteração no patrimônio líquido da INCORPORADORA na medida que o patrimônio líquido da INCORPORADA já está

integralmente refletido no patrimônio líquido da INCORPORADORA em decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial. Conseqüentemente, não haverá aumento do capital social da INCORPORADORA e nem tampouco a emissão de novas ações.

15. Por se tratar de incorporação de sociedade controlada, subsidiária integral, por sua controladora, não havendo outros acionistas da INCORPORADA, e não havendo aumento de capital da INCORPORADORA, não se fará necessário confrontar os parâmetros de relação de troca, não havendo qualquer informação adicional a ser disponibilizada aos acionistas da INCORPORADORA.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. A aprovação do presente Protocolo pela acionista da INCORPORADA e pelos acionistas da INCORPORADORA implicará a extinção da INCORPORADA na Data de Eficácia da Incorporação, com o cancelamento de todas as ações representativas do capital social da INCORPORADA. A administração da INCORPORADORA fica responsável pelo arquivamento de todos os documentos societários necessários ao registro da Incorporação nos órgãos competentes.
17. Com a efetivação da Incorporação, na Data de Eficácia da Incorporação, todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da INCORPORADA passarão, automaticamente, ao acervo patrimonial da INCORPORADORA, que sucederá a INCORPORADA em todos os seus direitos e obrigações, independentemente de quaisquer formalidades além das previstas em lei.
18. Não se aplicam as disposições relativas ao direito de retirada e reembolso de ações, tendo em vista que (i) com relação à INCORPORADA, a INCORPORADORA detém a totalidade das ações representativas do seu capital social, não havendo, portanto, acionista dissidente em relação à Incorporação; e (ii) com relação à INCORPORADORA, não há previsão legal ou estatutária que confira direito de retirada a eventuais dissidentes.

19. Nos termos do art. 231 da Lei das S.A., a Incorporação dependerá (i) da aprovação dos debenturistas da INCORPORADA, reunidos em Assembleia especialmente convocada com esse fim; ou (ii) da concessão, pela INCORPORADA, de prazo mínimo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à Incorporação, para o resgate de suas debêntures em circulação.

E por estarem, assim, justas e contratada, as partes firmam o presente instrumento, feito em seis vias de igual forma e teor, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos.

Belo Horizonte, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Pela **INCORPORADORA**:

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG**

---

Pela **INCORPORADA**:

**CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A.**

---



Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF/MF:

C.I. e Órgão Exp.:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF/MF:

C.I. e Órgão Exp.:

## Anexo IV

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 28-02-2018, referente à: 1- aprovação e autorização para a celebração do Protocolo de Incorporação e Justificação, com a Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom, de modo a determinar os termos e condições que deverão reger a incorporação da CemigTelecom por esta Companhia; 2- ratificação, haja vista tratar-se de incorporação de subsidiária integral, da nomeação dos 3 (três) peritos, Srs. Flávio de Almeida Araújo, CRC/MG 86.861, Francisco do Couto, CRC/MG 58.343, e Leonardo George de Magalhães, CRC/MG 53.140, para avaliação, nos termos e para os efeitos do artigo 8º da Lei 6.404/1976, do Patrimônio Líquido da CemigTelecom; 3- aprovação do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da CemigTelecom, a valores contábeis, elaborado por 3 (três) peritos, nos termos e para os efeitos do artigo 8º da Lei 6.404/1976; 4- autorização para a incorporação da CemigTelecom pela Cemig e, após, a sua consequente extinção; 5- autorização para a sucessão da CemigTelecom pela Cemig, em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito; 6- autorização para a transferência para a Cemig, por incorporação, de todos os estabelecimentos, bens corpóreos e incorpóreos, estoques, imóveis, créditos, ativos, direitos, empregados, participações societárias, contratos, obrigações, passivos, livros e notas fiscais, controles, registros, contabilidade, documentos, sistemas e informações da CemigTelecom, inclusive as ações da Ativas Data Center S.A.- Ativas, que representam 19,6% do capital social total da Ativas e os contratos relacionados a esta participação acionária. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2018.

aa.) Edson Moura Soares  
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino  
Manuel Jeremias Leite Caldas  
Rodrigo de Mesquita Pereira

**Anexo V**

**LAUDO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DA CEMIG TELECOMUNICAÇÕES  
S.A PARA FINS DE INCORPORAÇÃO**

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2017.

À Administração da  
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig  
Av. Barbacena, 1.200 – 18º Andar  
Belo Horizonte - MG

Em conformidade com o disposto nos parágrafos 1º e 6º do artigo 8º da Lei 6.404/76, a Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig (“Cemig”) indicou três peritos para elaborar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom (“Cemig Telecom” ou “Companhia”), detalhados no anexo deste documento, pelo seu valor contábil. Essa indicação será ratificada em assembleia geral extraordinária da Cemig.

## **1. DADOS DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**

Os contadores abaixo identificados foram nomeados peritos para procederem à avaliação do Patrimônio Líquido da Cemig Telecom, e elaboraram o presente Laudo de avaliação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido no item 7 do pronunciamento contábil NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

- Flávio de Almeida Araújo, Contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais sob o nº CRC/MG 86.861;
- Francisco do Couto, Contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais sob o nº CRC/MG 58.343;
- Leonardo George de Magalhães, Contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais sob o nº CRC/MG 53.140.

Em atendimento aos requisitos da Instrução CVM nº 319/99, e alterações posteriores, os peritos declaram que: (a) não têm interesse direto ou indireto, na Companhia ou nas operações por ela realizada. (b) não encontraram limitações impostas pelos controladores ou administradores que dificultasse ou pudesse ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para emissão de suas conclusões.

A perícia contábil foi realizada de acordo com a NBC T 13, e compreendeu (a) o planejamento dos trabalhos; (b) a aplicação de procedimentos julgados necessários nas circunstâncias; (c) a emissão do laudo pericial de avaliação do patrimônio a ser incorporado.

## **2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A EMPRESA AVALIADA OBJETO DA INCORPORAÇÃO**

A Cemig Telecomunicações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - Cemig, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações no Estado de Minas Gerais utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica da Cemig.

A Cemig Telecom foi constituída em 13 de janeiro de 1999, com o propósito de prestar serviços na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra óptica, cabos coaxiais e equipamentos eletrônicos e associados, para transmissão, emissão e recepção de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens, sons e informações de qualquer natureza, bem como operar sistema de telecomunicações, como provedor alternativo de transporte e outros, às empresas que possuam concessão, permissão ou autorização para prestar serviços de telecomunicações.

### **3. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO E DATA-BASE**

A avaliação do patrimônio líquido contábil da Cemig Telecom, na data-base de 30 de novembro de 2017, tem por objetivo a incorporação do seu acervo líquido por sua controlada Cemig, em conformidade com os artigos 226 e 227 da Lei 6.404/76.

### **4. ALCANCE DOS TRABALHOS**

Visando assegurar a adequação dos valores contábeis dos elementos ativos e passivos que compõem o balanço patrimonial da Cemig Telecom, em 30 de novembro de 2017, adotamos os seguintes procedimentos:

- Leitura das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016;
- Leitura do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 06 de abril de 2017, sem ressalva em relação ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2016;
- Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2017, acompanhado do Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais, emitido em 10 de novembro de 2017 pela Ernst & Young Auditores Independentes, sem ressalva;
- Revisão analítica da movimentação dos saldos de ativo e passivo no período de 30 de setembro de 2017 a 30 de novembro de 2017.

Em 30 de setembro de 2017, os livros contábeis da Cemig Telecom encontram-se revestidos das formalidades legais pertinentes e estão escriturados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os peritos utilizaram informações e dados históricos auditados por terceiros e dados fornecidos pela administração da Cemig Telecom, via e-mail ou através de seu sítio na internet. Sendo assim, assumimos como verdadeiros os dados e informações obtidos para este laudo.

O presente laudo foi confeccionado para uso único e exclusivo da Cemig, visando o objetivo mencionado no item 3.

### **5. APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2017 foi elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os peritos verificaram que os ativos e passivos da Cemig Telecom encontram-se devidamente contabilizados de acordo com o plano de contas do setor de Telecomunicações.

## 6. COMPOSIÇÃO DO ACERVO LÍQUIDO

### 6.1. Avaliação Contábil e data-base:

O acervo líquido contábil da Cemig Telecom, em 30 de novembro de 2017, é representado, de forma sintética, pelas seguintes rubricas contábeis:

<b>ATIVO</b>	<b>Em reais (R\$)</b>
Ativos Circulantes e não Circulantes	363.453.288,20
<b>PASSIVO</b>	
Passivos Circulantes e não Circulantes	117.691.874,84
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>	<b>245.761.413,36</b>

### 6.2. Patrimônio Líquido a Preços de Mercado

Em que pese incorporada e incorporadora sejam Companhias Abertas, a avaliação a preços de mercado ou outra técnica de avaliação econômico-financeira não se justifica, conforme previsão do Artigo 264 da Lei 6.404/76, uma vez que trata-se de incorporação de sociedade subsidiária integral, não havendo determinação de relação de substituição que possa ser objeto de comparação e/ou direito de recesso. Em outras palavras, não haverá modificação do patrimônio líquido da Cemig, e conseqüentemente, emissão de novas ações, motivo pelo qual não cabe avaliação a preços de mercado.

### 6.3. Tratamento das Variações Patrimoniais Posteriores

Nos termos do Artigo 224, Inciso III da Lei 6.404/76, as variações patrimoniais ocorridas entre a Data-Base deste laudo e a data de Incorporação da Cemig Telecom serão apropriadas diretamente pela Cemig, quando então, no momento da efetiva incorporação, os saldos das rubricas existentes no balancete analítico da Cemig Telecom serão incorporados linha a linha pela Cemig.

## 7. CONCLUSÃO

Em decorrência dos procedimentos e das análises efetuadas, concluímos que o valor do patrimônio líquido da Cemig Telecom, em 30 de novembro de 2017, é de R\$245.761.413,36 (duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos).

Perito: Flávio de Almeida Araújo

Perito: Francisco do Couto

Perito: Leonardo George de Magalhães

## ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL EM 30/11/2017



### CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO	30/11/2017	31/12/2016	AH%
<b>CIRCULANTE:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	12.806.068	1.033.959	1138,5%
Títulos e valores mobiliários	524.834	1.855.029	-71,7%
Contas a receber de clientes	20.832.186	19.552.443	6,5%
Impostos a recuperar	4.148.829	3.683.818	12,6%
Adiantamentos diversos	1.677.037	898.825	86,6%
Despesas antecipadas	37.559	33.931	10,7%
<b>Total do circulante</b>	<b>40.026.512</b>	<b>27.058.004</b>	<b>47,9%</b>
<b>NÃO-CIRCULANTE:</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Títulos mantidos até o vencimento	203.143	83.248	144,0%
Contas a receber de clientes	11.602.136	11.875.973	-2,3%
Impostos a recuperar	3.184.911	2.997.422	6,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.345.656	8.037.818	-21,1%
Outros	239.113	906.930	-73,6%
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>4.483.565</b>	<b>4.586.470</b>	<b>-2,2%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>17.598.105</b>	<b>19.744.312</b>	<b>-10,9%</b>
<b>Imobilizações líquidas</b>	<b>270.145.535</b>	<b>261.612.715</b>	<b>3,3%</b>
<b>Intangível</b>	<b>9.624.612</b>	<b>9.489.877</b>	<b>1,4%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>363.453.288</b>	<b>346.392.769</b>	<b>4,9%</b>



### CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/11/2017	31/12/2016	AH%
<b>CIRCULANTE:</b>			
Empréstimos e debêntures	13.132.426	63.751.660	-79,4%
Fornecedores	18.778.123	21.750.011	-13,7%
Obrigações fiscais	10.597.094	9.572.512	10,7%
Obrigações sociais e trabalhistas	3.199.241	4.862.624	-34,2%
Adiantamentos de clientes	459.764	459.764	0,0%
Outros	571.122	973.002	-41,3%
<b>Total do circulante</b>	<b>46.737.770</b>	<b>101.369.573</b>	<b>-53,9%</b>
<b>NÃO-CIRCULANTE:</b>			
Empréstimos e debêntures	55.109.273	37.620.519	46,5%
Provisões para contingências	56.714	82.858	-31,6%
Adiantamentos de clientes	4.227.688	4.663.107	-9,3%
Obrigações fiscais	1.907.021	2.465.572	-22,7%
Obrigações sociais e trabalhistas	3.279.115	2.800.761	17,1%
Ativas	6.374.295	3.409.654	86,9%
<b>Total do não-circulante</b>	<b>70.954.105</b>	<b>51.042.472</b>	<b>39,0%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>			
Capital social	292.399.303	241.741.866	21,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	(755.826)	(755.826)	0,0%
Prejuízos acumulados	(45.882.064)	(47.005.316)	-2,4%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>245.761.413</b>	<b>193.980.724</b>	<b>26,7%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>363.453.288</b>	<b>346.392.769</b>	<b>4,9%</b>

## **Anexo VI**



## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	2
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA .....	4
NOSSOS NEGÓCIOS.....	6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	9
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	25
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES .....	31
INVESTIMENTOS.....	33
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS.....	38
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS .....	41
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO.....	42
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	42
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	43
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	44
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO.....	45
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	47
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS .....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	58
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO .....	59
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA .....	61
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	62
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	64
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	65
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	66
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	68
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	70
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	71
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	71
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	82
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	97
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	99
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	111
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	115
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	115
8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	116
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	117
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	118
11. FUNDOS VINCULADOS .....	121
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	121
13. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) .....	122
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	122
15. INVESTIMENTOS .....	130
16. IMOBILIZADO .....	158
17. INTANGÍVEIS .....	160
18. FORNECEDORES .....	162
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	162
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	163
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	169
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	169
23. PROVISÕES.....	174
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	186
25. RECEITA .....	193
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	197
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	200
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	201
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	204
30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	213
31. SEGUROS .....	215
32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	217
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	217
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	217
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	230
PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	230
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES .....	231
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	232

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia” ou “Cemig”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional, que sempre foram a sua marca nos seus 65 anos de história.

Mesmo com investimentos expressivos em 2016, mantivemos a nossa dívida nos mesmos patamares de 2015, mesmo sem considerar ajustes pela inflação. Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos. Temos a expectativa de que nos próximos anos venhamos a atingir o nível de endividamento previsto em nosso Estatuto Social, que é uma relação entre Lajida e Dívida líquida de no máximo 2,5 vezes.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis com serviços de terceiros, materiais e outros apresentaram redução em 2016. No que se refere aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de aproximadamente 800 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Nosso lucro líquido foi de R\$334 milhões, abaixo do verificado no ano anterior, em função de ajustes no nosso investimento na Renova e principalmente, de não termos em 2016, no nosso portfólio de energia própria para revenda a usina de São Simão, tendo em vista a discussão judicial com o Governo Federal a respeito da prorrogação das concessões de Jaguara, Miranda e São Simão.

No que se refere a essa questão da discussão judicial envolvendo as usinas, continuamos dialogando com o Governo Federal a prorrogação dessas concessões. Temos a expectativa de encontrarmos uma alternativa de prorrogação dos contratos que possa convergir os interesses do Governo Federal com os direitos da Companhia, presentes de forma inequívoca, em nossa opinião, nos contratos de concessão dessas usinas.

Conforme já mencionamos, temos a expectativa que o 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

O crescimento econômico do País tem como efeito positivo direto para o nosso negócio de distribuição uma expectativa de melhoria no mercado de energia. Em 2016, investimos mais de R\$ 1 bilhão na área de concessão da Cemig Distribuição, lembrando que esses investimentos expressivos nos últimos anos farão parte do processo de revisão tarifária previsto para 2018.

No que se refere ao negócio de transmissão, a boa notícia de 2016 foi a definição das regras de indenização dos ativos, consequência da nossa adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579). Essa definição foi importante para podermos incluir em nossas projeções de caixa as entradas dos recursos, garantindo assim a sustentabilidade dos investimentos em transmissão, agora com expectativas de taxas de retorno mais atrativas.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. Fomos mais uma vez incluídos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig, o retorno adequado ao investimento e confiança dos nossos quase 130 mil acionistas, espalhados por mais de 40 países, em todos os continentes.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

## BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”) é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado no final de 2016 era de aproximadamente R\$9,7 bilhões. Pelo 17º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2016/2017 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

Permanecer no *DJSI World* por 17 anos consecutivos reitera a determinação da Cemig em prosseguir com o crescimento sustentável, direcionado para criação de valor para os seus acionistas, empregados e fornecedores e ao bem-estar da sociedade.

Essa conquista é o resultado conjunto das ações adotadas pela Cemig com o objetivo de prospectar e implantar novos negócios, criar valor aos seus acionistas no longo prazo e aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial.

O Grupo Cemig é constituído por 232 sociedades, 16 consórcios e 2 Fundos de Investimento em Participações e é controlado por uma holding, com ativos e negócios em 23 estados brasileiros e no distrito federal. A Cemig atua também na área de transmissão de dados, por meio da Cemig Telecomunicações S.A., e no provimento de soluções energéticas, por meio da Efficientia S.A..

### ***Nossa missão, visão e valores***

***Missão:*** Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

***Visão:*** Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

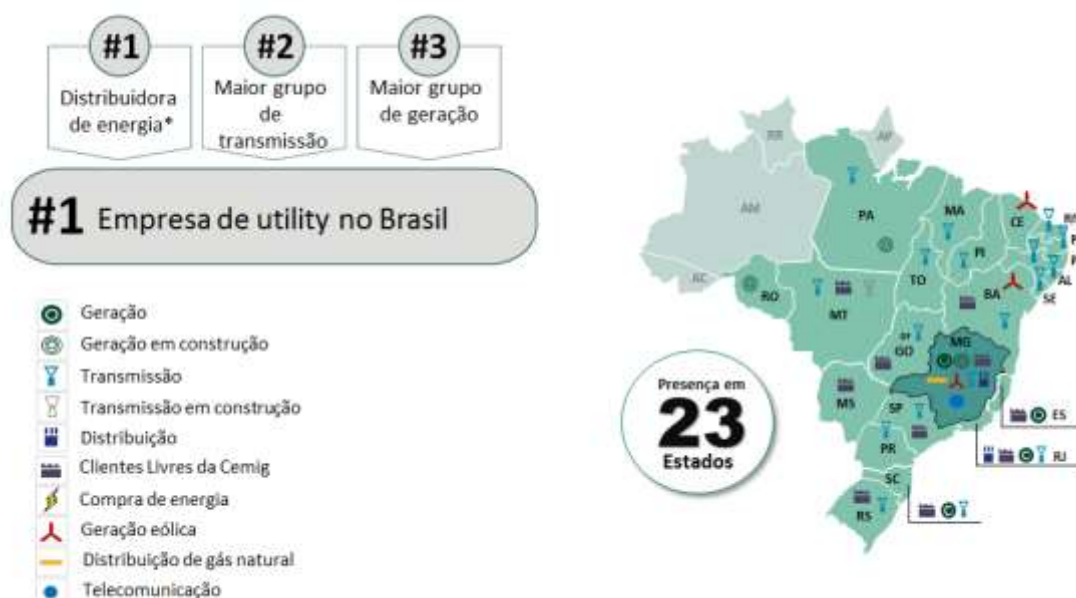
***Valores:*** Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

## Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

## Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste.



\* Em números de consumidores e extensão de linhas de distribuição

## NOSSOS NEGÓCIOS

### Geração

Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possui em operação 121 usinas, com capacidade instalada de 8.201 MW, conforme segue:

#### Usinas da Cemig

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Produção Efetiva (MW médio)
Emborcação	1.192	497
Nova Ponte	510	276
Jaguara	424	336
Miranda	408	202
Volta Grande	380	229
Irapé	399	211
Aimorés	149	77
Santo Antônio	571	402
Outras	1.143	786
Geração Light	290	381
Eólicas	182	66
Termelétricas	144	83
	5.792	3.546
<b>Operação em regime de cotas de garantia física (*)</b>		
São Simão	1.710	-
Três Marias	396	-
Salto Grande	102	-
Outras	201	-
	2.409	-
<b>Total</b>	<b>8.201</b>	<b>3.546</b>

(\*) Operação em regime alocação de cotas de garantia física de energia e de potência, onde a Companhia somente recebe uma remuneração (Receita Anual de Geração - RAG) pela operação e manutenção da usina.

A Cemig possui projetos de geração em andamento, dentre os quais destacamos:

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Participação Cemig	Em operação com capacidade total
Santo Antônio	3.568	18,13%	2016
Belo Monte	11.233	5,13%	2018

### Transmissão

Em 2016, a controlada Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) operou e manteve 37 subestações e 4.927 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, é acessante em 6 subestações de outras transmissoras, onde opera e mantém ativos de transmissão. Para 2017, estão previstas a efetivação das transferências das subestações Guilman Amorim e Nova Lima 6 para a controlada Cemig GT.

A controlada Cemig GT opera e mantém ativos de transmissão de outras 10 empresas, com as quais têm Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em 14 subestações (das quais 4 não são subestações da Cemig GT) e 360 km de linhas de transmissão.

### Destaques da Transmissão

No reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”), em julho de 2016, a receita aumentou em 23,7%, passando de R\$270 milhões para R\$334 milhões.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 120, definindo que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória a partir da próxima revisão tarifária, em 2017, através da inclusão dos saldos na RAP.

As parcelas de remuneração e depreciação não incorporadas às tarifas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente de 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos, com ressarcimento pela RAP.

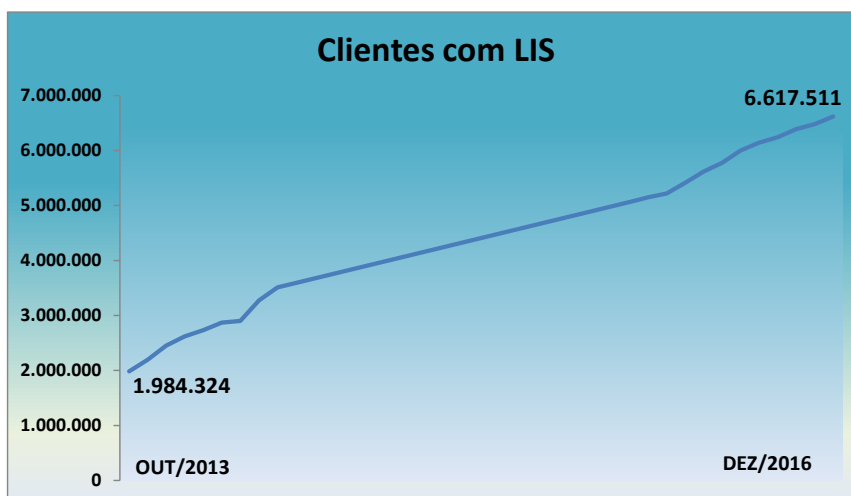
### **Distribuição**

Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição S.A (“Cemig D”) e da controlada em conjunto Light S.A. (“Light”), atendendo mais de 11 milhões de consumidores.

#### *Cemig Distribuição*

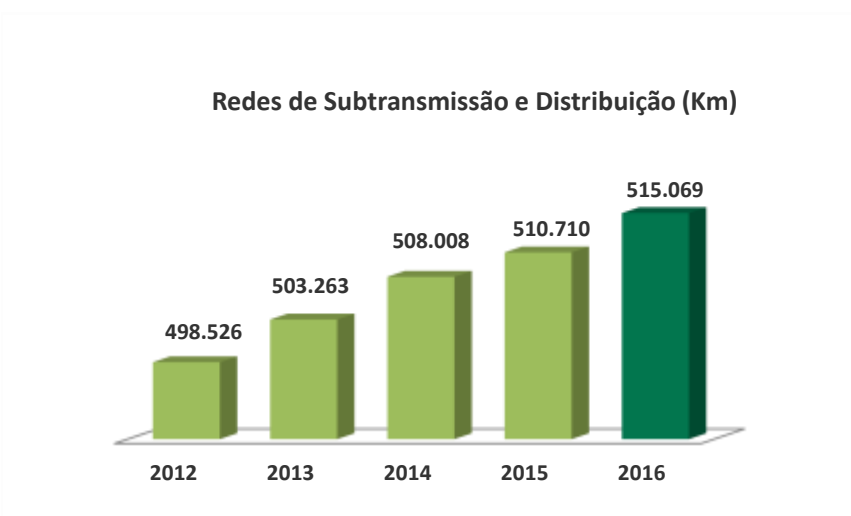
A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 515.069 km de redes de distribuição (102.301 km em área urbana e 396.326 km de redes rurais) e 16.442 km de linhas de distribuição, com 8.332.613 milhões de consumidores faturados em 2016. Desse total de consumidores, 6.617.511 foram faturados na modalidade de leitura com impressão simultânea, onde o consumidor recebe a fatura no ato da leitura do medidor. A implantação desta modalidade no processo de faturamento da Cemig D reduziu em, aproximadamente, 20,8% seus gastos com materiais, serviços e outras despesas.

Evolução do número de consumidores na modalidade Leitura com Impressão Simultânea (LIS):



A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em dezembro de 2016 (6.689.365 consumidores) 10% são consumidores de baixa renda (667.629 consumidores).

Evolução das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



### Comercialização de Energia Elétrica

A Cemig é líder no atendimento ao mercado livre de energia elétrica. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 15 estados.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente a 20% do mercado livre.



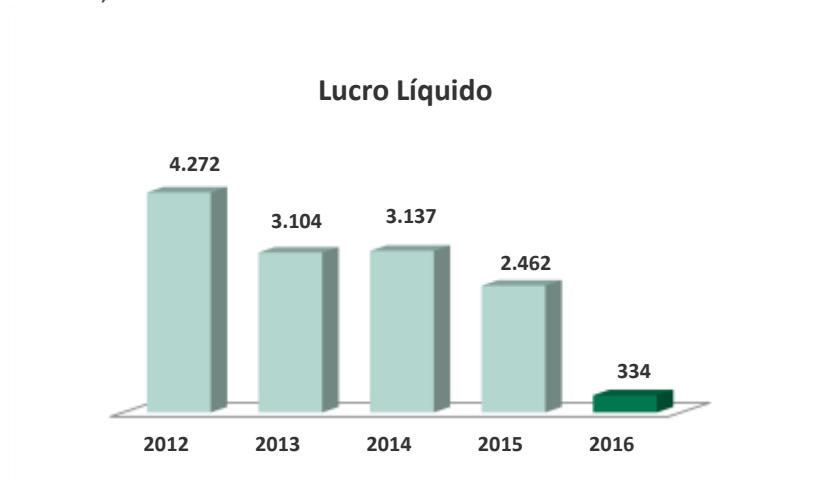
No atendimento aos clientes especiais, a posição da Cemig vem sendo ampliada a cada ano, com um crescimento médio de 20% por ano nos últimos 4 anos. Atualmente temos uma participação de 22% no mercado de energia incentivada.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

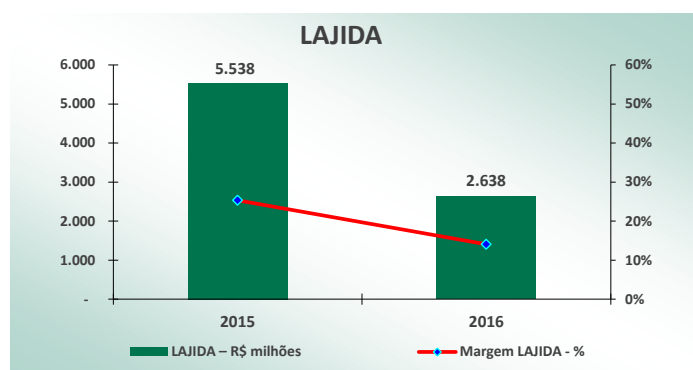
### **Resultado do Exercício**

A Cemig apresentou, no exercício de 2016, um lucro líquido de R\$334 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$2.469 milhões no exercício de 2015, representando uma redução de 86,47%.



## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - R\$ mil	2016	2015	Var %
Resultado do Exercício	334	2.469	(86,47)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	33	893	(96,30)
+ Resultado Financeiro	1.437	1.341	7,16
+ Depreciação e Amortização	834	835	(0,12)
<b>= LAJIDA</b>	<b>2.638</b>	<b>5.538</b>	<b>(52,37)</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou uma redução de 52,37% no LAJIDA. Esse resultado decorreu, principalmente, da redução do lucro líquido em 2016 comparado ao de 2015. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou redução, passando de 25,32% em 2015 para 14,05% em 2016.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

## Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2016	2015	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	23.430	22.526	4,01
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.705	1.465	16,38
CVA e Outros Componentes Financeiros (1)	(1.455)	1.704	(185,39)
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	312	261	19,54
Receita de Construção de Transmissão	54	146	(63,01)
Receita de Indenização de Transmissão	751	101	643,56
Receita de Construção de Distribuição	1.139	1.106	2,98
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	8	576	(98,61)
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (1)	299	-	-
Transações com energia na CCEE	161	2.425	(93,36)
Fornecimento de Gás	1.444	1.667	(13,38)
Outras Receitas Operacionais	1.422	1.441	(1,25)
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(10.497)	(11.549)	(9,11)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>18.773</b>	<b>21.868</b>	<b>(14,15)</b>

(1) Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$23.430 milhões em 2016 em comparação a R\$22.526 milhões em 2015, o que representa um aumento de 4,01%.

### *Consumidores Finais*

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$20.458 milhões em 2016 comparada a R\$20.319 milhões em 2015, um aumento de 0,68%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;

- redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- redução de 6,49% no volume de energia vendida.

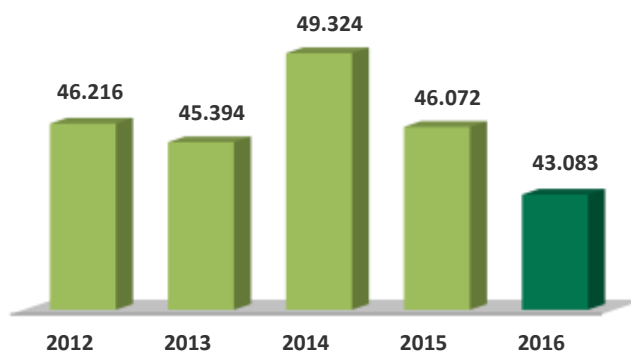
### ***Evolução do Mercado***

O mercado consiste na venda de energia para (I) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (II) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados brasileiros, no ACL - Ambiente de Contratação Livre; (III) outros agentes do setor elétrico - comercializadores, geradores e produtores independentes de energia, no ACL e (IV) distribuidoras no ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

A energia comercializada pelo grupo Cemig, em 2016, totalizou 55.601 GWh, em comparação a 56.904 GWh em 2015, uma redução de 2,3%, enquanto que o volume de energia transportada para clientes livres, por meio dos sistemas de transmissão e de distribuição, teve crescimento de 9,7%, atingindo o montante de 16.338 GWh.

As variações no fornecimento de energia elétrica a consumidores finais nos últimos cinco anos podem ser observadas no gráfico a seguir:

**GWh faturados - consumidores finais**



O mercado da Cemig encontra-se detalhado a seguir:

	MWh (1)		
	2016	2015	Var %
Residencial	9.915.807	9.829.992	0,87
Industrial	19.494.391	22.968.931	(15,13)
Comércio, Serviços e Outros	6.572.980	6.433.728	2,16
Rural	3.574.724	3.379.734	5,77
Poder Público	885.748	892.368	(0,74)
Iluminação Pública	1.350.405	1.325.525	1,88
Serviço Público	1.252.043	1.204.461	3,95
Subtotal	<b>43.046.098</b>	<b>46.034.739</b>	<b>(6,49)</b>
Consumo Próprio	37.140	37.661	(1,38)
	<b>43.083.238</b>	<b>46.072.400</b>	<b>(6,49)</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	12.508.453	10.831.194	15,49
Total	<b>55.591.691</b>	<b>56.903.594</b>	<b>(2,31)</b>

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

O consumo de energia elétrica vem sendo afetado principalmente pelas condições adversas das conjunturas política e econômica nacionais, adicionando-se os relevantes aumentos de tarifas de energia elétrica que ocorreram especialmente em 2015.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou um pequeno aumento de 0,87% em relação a 2015. Este aumento decorre de incorporação de 160 mil novas instalações em 2016, parcialmente compensado por uma redução de 1,35% no consumo médio mensal por consumidor, que foi de 124,6 kWh/mês em 2016 comparado a 126,3 kWh/mês em 2015.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 15,13% em relação a 2015. Esta redução decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- menor disponibilidade de energia para comercialização devido às condições de renovação das concessões, cuja energia foi redirecionada para modalidade de Cota de Garantia Física;
- redução de consumo dos clientes industriais em função da contínua retração da atividade econômica estadual, principalmente a mineradora, e nacional e do desempenho da economia internacional.

Comercial, Serviços e Outros: A energia consumida aumentou 2,16%, decorrente, basicamente, do crescimento do volume de energia faturada pela Cemig GT e suas subsidiárias integrais aos clientes livres, compensado parcialmente pela redução no volume faturado aos consumidores cativos da Cemig D.

Rural: O consumo dessa classe aumentou 5,77%. O aumento de consumo deve-se ao baixo volume de chuvas no período úmido, nos meses de fevereiro a abril de 2016, e temperaturas mais altas ao longo do 1º semestre de 2016, levando ao maior uso dos sistemas de irrigação.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), aumentaram 1,89% no ano de 2016.

#### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2016, a receita foi de R\$1.705 milhões comparada a R\$1.465 milhões em 2015, um aumento de 16,38%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

#### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Demonstrações Financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma redução de receitas de R\$1.455 milhões em 2016, em comparação a um aumento de receita de R\$1.704 milhões em 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

### Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de Distribuição

A Receita relacionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição foi de R\$8 milhões em 2016, comparados a R\$576 milhões em 2015. Essa variação deve-se à redução na estimativa dos ativos financeiros a serem indenizados ao final da concessão após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 14.

### Receita de Indenização da Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751 milhões, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL do Laudo enviado pela Companhia, que foi de R\$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015 e a revisão final;
- R\$90 milhões referentes à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$438 milhões referentes ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$44 milhões referentes à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$159 milhões referentes à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

O montante a receber, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$1.805 milhões (R\$1.054 milhões em 31 de dezembro de 2015). Mais detalhes na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

### Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$161 milhões em 2016 comparada a R\$2.425 milhões em 2015, redução de 93,36%.

Em 2016 houve uma redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

### Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.444 milhões em 2016 comparada a R\$1.667 milhões em 2015, uma redução de 13,38%. Decorrente, basicamente, da diminuição no volume de gás vendido (1.066.351m<sup>3</sup> em 2016 comparados a 1.414.464 m<sup>3</sup> em 2015), sendo compensado parcialmente pelos reajustes nas tarifas.

### Receita de Construção

As receitas de construção de ativos relacionados às infraestruturas das concessões de transmissão e de distribuição foram de R\$1.193 milhões em 2016 comparadas a R\$1.252 milhões em 2015, apresentando redução de 4,71%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

### Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 1,82% nos períodos comparados (R\$1.733 milhões em 2016 em comparação a R\$1.702 milhões em 2015).

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$10.497 milhões em 2016 comparados a R\$11.549 milhões em 2015, representando uma redução de 9,11%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.074 milhões em 2016 comparados a R\$2.870 milhões em 2015. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias.



### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2016 o montante de R\$15.903 milhões comparados a R\$18.288 milhões em 2015, uma redução de 13,04%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$8.273 milhões em 2016 comparada a R\$9.542 milhões em 2015, representando uma redução de 13,30%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 36,15% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$2.540 milhões em 2016, comparados a R\$3.978 milhões em 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- redução de 34,03% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.144 milhões em 2016, comparados a R\$1.734 milhões em 2015. Essa variação decorre principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês em 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;
- aumento de 18,72% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$3.279 milhões em 2016 comparado a R\$2.762 milhões em 2015. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 24,41% no volume de compra realizado pela Cemig GT (19.002.578 MWh em 2016 em comparação a 15.273.685 MWh em 2015), em função da redução da capacidade de geração própria, tendo em vista o término da concessão de determinadas usinas da Cemig GT, que passaram a ser operadas pelo regime de cotas de garantia física, refletindo no aumento de 118,25% da compra de energia da Cemig D através de contratos por cota de garantia física (R\$550 milhões em 2016 e R\$252 milhões em 2015);

- redução de 18,61% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente da redução dos preços da energia no mercado atacadista (R\$761 milhões em 2016 e R\$935 milhões em 2015).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 26 destas Demonstrações Financeiras.

#### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$947 milhões em 2016, comparados a R\$999 milhões em 2015, representando uma redução de 5,21%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Provisões e Ajustes para Perdas Operacionais

As Provisões e Ajustes para Perdas Operacionais foram de R\$704 milhões em 2016, comparadas a R\$1.401 milhões em 2015, uma redução de 49,75%. Esta variação decorre, principalmente, do ajuste nas perdas referentes às opções de investimento da Parati, no montante de R\$55 milhões, em comparação a uma provisão de R\$1.079 milhões em 2015, devido, principalmente, à valorização de 76,24% nas ações da Light em 2016, importante variável para o cálculo do valor justo da opção de venda com base no modelo Balck-Scholes-Merton, bem como o pagamento de R\$498 milhões de dividendos das empresas do grupo Parati ao longo do exercício de 2016, que possibilitou uma redução de R\$702 milhões no valor do preço de exercício. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 (Opções de Venda).

#### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.643 milhões em 2016 comparada a R\$1.435 milhões em 2015, representando um aumento de 14,48%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);

- reajustes salariais de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$93 milhões.

#### Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$7 milhões em 2016 comparada a R\$137 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

#### Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado representou uma despesa no valor de R\$345 milhões em 2016, em comparação a uma despesa de R\$156 milhões em 2015.

#### Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015. Com o desligamento da UTE Igarapé a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação de geração de energia elétrica.

#### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$1.193 milhões em 2016 comparados a R\$1.252 milhões em 2015, uma redução de 4,71%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

#### Gás Comprado para Revenda

Em 2016 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$877 milhões, comparada a uma despesa de R\$1.051 milhões em 2015, representando uma redução de 16,56%. Esta variação decorre, basicamente, da redução da quantidade de gás comprado (1.063.677m<sup>3</sup> em 2016 comparados a 1.405.732m<sup>3</sup> em 2015).

### ***Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos***

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor total de R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova. Mais informações na nota explicativa nº 15.

### ***Resultado de valor justo em operação societária***

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 15.

### ***Resultado de Equivalência Patrimonial***

No exercício de 2016 a Companhia apurou uma perda com equivalência patrimonial no montante de R\$302 milhões, comparados a um ganho de R\$393 milhões em 2015. Essa variação reflete, de acordo com as participações detidas pela Companhia, principalmente, o prejuízo de R\$373 milhões da Renova Energia em 2016, em função, basicamente, de ajuste para perdas por desvalorização em investimento na Terraform e baixa de opção de venda com a SunEdison, somado ao ajuste para perdas por desvalorização em ativos de R\$68 milhões realizado pela Guanhães. Mais detalhes na nota explicativa nº15.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado em 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.437 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.341 milhões em 2015 (Reapresentado). Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- aumento de 39,11% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$1.928 milhões em 2016 comparados a R\$1.386 milhões em 2015. Este resultado decorre do aumento em 2016 do custo da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 14,06% em 2016 em comparação a 13,23% em 2015;
- redução de 36,69% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$245 milhões em 2016, comparados a R\$387 milhões em 2015, decorrente, principalmente, da menor variação do IPCA em 2016 (6,29% em 2016 comparado a 10,67% em 2015).
- redução de 79,65% nas despesas com variações cambiais, no montante de R\$35 milhões em 2016, comparados a R\$172 milhões em 2015, decorrente, substancialmente, da menor variação do Dólar em 2016 (desvalorização de 16,54% em 2016 em comparação à valorização de 47,01% em 2015).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 27 e mais detalhes sobre a reclassificação de saldos contábeis na Nota Explicativa nº 2.8 das Demonstrações Financeiras.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Em 2016, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$33 milhões em relação ao Resultado de R\$368 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 8,97%. A Companhia apurou em 2015 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$893 milhões em relação ao Resultado de R\$3.362 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,55%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

### ***Liquidez e Recursos de Capital***

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R\$3.162 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e debêntures da Cemig totalizaram R\$4.837 milhões e R\$10.342 milhões, com vencimento no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$783 milhões, R\$1.017 milhões, R\$579 milhões e R\$2.458 milhões, respectivamente. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacionais consolidados positivos nos valores de R\$1.213 milhões, R\$3.007 milhões em 2016 e 2015.

Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

Mais detalhes na nota explicativa nº 1 destas Demonstrações Contábeis.

### ***Caixa e Equivalentes a Caixa***

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$995 milhões, em comparação com R\$925 milhões em 31 de dezembro de 2015, e não foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

#### ***Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais***

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2016 e 2015 totalizou R\$1.213 milhões e R\$3.007 milhões, respectivamente. A redução no caixa gerado por atividades operacionais em 2016 em comparação com 2015 deveu-se, principalmente, do pagamento, em 2016, pela Cemig GT, da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015, no montante de R\$2.216 milhões.

#### ***Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2016 totalizou R\$614 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2015 de R\$3.217 milhões. O caixa consumido nas atividades de investimento em 2016 decorre, principalmente, de aportes feitos em investidas no montante de R\$1.455 milhões, parcialmente compensado pelos recursos aplicados em Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$1.401 milhões.

#### ***Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento***

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$529 milhões, e foi composto pela amortização de R\$5.592 milhões de financiamentos, pagamento de R\$675 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$5.737 milhões.

O fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$247 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.696 milhões de financiamentos, pagamento de R\$796 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$5.739 milhões.

#### ***Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida***

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para assegurar a sustentabilidade da Empresa.

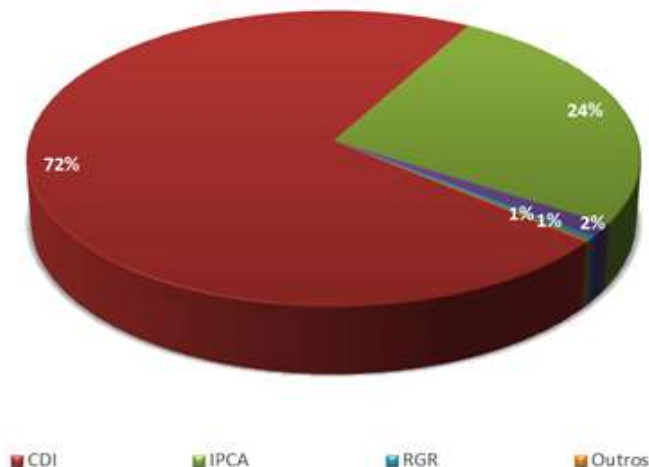
O ano de 2016, entretanto, reservou para a Companhia um grande desafio que foi o de refinar a dívida vincenda no curto prazo. Havia uma grande concentração de dívida vencendo no primeiro semestre, no caso da Cemig D, e no segundo semestre, no caso da Cemig GT. As duas subsidiárias da Companhia, entretanto, conseguiram realizar o refinanciamento dessa dívida, distribuindo a nova dívida num período de até 5 anos, demonstrando a capacidade das empresas acessarem o mercado para captação de recursos, mesmo em cenários de crédito e macroeconômicos mais desafiadores.

Enquanto a Cemig D reduziu em R\$822 milhões o seu endividamento em 2016, a Cemig GT, em função da dívida contratada pela empresa para financiar o pagamento da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015 (Leilão Aneel nº 12/2015), acabou elevando seu endividamento em 2016 em cerca de R\$922 milhões.

Ou seja, apesar do investimento expressivo no ano, destacando-se o pagamento da outorga mencionado no parágrafo anterior, de R\$2,2 bilhões, a Companhia busca a redução do seu endividamento para atingir os referenciais constantes do seu Estatuto Social.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

#### ***Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2016***

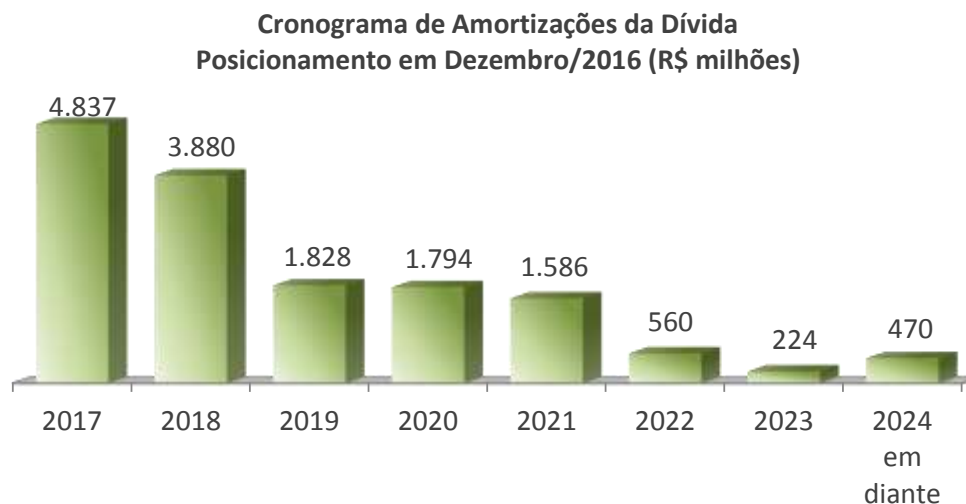


A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias através de papéis referenciados à taxa de juros local, bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 0,20%). O custo médio da dívida da Cemig GT, influenciado, portanto, pela política de taxa de juros em vigor no país, é de 8,40% a.a. a preços constantes e de 15,89% a.a. em custo nominal.

Apesar das condições atuais de mercado, a Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, para evitar pressões no fluxo de caixa que possam afetar a liquidez e sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$15.179 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,8 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



A Cemig continua tendo grande parte de sua dívida vencendo no curto prazo, em razão das condições de mercado dos últimos anos, mais restritas, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos. Exemplo disso, a Cemig GT realizou, em 29 de dezembro de 2016, sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R\$ 2.240 milhões, em série única, com prazo de vigência de 5 anos.

No ano de 2016, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT seguindo a deterioração do quadro econômico no país. A Standard & Poor's rebaixou o rating das 3 empresas de brAA- para brBBB+ na classificação nacional e de BB para B+ na classificação global. A Fitch também rebaixou o rating das 3 empresas de AA-(bra) para A(bra) na classificação nacional. Já a Moody's rebaixou, em fevereiro, o rating das 3 empresas de Aa2.br para Baa1.br na classificação nacional e de Ba1 para B1 na classificação global.



## AMBIENTE REGULATÓRIO

### Geração de Energia Elétrica

#### Usina Hidrelétrica de Jaguara (“Usina Jaguara”) e Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Para as concessões das usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, cujas concessões tem o seu prazo de vencimento do 1º termo, não considerando o período de renovação previsto contratualmente, em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a Lei 12.783/13 (MP 579), conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF.

A Cemig operou a usina de São Simão através do regime de cotas em 2016, onde somente recebeu uma remuneração (Receita anual de geração - RAG) pela operação e manutenção da usina.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 28 de março de 2017 a liminar foi revogada.

Mais detalhes sobre essa questão estão apresentados na Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras.

#### Pedido de Prorrogação de Prazo da UHE Miranda

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 21 de março de 2017 a liminar foi revogada.

### Conjuntura Hidrológica Brasileira

Após dois anos seguidos com um períodos úmido (novembro a março) abaixo da média, anos de 2014 e 2015 com 67% e 70% da média histórica respectivamente, o ano de 2016 verificou-se dentro da média histórica, o que possibilitou um ganho de armazenamento significativo nos principais reservatórios. A melhora da hidrologia, no armazenamento e o cenário de baixo consumo de energia levaram a redução na geração térmica do sistema e conseqüentemente uma queda no PLD (preço de curto prazo) ficando em média 67% abaixo do PLD médio de 2015.

A melhora nas condições do sistema no ano de 2016 reduziu a exposição do gerador hidráulico no mercado de curto prazo, reduzindo o impacto do GSF (Generation Scaling Factor) que fechou o ano em média 0,96 contra 0,85 de 2015.

### **Distribuição de Energia Elétrica**

#### Renovação dos contratos de concessão

Os contratos de concessão de distribuição da Cemig D foram prorrogados por mais 30 anos, agora consolidados em apenas um, conforme termos da Lei nº 12.783/13. A prorrogação, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira começam a ser avaliados ao término de 2017 e a meta para esse ano é que a distribuidora tenha um LAJIDA maior ou igual à zero. Importante ressaltar que esse resultado tem que se manter também nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Em relação aos indicadores de qualidade do serviço prestado, a ANEEL, a partir de 2016, iniciou a avaliação anual da duração (DECI) e da frequência (FECI) das interrupções ocorridas no sistema de distribuição de energia elétrica.

#### *Reajuste Tarifário Anual – Cemig D*

O reajuste tarifário anual da Cemig D foi transferido de 8 de abril para 28 de maio a partir de 2016. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de price-cap.

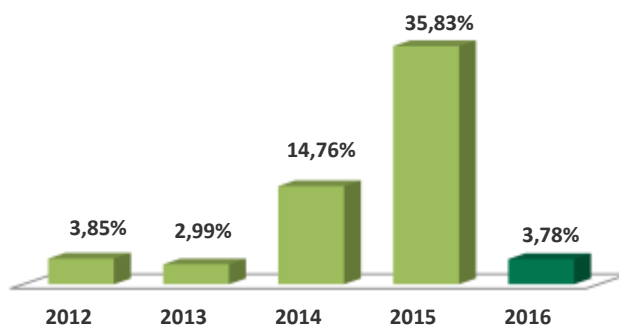
A ANEEL homologou o índice médio de reajuste de 3,78% para vigorar a partir de 28 de maio de 2016, com vigência até 27 de maio de 2017.

O aumento para o consumidor residencial foi de 4,21%. Para os consumidores industriais e do setor de serviços, atendidos em média e alta tensão, o aumento médio percebido foi de 2,06 %. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 4,63%.

Do valor cobrado na fatura, 21,4% fica com a Cemig Distribuição para remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária. Essa parcela é chamada de Parcela B. Os demais 78,6% são repassados para cobrir a Parcela A, composta pela compra da energia (28,7%), encargos setoriais (18,3%), encargos de transmissão (2,9%), além dos tributos, representados pelo ICMS (22,1%) e PASEP/COFINS (6,5%).

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig, mais de 689 mil consumidores são rurais e cerca de 724 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

### Reajustes Tarifários



Obs: O reajuste tarifário de 2015 está composto de 7,07%, em vigor a partir de 08 de abril de 2015 e 28,76% de reajuste extraordinário em vigor a partir de 02 de março de 2015.

### *Bandeiras Tarifárias*

As Bandeiras Tarifárias são um sistema instituído pela ANEEL para sinalizar aos consumidores as condições e os custos reais da geração de energia elétrica no mês de consumo, permitindo que o cliente responda de forma mais racional ao preço da energia. O mecanismo entrou em vigor em janeiro de 2015.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias é feito pelas distribuidoras para a Conta Centralizadora, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os recursos disponíveis nessa conta são repassados para as distribuidoras, conforme a necessidade de cobertura dos custos com geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

Além do sinal tarifário, o Sistema de Bandeiras Tarifárias está sendo um importante mecanismo para mitigar o descasamento entre despesa e cobertura tarifária de compra de energia.

Em função da melhoria do nível dos reservatórios durante o ano de 2016, ocorreu uma redução nos encargos das bandeiras nesse ano. Em 2015 recebemos R\$1.066 milhões de recursos das bandeiras em comparação a R\$360 milhões em 2016.

### Gestão das perdas

O Índice de Perdas Totais da Distribuição em 2016 foi de 13,52% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 1,83% em relação ao valor de 2015) sendo a meta regulatória estabelecida para o final de 2016 de 10,92%.

As Perdas Totais da Distribuição são compostas pelas Perdas Técnicas mais as Perdas Comerciais (Perdas Não Técnicas). O Índice de Perdas Técnicas em 2016 foi de 9,56% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 0,66% em relação ao valor realizado em 2015) para uma meta regulatória de 7,84%.

Para ter um nível de Perdas Técnicas regulatórias mais aderentes às reais características do sistema elétrico da Cemig D na próxima revisão tarifária (2018), foi instituído desde 2014 um grupo de trabalho que tem conduzido diversos estudos e trabalhado na implementação da nova metodologia de cálculo de Perdas Técnicas válida para o 4º CRTP (módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica - Prodíst).

O aumento das Perdas Comerciais em 2016 foi impulsionado pelo cenário macroeconômico desfavorável com alta da inflação e do desemprego associado aos reajustes.

Em 2016, visando coibir o aumento das Perdas Comerciais e educar a população sobre os diversos prejuízos causados pelas irregularidades, a Cemig realizou vários mutirões de inspeções em pontos estratégicos de Belo Horizonte e do interior do estado, com atuação simultânea da mídia e divulgação de várias notícias a partir dos diferentes meios de comunicação (mídia escrita, rádio e televisão).

Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos softwares de seleção de alvos de inspeção, aperfeiçoamentos na qualidade do processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, sendo que a Cemig mantém desde 2012 uma estrutura dedicada de telemedição, a partir do seu Centro Integrado de Medição, que possibilita o monitoramento remoto de cerca de 13 mil grandes clientes que representam cerca de 45% do faturamento da companhia.

Outra ação importante para mitigação de Perdas Comerciais diz respeito ao programa de modernização do parque de medição dos consumidores em todo o estado. Em 2016, a partir desse programa, 153 mil medidores obsoletos e depreciados foram substituídos por medidores novos com tecnologia eletrônica, permitindo uma medição mais precisa e reduzindo a susceptibilidade à realização do furto de energia nesses equipamentos.

## Light

O ano foi marcado pela definição de um novo modelo de combate às perdas não-técnicas. Considerando as condições macroeconômicas e um novo diagnóstico das causas e localização das perdas, a Light revisitou sua estratégia e intensificou sua atuação em bairros de média e alta rendas (“Áreas Possíveis”), por meio de medidas de gestão que visam à recuperação e incorporação de maiores volumes de energia por cliente e menor gasto por MWh combatido. Anteriormente, o combate às perdas era intensivo em CAPEX e nas áreas com índice de perdas mais elevadas, que se localizam nos bairros e comunidades com renda mais baixa e maior incidência de violência (“Áreas de Risco”).

## Transmissão de energia elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

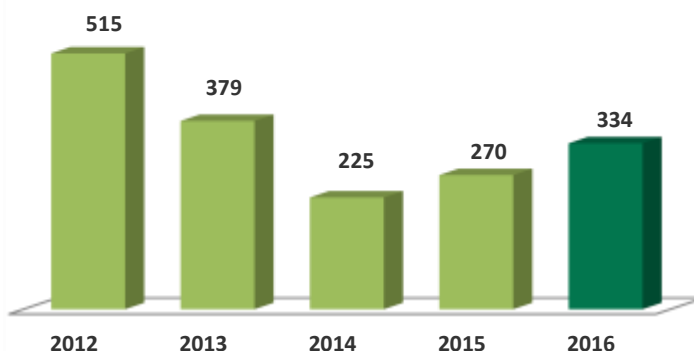
O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária, prevista para 2017. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pela inflação, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*.

Em julho de 2016, a RAP da Cemig GT (contrato 006/97) foi reajustada em 26,5%, em função da aplicação do IPCA sobre a receita homologada com o acréscimo da receita de novos reforços e melhorias.

A Cemig GT ainda possui a concessão de uma subestação licitada, SE Itajubá, cujo reajuste também ocorre em julho, tendo como índice de atualização o IGP-M.

A Receita homologada para o ciclo 2016/17, das duas concessões, soma R\$334 milhões, sendo R\$297 milhões da Cemig GT e R\$37 milhões da SE Itajubá.

### RAP Cemig Transmissão

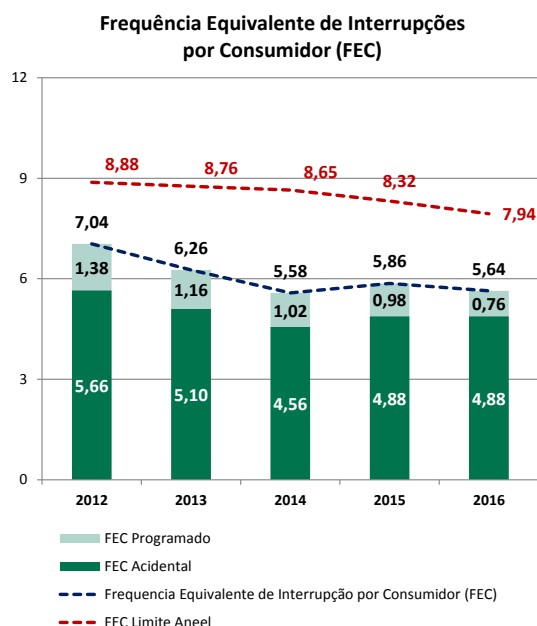
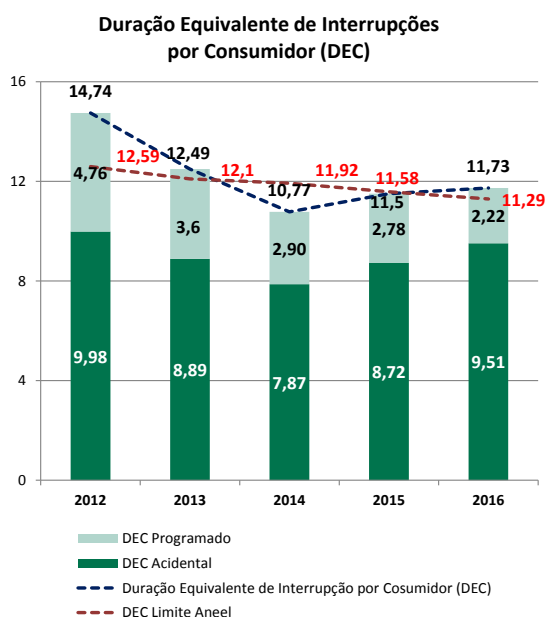


Deve ser ressaltado que a redução na RAP verificada em 2013 decorre da adesão da Companhia aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579), com a prorrogação da concessão por 30 anos e a remuneração a partir daquela data apenas pela operação e manutenção dos ativos existentes naquele época.

## RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

### Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).



## Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 622 Postos de Atendimento. Em 2016 foram registrados 9,76 milhões de contatos através deste canal.

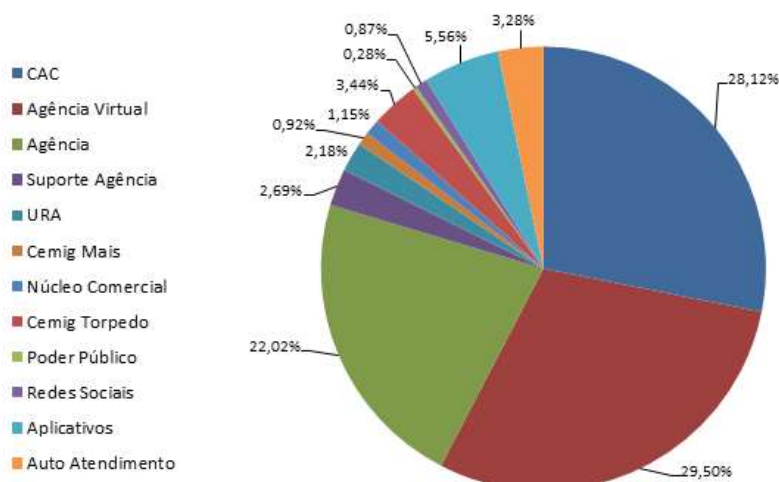
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2016 foi de 11,1 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2016 foram recebidas 1,36 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2016 mais de 11,6 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve mais de 39,5 milhões de atendimentos em 2016, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:





## INVESTIMENTOS

Com base no Plano Diretor, documento que norteia os negócios da Cemig (2005-2035), são definidas as metas de crescimento para o Grupo Cemig bem como as estratégias utilizadas para alcançá-las. Um dos direcionadores estratégicos da Cemig é o crescimento sustentável, com foco no crescimento da geração de eletricidade proveniente de fontes renováveis.

Para assegurar a continuidade de seus negócios, sua progressão no mercado e a confiabilidade e disponibilidade de energia elétrica aos clientes e consumidores, a Cemig acompanha suas participações, supervisionando a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas através de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios e pelo planejamento do programa de investimentos. A seguir, serão apresentadas as principais participações que a Cemig tem e seus destaques.

### **Investimentos em Geração:**

A Companhia fez os seguintes investimentos em geração no exercício de 2016:

#### Leilão Aneel (Lote D)

O Conselho de Administração deliberou autorizar a constituição de sete Sociedades de Propósito Específico – SPEs (Três Marias, Salto Grande, Itutinga, Camargos, Sul, Leste e Oeste), que receberam um aporte inicial de R\$ 15.783 mil para operar as usinas hidrelétricas do Leilão Aneel nº 12/2015 (Lote D). O pagamento da outorga foi de R\$ 2.216 milhões.

#### Renova Energia S.A. - Renova:

Em 2016, a Renova baseou sua estratégia em três pontos principais: foco na execução de projetos em construção, adequação da estrutura de capital e revisão do plano de negócios, com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos seus negócios no longo prazo.

#### *1 - Foco na Execução de Projetos em Construção:*

Em janeiro de 2016, a Renova conectou integralmente os parques eólicos do complexo Alto Sertão II, iniciando a operação comercial de mais cinco parques do leilão de 2011. Após o vencimento dessa etapa, passou a ter um portfólio em operação de 463,1 MW de capacidade instalada em energia eólica/solar e 190,2 MW em PCHs. Outro ponto importante no ano foram os esforços concentrados na conclusão do projeto Alto Sertão III fase A que se encontra em fase avançada de execução (87% de compleição).

Quando concluído, o projeto adicionará 411 MW de capacidade instalada ao portfólio da Renova (que totalizará 1,1 GW em operação). Em adição, a Renova já concluiu 100% da montagem dos painéis solares e torres eólicas do projeto Híbrido, aguardando apenas a conexão da subestação para energização dos parques.

### *2 - Adequação da Estrutura de Capital:*

A Renova vem atuando intensamente na adequação da sua estrutura de capital ao perfil de longo prazo de seus projetos. O primeiro passo foi dado em fevereiro de 2016, quando a Renova anunciou um aumento de capital. Esse processo foi concluído em junho de 2016 com um volume total de subscrições de R\$280 milhões, sendo R\$240 milhões da Cemig GT e R\$40 milhões da Light Energia principalmente destinados às obras do Alto Sertão III, reforçando o comprometimento dos sócios controladores com o futuro da Renova. Em dezembro de 2016, a Renova anunciou um novo aumento de capital com volume total de até R\$300 milhões que será concluído em 2017. Além disso, a Renova recebeu antecipadamente o montante de R\$118 milhões decorrentes de contratos de energia para endereçar compromissos financeiros e operacionais de curto prazo e vem negociando o alongamento de dívida com seus principais financiadores.

### *3 - Revisão do plano de negócios:*

A Renova tem buscado se adaptar aos novos desafios e desde o quarto trimestre de 2015 vem otimizando seus processos e implantando novos sistemas com o objetivo de melhorar seus resultados. No segundo trimestre de 2016 cancelou o contrato de 676 MW de capacidade instalada com a Cemig GT e negociou a postergação da entrega de 67% da energia do contrato Light II para janeiro de 2020. Essas medidas foram tomadas com o intuito de otimizar e reduzir a sua necessidade de investimentos no curto prazo e melhorar a sua posição de liquidez.

### *Investimento na usina de Santo Antônio:*

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio) encerrou o ano de 2016 com todas as suas 50 turbinas em operação e alcançou, assim, sua capacidade plena de produção de energia. Somente em 2016, a hidrelétrica colocou quinze novas unidades geradoras em operação. A construção da UHE Santo Antônio representou um investimento de cerca de R\$ 24 bilhões.

A usina possui capacidade para gerar 3.568 MW de energia, de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros. Das suas 50 turbinas, 44 abastecerão o Sistema Interligado Nacional (SIN), enquanto as outras 6 serão dedicadas exclusivamente aos estados de Rondônia e do Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico daquela região.

A UHE Santo Antônio alcançou, entre todos os projetos analisados, o maior número de notas máximas na categoria Implantação em avaliação realizada pela IHA – International Hydropower Association, uma organização sem fins lucrativos, fundada há quase vinte anos, com suporte da Unesco, que mede a sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos. Essa avaliação reforça o compromisso da Hidrelétrica Santo Antônio com as melhores práticas globais de sustentabilidade.

#### Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) administrada pela empresa Norte Energia S.A., em que a Cemig tem uma participação indireta de 5,13%, está localizada no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará.

A UHE Belo Monte conta com duas casas de força: Belo Monte e Pimental. A primeira é a principal, com dezoito turbinas, com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW, e a segunda, auxiliar, com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte será responsável por 7,5% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Three Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW). O empreendimento está demandando um investimento de R\$35,3 bilhões (em moeda corrente) que incluem R\$3,4 bilhões em ações sociais compensatórias.

No primeiro semestre de 2016, entraram em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal e da primeira unidade da casa de força complementar teve início no mês de abril. Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro unidades em operação no sítio Belo Monte e quatro unidades em operação no sítio Pimental, agregando 2.600 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional.

#### Guanhães Energia:

A Guanhães Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais totalizando 44 MW de Potência Instalada. Esta empresa tem como acionistas a Light Energia S.A (51%) e a Cemig Geração e Transmissão S.A (49%).

Desde dezembro de 2015 as obras de implantação das PCHs foram paralisadas em decorrência da rescisão do Contrato de implantação, motivada por inadimplência do fornecedor. Encontram-se em andamento estudos para reestruturar o projeto e viabilizar a retomada das obras.

Apesar dos atrasos nas obras, pode-se destacar o avanço nas ações socioambientais, tendo sido aprovadas compensações florestais e espeleológicas, que possibilitarão a proteção e a recuperação de áreas maiores que as áreas atingidas pelo empreendimento.

Com as ações ambientais em fase de conclusão, aguarda-se a obtenção das Licenças de Operação das quatro PCHs em 2017.

Maiores informações sobre os investimentos em geração, incluindo os aportes realizados, podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras.

## **Investimentos em Transmissão**

### Plano de Melhorias da Transmissão (PMT)

O Conselho de Administração aprovou a revisão da curva de investimentos do Plano de Melhorias da Transmissão - PMT, para o ciclo 2013/2017, mantendo-se o montante original aprovado de R\$170 milhões, expresso em moeda de junho de 2015. No ano de 2016, destaca-se no Sistema Elétrico um planejamento de R\$ 36 milhões e uma realização de R\$ 32 milhões.

### Taesa

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa é uma companhia privada controlada pela Cemig, que detém 42,72% do capital votante e 31,54% do capital total, e pelo FIP Coliseu. A Taesa tem sido o vetor de crescimento da Cemig no segmento de transmissão, dedicando-se à construção, operação e manutenção de linhas de transmissão em todas as regiões do país.

Em 2016, a Taesa sagrou-se vencedora em cinco lotes para transmissão de energia. Em abril, a companhia adquiriu o lote P no leilão 013/2015, com RAP de R\$56 milhões e CAPEX de R\$276 milhões. Já na segunda etapa do leilão 013/2015, realizada em outubro, a Taesa venceu quatro lotes: um de forma individual, dois como integrante do Consórcio Columbia (50% Taesa – 50% CTEEP) e um através de uma coligada (Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A – EATE). No total, considerando as participações proporcionalmente, a Taesa ganhou R\$315,2 milhões de RAP, correspondente ao investimento de R\$ 1,6 bilhão e extensão de 1,5 mil km.

## **Investimentos em Distribuição**

### ***Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD***

#### Investimentos no sistema elétrico:

Para o ciclo tarifário (2013/2017) os investimentos no sistema elétrico da Cemig D serão na ordem de R\$4,7 bilhões.

Em 2016, os investimentos foram de R\$844 milhões, sendo R\$216 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R\$601 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R\$27 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referente aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

### ***Investimentos da Light Distribuição***

O ano de 2016 foi marcado pela finalização das obras de transformação do Rio de Janeiro e pela operacionalização da estrutura requerida para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

A Light se mobilizou para que o fornecimento de energia nesse período ocorresse de uma forma segura e confiável, cumprindo os planos de manutenção das redes, as obras de expansão da rede e novas ligações, os planos de operação e contingências, além do seu envolvimento na construção da Subestação Olímpica, controlada em conjunto pela Light S.A. e por Furnas Centrais Elétricas S.A., e da instalação da energia temporária.

A melhoria no atendimento, a presença nas ruas no combate às perdas e a realização de mutirões para a melhoria da rede elétrica deixaram claro para o cliente que a empresa está empenhada em prestar um serviço de qualidade.

### ***Rio Minas Energia Participações S.A. e Luce Empreendimentos e Participações S.A.***

O Conselho de Administração autorizou, em 11 de novembro de 2016, o aumento do Capital Social, a subscrição e a integralização de ações da Rio Minas Energia Participações S.A. - RME no montante de R\$222 milhões e da Luce Empreendimentos e Participações S.A. - LEPSA no montante R\$226 milhões, sendo o efetivo desembolso ocorrido em 21 de novembro de 2016. Adicionalmente, a CEMIG adquiriu, em 30 de novembro de 2016, a totalidade das ações de emissão da RME e LEPSA detidas pelo BTG Pactual S.A. – BTG, pelo valor de R\$202 milhões.

### ***Gás Natural***

O ano de 2016 foi de grandes mudanças e, principalmente, desafios para a Gasmig, que aumentou sua base de clientes em 267,5%, saltando de 4.215, em 2015, para 15.490 unidades consumidoras em 2016.

A Gasmig investiu o montante de R\$50 milhões na expansão das Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais, com a construção de 58,9 km de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no Sul de Minas, e em Juiz de Fora, visando ao atendimento de consumidores dos segmentos comercial e industrial.

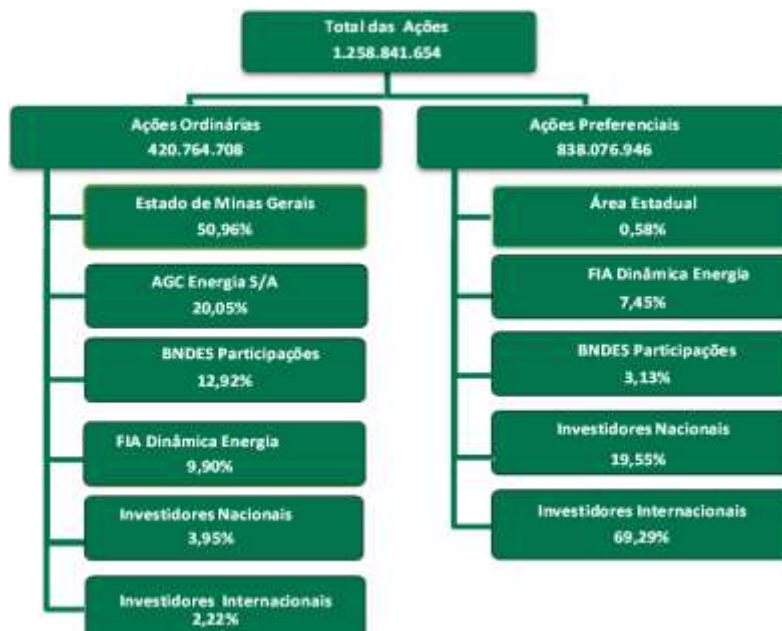
Em dezembro, a Gasmig apresentou os resultados do “Projeto Frota Verde”, que tem como meta reduzir em até 60% os gastos com combustível e em mais de 20% as emissões de CO<sub>2</sub>, implantado na cidade de Andradas, no II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Rui Barbosa – instituto que agrega todos os tribunais de contas do País – com o objetivo de discutir a melhoria da administração e políticas públicas.

### **MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS**

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

## Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$9.773 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



## Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2015 e 2016, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2015	Fechamento 2016
Cemig PN	CMIG4	R\$	5,97	7,71
Cemig ON	CMIG3	R\$	6,28	7,88
ADR PN	CIG	US\$	1,46	2,28
ADR ON	CIG.C	US\$	1,74	2,53
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	1,43	2,25

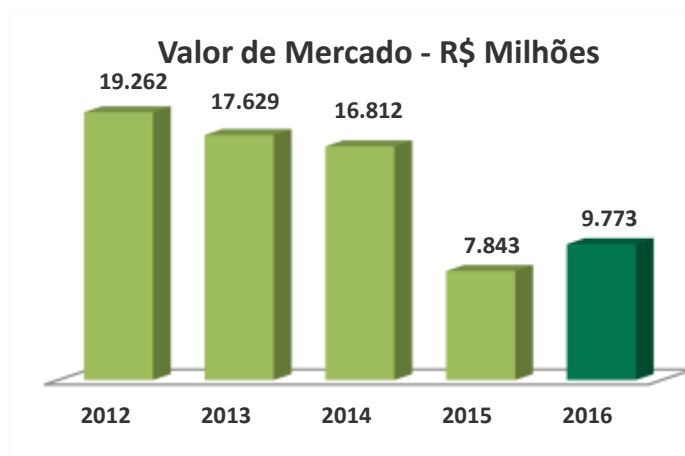
Em 2016, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$13,3 bilhões, com uma média diária de R\$53,5 milhões. Esse volume negociado é 18% maior do que o observado no ano anterior e faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2016 foi de US\$9,7 milhões e movimentou US\$2,45 bilhões, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento.

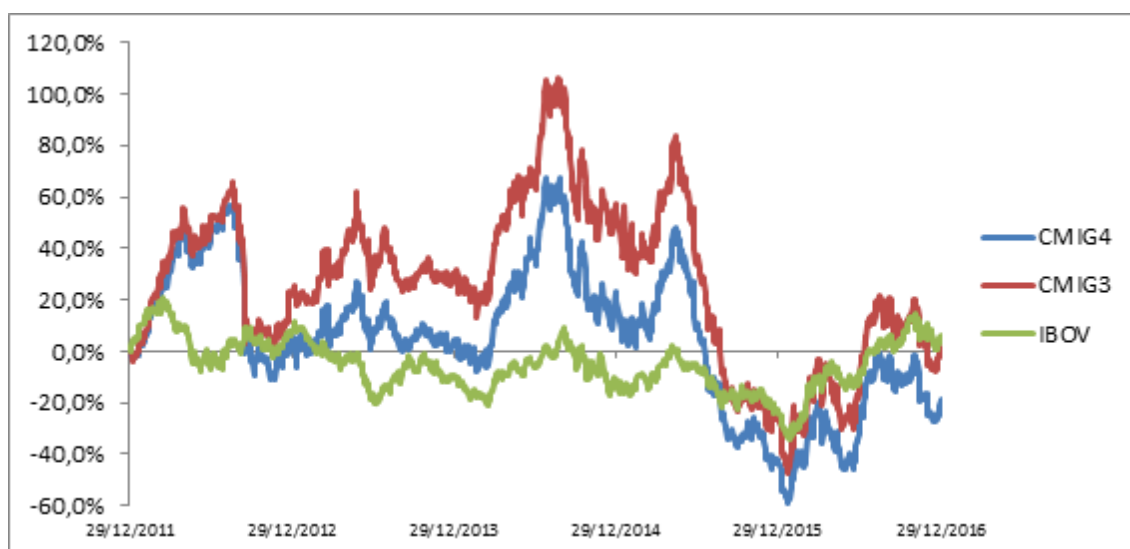
Em termos de desempenho, a empresa foi a 3ª mais negociada do setor elétrico na Bovespa. Entre os ADRs do setor elétrico brasileiro negociados na NYSE, a Cemig apresentou o maior volume negociado em 2016. Segue tabela com a variação na cotação das ações da Cemig em 2016 na comparação com índices de desempenho de ações:

	CEMIG4	CEMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2016	44%	37%	76%	71%	39%	14%	47%

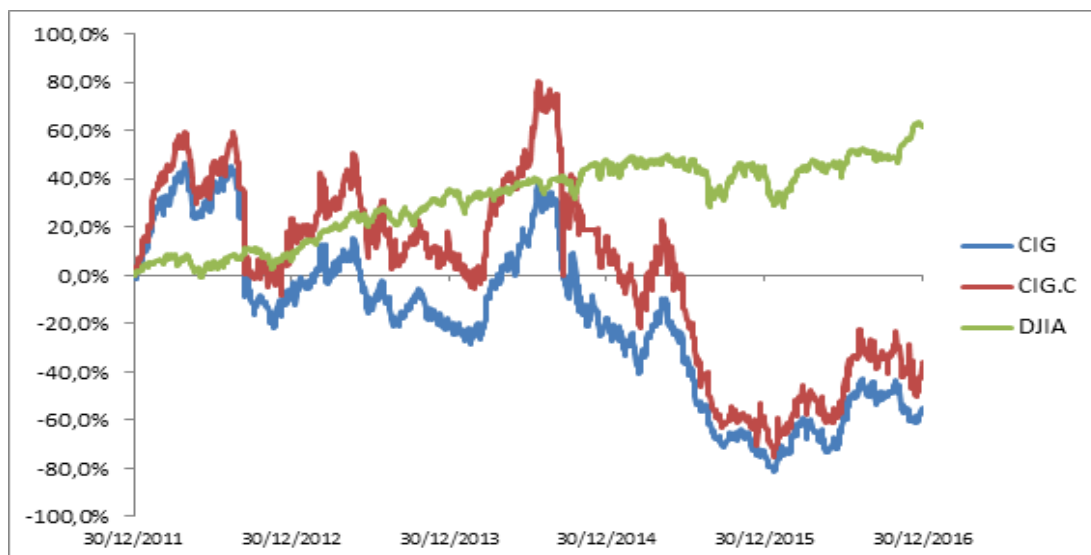
O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano.



Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores:







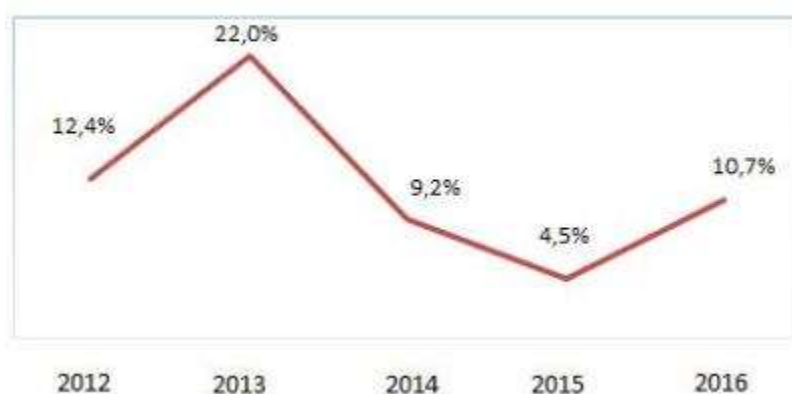
Fonte: Economática

### POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Cemig, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos, geralmente, em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente ao exercício a que se referem.

### Dividend Yield



## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada até 12 de maio de 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$334 milhões e do saldo de Lucros Acumulados de R\$37 milhões:

- R\$204 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas das ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$161 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital;
- R\$7 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2016 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

Adicionalmente, em dezembro de 2016 a Companhia declarou o pagamento de R\$380 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas possuidores de ações preferenciais e ordinárias que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de dezembro de 2016. O valor total do JCP terá como contrapartida a conta reserva de retenção de lucros.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros ser reeleitos ao término do mandato. Em 2016, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2016 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

E adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2016	% em relação à auditoria	2015	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	1.570	100,00	1.551	100,00
Serviços Adicionais:				
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSLL	82	5,22	78	5,03
<b>Total Geral</b>	<b>1.652</b>	<b>105,22</b>	<b>1.629</b>	<b>105,03</b>

Os serviços adicionais foram contratados para o período de abril de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse. Este contrato foi prorrogado em abril de 2015 para vencimento em março de 2017.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

## AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos na Cemig vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC, que tem como principais atribuições: (i) Recomendar, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes e procedimentos a serem adotados no Processo de Monitoramento de Riscos Corporativos, visando a eficácia e a melhoria contínua do processo; (ii) Monitorar continuamente o cenário em que a Empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da Empresa, visando identificar os principais riscos e recomendar ações mitigadoras prioritárias a serem propostas à Diretoria Executiva; e (iii) Acompanhar a estrutura de controles internos e ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da CEMIG .

Em março de 2016, a estrutura de gestão de riscos da Empresa foi reforçada com a criação da Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos, seguindo as tendências de normas e melhores práticas nacionais e internacionais de valorização do assunto. Esta superintendência, subordinada à Presidência, tem como principais atribuições: desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar. Ainda neste ano, foram mapeados os Top Risks (riscos priorizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração) e foi atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

### *Política Antifraude*

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

### *Lei Sarbanes-Oxley e Certificação de Controles Internos*

A Cemig obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos relativos aos procedimentos de elaboração e divulgação dos Relatórios Financeiros Consolidados, para o exercício social de 2015, conforme parecer dos auditores independentes, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir da análise e revisão dos riscos dos processos, documenta e testa a efetividade dos controles internos sobre a elaboração e divulgação dos relatórios financeiros nos níveis de processos da entidade, dos negócios e da tecnologia da informação, conforme as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e com base nos critérios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) - 2013.

Além de atender a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

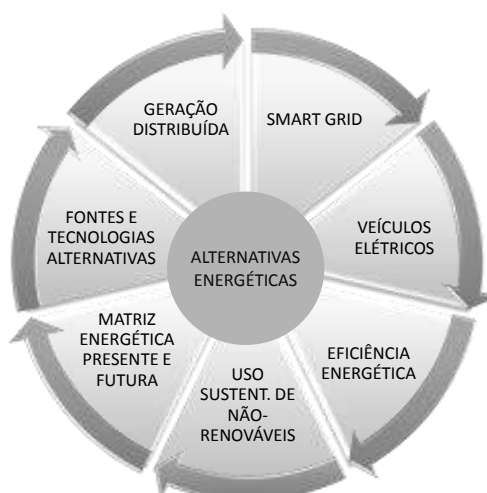
## GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores: a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

### Alternativas energéticas

Na visão da Cemig, o termo “Alternativas Energéticas” abrange toda a cadeia energética, incluindo transporte, transformação, rotas tecnológicas, oferta e armazenamento, eficiência energética e uso final da energia. Por serem elementos integrantes e mutuamente dependentes na matriz energética, as alternativas energéticas se intercomunicam, conforme a figura seguinte.



Os impactos relativos às alternativas energéticas são essencialmente positivos ou têm intenções positivas, de acordo com as possibilidades elencadas abaixo:

- Redução do uso de combustíveis fósseis juntamente com a redução dos gases de efeito estufa;
- Minimização da carga sobre as fontes primárias e os recursos naturais com consequências diretas para as alterações climáticas decorrentes dos gases de efeito estufa;
- Desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis;
- Criação de competências científicas, técnicas e tecnológicas, sendo que os impactos diretos podem abranger a formação de recursos humanos juntamente com a publicação científica, o desenvolvimento de cadeias industriais com reflexos na produção industrial e de patentes. O conjunto destas atividades pode levar a reflexos econômicos;
- Criação de configurações energéticas;
- Desenvolvimento local e regional.

### **Programa de Pesquisa & Desenvolvimento**

O Grupo CEMIG investe atualmente, cerca de R\$40 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Deseja-se promover e viabilizar o ciclo completo da cadeia da inovação, desenvolver conhecimento e transformar boas ideias, experimentos laboratoriais bem sucedidos e qualidade de modelos matemáticos em resultados práticos que melhorem o desempenho das organizações e a vida das pessoas.

#### Pesquisa & Desenvolvimento Cemig GT

Nos últimos 3 anos a Cemig Geração e Transmissão investiu mais de R\$55 milhões em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 60 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de R\$13 milhões.

#### Pesquisa & Desenvolvimento Cemig D

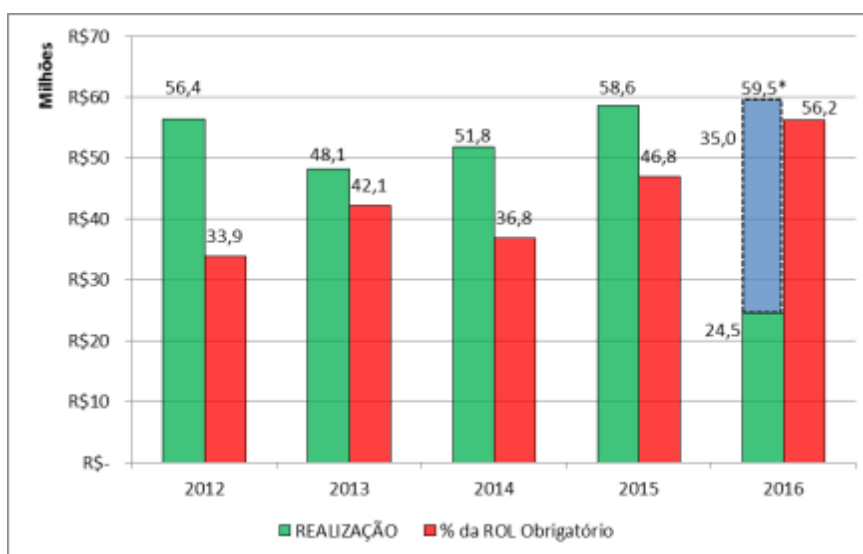
Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 50 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 40 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 10 milhões de reais.

Destacam-se os projetos para teste e diagnóstico básico de transformadores de distribuição de poste com proteção operada, sem desconexão da rede de Baixa tensão e o projeto de desenvolvimento de soluções inovadoras para viabilização de agências de atendimento com soluções automatizadas para os consumidores da Cemig, incluindo pessoas com diferentes tipos de necessidades especiais.

## Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual mínimo da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética, além da publicação anual de uma Chamada Pública de Projetos, aonde a sociedade tem a oportunidade de apresentar propostas a serem realizadas com o recurso da Eficiência Energética.



\*Foram disponibilizados R\$ 35 milhões na Chamada Pública de Projetos 2016, elevando o valor total disponibilizado para projetos de Eficiência Energética para R\$ 59,5 milhões.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2016 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: Por meio do Programa de Subvenção, a Cemig concede 25% de desconto nas faturas de energia elétrica a instituições que prestam serviços de filantropia. Em 2016, 1.134 entidades foram beneficiadas, totalizando R\$ 8,9 milhões em desconto em contas de energia.

O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Em 2016, 203 instituições receberam R\$50,3 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2016/2017, envolveu a participação de 2.133 empregados, que voluntariamente destinaram R\$1.311 mil, com o intuito de beneficiar cerca de 25.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 199 instituições. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R\$249,6 mil. No total, foram destinados R\$1.561 mil para entidades distribuídas em 101 municípios da área de atuação da Empresa.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2016 foi superior a R\$ 23 milhões, com uma economia de energia de 8.292 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 3.302 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos o Projeto Conviver, iniciado em 2006. O Projeto Conviver orienta clientes de baixa renda sobre ações e medidas de eficiência energética. São dois os projetos em andamento: Conviver Solar I e II. Nestes projetos, foram beneficiadas 2.264 famílias residentes em conjuntos habitacionais de baixa renda e houve substituição de 11.320 lâmpadas, totalizando um investimento de cerca de R\$ 8,2 milhões ao longo de sua implementação, sendo R\$ 594 mil em 2016. A economia de energia foi de 1.303 MWh/ano e a redução de demanda na ponta, de 1.033 kW.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R\$ 15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 65 foram concluídos e 24 encontram-se em execução. Foram investidos R\$ 6 milhões em 2016.



## **Projetos culturais, esportivos e de saúde**

O fortalecimento do setor cultural é uma das prioridades da Empresa voltada para a cidadania corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e identidade das comunidades onde atua, bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e locais.

O ano de 2016 foi de grande desafio, principalmente em decorrência da crise financeira enfrentada em todo o País. Para dar continuidade aos projetos, mantendo-se como referência para a sociedade em investimento em cultura, esporte e outras Leis de Incentivo, a Cemig realizou parcerias com outras empresas do grupo: Taesa, Sá Carvalho e Aliança Energia, que também aplicaram recursos de Leis Federais em importantes projetos no Estado.

### Saúde:

a Cemig participou dos Programas do Ministério da Saúde em conjunto com o Governo de Minas – Secretaria de Estado da Saúde, conforme segue:

- Pronas – Programa Nacional de Assistência à Saúde, beneficiando quatro entidades (APAE de Cristais, APAE de Três Pontas, APAE Dores de Campo e APAE de Caratinga);
- Pronon – Programa Nacional de Apoio Oncológico, beneficiando uma entidade de referência em tratamento oncológico no Estado de Minas Gerais, o Hospital Mário Penna, cujo projeto tem como objetivo a implantação de uma linha de pesquisa voltada à prospecção de biomarcadores em pacientes com câncer.

### Fundo do Idoso:

O Fundo é gerido por Conselhos dos Direitos do Idoso Estaduais para realizar programas no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos dos Idosos.

Um dos Projetos atendidos é o do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS), por meio do projeto REDE CeMAIS 3i, que visa promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados em Belo Horizonte, assim como o aprimoramento da gestão de 28 Instituições de Longa Permanência para Idosos do município.

### Esportes:

O Programa gera benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, fortalece sua imagem como uma empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais. Em 2016, o total investido em esportes foi de R\$ 1,22 milhão, sendo de R\$ 752 mil através de recursos próprios da Cemig e R\$ 469 mil por meio de empresas parceiras.

### Cultura

O fortalecimento do Setor Cultural continua uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e a identidade das comunidades em que atua bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e mineiras. Além disto, fortalece sua reputação junto às diversas partes interessadas como uma empresa guardiã do patrimônio cultural e que estimula a expressão artística.

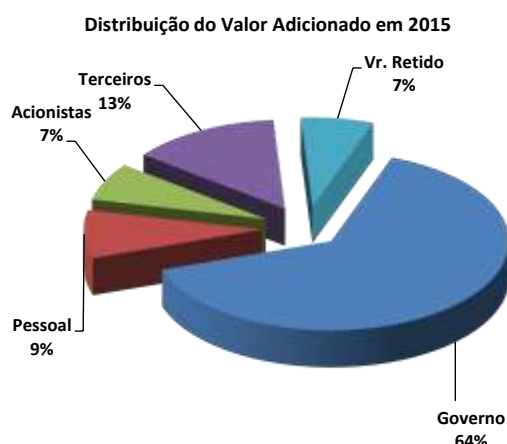
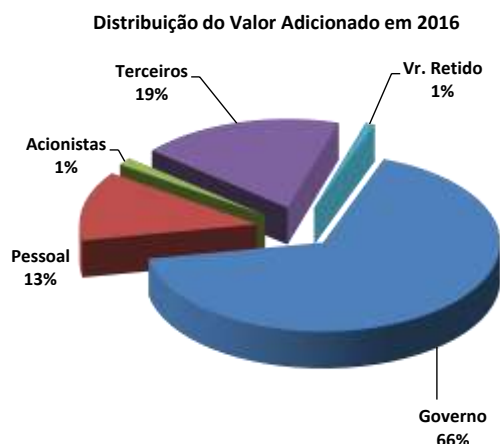
Para realização das iniciativas culturais, a Cemig é parceira da Secretaria de Estado da Cultura (MG), o que garante o alinhamento com as políticas públicas, fator estratégico para a assertividade na escolha dos projetos a serem patrocinados e também na participação e continuidade de ações estruturadoras da área.

A Cemig preocupa-se em levar a cultura por todo o Estado de Minas Gerais, descentralizando as ações da capital. Estima-se que mais de um milhão de pessoas tiveram acesso a alguma ação sócio cultural por meio dos investimentos realizados na Empresa em mais de 100 cidades e em todas as regiões do estado.

Os patrocínios em cultura alcançaram o total de 123 projetos em 2016 com investimentos de R\$ 15,25 milhões.

### **Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade, com R\$14.754 milhões de valor adicionado em 2016 em comparação a R\$18.165 milhões em 2015.

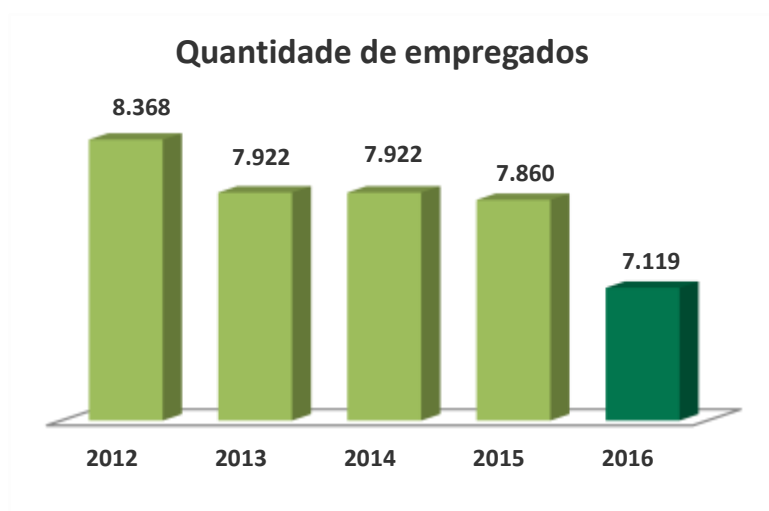


## Recursos Humanos

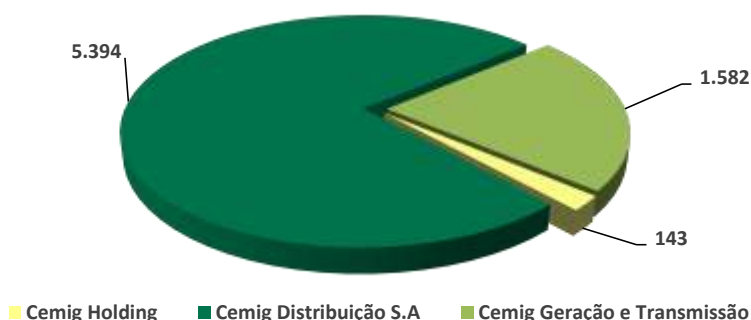
A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

### Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2015 e em 2016 foram lançados Programas de Desligamento Voluntário Programado, com o total de 750 desligamentos ocorridos em 2016. A Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, conforme apresentado no gráfico a seguir:



## Empregados por empresa



### Provimento

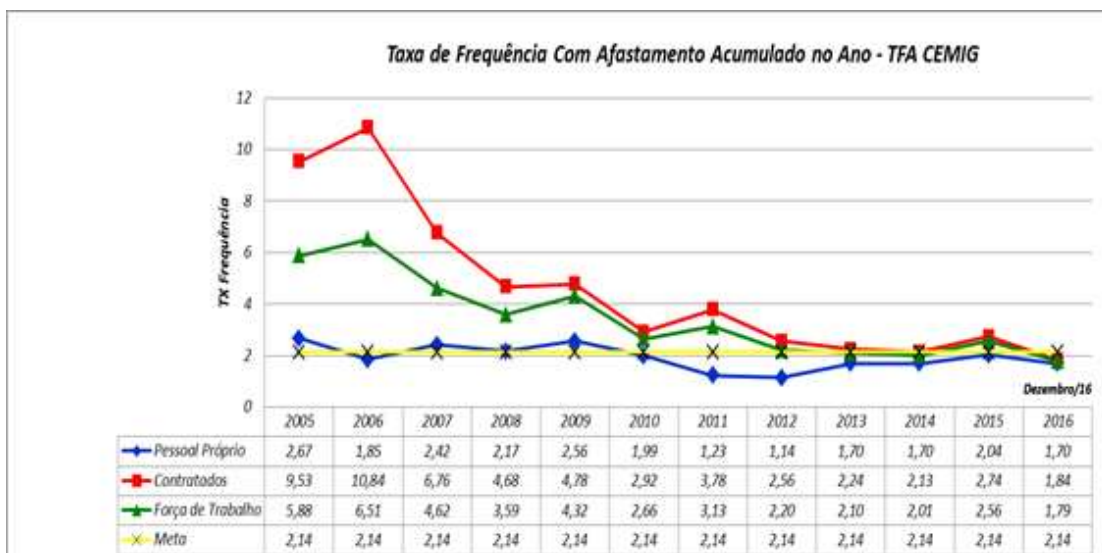
Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Empresa no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

O provimento de pessoal da Empresa é baseado em três pilares, sendo eles: a mobilidade interna, seleção interna e concurso público. A Seleção Interna é um importante instrumento motivador, que permite a progressão na carreira e a retenção de talentos, incentiva o desenvolvimento e aprimoramento da qualificação do quadro de pessoal, trazendo uma visão de longo prazo e perspectivas de crescimento, evitando a estagnação do profissional. Em março de 2016 foi finalizado o processo Seleção Interna, que viabilizou 144 promoções e houve uma participação efetiva de aproximadamente 1.000 empregados neste processo.

Cabe ressaltar que as ofertas internas de perfis na Empresa e as limitações legais às quais a organização está submetida restringem, em certa medida, o aproveitamento de parte dos empregados. Daí a necessidade de compatibilizar regularmente os processos internos de mobilidade e seleção com o Concurso Público, a fim de proporcionar a sustentabilidade requerida, em termos de força de trabalho, aos seus diversos negócios e em consonância com o perfil profissional que cada função requer. Por meio dos concursos públicos em vigor, em 2016, foram admitidos 67 novos empregados.

### Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos 11 anos. Em 2016, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho fechou em 1,79 acidentes por 1 milhão de horas trabalhadas, 30% menor que em 2015, ficando 16,36% abaixo do limite de 2,14.



Comparando com o histórico dos últimos anos, tivemos uma redução na TFA de 16,66% para Pessoal Próprio, 32,85% para Pessoal Contratado ao compararmos com os resultados obtidos em 2015. Diversas ações foram realizadas, de forma a possibilitar os excelentes resultados registrados em 2016, onde se destacam:

- ✓ Filiação à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS;
- ✓ Criação do Grupo Integrado de Prevenção de Riscos de Acidentes de Trabalho;
- ✓ Implementação, em abril de 2016, do Plano Integral de Prevenção de Riscos e Acidentes de Trabalho, elaborado pela OISS, com o objetivo de atingir a “Meta Zero de Acidentes Graves, Fatais, e de Afastamento do Trabalho Superior a 15 dias”.

### UniverCemig

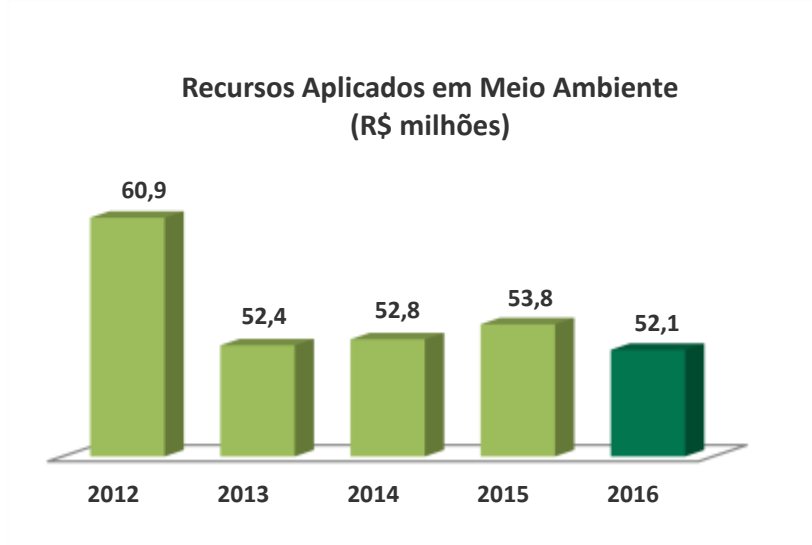
Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Para o ano de 2016, em função do cenário econômico e da crise do setor energético brasileiro, com conseqüente redução dos recursos financeiros, a estratégia adotada foi de atendimento de demandas prioritárias ao negócio da Empresa, tais como os cursos sobre segurança, os que impactam diretamente na eficiência operacional e os que atendem a requisitos legais.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2016, 9.143 participações e 236.347 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e também para treinamento de empregados de outras empresas.

## Meio Ambiente

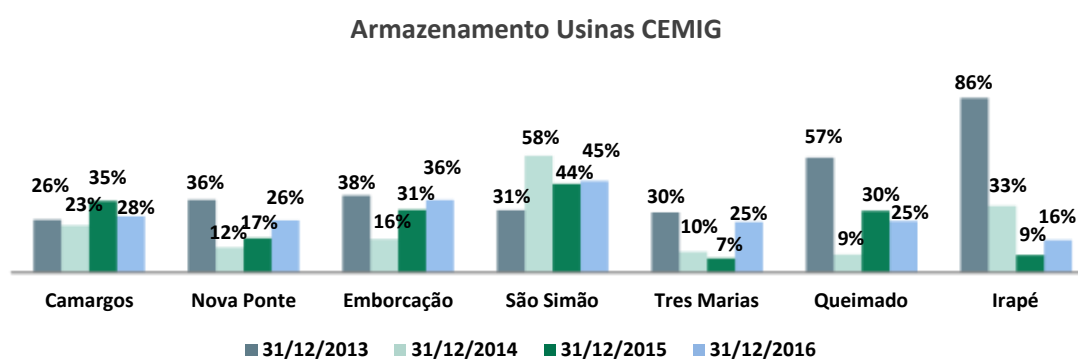
Em 2016, a Cemig investiu um total de R\$52,1 milhões em projetos e ações ambientais, dos quais, R\$2,9 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados ao meio ambiente.



## Recursos Hídricos

A Cemig possui uma área dedicada à gestão de recursos hídricos, que através do planejamento adota medidas operativas em suas usinas hidrelétricas que visam calcular a geração ótima de cada usina, garantindo o melhor aproveitamento da água para a geração, sem impactar os demais usos da bacia hidrográfica.

A Cemig monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.



## Gestão de Resíduos

A logística reversa e a destinação final de resíduos são feitas por área certificada em Sistema de Gestão Ambiental – SGA Nível 1, que recebe os resíduos devidamente identificados, separados e acondicionados pelas áreas que os geraram. Dentre as várias ações da Companhia em relação à gestão de resíduos destacamos:

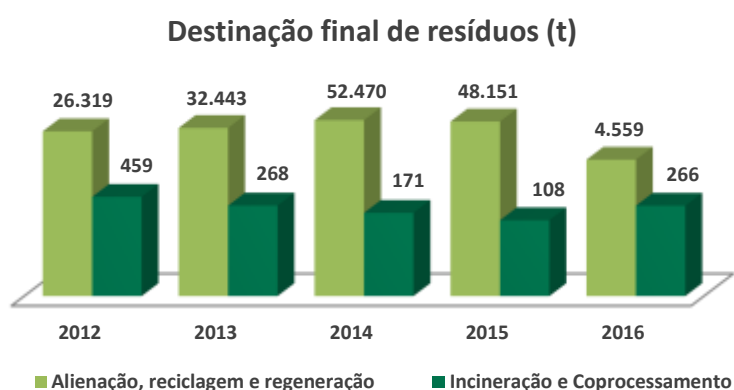
No exercício de 2016, foram encaminhadas para destinação ambientalmente adequada 45,8 mil toneladas de resíduos industriais: 99,4% foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 0,6% coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial.

Os resíduos alienados são constituídos principalmente por cabos e fios, sucata de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, postes, cruzetas, aparas e resíduos de madeira.

A receita obtida com a venda de 45,5 mil toneladas alcançou R\$11,1 milhões, sendo R\$ 10,9 milhões provenientes da venda de resíduos da Cemig D e R\$201,4 mil correspondentes a receita da Cemig GT.

Em relação a resíduos oleosos, em 2016 foram regeneradas pela Empresa 322,8 toneladas de óleo mineral isolante. Essa medida, além de proporcionar benefícios ambientais, como a não geração de resíduos perigosos, evitou um custo à Cemig de, aproximadamente, R\$1,1 milhão, considerando apenas os valores de aquisição do óleo, sem considerar os custos para a destinação final dos resíduos.

Em relação aos resíduos impregnados com óleo, obtivemos uma redução de 22,7% em relação ao período anterior, devido ao maior controle nas atividades de manutenção dos equipamentos, o que contribuiu diretamente para a redução dos custos de destinação final em R\$11,7 mil.



### Programas para a Ictiofauna

O Programa Peixe Vivo atua na expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com o apoio dos diversos segmentos da comunidade, que auxiliaram no planejamento de alternativas preventivas incorporadas às diretrizes da Política Ambiental da Cemig, o Peixe Vivo atua em três frentes: os programas de conservação da ictiofauna e bacias hidrográficas; a produção de conhecimento científico para subsidiar esses programas; e a promoção do envolvimento da comunidade nas atividades previstas.

Em 2016, foram produzidos cerca de 160 mil alevinos, totalizando aproximadamente 5 toneladas, que foram soltos em 17 peixamentos, com a participação de 846 pessoas das comunidades locais, em 10 municípios.

### Biodiversidade

Considerando a predominância de usinas hidrelétricas na matriz energética da Cemig, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui seus empreendimentos.

### Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Em 2016 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

### Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.



Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig GT possui 75,3% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 24,7% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais. Já a Cemig D possui 68,66% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,34% em processo de licenciamento.

## **RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS**

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2016, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

### Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Foi lançado em 1999 como o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global. As empresas que constam deste Índice, indexado à bolsa de Nova York, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, a longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos, como ambientais e sociais. A Cemig está presente pela 17ª vez consecutiva.

### Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE

Promoção de uma lista de empresas que amplia o entendimento sobre as mesmas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas – 12º ano consecutivo.

### Carbon Disclosure Project - CDP

A Cemig foi selecionada pelo Carbon Disclosure Project (CDP) pela qualidade da informação divulgada aos investidores e ao mercado global. O CDP Latin America é uma organização internacional sem fins lucrativos que incentiva as economias sustentáveis. Anualmente, milhares de empresas apresentam informações climáticas à organização e os melhores resultados indicam um alto nível de transparência na divulgação da informação relacionada ao tema, proporcionando aos investidores conteúdo consistente sobre a gestão em mudanças climáticas.

### Índice Euronext Vigeo – Emerging 70

A Cemig foi selecionada como uma das melhores empresas do mercado emergente pelo índice Euronext Vigeo – Emerging 70. Este índice distingue as companhias que atingiram as mais avançadas performances ambientais e sociais, além de adotarem as melhores práticas em governança corporativa.

### Top 100 Green Utilities

A Cemig foi incluída, na 24ª posição, no ranking Top 100 Green Utilities, divulgado pela consultoria norte-americana Energy Intelligence e que reúne as cem empresas do setor energético mundial com menores taxas de emissão de gases de efeito estufa (CO2) e maiores capacidades instaladas de geração de energia por fontes renováveis. Segundo o levantamento, 98% da capacidade de geração da Cemig corresponde a fontes de energia limpa, posicionando a companhia na 8ª posição em capacidade de geração de matrizes renováveis e em 9º lugar na emissão de gases de efeito estufa por MWh gerado, a melhor colocação entre as empresas de geração de energia elétrica do Brasil.

### Índice Carbono Eficiente da BM&FBovespa e BNDES

A Empresa foi selecionada pela sexta vez consecutiva para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente – ICO2, que agrupa empresas que atuam de forma eficiente em relação às emissões de gases de efeito estufa.

A nova carteira do ICO2, que passou a vigorar a partir de 06 de janeiro de 2016, é constituída por 31 ações de 29 empresas. Para o primeiro quadrimestre de 2016, a participação das ações da Cemig representará 0,582% da carteira.

### Valor 100

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A – Taesa, empresa do Grupo Cemig, foi escolhida, pelo segundo ano consecutivo, como a Melhor Empresa do Setor Elétrico do Brasil pelo anuário "Valor 1000" do jornal Valor Econômico, que analisou 1.000 companhias em 25 setores da economia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

## BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2016			2015 Reapresentado		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	18.772.656			21.867.842		
Resultado Operacional (RO)	2.373.279			4.702.202		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.333.171			1.272.568		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	97.341	7,21	0,52	75.115	5,90	0,34
Encargos sociais compulsórios	342.269	25,36	1,82	306.272	24,07	1,40
Previdência privada	96.994	7,19	0,52	83.669	6,57	0,38
Saúde	56.615	4,19	0,30	46.145	3,63	0,21
Segurança e medicina no trabalho	26.119	1,93	0,14	23.483	1,85	0,11
Educação	187	0,01	-	896	0,07	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	23.589	1,75	0,13	35.831	2,82	0,16
Creches ou auxílio-creche	3.034	0,22	0,02	2.477	0,19	0,01
Participação nos lucros ou resultados	26.480	1,96	0,14	130.198	10,23	0,59
Outros	14.541	1,08	0,08	17.112	1,34	0,08
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>687.170</b>	<b>50,90</b>	<b>3,67</b>	<b>721.198</b>	<b>56,67</b>	<b>3,28</b>
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	2.300	0,10	0,01	455	0,01	-
Cultura	10.985	0,46	0,06	19.035	0,40	0,09
Esporte	1.222	0,05	0,01	-	-	-
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	2.131	0,09	0,01	54.222	1,15	0,25
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>16.638</b>	<b>0,70</b>	<b>0,09</b>	<b>73.712</b>	<b>1,56</b>	<b>0,34</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.053.044	423,59	53,55	12.017.068	255,56	54,88
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>10.069.682</b>	<b>424,29</b>	<b>53,64</b>	<b>12.090.780</b>	<b>257,12</b>	<b>55,22</b>
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	52.116	2,20	0,28	53.840	1,14	0,25
Em Programas e/ou projetos externos	-	2,20	-	-	-	-
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>52.116</b>	<b>2,20</b>	<b>0,28</b>	<b>53.840</b>	<b>1,14</b>	<b>0,25</b>
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional	2016		2015			
Nº de empregados (as) ao final do período	7.119		7.860			
Nº de admissões durante o período	77		22			
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	269		ND			
Nº de estagiários (as)	277		326			
Escolaridade dos empregados	-		-			
- Superior e extensão universitária	1.553		1.654			
- 2º Grau	5.513		6.136			
- 1º Grau	53		70			
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	3.779		3.568			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	939		1.073			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	36,09		3,1			
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	340		2.528			
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	1,17		1,5			
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	192		-			

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			26,44			Não há meta
Número total de acidentes de trabalho considerar com empregados			225			0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as) + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são Exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2016: 14.780.152			Em 2015: 18.165.116		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	68,02% governo	3,95 % acionistas		64,09% governo	6,92% acionistas	
	9,00% colaboradores (as)	18,49% terceiros		8,78% colaboradores (as)	13,54% terceiros	
7) Outras Informações	2016			2015		
Investimentos em questões ambientais	R\$52,1 milhões			R\$53,8 milhões		
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios físicos, químicos e biológicos	42 reservatórios e 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos			42 reservatórios e 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos		
Resíduos e materiais inservíveis	45,8 mil toneladas			48,3 mil toneladas		
Água mineral regenerada pela empresa	322,8 toneladas			362,1 toneladas		
Receita com as vendas dos resíduos	R\$11,1 milhões			R\$12,8 milhões		

## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (Vago)	(Vago)
Allan Kardec de Melo Ferreira	Samy Kopit Moscovich
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Luiz Guilherme Piva
Helvécio Miranda Magalhães	Franklin Moreira Gonçalves
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Wieland Silberschneider
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Nelson José Hubner Moreira	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Marcelo Gasparino da Silva	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	Aloísio Macário Ferreira de Souza (Vago)
Ricardo Coutinho de Sena	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Carolina Alvim Guedes Alcoforado
Saulo Alves Pereira Junior	Marina Rosenthal Rocha
Daniel Alves Ferreira	Tarcísio Augusto Carneiro
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Charles Carvalho Guedes	Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo (Vago)
Rafael Amorim de Amorim	Ronaldo Dias
Manuel Jeremias Leite Caldas	Rodrigo de Mesquita Pereira
Newton Brandão Ferraz Ramos	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor-Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Distribuição e Comercialização
Adézio de Almeida Lima	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
César Vaz de Melo Fernandes	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretor de Relações e Recursos Humanos
Dimas Costa	Diretor Comercial

### RELAÇÕES COM INVESTIDORES

#### Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

#### Endereço eletrônico

Site: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)

E-Mail: [ri@cemig.com.br](mailto:ri@cemig.com.br)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	995.132	924.632	69.352	256.484
Títulos e Valores Mobiliários	7	1.014.188	2.426.746	133.359	127.390
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	8	3.425.018	3.764.477	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	730.488	873.699	-	-
Tributos Compensáveis	9	236.284	175.330	-	4.821
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	589.519	305.829	78.174	-
Dividendos a Receber		11.386	62.025	673.239	1.004.796
Fundos Vinculados	11	367.474	162	366.568	133
Estoques		49.473	37.264	12	10
Adiantamento a Fornecedores	28	1.059	87.241	-	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	13	63.751	71.695	-	-
Subvenção Baixa Renda		36.261	31.334	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - RGR	21	48.379	-	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		90.065	-	-	-
Outros Créditos		626.993	616.304	20.435	10.224
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>8.285.470</b>	<b>9.376.738</b>	<b>1.341.139</b>	<b>1.403.858</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	7	31.040	83.566	5.959	2.275
Adiantamento a Fornecedores	28	229.053	60.000	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	8	146.367	133.691	-	-
Tributos Compensáveis	9	178.288	257.851	1.816	6.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10a	112.060	205.620	112.060	205.620
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	1.797.453	1.498.479	789.318	778.120
Depósitos Vinculados a Litígios	12	1.886.879	1.813.341	499.868	483.264
Outros Créditos		1.050.155	807.724	37.743	23.255
Ativo Financeiro da Concessão	14	4.971.244	2.659.805	-	-
Investimentos	15	8.753.088	9.744.847	12.627.857	13.412.081
Imobilizado	16	3.775.076	3.940.323	2.201	2.177
Intangível	17	10.819.680	10.275.104	1.852	1.918
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>33.750.383</b>	<b>31.480.351</b>	<b>14.078.674</b>	<b>14.915.280</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>42.035.853</b>	<b>40.857.089</b>	<b>15.419.813</b>	<b>16.319.138</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Fornecedores	18	1.939.593	1.901.153	20.936	8.765
Encargos Regulatórios	21	380.586	516.983	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		17.814	114.031	899	7.986
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	793.587	740.113	83.634	53.123
Imposto de Renda e Contribuição Social	19b	26.866	10.646	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	24	466.987	1.306.815	466.689	1.306.584
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	4.836.923	6.300.359	-	-
Salários e Contribuições Sociais		224.741	220.573	9.970	10.382
Obrigações Pós-emprego	22	198.867	166.990	11.143	9.139
Concessões a Pagar		2.977	2.811	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	14	481.835	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	1.149.881	1.245.103	1.149.881	1.245.103
Venda Antecipada de Energia Elétrica	8	181.200	-	-	-
Outras Obrigações		745.603	548.495	6.293	5.200
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>11.447.460</b>	<b>13.074.072</b>	<b>1.749.445</b>	<b>2.646.282</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	21	454.625	226.413	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	10.342.357	8.866.178	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	723.922	739.711	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	582.206	689.247	-	-
Provisões	23	815.017	754.573	309.995	335.134
Obrigações Pós-emprego	22	4.042.544	3.086.381	386.321	294.052
Concessões a Pagar		19.026	18.578	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	14	323.140	-	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	191.587	147.614	-	-
Outras Obrigações		159.598	266.646	43.771	59.972
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>17.654.022</b>	<b>14.795.341</b>	<b>740.087</b>	<b>689.158</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>29.101.482</b>	<b>27.869.413</b>	<b>2.489.532</b>	<b>3.335.440</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	24				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.199.855	4.662.723	5.199.855	4.662.723
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(488.285)	102.264	(488.285)	102.264
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS</b>		<b>12.930.281</b>	<b>12.983.698</b>	<b>12.930.281</b>	<b>12.983.698</b>
<b>CONTROLADORES</b>		<b>4.090</b>	<b>3.978</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>		<b>12.934.371</b>	<b>12.987.676</b>	<b>12.930.281</b>	<b>12.983.698</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>42.035.853</b>	<b>40.857.089</b>	<b>15.419.813</b>	<b>16.319.138</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

**(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015 Reapresentado	2016	2015
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	25	<b>18.772.656</b>	<b>21.867.842</b>	<b>665</b>	<b>292</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>	26				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(8.272.911)	(9.541.940)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(947.479)	(998.756)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(877.118)	(1.050.925)	-	-
		<u>(10.097.508)</u>	<u>(11.591.621)</u>	-	-
<b>OUTROS CUSTOS</b>	26				
Pessoal e Administradores		(1.348.203)	(1.143.290)	-	-
Materiais		(41.268)	(42.061)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(40)	(83.723)	-	-
Serviços de Terceiros		(719.947)	(739.768)	-	-
Depreciação e Amortização		(802.049)	(811.263)	-	-
Provisões Operacionais		(171.225)	(22.518)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(1.193.140)	(1.251.836)	-	-
Outras		(55.450)	(97.118)	-	-
		<u>(4.331.322)</u>	<u>(4.191.577)</u>	-	-
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(14.428.830)</b>	<b>(15.783.198)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>4.343.826</b>	<b>6.084.644</b>	<b>665</b>	<b>292</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	26				
Despesas com Vendas		(382.368)	(175.595)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(666.577)	(673.802)	(67.447)	(44.749)
Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais		(5.212)	(1.203.342)	83.190	(1.084.757)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		(420.016)	(452.135)	131.989	(28.019)
		<u>(1.474.173)</u>	<u>(2.504.874)</u>	<u>147.732</u>	<u>(1.157.525)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(301.844)	392.990	218.347	3.273.869
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	15	(762.691)	-	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	15	-	729.442	-	-
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>1.805.118</b>	<b>4.702.202</b>	<b>366.744</b>	<b>2.116.636</b>
Receitas Financeiras	27	1.041.304	863.728	72.930	65.180
Despesas Financeiras	27	(2.478.495)	(2.204.344)	(18.184)	(36.024)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>367.927</b>	<b>3.361.586</b>	<b>421.490</b>	<b>2.145.792</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10c	(173.833)	(881.045)	(76.103)	(38.248)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	140.660	(11.538)	(11.053)	360.956
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>334.754</u></b>	<b><u>2.469.003</u></b>	<b><u>334.334</u></b>	<b><u>2.468.500</u></b>
<b>Total do resultado do exercício atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores		334.334	2.468.500	334.334	2.468.500
Participação de acionista não-controlador		420	503	-	-
		<u>334.754</u>	<u>2.469.003</u>	<u>334.334</u>	<u>2.468.500</u>
<b>Lucro Básico por ação preferencial</b>	24	<b>0,35</b>	<b>1,96</b>	<b>0,35</b>	<b>1,96</b>
<b>Lucro Básico por ação ordinária</b>	24	<b>0,10</b>	<b>1,96</b>	<b>0,10</b>	<b>1,96</b>
<b>Lucro Diluído por ação preferencial</b>	24	<b>0,32</b>	<b>1,96</b>	<b>0,32</b>	<b>1,96</b>
<b>Lucro Diluído por ação ordinária</b>	24	<b>0,07</b>	<b>1,96</b>	<b>0,07</b>	<b>1,96</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>334.754</b>	<b>2.469.003</b>	<b>334.334</b>	<b>2.468.500</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(514.998)	(359.784)	(43.192)	(106.293)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	3.966	(972)	(467.840)	(254.663)
	(511.032)	(360.756)	(511.032)	(360.956)
<b>Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>				
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(2.802)	53.961	(2.812)	54.424
Ajuste de conversão de operações no exterior	(10)	263	-	-
Reclassificação dos ajustes de conversão para o resultado decorrente da alienação da Transchile	(39.447)	-	(39.447)	-
	(42.259)	54.224	(42.259)	54.424
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(218.537)</b>	<b>2.162.471</b>	<b>(218.957)</b>	<b>2.161.968</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>				
Participação dos acionistas controladores	(218.957)	2.161.968	(218.957)	2.161.968
Participação de acionista não-controlador	420	503	-	-
	(218.537)	2.162.471	(218.957)	2.161.968

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>4.662.723</b>	<b>102.264</b>	-	<b>12.983.698</b>	<b>3.978</b>	<b>12.987.676</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	334.334	334.334	420	334.754
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(514.998)	-	(514.998)	-	(514.998)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(38.283)	-	(38.283)	-	(38.283)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>				<b>(553.291)</b>	<b>334.334</b>	<b>(218.957)</b>	<b>420</b>	<b>(218.537)</b>
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>								
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
Dividendos Estatutários (R\$0,16 por ação)	-	-	126.996	-	(203.986)	(76.990)	(298)	(77.288)
Juros sobre capital próprio (R\$0,30 por ação)	-	-	(380.000)	-	-	(380.000)	-	(380.000)
<b>Constituição de Reservas</b>								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	7.068	-	(7.068)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	160.538	-	(160.538)	-	-	-
<b>Realização de Reservas</b>								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(37.258)	37.258	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.199.855</b>	<b>(488.285)</b>	-	<b>12.930.281</b>	<b>4.090</b>	<b>12.934.371</b>
<b>PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES</b>	-	-	-	-	-	-	<b>4.090</b>	<b>4.090</b>
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.199.855</b>	<b>(488.285)</b>	-	<b>12.930.281</b>	-	<b>12.934.371</b>

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>2.593.868</b>	<b>468.332</b>	-	<b>11.280.911</b>	<b>4.041</b>	<b>11.284.952</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.468.500	2.468.500	503	2.469.003
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(359.466)	-	(359.466)	-	(359.466)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	52.671	-	52.671	-	52.671
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	263	-	263	-	263
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(306.532)</b>	<b>2.468.500</b>	<b>2.161.968</b>	<b>503</b>	<b>2.162.471</b>
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>								
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(335)	(335)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	797.316	-	-	797.316	-	797.316
Dividendos Estatutários (R\$0,84 por ação)	-	-	-	-	(1.056.497)	(1.056.497)	(231)	(1.056.728)
Juros sobre capital próprio (R\$0,16 por ação)	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
<b>Constituição de Reservas</b>								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	20.696	-	(20.696)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros (Reapresentado)	-	-	1.250.843	-	(1.250.843)	-	-	-
<b>Realização de Reservas</b>								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(59.536)	59.536	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>4.662.723</b>	<b>102.264</b>	<b>-</b>	<b>12.983.698</b>	<b>3.978</b>	<b>12.987.676</b>
<b>PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.978</b>	<b>3.978</b>
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>4.662.723</b>	<b>102.264</b>	<b>-</b>	<b>12.983.698</b>	<b>-</b>	<b>12.983.698</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Exercício	334.754	2.469.003	334.334	2.468.500
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Impostos de Renda e Contribuição Social	33.173	892.583	87.156	(322.708)
Depreciação e Amortização	834.291	834.830	520	1.601
Perdas nas baixas de Imobilizado, Intangível e Investimentos	109.199	124.080	10.698	-
Ganho na Venda de Investimentos	(314.659)	-	(314.659)	-
Ajuste para Perdas em Investimentos	762.691	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	301.844	(392.990)	(218.347)	(3.273.869)
Juros e Variações Monetárias	809.715	817.826	(37.385)	(24.136)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	(729.442)	-	-
Ajustes referentes Perdas e Provisões Operacionais	703.979	1.401.455	66.570	1.084.757
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	1.455.057	(1.703.627)	-	-
Obrigações Pós-emprego	447.155	284.645	41.944	10.196
	5.477.199	3.998.363	(29.169)	(55.659)
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>				
Consumidores e Revendedores	(63.521)	(1.470.260)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	341.244	1.528.795	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	7.944	273.201	-	-
Tributos Compensáveis	18.609	167.027	9.575	(7)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(61.524)	(77.016)	37.063	1.484
Transporte de Energia	7.936	(5.182)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(27.814)	(66.958)	(8.727)	(6.576)
Dividendos recebidos de Participações	682.549	486.799	1.055.007	1.241.924
Ativo Financeiro da Concessão	(1.940.907)	10.250	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(119.583)	(130.517)	-	-
Gás – Take or Pay	(192.682)	(141.102)	-	-
Outros	103.589	(248.206)	4.303	11.527
	(1.244.160)	326.831	1.097.221	1.248.352
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>				
Fornecedores	38.440	297.437	12.171	2.999
Impostos, Taxas e Contribuições	37.685	201.940	30.511	(4.852)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24.466	(105.300)	(19.939)	(35.575)
Salários e Contribuições Sociais	4.168	25.965	(412)	1.827
Encargos Regulatórios	91.815	385.901	-	-
Obrigações Pós-emprego	(239.241)	(207.571)	(13.115)	(11.135)
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	(149.760)	-	(149.760)	-
Outros	(168.865)	156.377	(29.857)	(12.651)
	(361.292)	754.749	(170.401)	(59.387)
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	3.871.747	5.079.943	897.651	1.133.306
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(2.369.244)	(1.331.292)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(289.120)	(741.415)	(56.164)	(2.673)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	1.213.383	3.007.236	841.487	1.130.633

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	1.400.556	(1.499.040)	(9.653)	(82.390)
Em Ativos Financeiros	-	(146.030)	-	-
Fundos Vinculados	(367.312)	948	(366.435)	140
Em Investimentos				
Aquisição de participação em investidas	-	(309.684)	-	-
Alienação de Investimentos	948.880		948.880	
Aporte em Investidas	(1.454.949)	(180.525)	(926.578)	(105.430)
Em Imobilizado	(119.843)	(125.708)	(444)	(2.360)
Em Intangível	(1.020.864)	(956.798)	(34)	(1.062)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(613.532)</b>	<b>(3.216.837)</b>	<b>(354.264)</b>	<b>(191.102)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.736.776	5.739.463	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.591.531)	(4.695.990)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(674.596)	(796.383)	(674.355)	(796.383)
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(529.351)</b>	<b>247.090</b>	<b>(674.355)</b>	<b>(796.383)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>70.500</b>	<b>37.489</b>	<b>(187.132)</b>	<b>143.148</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No início do exercício	924.632	887.143	256.484	113.336
No fim do exercício	995.132	924.632	69.352	256.484
	<b>70.500</b>	<b>37.489</b>	<b>(187.132)</b>	<b>143.148</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2016		2015 Reapresentado		2016		2015	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia, Gás e Serviços	27.017.968		31.489.211		733		321	
Receita de Construção de Distribuição	1.139.316		1.105.806		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	53.824		146.030		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	299.537		-		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	7.582		575.631		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	751.101		100.529		-		-	
Investimento em Imobilizado	79.358		79.620		-		-	
Outras Receitas	21.574		3.657		-		-	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(382.368)		(175.595)		-		-	
	<b>28.987.892</b>		<b>33.324.889</b>		<b>733</b>		<b>321</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.094.921)		(10.440.807)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.054.333)		(1.103.805)		-		-	
Serviços de Terceiros	(1.309.061)		(1.409.516)		(31.263)		(10.991)	
Gás Comprado para Revenda	(877.118)		(1.050.925)		-		-	
Materiais	(669.278)		(740.688)		(89)		(262)	
Outros Custos Operacionais	(411.292)		(1.565.362)		211.319		(1.103.113)	
	<b>(13.416.003)</b>		<b>(16.311.103)</b>		<b>179.967</b>		<b>(1.114.366)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>15.571.889</b>		<b>17.013.786</b>		<b>180.700</b>		<b>(1.114.045)</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(834.291)		(834.830)		(520)		(1.601)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>14.737.598</b>		<b>16.178.956</b>		<b>180.180</b>		<b>(1.115.646)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(301.844)		392.990		218.347		3.273.869	
Receitas Financeiras	1.080.751		863.728		112.377		65.180	
Ajuste Referente a Desvalorização em Investimentos	(762.691)		-		-		-	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	-		729.442		-		-	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>14.753.814</b>		<b>18.165.116</b>		<b>510.904</b>		<b>2.223.403</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>1.872.310</b>	<b>12,69</b>	<b>1.595.391</b>	<b>8,78</b>	<b>65.130</b>	<b>12,75</b>	<b>37.211</b>	<b>1,67</b>
Remuneração direta	1.177.430	7,98	1.196.656	6,59	18.951	3,71	29.844	1,34
Benefícios	512.272	3,47	330.008	1,81	38.892	7,61	6.229	0,28
FGTS	89.689	0,61	68.727	0,38	1.964	0,38	1.138	0,05
Programa de Desligamento de Empregados	92.919	0,63	-	-	5.323	1,04	-	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>9.813.465</b>	<b>66,51</b>	<b>11.640.835</b>	<b>64,09</b>	<b>90.873</b>	<b>17,79</b>	<b>(319.084)</b>	<b>(14,34)</b>
Federais	4.587.671	31,09	7.141.764	39,32	18.955	3,71	(319.329)	(14,35)
Estaduais	5.214.089	35,34	4.489.640	24,72	95	0,02	152	0,01
Municipais	11.705	0,08	9.431	0,05	223	0,04	93	-
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.733.285</b>	<b>18,53</b>	<b>2.459.887</b>	<b>13,54</b>	<b>20.567</b>	<b>4,03</b>	<b>36.776</b>	<b>1,65</b>
Juros	2.616.066	17,73	2.354.360	12,96	18.184	3,56	36.024	1,62
Aluguéis	117.219	0,79	105.527	0,58	2.383	0,47	752	0,03
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>334.754</b>	<b>2,27</b>	<b>2.469.003</b>	<b>13,59</b>	<b>334.334</b>	<b>65,44</b>	<b>2.468.500</b>	<b>111,02</b>
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	203.986	1,38	1.256.497	6,92	203.986	39,93	1.256.497	56,51
Lucros Acumulados	130.348	0,88	1.212.003	6,67	130.348	25,51	1.212.003	54,51
Participação dos não-controladores nos Lucros Acumulados	420	-	503	-	-	-	-	-
	<b>14.753.814</b>	<b>100,00</b>	<b>18.165.116</b>	<b>100,00</b>	<b>510.904</b>	<b>100,00</b>	<b>2.223.403</b>	<b>100,00</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R\$3.162 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig totalizaram R\$4.837 milhões e R\$10.342 milhões, com vencimento no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$783 milhões, R\$1.017 milhões, R\$579 milhões e R\$2.458 milhões, respectivamente. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacionais consolidados positivos nos valores de R\$1.213 milhões, R\$3.007 milhões em 2016 e 2015.

O Passivo Circulante da Controladora excedeu o Ativo Circulante em R\$408 milhões. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.150 milhões. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações de R\$841 milhões em 2016 e R\$1.131 milhões em 2015.

O volume substancial de dívida da Cemig poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- O estatuto social da Companhia prevê a obrigação de manutenção de determinados indicadores financeiros consolidados, relacionados a fatores que incluem dívidas e investimentos, dentro de determinados limites para os valores consolidados do Grupo, o que poderia afetar sua flexibilidade operacional. Em 2015 e 2016, determinados limites e índices financeiros estabelecidos no estatuto social da Companhia foram excedidos, os quais foram previamente aprovados na Assembleia Geral de Acionistas. A Cemig obteve aprovação de seus acionistas para que a Companhia exceda esses limites e índices financeiros aplicáveis para 2017.
- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a Cemig está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, a empresa está sujeita às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarciar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.



- A Cemig está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Em 2016, a Cemig apresentou um programa de desinvestimento que contempla a venda de ativos para o período de 2017–2018, com o objetivo de melhorar nossa posição de liquidez de curto prazo através da melhoria da sua liquidez e redução do endividamento.

Apesar da Cemig estar com alavancagem significativa, a empresa espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 60 usinas, sendo 56 usinas hidrelétricas, 3 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada:

Controladas, controladas conjunto e coligada em operação:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará;
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias de Morgado”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (coligada) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da controlada Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro;
- Renova Energia S.A. (“Renova”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;
- Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios;
- Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A., que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15;

- Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) (Controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a companhia tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.158 MW (652 MW médios), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente;
- Cemig Geração Três Marias S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de Garantia Física;
- Cemig Geração Salto Grande S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física;
- Cemig Geração Camargos S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física;
- Cemig Geração Itutinga S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de Garantia Física;

- Cemig Geração Leste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de Garantia Física;
- Cemig Geração Oeste S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física;
- Cemig Geração Sul S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de Garantia Física.

Controladas e controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As obras civis encontram-se 97% concluídas e o início da geração comercial está previsto para abril de 2017.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 15.
- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 17 Estados do País de forma direta e através de participação em investidas.
- Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:
  - Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
  - Light Energia S.A. (“Light Energia”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda, Guanhões Energia S.A. e Renova Energia S.A.;
  - Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação societária na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%.
  - Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;
  - Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) (controlada) - Tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;
  - Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;
  - Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;
  - Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
  - Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;
  - Renova Energia S.A. (“Renova Energia”) (controlada em conjunto) - Conforme já descrito nas participações da Cemig GT.
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
  - Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (controlada) - Sem atividades operacionais atualmente;
  - Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”) (controlada) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 19,6% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (anteriormente denominada Central Termelétrica de Cogeração S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados. Incorporada pela Cemig GT em 2015;



- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (controlada em conjunto) – Conforme já mencionado na descrição das investidas da Light;
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A Cemig alienou, em 2016, a totalidade da sua participação na Transchile, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A..
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta;

- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Cíveis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 26,03% de participação na Light. A Parati foi extinta por meio de incorporação reversa pela RME e LEPSA, com participação da Cemig de 50% em cada empresa.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de Demonstrações Financeiras por não haver diferença entre o Patrimônio Líquido e o Resultado do Exercício apresentados de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício da controladora.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de abril de 2017, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 14 – Ativos e Passivos Financeiros da Concessão;
- Nota 15 - Investimentos
- Nota 16 – Imobilizado;
- Nota 17 – Intangíveis;
- Nota 16 – Depreciação;
- Nota 17 – Amortização;
- Nota 22 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 23 – Provisões;
- Nota 25 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 30 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

## 2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2016:

- As alterações à IFRS 7/CPC 40 (R1) fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;
- As alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade.
- As alterações à IFRS 5/CPC 31 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa).
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática;
  - Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação – esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.
- Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Acordo contratual conjunto – fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.;

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

## **2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia**

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.
- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo com base em princípios para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais;

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a determinadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## 2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em conformidade às normas e regulamentos descritos no ítem 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

### a) Instrumentos Financeiros

*Passivos financeiros referentes a opções de venda* – as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec (“PUT SAAG”) e as opções de venda de ações da RME e LEPSA (“PUT Parati”) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamente, para o modelo BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

*Capital Social* – Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

*Instrumentos financeiros disponíveis para venda* – Desde 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

*Empréstimos e recebíveis* – Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor faturado e não faturado, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

Os investimentos da Companhia incluem o ativo intangível de concessão identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) Ativos Vinculados à Concessão

*Atividade de distribuição de energia* – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

*Atividade de transmissão* – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.



Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

*Atividade de distribuição de gás* – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

e) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados ao ativo intangível em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

f) Imobilizado

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que reflete a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, que é classificada como Ativo Financeiro da Concessão.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14.

g) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

h) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

*Benefícios de curto prazo a empregados* – A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 14.

A Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

k) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l) Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

m) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, sendo 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's).

## 2.8 Reapresentações nas Demonstrações Financeiras de 2015

A Companhia e sua controlada de distribuição de energia elétrica, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluíram que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuiriam para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia e suas Controladas alteraram sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia e suas controladas (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procederam às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 28 de março de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, a Demonstração de Resultados abrangentes nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Consolidado		
	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reapresentado
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>21.292.211</b>	<b>575.631</b>	<b>21.867.842</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.541.940)	-	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(998.756)	-	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)	-	(1.050.925)
	<u>(11.591.621)</u>	<u>-</u>	<u>(11.591.621)</u>
<b>OUTROS CUSTOS</b>			
Pessoal e Administradores	(1.143.290)	-	(1.143.290)
Materiais	(42.061)	-	(42.061)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(83.723)	-	(83.723)
Serviços de Terceiros	(739.768)	-	(739.768)
Depreciação e Amortização	(811.263)	-	(811.263)
Provisões Operacionais	(22.518)	-	(22.518)
Custo de Construção de Infraestrutura	(1.251.836)	-	(1.251.836)
Outras	(97.118)	-	(97.118)
	<u>(4.191.577)</u>	<u>-</u>	<u>(4.191.577)</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(15.783.198)</b>	<b>-</b>	<b>(15.783.198)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>5.509.013</b>	<b>575.631</b>	<b>6.084.644</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com Vendas	(175.595)	-	(175.595)
Despesas Gerais e Administrativas	(673.802)	-	(673.802)
Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais	(1.203.342)	-	(1.203.342)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(482.053)	29.918	(452.135)
	<u>(2.534.792)</u>	<u>29.918</u>	<u>(2.504.874)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	392.990	-	392.990
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	729.442	-	729.442
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>	<b>4.096.653</b>	<b>605.549</b>	<b>4.702.202</b>
Receitas Financeiras	1.469.277	(605.549)	863.728
Despesas Financeiras	(2.204.344)	-	(2.204.344)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>3.361.586</b>	<b>-</b>	<b>3.361.586</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(881.045)	-	(881.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.538)	-	(11.538)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.469.003</b>	<b>-</b>	<b>2.469.003</b>
<b>Total do resultado do exercício atribuído a:</b>			
Participação dos acionistas controladores	2.468.500	-	2.468.500
Participação de acionista não-controlador	503	-	503
	<u>2.469.003</u>	<u>-</u>	<u>2.469.003</u>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação preferencial</b>	<b>1,96</b>	<b>-</b>	<b>1,96</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação ordinária</b>	<b>1,96</b>	<b>-</b>	<b>1,96</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Consolidado				
	2015 Publicado		Reclassificações	2015 Reapresentado	
<b>RECEITAS</b>					
Venda de Energia, Gás e Serviços	31.489.211		-	31.489.211	
Receita de Construção de Distribuição	1.105.806		-	1.105.806	
Receita de Construção de Transmissão	146.030		-	146.030	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-		575.631	575.631	
Receita de Indenização de Transmissão	100.529		-	100.529	
Investimento em Imobilizado	79.620		-	79.620	
Outras Receitas	3.657		-	3.657	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(175.595)		-	(175.595)	
	<b>32.749.258</b>		<b>575.631</b>	<b>33.324.889</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(10.440.807)		-	(10.440.807)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.103.805)		-	(1.103.805)	
Serviços de Terceiros	(1.409.516)		-	(1.409.516)	
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)		-	(1.050.925)	
Materiais	(740.688)		-	(740.688)	
Outros Custos Operacionais	(1.595.280)		29.918	(1.565.362)	
	<b>(16.341.021)</b>		<b>-</b>	<b>(16.311.103)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>16.408.237</b>		<b>605.549</b>	<b>17.013.786</b>	
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciação e Amortização	(834.830)		-	(834.830)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>15.573.407</b>		<b>605.549</b>	<b>16.178.956</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de Equivalência Patrimonial	392.990		-	392.990	
Receitas Financeiras	1.469.277		(605.549)	863.728	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	729.442		-	729.442	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>18.165.116</b>		<b>-</b>	<b>18.165.116</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
		%		%	
<b>Empregados</b>	<b>1.595.391</b>	<b>8,78</b>	<b>-</b>	<b>1.595.391</b>	<b>8,78</b>
Remuneração direta	1.196.656	6,59	-	1.196.656	6,59
Benefícios	330.008	1,81	-	330.008	1,81
FGTS	68.727	0,38	-	68.727	0,38
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>11.640.835</b>	<b>64,09</b>	<b>-</b>	<b>11.640.835</b>	<b>64,09</b>
Federais	7.141.764	39,32	-	7.141.764	39,32
Estaduais	4.489.640	24,72	-	4.489.640	24,72
Municipais	9.431	0,05	-	9.431	0,05
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.459.887</b>	<b>13,54</b>	<b>-</b>	<b>2.459.887</b>	<b>13,54</b>
Juros	2.354.360	12,96	-	2.354.360	12,96
Aluguéis	105.527	0,58	-	105.527	0,58
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>2.469.003</b>	<b>13,59</b>	<b>-</b>	<b>2.469.003</b>	<b>13,59</b>
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	1.256.497	6,92	-	1.256.497	6,92
Lucros Acumulados	1.212.003	6,67	-	1.212.003	6,67
Participação dos não-controladores nos Lucros Acumulados	503	-	-	503	-
	<b>18.165.116</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>18.165.116</b>	<b>100,00</b>



### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Demonstrações Financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	31/12/2016	31/12/2015
	Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	100,00	100,00
Cemig Distribuição	100,00	100,00
Gasmig	99,57	99,57
Cemig Telecom	100,00	100,00
Rosal Energia	100,00	100,00
Sá Carvalho	100,00	100,00
Horizontes Energia	100,00	100,00
Usina Térmica Ipatinga	100,00	100,00
Cemig PCH	100,00	100,00
Cemig Trading	100,00	100,00
Efficientia	100,00	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	100,00	100,00
UTE Barreiro	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	100,00	100,00

#### a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “*joint operations*”, de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

### **c) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- As Demonstrações Financeiras da Transchile, para fins de cálculo de equivalência patrimonial em 2015, foram convertidas de dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o real. As diferenças de moedas estrangeiras foram reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido até a data da alienação da Transchile. Após a conclusão da alienação, o valor reconhecido como outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, foram integralmente transferidos ao resultado. Em 2016, a participação acionária da Cemig na Transchile foi integralmente alienada à Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A.. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo, garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos de investimento, cujas Demonstrações Financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

## 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões ou autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
<b>GERAÇÃO</b>			
<b>Usinas Hidrelétricas</b>			
São Simão (1)	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (1)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda (1)	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	01/2015	01/2045
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	01/2015	01/2045
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/2015	01/2045
Camargos	Rio Grande	01/2015	01/2045
Piau	Rio Piau / Pinho	01/2015	01/2045
Gafanhoto	Rio Pará	01/2015	01/2045
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
<b>Usina Eólica (2)</b>			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
<b>Usinas Termelétricas</b>			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2001	08/2024
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
<b>TRANSMISSÃO</b>			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá	Minas Gerais	10/2000	10/2030
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>			
	Minas Gerais	01/2016	12/2045

(1) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota;

(2) Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.

### Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia vende energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

### Leilão de Concessões de Geração de Energia Elétrica

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, conforme quadro demonstrativo abaixo, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas S.A.:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		<b>699,59</b>	<b>420,27</b>

(1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas.

As informações referentes a Capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes”.

Maiores informações na nota explicativa nº 14.

## **Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda**

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão.

### Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no Contrato de Concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Em 21 de março de 2017, o STF revogou a liminar na qual a Cemig GT requer, até julgamento definitivo de recurso ordinário pelo STF, a suspensão dos efeitos do julgamento da 1ª Seção do STF, cuja decisão denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97. Os autos foram enviados à Procuradoria Geral da República (PGR), para manifestação.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R\$40.678, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia, reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Em 29 de março de 2017, a Cemig GT interpôs Agravo Interno contra a decisão que revogou a liminar, requerendo juízo de retratação, de modo a conhecer e prover recurso especial.

#### Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.



No dia 25 de novembro de 2015, o Agravo Regimental interposto pela Cemig GT contra a decisão que cassou a liminar, no auto MS nº 21.465/DF, foi, por unanimidade, indeferido pela 1ª Seção do STJ, tendo sido publicado o referido Acórdão no dia 01 de dezembro de 2015, restando pendente o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar na qual a Cemig GT requer, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a anulação da decisão do Ministério de Minas e Energia (MME), que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

Considerando a situação atual da discussão judicial, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

### Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *“ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”*.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R\$756.099, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

### Processo Administrativo – Fato Relevante em 21 de fevereiro de 2017

De forma subsidiária ao pedido de prorrogação por 20 anos da concessão das UHE’s de Jaguará, São Simão e Miranda, a Companhia requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício da Cemig GT.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que:

- I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018;
- II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro.

Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão nº 007/1997.

A Companhia protocolizou, na mesma data, junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta, e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

### **Concessões de Transmissão**

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza, ou consuma energia elétrica, tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

As concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram renovadas partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade com a Lei 12.783/13, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia tem direito a receita, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

### **Concessões de Distribuição de Energia**

A Cemig D detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de Distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

### Renovação das Concessões

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;

- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínimas;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contratório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão;

### **Concessões para Distribuição de Gás**

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes, em abril de 2015 a Secretaria de Desenvolvimento Econômico encaminhou à GASMIG o Ofício SEDE/GAB/Nº303/2014 informando o cronograma previsto para o 1º ciclo de Revisão Tarifária. O processo de definição ainda está em andamento, com a última previsão de encerramento estimada para o início do segundo semestre de 2017. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Companhia e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o “Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão”, entre a GASMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais, prorrogando por mais 30 anos o prazo de concessão para a GASMIG explorar os serviços de gás canalizado industrial, comercial, institucional e residencial no Estado de Minas Gerais, passando seu vencimento de 10 de janeiro de 2023 para 10 de janeiro de 2053.

## Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2016	Valor Presente em 2016	Período de Amortização	Índice de Atualização
Irapé	100,00	34.634	14.398	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.785	3.963	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	109	100	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	681	564	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	3.667	2.978	06/2013 a 08/2025	IPCA

(\*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2016, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2016	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.790	1.784	1.893
Queimado (Consórcio)	82,50	507	423	544
PCH Salto Morais	100,00	30	30	30
PCH Rio de Pedras	100,00	87	85	87
Diversas PCH's (*)	100,00	422	412	423

(\*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas para desconto a valor presente pela CEMIG de seus passivos, de 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's), representam as taxa médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

## 5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2016 e 2015 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
<b>ATIVOS DO SEGMENTO</b>	<b>14.414.449</b>	<b>4.267.418</b>	<b>18.165.610</b>	<b>337.745</b>	<b>2.737.182</b>	<b>2.388.972</b>	<b>(275.523)</b>	<b>42.035.853</b>
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>909.459</b>	<b>-</b>	<b>1.464.313</b>	<b>162.014</b>	<b>51.806</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.587.592</b>
<b>ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.216.888</b>	<b>53.823</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.270.711</b>
<b>INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	<b>5.291.892</b>	<b>1.669.849</b>	<b>1.754.342</b>	<b>17.741</b>	<b>-</b>	<b>19.264</b>	<b>-</b>	<b>8.753.088</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>5.874.926</b>	<b>1.112.853</b>	<b>10.596.503</b>	<b>125.170</b>	<b>1.180.537</b>	<b>116.210</b>	<b>(233.543)</b>	<b>18.772.656</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.071.153)	-	(5.260.411)	-	-	(3)	58.656	(8.272.911)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(320.917)	(336)	(759.929)	-	-	-	133.703	(947.479)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(877.118)	-	-	(877.118)
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>(3.392.070)</b>	<b>(336)</b>	<b>(6.020.340)</b>	<b>-</b>	<b>(877.118)</b>	<b>(3)</b>	<b>192.359</b>	<b>(10.097.508)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>								
Pessoal	(271.462)	(111.070)	(1.146.685)	(22.811)	(46.666)	(44.559)	-	(1.643.253)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(585)	(208)	(9.790)	(640)	-	3.896	-	(7.327)
Obrigações Pós-Emprego	(54.387)	(22.647)	(230.630)	-	-	(36.895)	-	(344.559)
Materiais	(11.248)	(2.845)	(41.820)	(94)	(1.858)	(122)	32	(57.955)
Serviços de Terceiros	(129.250)	(30.354)	(673.823)	(22.997)	(15.987)	(31.881)	36.922	(867.370)
Depreciação e Amortização	(201.871)	-	(524.584)	(37.742)	(54.308)	(15.786)	-	(834.291)
Provisões (Reversões) Operacionais	(88.144)	(9.973)	(544.090)	(4.373)	-	(66.571)	-	(713.151)
Custos de Construção	-	(53.824)	(1.101.966)	-	(37.350)	-	-	(1.193.140)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(57.492)	(12.950)	(394.628)	10.740	(7.755)	313.406	4.230	(144.449)
<b>Total do Custo de Operação</b>	<b>(814.439)</b>	<b>(243.871)</b>	<b>(4.668.016)</b>	<b>(77.917)</b>	<b>(163.924)</b>	<b>121.488</b>	<b>41.184</b>	<b>(5.805.495)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.206.509)</b>	<b>(244.207)</b>	<b>(10.688.356)</b>	<b>(77.917)</b>	<b>(1.041.042)</b>	<b>121.485</b>	<b>233.543</b>	<b>(15.903.003)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO</b>	<b>1.668.417</b>	<b>868.646</b>	<b>(91.853)</b>	<b>47.253</b>	<b>139.495</b>	<b>237.695</b>	<b>-</b>	<b>2.869.653</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(447.714)	362.286	(180.464)	(31.424)	-	(4.528)	-	(301.844)
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	(762.691)	-	-	-	-	-	-	(762.691)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	190.338	6.659	742.972	3.999	14.987	82.349	-	1.041.304
Despesas Financeiras	(1.320.422)	(3.773)	(1.077.899)	(9.066)	(49.112)	(18.223)	-	(2.478.495)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(672.072)</b>	<b>1.233.818</b>	<b>(607.244)</b>	<b>10.762</b>	<b>105.370</b>	<b>297.293</b>	<b>-</b>	<b>367.927</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.269)	4.760	102.829	(5.929)	(7.680)	(102.884)	-	(33.173)
<b>RESULTADO</b>	<b>(696.341)</b>	<b>1.238.578</b>	<b>(504.415)</b>	<b>4.833</b>	<b>97.690</b>	<b>194.409</b>	<b>-</b>	<b>334.754</b>
Participação dos acionistas controladores	(696.341)	1.238.578	(504.415)	4.833	97.270	194.409	-	334.334
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	420	-	-	420
	<b>(696.341)</b>	<b>1.238.578</b>	<b>(504.415)</b>	<b>4.833</b>	<b>97.690</b>	<b>194.409</b>	<b>-</b>	<b>334.754</b>

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS (*)	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
<b>ATIVOS DO SEGMENTO</b>	<b>13.381.523</b>	<b>4.880.161</b>	<b>17.738.194</b>	<b>317.346</b>	<b>2.529.757</b>	<b>2.986.477</b>	<b>(976.369)</b>	<b>40.857.089</b>
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>577.330</b>	<b>-</b>	<b>1.043.806</b>	<b>42.488</b>	<b>62.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.725.624</b>
<b>ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>-</b>	<b>146.030</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.030</b>
<b>INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	<b>5.750.963</b>	<b>2.423.084</b>	<b>1.546.960</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.840</b>	<b>-</b>	<b>9.744.847</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.046.513</b>	<b>518.671</b>	<b>12.992.220</b>	<b>122.569</b>	<b>1.394.725</b>	<b>91.358</b>	<b>(268.296)</b>	<b>21.897.760</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.669.371)	-	(6.992.822)	-	-	(29)	120.282	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(297.423)	(305)	(813.313)	-	-	-	112.285	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(1.050.925)	-	-	(1.050.925)
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>(2.966.794)</b>	<b>(305)</b>	<b>(7.806.135)</b>	<b>-</b>	<b>(1.050.925)</b>	<b>(29)</b>	<b>232.567</b>	<b>(11.591.621)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>								
Pessoal	(224.197)	(113.230)	(999.655)	(15.431)	(43.092)	(39.396)	-	(1.435.001)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(23.552)	(12.119)	(94.815)	(2.062)	-	(4.816)	-	(137.364)
Obrigações Pós-Emprego	(21.274)	(9.664)	(121.204)	-	-	(3.867)	-	(156.009)
Materiais	(95.381)	(4.969)	(50.651)	(129)	(1.830)	(310)	25	(153.245)
Serviços de Terceiros	(142.931)	(36.844)	(697.484)	(25.491)	(15.035)	(12.672)	30.987	(899.470)
Depreciação e Amortização	(273.053)	-	(443.766)	(48.968)	(54.177)	(14.866)	-	(834.830)
Provisões (Reversões) Operacionais	(108.728)	2.283	(209.072)	(1.181)	-	(1.084.757)	-	(1.401.455)
Custos de Construção	-	(146.030)	(1.043.806)	-	(62.000)	-	-	(1.251.836)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(60.692)	(15.983)	(312.434)	(18.566)	(8.808)	(45.393)	4.717	(457.159)
<b>Total do Custo de Operação</b>	<b>(949.808)</b>	<b>(336.556)</b>	<b>(3.972.887)</b>	<b>(111.828)</b>	<b>(184.942)</b>	<b>(1.206.077)</b>	<b>35.729</b>	<b>(6.726.369)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.916.602)</b>	<b>(336.861)</b>	<b>(11.779.022)</b>	<b>(111.828)</b>	<b>(1.235.867)</b>	<b>(1.206.106)</b>	<b>268.296</b>	<b>(18.317.990)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO</b>	<b>3.129.911</b>	<b>181.810</b>	<b>1.213.198</b>	<b>10.741</b>	<b>158.858</b>	<b>(1.114.748)</b>	<b>-</b>	<b>3.579.770</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.593	410.052	(6.408)	(27.769)	-	522	-	392.990
Resultado com Reorganização Societária	729.442	-	-	-	-	-	-	729.442
Receitas Financeiras	199.200	21.892	542.888	4.054	23.082	72.612	-	863.728
Despesas Financeiras	(984.018)	(6.875)	(1.129.969)	(5.794)	(41.531)	(36.157)	-	(2.204.344)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>3.091.128</b>	<b>606.879</b>	<b>619.709</b>	<b>(18.768)</b>	<b>140.409</b>	<b>(1.077.771)</b>	<b>-</b>	<b>3.361.586</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(835.791)	(71.104)	(255.908)	(16.096)	(23.339)	309.655	-	(892.583)
<b>RESULTADO</b>	<b>2.255.337</b>	<b>535.775</b>	<b>363.801</b>	<b>(34.864)</b>	<b>117.070</b>	<b>(768.116)</b>	<b>-</b>	<b>2.469.003</b>
Participação dos acionistas controladores	2.255.337	535.775	363.801	(34.864)	116.567	(768.116)	-	2.468.500
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	503	-	-	503
	<b>2.255.337</b>	<b>535.775</b>	<b>363.801</b>	<b>(34.864)</b>	<b>117.070</b>	<b>(768.116)</b>	<b>-</b>	<b>2.469.003</b>

(\*) A despesa de provisões operacionais registrada na coluna de outras, no valor de R\$1.084.757 refere-se substancialmente a despesas com opção de compra de investimentos mantidos pela controladora e descritos na Nota Explicativa nº 15.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Contas Bancárias	101.419	51.939	4.414	4.161
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	523.673	722.738	17.098	234.754
Overnight	370.040	127.916	47.840	17.569
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.659	-	-
Outros	-	16.380	-	-
	<u>893.713</u>	<u>872.693</u>	<u>64.938</u>	<u>252.323</u>
	<u>995.132</u>	<u>924.632</u>	<u>69.352</u>	<u>256.484</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 106%, em 2016, e 75% a 111%, em 2015, conforme operação).

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a., em 2016 (14,13% em 2015).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	46.011	1.716.944	4.238	30.804
Letras Financeiras - Bancos	728.293	460.639	94.156	61.989
Letras Financeiras do Tesouro	192.995	87.938	24.951	12.588
Debêntures	45.289	160.332	9.403	21.590
Outros	1.600	893	611	419
	<u>1.014.188</u>	<u>2.426.746</u>	<u>133.359</u>	<u>127.390</u>
<b>Não Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	-	42.011	-	-
Letras Financeiras - Bancos	14.134	41.367	1.820	2.249
Debêntures	16.906	-	4.139	-
Outros	-	188	-	26
	<u>31.040</u>	<u>83.566</u>	<u>5.959</u>	<u>2.275</u>
	<u>1.045.228</u>	<u>2.510.312</u>	<u>139.318</u>	<u>129.665</u>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 100,5% a 105,25%, em 2016, e 75% e 105%, em 2015, conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI, em 2016, e 105% a 116,7% do CDI, em 2015.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI, em 2016, e 105,4% a 113% do CDI, em 2015.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 28.

## 8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
Fornecimento Faturado	1.067.212	710.519	791.092	2.568.823	2.412.520
Fornecimento não Faturado	919.531	-	-	919.531	1.125.479
Suprimento a Outras Concessionárias	390.014	19.972	12.995	422.981	98.814
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	51	352	1.029	1.432	516.362
Concessionários – Transporte de Energia	233.026	10.509	75.188	318.723	370.438
(-)Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(660.105)	(660.105)	(625.445)
	<b>2.609.834</b>	<b>741.352</b>	<b>220.199</b>	<b>3.571.385</b>	<b>3.898.168</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>3.425.018</b>	<b>3.764.477</b>
<b>Ativo não Circulante</b>				<b>146.367</b>	<b>133.691</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

O ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Residencial	244.964	210.957
Industrial	132.586	135.925
Comércio, Serviços e Outras	152.297	116.684
Rural	23.764	18.877
Poder Público	9.672	11.546
Iluminação Pública	5.392	5.052
Serviço Público	15.408	9.783
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.733	111.513
Outros	8.289	5.108
	<b>660.105</b>	<b>625.445</b>

A movimentação do ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no exercício de 2016 e 2015 é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>649.850</b>
Constituições (Reversões) de perdas	175.595
Baixas	(200.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>625.445</b>
Constituições (Reversões) de perdas	382.368
Baixas	(347.708)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>660.105</b>

### Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operação, com grande cliente, de antecipação de venda de energia tendo recebido o valor de R\$181.200, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

## 9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	155.306	113.459	-	3.432
PIS-PASEP	12.480	9.477	-	-
COFINS	57.634	43.755	-	-
Outros	10.864	8.639	-	1.389
	<b>236.284</b>	<b>175.330</b>	<b>-</b>	<b>4.821</b>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	170.551	182.504	-	4.754
PIS-PASEP	914	12.966	4	4
COFINS	4.597	60.155	16	16
Outros	2.226	2.226	1.796	1.796
	<b>178.288</b>	<b>257.851</b>	<b>1.816</b>	<b>6.570</b>
	<b>414.572</b>	<b>433.181</b>	<b>1.816</b>	<b>11.391</b>

Os créditos PIS-PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2017.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2016 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2017, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	436.167	225.638	78.174	-
Contribuição Social	153.352	80.191	-	-
	589.519	305.829	78.174	-
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	98.132	191.978	98.132	191.978
Contribuição Social	13.928	13.642	13.928	13.642
	112.060	205.620	112.060	205.620
	<b>701.579</b>	<b>511.449</b>	<b>190.234</b>	<b>205.620</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	290.272	236.168	202.797	234.529
Provisões	1.027.279	712.999	547.277	537.281
Obrigações Pós-Emprego	1.175.074	830.748	121.973	89.509
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	228.801	210.072	7.192	7.195
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	201.711	199.571	-	-
Concessão Onerosa	8.262	9.000	-	-
Outros	22.096	54.378	190	2.214
<b>Total</b>	<b>2.953.495</b>	<b>2.252.936</b>	<b>879.429</b>	<b>870.728</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>				
Custo de Captação	(44.835)	(20.532)	-	-
Custo atribuído	(268.009)	(279.575)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(481.488)	(499.403)	(90.111)	(92.608)
Encargos Financeiros Capitalizados	(148.559)	(107.676)	-	-
Tributos sobre rendas de aplicações financeiras não resgatadas – Lucro Presumido	(1.549)	(1.821)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(516.985)	(261.521)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	(270.553)	(273.155)	-	-
Outros	(6.270)	(21)	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.738.248)</b>	<b>(1.443.704)</b>	<b>(90.111)</b>	<b>(92.608)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.215.247</b>	<b>809.232</b>	<b>789.318</b>	<b>778.120</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.797.453</b>	<b>1.498.479</b>	<b>789.318</b>	<b>778.120</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>(582.206)</b>	<b>(689.247)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>634.257</b>	<b>362.408</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(11.538)	360.956
Efeito alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	191.483	54.756
Realizações efetuadas	(4.970)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>809.232</b>	<b>778.120</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	140.660	(11.053)
Efeito alocado às Demonstrações de Resultados Abrangentes	265.283	22.251
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	72	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.215.247</b>	<b>789.318</b>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 11 de abril de 2017, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 11 de abril de 2017.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2017	394.315	123.242
2018	386.833	131.269
2019	436.630	140.412
2020	403.816	143.378
2021	597.532	148.210
2022 a 2024	490.449	168.525
2025 a 2026	243.920	24.393
	<b>2.953.495</b>	<b>879.429</b>

### c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	367.927	3.361.586	421.490	2.145.792
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(125.095)	(1.142.768)	(143.307)	(729.569)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	(132.192)	104.721	(88.332)	982.463
Juros sobre Capital Próprio	129.200	68.000	129.200	68.000
Ganho na formação da Aliança Geração	-	86.662	-	-
Dedução ativo intangível de concessão amortizado - Ganho de Capital TAESA	20.233		20.233	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.867)	(7.413)	(684)	(202)
Incentivo Fiscal	2.831	43.216	2.345	979
Créditos Fiscais não Reconhecidos	4.523	(734)	-	1
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	126.304	25.255	-	-
Multas Indedutíveis	(15.775)	(9.725)	(19)	(23)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(12.369)	(11.218)	-	-
Baixa de parcela de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(21.581)	(32.176)	-	-
Outros	(5.385)	(16.403)	(6.592)	1.059
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva</b>	<b>(33.173)</b>	<b>(892.583)</b>	<b>(87.156)</b>	<b>322.708</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>9,02%</b>	<b>26,55%</b>	<b>20,68%</b>	<b>15,04%</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(173.833)</b>	<b>(881.045)</b>	<b>(76.103)</b>	<b>(38.248)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>140.660</b>	<b>(11.538)</b>	<b>(11.053)</b>	<b>360.956</b>

### Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado no resultado foi de R\$7.068 em 2016 e R\$20.696 em 2015, posteriormente transferido para a Reserva de Incentivos Fiscais.



## 11. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$367.474, refere-se principalmente a valor depositado junto ao Banco Santander, em conformidade com acordo de acionistas da RME e Luce, como garantia para liquidação das opções de venda. O contrato da conta junto ao banco depositário possui vigência até 15 de dezembro de 2017.

## 12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Trabalhista</b>	<b>381.249</b>	<b>367.440</b>	<b>37.081</b>	<b>36.996</b>
<b>Fiscais</b>				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	746.340	751.318	-	10.604
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	36.657	35.674	-	-
ITCD	45.620	33.848	45.181	42.711
IPTU	80.345	67.637	65.694	72.113
FINSOCIAL	37.399	23.343	37.399	29.962
Outros	201.897	185.439	35.624	15.029
	<b>1.163.031</b>	<b>1.112.033</b>	<b>183.898</b>	<b>170.419</b>
<b>Outros</b>				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	60.227	56.523	27.374	24.253
Responsabilidade Civil	13.484	9.810	6.015	5.757
Relações de Consumo	5.598	3.779	1.548	1.489
Bloqueio Judicial	7.877	11.783	3.118	3.288
Outros	15.967	12.528	1.389	1.617
	<b>342.599</b>	<b>333.868</b>	<b>278.889</b>	<b>275.849</b>
	<b>1.886.879</b>	<b>1.813.341</b>	<b>499.868</b>	<b>483.264</b>

- (1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 19;
- (2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 23.

### 13. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

#### Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$791.609 (R\$801.235 em 2015). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$71.695 em 2015), reconhecidos no ativo circulante.

#### Repasse da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRB” ou “Conta Bandeira”)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRB” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$341.244 (R\$1.124.377 em 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

### 14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	216.107	135.983
Concessões de Transmissão	482.281	401.139
Indenização a Receber – transmissão	1.805.230	1.054.129
Indenizações a Receber - geração	546.624	546.424
Ativos de Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	-	46.173
Bonificação pela Outorga – Usinas Leilão 12/2015	2.253.765	-
	<u>5.304.007</u>	<u>2.183.848</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	397.725	1.349.656
<b>Total</b>	<b><u>5.701.732</u></b>	<b><u>3.533.504</u></b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>730.488</b>	<b>873.699</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>4.971.244</b>	<b>2.659.805</b>

Passivos Financeiros da Concessão - consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	804.975	-
<b>Passivo Circulante</b>	<b>481.835</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>323.140</b>	<b>-</b>

### a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

#### Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização a Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP").

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

A Portaria ainda depende de definições, por isso em 14 de outubro de 2016 foi aberta a Audiência Pública nº 068/2016 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP das concessionárias de transmissão.

Considerando que a Portaria nº120 prevê que custo de capital será composto por parcelas de Remuneração e Depreciação (QRR) a Companhia, com base nas melhores informações disponíveis, procedeu os ajustes necessários apurando os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
<b>Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização</b>	<b>892.050</b>
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 12/2016	913.180
<b>Total Indenização</b>	<b>1.805.230</b>

#### Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. No período entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

#### Ativos de Distribuição

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizada como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

## Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não depreciados/amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$546.624.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 31/12/2016	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/2016
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
		<b>679,70</b>	<b>109.000</b>	<b>546.624</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que o valor registrado refere-se a melhor estimativa de indenização considerando as informações disponíveis até a data base das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015 (“Leilão 12/2015”) conforme descrito em maiores detalhes a seguir:

### Bonificação por outorga – leilão 12/2015

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, 14 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias, Tronqueiras e Volta Grande), além de Jaguará, São Simão e Miranda, tiveram suas concessões condicionadas a aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época, não aceitou os termos de renovação.

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A..

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas” em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes ao Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos transferidos em 31/05/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.260.400	191.681	(168.884)	1.283.197
Cemig Geração Salto Grande S.A.	395.523	60.377	(53.261)	402.639
Cemig Geração Itutinga S.A.	147.662	24.886	(22.644)	149.904
Cemig Geração Camargos S.A.	110.746	18.558	(16.857)	112.447
Cemig Geração Sul S.A.	144.603	25.668	(23.718)	146.553
Cemig Geração Leste S.A.	98.301	19.024	(18.010)	99.315
Cemig Geração Oeste S.A.	59.118	11.539	(10.947)	59.710
<b>Total</b>	<b>2.216.353</b>	<b>351.733</b>	<b>(314.321)</b>	<b>2.253.765</b>

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.272.986</b>	-	<b>5.943.682</b>	<b>7.216.668</b>
Adição	146.030	-	-	146.030
Baixas	(5.818)	-	(29.945)	(35.763)
Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões	-	-	(7.161.504)	(7.161.504)
Transferências	(2.035)	-	808.119	806.084
Geração - Indenização a receber	-	546.424	-	546.424
Recebimentos	(10.250)	-	-	(10.250)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	575.631	575.631
Atualização Financeira	100.528	-	-	100.528
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.501.441</b>	<b>546.424</b>	<b>135.983</b>	<b>2.183.848</b>
Adição	53.823	534	-	54.357
Adição - Bonificação pela Outorga - Usinas	-	2.216.353	-	2.216.353
Baixas	(2.943)	(334)	(349)	(3.626)
Recebimentos	(15.482)	(314.321)	-	(329.803)
Transferência Financeiro- Intangível	(429)	-	72.891	72.462
Atualização Bonificação Outorga	-	351.733	-	351.733
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	7.582	7.582
Atualização Financeira	751.101	-	-	751.101
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.287.511</b>	<b>2.800.389</b>	<b>216.107</b>	<b>5.304.007</b>

#### **b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros**

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Demonstrações Financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 31/12/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
<b>Itens da "Parcela A"</b>						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	202.802	(144.864)	-	(99.977)	202.802	(244.841)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	6.717	-	3309	-	10.026	-
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.577	-	1.603	-	9.180	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	15.677	(84)	1.734	-	17.411	(84)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(166.851)	-	(77.201)	-	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.676.110	(1.299.953)	370.140	(402.366)	2.046.250	(1.702.319)
<b>Outros Componentes Financeiros</b>						
Sobrecontratação de Energia	-	(137.706)	-	(22.799)	-	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	79.539	(46.470)	887	(32.070)	80.426	(78.540)
Outros Itens Financeiros	2.783	(265.775)	-	(66.401)	2.783	(332.176)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(13.611)	-	-	-	(13.611)
<b>TOTAL</b>	<b>1.991.205</b>	<b>(2.075.314)</b>	<b>377.673</b>	<b>(700.814)</b>	<b>2.368.878</b>	<b>(2.776.128)</b>

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
<b>Itens da "Parcela A"</b>						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802	-
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	45.024	(328)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.576	(2)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	6.655	(1.168)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	323	(307.968)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	2.592.999	(942.988)
<b>Outros Componentes Financeiros</b>						
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	-	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	118.740	(1.834)
Outros Itens Financeiros	10.917	(699)	170.345	-	181.262	(699)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)
<b>TOTAL</b>	<b>2.423.445</b>	<b>(1.562.979)</b>	<b>868.936</b>	<b>(379.746)</b>	<b>3.292.381</b>	<b>(1.942.725)</b>

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	1.443.964	924.914	2.368.878	3.292.381
Passivo	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.776.128)	(1.942.725)
	<b>397.725</b>	<b>(804.975)</b>	<b>(407.250)</b>	<b>1.349.656</b>



A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros em 2016 e 2015 é conforme segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.106.675</b>
(+) Constituição	2.284.168
(-) Amortização	(580.541)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(1.528.795)
(+) Atualização Selic	68.149
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.349.656</b>
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(858.003)
(-) Amortização	(597.054)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(341.244)
(-) Transferência (2)	(164.957)
(+) Atualização Selic (3)	204.352
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(407.250)</b>

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 13.

(2) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Créditos junto à Eletrobras, e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(3) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

## 15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.583.195	4.683.812
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	40.844	-	-
Guanhães Energia	-	18.444	-	-
Hidrelétrica Pipoca	31.809	26.237	-	-
Retiro Baixo	161.848	147.905	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	354.284	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	675.983	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	703.403	-	-
Lightger	41.543	37.454	-	-
Baguari Energia	162.106	187.227	-	-
Renova	688.625	1.527.435	-	-
Aliança Geração	1.319.055	1.327.246	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	63.045	-	-
Central Eólica Volta do Rio	81.228	85.101	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	62.071	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	495.768	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.499.867	2.695.848
Light	1.070.477	1.187.722	1.070.477	1.187.722
TAESA	1.582.633	2.242.186	1.582.633	2.242.186
Cemig Telecom	-	-	191.515	169.006
Ativas Data Center	17.741	-	-	-
Gasmig	-	-	1.419.492	1.406.371
Rosal Energia	-	-	141.038	121.822
Sá Carvalho	-	-	106.111	102.926
Horizontes Energia	-	-	52.396	70.539
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.009	3.898
Cemig PCH	-	-	91.969	84.956
LUCE	343.802	-	343.802	-
RME	340.063	-	340.063	-
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	18.307	21.588	18.307
UTE Barreiro	-	-	39.266	29.703
Companhia Transsudeste de Transmissão	20.505	17.536	20.505	17.536
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	20.154	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	19.298	23.952	19.298
Transchile	-	108.230	-	108.230
Efficientia	-	-	4.868	5.511
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	1.867	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	17.528	21.171	17.528
Cemig Trading	-	-	28.635	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	23.840	19.264	23.840
Parati	-	357.753	-	357.753
Cemig Overseas (*)	-	-	20	45
<b>Total do Investimento</b>	<b>8.753.088</b>	<b>9.744.847</b>	<b>12.627.857</b>	<b>13.412.081</b>
Ativas Data Center – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(27.769)	-	-
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	(59.071)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.694.017</b>	<b>9.717.078</b>	<b>12.627.857</b>	<b>13.412.081</b>

(\*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa. A Ativas Data Center passou a ser investida com influência significativa a partir do 4º trimestre de 2016.

### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2014	Adição	Amortização	31/12/2015	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	1.119.124	59.968	(55.996)	1.123.096	-	(56.468)	(762.691)	303.937
Renova	848.226	-	(42.768)	805.458	-	(42.767)	(762.691)	-
Retiro Baixo	31.906	-	(1.200)	30.706	-	(1.181)	-	29.525
Central Eólica Praias de Parajuru	22.395	-	(1.527)	20.868	-	(1.527)	-	19.341
Central Eólica Volta do Rio	15.828	-	(1.010)	14.818	-	(1.011)	-	13.807
Central Eólica Praias de Morgado	31.517	-	(2.056)	29.461	-	(2.055)	-	27.406
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	169.252	-	(5.956)	163.296	-	(5.956)	-	157.340
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	-	59.968	(1.479)	58.489	-	(1.971)	-	56.518
TAESA	433.415	-	(18.641)	414.774	-	(17.371)	(109.257)	288.146
Light	253.526	-	(22.363)	231.163	-	(22.363)	-	208.800
Gasmig	220.102	-	(4.692)	215.410	-	(7.912)	-	207.498
LUCE	-	-	-	-	49.695	(1.266)	-	48.429
RME	-	-	-	-	49.694	(1.265)	-	48.429
	<b>2.026.167</b>	<b>59.968</b>	<b>(101.692)</b>	<b>1.984.443</b>	<b>99.389</b>	<b>(106.645)</b>	<b>(871.948)</b>	<b>1.105.239</b>

Consolidado	31/12/2014	Amortização	31/12/2015	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2016
TAESA	433.415	(18.641)	414.774	-	(17.371)	(109.257)	288.146
Light	253.526	(22.363)	231.163	-	(22.363)	-	208.800
Gasmig	220.102	(4.692)	215.410	-	(7.912)	-	207.498
LUCE	-	-	-	49.695	(1.266)	-	48.429
RME	-	-	-	49.694	(1.265)	-	48.429
	<b>907.043</b>	<b>(45.696)</b>	<b>861.347</b>	<b>99.389</b>	<b>(50.177)</b>	<b>(109.257)</b>	<b>801.302</b>

**b) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:**

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Vendas	Incorporação	Outros	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	4.683.812	69.867	(72.526)	(97.958)	-	-	-	-	4.583.195
Cemig Distribuição	2.695.848	(323.950)	(379.834)	97.803	410.000	-	-	-	2.499.867
Cemig Telecom	169.006	5.965	(115)	-	16.660	-	-	(1)	191.515
Rosal Energia	121.822	43.669	-	(24.452)	-	-	-	(1)	141.038
Sá Carvalho	102.926	28.236	-	(25.051)	-	-	-	-	106.111
Gasmig	1.406.371	82.015	-	(68.894)	-	-	-	-	1.419.492
Horizontes Energia	70.539	11.033	-	(4.176)	-	-	-	(25.000)	52.396
Usina Térmica Ipatinga	3.898	447	-	(336)	-	-	-	-	4.009
Cemig PCH	84.956	13.779	-	(6.766)	-	-	-	-	91.969
LUCE	-	(17.890)	513	(57.185)	251.977	-	166.387	-	343.802
RME	-	(17.757)	510	(58.763)	247.941	-	168.132	-	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	5.325	-	(2.044)	-	-	-	-	21.588
UTE Barreiro	29.703	12.167	-	(2.604)	-	-	-	-	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	3.783	-	(813)	-	-	-	(1)	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.120	37.997	-	(26.963)	-	-	-	-	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	4.654	-	-	-	-	-	-	23.952
Transchile	108.230	1.776	(22.988)	-	-	(87.018)	-	-	-
Efficientia	5.511	(643)	-	-	-	-	-	-	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.284	111	-	(528)	-	-	-	(4.000)	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	5.667	-	(2.024)	-	-	-	-	21.171
Light	1.187.722	(120.512)	2.948	320	-	-	-	(1)	1.070.477
Cemig Trading	29.840	60.374	-	(61.579)	-	-	-	-	28.635
Axiom Soluções Tecnológicas	23.840	(4.527)	-	(49)	-	-	-	-	19.264
Parati	357.753	(24.305)	850	221	-	-	(334.519)	-	-
Taesa	2.242.186	341.081	-	(381.609)	-	(619.025)	-	-	1.582.633
Cemig Overseas	45	(15)	(10)	-	-	-	-	-	20
	<b>13.412.081</b>	<b>218.347</b>	<b>(470.652)</b>	<b>(723.450)</b>	<b>926.578</b>	<b>(706.043)</b>	<b>-</b>	<b>(29.004)</b>	<b>12.627.857</b>

Consolidado	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Vendas	Incorporação	Outros	31/12/2016
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	5.325	-	(2.044)	-	-	-	-	21.588
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	3.783	-	(813)	-	-	-	(1)	20.505
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	4.654	-	-	-	-	-	-	23.952
Transchile	108.230	1.776	(22.988)	-	-	(87.018)	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	5.667	-	(2.024)	-	-	-	-	21.171
Light	1.187.722	(120.512)	2.948	320	-	-	-	(1)	1.070.477
Axiom Soluções Tecnológicas	23.840	(4.528)	-	(49)	-	-	-	1	19.264
LUCE	-	(17.890)	513	(57.185)	251.977	-	166.387	-	343.802
RME	-	(17.757)	510	(58.763)	247.941	-	168.132	-	340.063
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	-	-	50.411
Guanhães Energia (1)	18.444	(102.108)	-	-	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	-	-	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	-	-	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Lightger	37.454	4.088	-	-	-	-	-	1	41.543
Baguari Energia	187.227	41.037	-	(14.118)	-	-	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias de Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	-	-	59.586
Amazônia Energia(Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	-	-	291.913	-	-	-	781.022
Ativas Data Center (2)	-	(31.424)	-	-	98.900	-	-	(49.735)	17.741
Parati	357.753	(24.305)	850	221	-	-	(334.519)	-	-
Taesa	2.242.186	341.081	-	(381.609)	-	(619.025)	-	-	1.582.633
Renova (3)	1.527.435	(373.313)	19.330	-	277.864	-	-	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	-	-	2.782	-	-	-	2.782
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	-	-	1.319.055
Aliança Norte(Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	-	-	179.765	-	-	-	527.498
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	-	-	161.848
Total do Investimento	<b>9.744.847</b>	<b>(301.844)</b>	<b>1.163</b>	<b>(631.910)</b>	<b>1.454.949</b>	<b>(706.043)</b>	<b>-</b>	<b>(808.074)</b>	<b>8.753.088</b>
Ativas Data Center – passivo a descoberto de controlada em conjunto	(27.769)	-	-	-	-	-	-	-	(27.769)
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
Total	<b>9.717.078</b>	<b>(301.844)</b>	<b>1.163</b>	<b>(631.910)</b>	<b>1.604.709</b>	<b>(706.043)</b>	<b>-</b>	<b>(1.016.905)</b>	<b>8.694.017</b>

(1) Transferência para passivo a descoberto;

(2) O montante de R\$49.735 refere-se à diluição de participação acionária decorrente de aporte de capital de novo acionista;

(3) O montante de R\$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Baixas	Outros	31/12/2015
Cemig Geração e Transmissão	3.486.611	2.316.273	(69.334)	(1.187.448)	137.710	-	-	4.683.812
Cemig Distribuição	2.482.227	370.209	(169.319)	(190.355)	100.000	-	103.086	2.695.848
Cemig Telecom	225.440	(56.116)	(318)	-	-	-	-	169.006
Rosal Energia	120.964	24.708	-	(23.850)	-	-	-	121.822
Sá Carvalho	106.601	13.722	-	(17.397)	-	-	-	102.926
Gasmig	1.436.815	100.735	-	(131.179)	-	-	-	1.406.371
Horizontes Energia	70.118	3.948	-	(3.965)	-	-	438	70.539
Usina Térmica Ipatinga	24.166	618	-	(6.886)	-	-	(14.000)	3.898
Cemig PCH	66.560	8.395	-	-	10.000	-	1	84.956
Cemig Capim Branco Energia	130.128	12.153	-	-	-	(142.281)	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	7.595	-	(2.876)	-	-	-	18.307
UTE Barreiro	28.822	880	-	1	-	-	-	29.703
Companhia Transsudeste de Transmissão	12.725	5.326	-	(515)	-	-	-	17.536
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.067	16.437	-	(16.384)	-	-	-	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	6.042	-	(571)	-	-	-	19.298
Transchile	66.141	6.106	35.983	-	-	-	-	108.230
Efficientia	4.935	576	-	-	-	-	-	5.511
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.042	241	-	-	-	-	1	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	2.188	-	(5.645)	-	-	-	17.528
Light	1.199.236	(10.730)	2.159	(2.943)	-	-	-	1.187.722
Cemig Trading	31.182	59.325	-	(60.667)	-	-	-	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	521	-	(314)	-	-	-	23.840
Parati	370.359	2.838	325	(15.769)	-	-	-	357.753
Taesá	2.187.623	382.795	-	(328.232)	-	-	-	2.242.186
Cemig Overseas	366	(916)	263	-	332	-	-	45
	<b>12.138.161</b>	<b>3.273.869</b>	<b>(200.241)</b>	<b>(1.994.995)</b>	<b>248.042</b>	<b>(142.281)</b>	<b>89.526</b>	<b>13.412.081</b>

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/12/2015 Reapresentado
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	7.595	-	(2.876)	-	-	18.307
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	5.326	-	(515)	-	-	17.536
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	6.043	-	(571)	-	(1)	19.298
Transchile	66.141	6.106	35.983	-	-	-	108.230
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	2.188	-	(5.645)	-	-	17.528
Light	1.199.236	(10.730)	2.159	(2.943)	-	-	1.187.722
Axiom Soluções Tecnológicas	23.633	521	-	(314)	-	-	23.840
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	6.548	-	-	-	-	40.844
Guanhães Energia	67.428	(48.984)	-	-	-	-	18.444
Hidrelétrica Pipoca	28.807	2.497	-	(5.067)	-	-	26.237
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	674.183	1.800	-	-	-	-	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	707.910	(4.507)	-	-	-	-	703.403
Lightger	38.900	(1.447)	-	-	-	1	37.454
Baguari Energia	193.351	11.527	-	(17.651)	-	-	187.227
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	1.848	-	(868)	-	66	63.045
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.728	-	(650)	-	-	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	313	-	(574)	-	-	62.071
Amazônia Energia	394.238	(18.593)	-	-	120.123	-	495.768
Ativas Data Center	-	(27.769)	-	-	-	27.769	-
Epícares Empreendimentos (1)	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	-
Parati	370.359	2.838	325	(15.769)	-	-	357.753
Taesá	2.187.623	382.795	-	(328.232)	-	-	2.242.186
Renova	1.538.299	(25.387)	14.523	-	-	-	1.527.435
Aliança Geração	3.323	107.233	-	(93.866)	581.114	729.442	1.327.246
Aliança Norte	-	(13.058)	-	-	367.342	-	354.284
Retiro Baixo	149.944	(4.783)	-	-	2.744	-	147.905
<b>Total do Investimento</b>	<b>8.039.791</b>	<b>392.990</b>	<b>52.990</b>	<b>(475.541)</b>	<b>1.071.323</b>	<b>663.294</b>	<b>9.744.847</b>
Ativas Data Center – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	(27.769)	(27.769)
	<b>8.039.791</b>	<b>392.990</b>	<b>52.990</b>	<b>(475.541)</b>	<b>1.071.323</b>	<b>635.525</b>	<b>9.717.078</b>

(1) O montante de R\$93.983 refere-se à ativo aportado para constituição da Aliança Geração.

## Aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	31/12/2016			31/12/2015		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	4.583.195	100,00	1.837.710	4.683.812
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	102.880	49,00	35.000	83.355
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	185.647	-	49,00	137.608	37.641
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	64.916	49,00	41.360	53.545
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	263.680	49,90	222.850	296.403
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.014.111	1.076.527	49,00	647.166	723.029
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	10.151.952	6.418.617	18,05	9.761.952	7.642.027
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.781	49,00	79.232	76.439
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	247.662	69,39	261.573	269.827
Renova (2)	360.815.313	34,15	2.856.255	1.955.598	27,37	2.526.253	5.580.690
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.972.519	45,00	1.291.450	2.949.436
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.897	49,00	70.560	128.663
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	136.886	49,00	117.230	173.676
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	65.128	49,00	52.960	126.676
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.039.491.023	74,50	1.115.739	1.048.351	74,50	723.409	665.460
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.677	-	-	-
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.361.998	2.499.867	100,00	2.361.998	2.695.849
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.353.796	26,06	2.225.822	4.557.644
Cemig Telecom	397.683.385	100,00	241.742	191.515	100,00	225.082	169.006
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	141.038	100,00	46.944	121.822
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	106.111	100,00	36.833	102.926
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.425.622	99,57	665.429	1.408.036
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	52.396	100,00	64.258	70.539
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.009	100,00	174	3.898
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	91.969	100,00	35.952	84.956
LUCE	1.379.839.905	66,62	437.638	443.370	-	-	-
RME	1.365.421.406	66,27	433.770	440.069	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	81.293	25,00	49.569	73.228
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	39.266	100,00	30.902	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	85.438	24,00	30.000	73.067
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	20.154	100,00	486	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	97.763	24,50	22.340	78.767
Transchile	-	-	-	-	49,00	236.861	220.878
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	4.868	100,00	6.052	5.510
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	1.867	100,00	5.000	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.512	51,00	28.000	34.366
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	28.635	100,00	160	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	39.314	49,00	46.600	48.653
Parati	1.432.910.602	-	-	-	25,00	1.432.910	1.431.016
TAESA	1.033.496.721	31,54	3.042.034	4.307.588	43,36	3.042.034	5.171.093

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Devido ao aumento da participação na Renova, houve uma perda de R\$2.300 em virtude desta empresa ter tido prejuízos ao longo do ano de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante de algumas controladas indireta em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue detalhe dos saldos mais relevantes:

**Guanhães Energia:** Isso ocorreu principalmente em função da emissão da 2ª série da 6ª nota promissória com vencimento de curto prazo. A Administração da Guanhães Energia tem obtido recursos a partir do mercado financeiro e recursos dos acionistas, destionando-os, principalmente, à administração de seu caixa para capital de giro, investimentos e compromissos financeiros.



Light: Em 31 de dezembro de 2016, a Light apresentou capital circulante negativo consolidado em R\$1.258.928 (R\$423.135 em 31 de dezembro de 2015). A Light apresentou uma melhora na geração operacional de caixa durante o exercício de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e da performance operacional apresentada em 2016, conjuntamente com a redução de investimentos e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária. A Administração da Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Light apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$1.117.858 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$979.481 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), o que permitiu parte da amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$319.305 (captação de R\$160.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). Além disso, em 14 de março de 2017, a Aneel aprovou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%, a partir de 15 de março de 2017, o que assegurará um reequilíbrio econômico-financeiro para a distribuidora.

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.611.061, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e, se necessário, com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas.

Renova Energia: No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Renova Energia incorreu em prejuízo de R\$1.101.472 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$3.211.041 (consolidado). Além disso, a Renova Energia tem apresentado geração operacional negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação de determinados parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; iv) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores em 2016 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante; e iv) perdas decorrentes da operação com a Terraform.

A Administração da Renova Energia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. Entre estas ações, estão a venda de determinados ativos, a redução da estrutura administrativa e operacional, com redução dos custos administrativos, empenho dos acionistas no suporte financeiro, contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, adiantamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa, pedido de anuência aos credores, que possibilitará a reclassificação da dívida para o passivo não circulante que garanta a sua liquidez. A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Aliança Geração: Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. A Administração da Aliança Geração vem conduzindo ações para o alongamento com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro.

Os saldos integrais das controladas em conjunto, em 2016 e em 2015, são como segue:

2016	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	LUCE	RME	Light	Taesa	Axxiom	Aliança Norte
<b>Ativo</b>											
Circulante	11.612	50.167	40.893	61.031	32.271	6.257	3.086	3.612.477	1.954.878	65.829	1.853
Caixa e Equivalentes de caixa	7.851	3.034	2.297	19.846	4.123	20	6	668.304	101.505	9.041	1.812
Não Circulante	1.327.798	122.568	122.559	634	78.107	437.188	437.110	10.717.752	6.455.739	13.480	1.075.009
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.339.410</b>	<b>172.735</b>	<b>163.452</b>	<b>61.665</b>	<b>110.378</b>	<b>443.445</b>	<b>440.196</b>	<b>14.330.229</b>	<b>8.410.617</b>	<b>79.309</b>	<b>1.076.862</b>
<b>Passivo</b>											
Circulante	142	27.971	32.546	4.970	21.748	75	127	4.871.405	1.074.367	32.316	335
Fornecedores	79	190	395	88	122	18	85	1.341.800	36.991	908	96
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	18.196	19.467	3.040	19.067	-	-	1.5567.738	9.147	9.769	-
Não circulante	-	63.471	33.143	15.183	3.192	-	-	6.105.028	3.028.662	7.679	-
Patrimônio Líquido	1.339.268	81.293	97.763	41.512	85.438	443.370	440.069	3.353.796	4.307.588	39.314	1.076.527
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.339.410</b>	<b>172.735</b>	<b>163.452</b>	<b>61.665</b>	<b>110.378</b>	<b>443.445</b>	<b>440.196</b>	<b>14.330.229</b>	<b>8.410.617</b>	<b>79.309</b>	<b>1.076.862</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>											
Receita Líquida de Vendas	-	34.011	44.729	13.387	22.325	-	-	9.645.237	1.391.074	57.217	-
Custo das Vendas	-	(2.095)	(18.642)	(2.457)	(1.332)	-	-	(8.042.026)	(149.196)	(63.842)	-
Depreciação e Amortização	-	-	-	(1.422)	-	-	-	(452.260)	(706)	(1.783)	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>31.916</b>	<b>26.087</b>	<b>10.930</b>	<b>20.993</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.603.211</b>	<b>1.241.878</b>	<b>(6.625)</b>	<b>-</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(5.511)	(329)	(1.090)	-	(808)	(741)	(1.170)	(752.243)	(106.492)	(7.853)	(2.554)
Receitas Financeiras	3.716	1.547	736	4.296	877	179	1.217	147.533	58.364	616	182
Despesas Financeiras	(60.642)	(10.196)	(5.089)	(2.961)	(4.284)	(41.380)	(41.386)	(1.281.476)	(223.412)	-	(6.942)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(62.437)</b>	<b>22.938</b>	<b>20.644</b>	<b>12.265</b>	<b>16.778</b>	<b>(41.942)</b>	<b>(41.339)</b>	<b>(282.975)</b>	<b>970.338</b>	<b>(13.862)</b>	<b>(9.314)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	228	(1.636)	(1.650)	(1.153)	(1.017)	(78)	(78)	(29.962)	(108.272)	4.621	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(62.209)</b>	<b>21.302</b>	<b>18.994</b>	<b>11.112</b>	<b>15.761</b>	<b>(42.020)</b>	<b>(41.417)</b>	<b>(312.937)</b>	<b>862.066</b>	<b>(9.241)</b>	<b>(9.314)</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>											
Resultado Líquido do Exercício	(62.209)	21.302	18.994	11.112	15.761	(42.020)	(41.417)	(312.937)	862.066	(9.241)	(9.314)
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	(85.872)	-	-	-
Ganho/perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(62.209)</b>	<b>21.302</b>	<b>18.994</b>	<b>11.112</b>	<b>15.761</b>	<b>(42.020)</b>	<b>(41.417)</b>	<b>(398.809)</b>	<b>862.066</b>	<b>(9.241)</b>	<b>(9.314)</b>

2016	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
<b>Ativo</b>													
Circulante	43.367	45.076	15.923	1.519.965	20.175	30.220	135.860	38.546	23.976	36.630	34.912	77	388.100
Caixa e Equivalentes de caixa	39.620	11.110	1.185	57.974	17.311	19.222	35.786	17.748	17.385	26.568	31.817	51	146.601
Não Circulante	86.131	219.998	65.142	23.557.118	97.855	376.648	5.765.276	127.585	142.499	244.961	152.301	1.048.369	2.511.543
<b>Total do Ativo</b>	<b>129.498</b>	<b>265.074</b>	<b>81.065</b>	<b>25.077.083</b>	<b>118.030</b>	<b>406.868</b>	<b>5.901.136</b>	<b>166.131</b>	<b>166.475</b>	<b>281.591</b>	<b>187.213</b>	<b>1.048.446</b>	<b>2.899.643</b>
<b>Passivo</b>													
Circulante	10.038	12.225	190.672	3.131.026	8.150	24.743	3.346.901	19.137	27.248	36.761	16.019	95	592.394
Fornecedores	1.660	6.212	261	661.726	67	745	546.911	804	526	801	5.611	-	100.640
Não circulante	16.580	5.187	10.946	15.527.440	44.964	118.445	598.637	58.097	74.099	107.944	86.413	-	334.730
Patrimônio Líquido	102.880	247.662	(120.553)	6.418.617	64.916	263.680	1.955.598	88.897	65.128	136.886	84.781	1.048.351	1.972.519
<b>Total do Passivo</b>	<b>129.498</b>	<b>265.074</b>	<b>81.065</b>	<b>25.077.083</b>	<b>118.030</b>	<b>406.868</b>	<b>5.901.136</b>	<b>166.131</b>	<b>166.475</b>	<b>281.591</b>	<b>187.213</b>	<b>1.048.446</b>	<b>2.899.643</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>													
Receita Líquida de Vendas	33.469	64.985	-	2.802.554	24.714	61.985	483.137	27.276	22.268	28.617	35.600	-	803.732
Custo das Vendas	(9.562)	(11.652)	-	(1.844.691)	(6.164)	(29.225)	(453.613)	(16.794)	(16.997)	(26.981)	(16.884)	-	(313.518)
Depreciação e Amortização	(2.658)	(8.808)	-	(673.009)	(3.081)	(9.406)	(93.459)	(9.505)	(9.997)	(16.820)	(10.510)	-	(124.704)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>23.907</b>	<b>53.333</b>	<b>-</b>	<b>957.863</b>	<b>18.550</b>	<b>32.760</b>	<b>29.524</b>	<b>10.482</b>	<b>5.271</b>	<b>1.636</b>	<b>18.716</b>	<b>-</b>	<b>490.214</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(134)	(1.160)	-	(145.908)	(2.067)	-	(40.558)	(797)	(877)	(2.016)	(1.619)	(1.435)	(57.976)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(281.030)	-	-	-	-	-	-
Ajuste para perdas em investimento	-	-	-	-	-	-	(455.427)	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	4.183	14.765	261	146.200	1.845	1.922	16.170	2.790	2.659	4.618	3.489	20	46.252
Despesas Financeiras	(2.672)	(681)	(208.645)	(1.551.719)	(5.503)	(14.802)	(423.784)	(7.217)	(9.668)	(14.062)	(9.931)	(7.523)	(58.588)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>25.284</b>	<b>66.257</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(593.564)</b>	<b>12.825</b>	<b>19.880</b>	<b>(1.155.105)</b>	<b>5.258</b>	<b>(2.615)</b>	<b>(9.824)</b>	<b>10.655</b>	<b>(8.938)</b>	<b>419.902</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.586)	(7.117)	-	(23.636)	(1.455)	(2.680)	53.633	(1.769)	896	3.049	(2.312)	-	(127.214)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>22.698</b>	<b>59.140</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(617.200)</b>	<b>11.370</b>	<b>17.200</b>	<b>(1.101.472)</b>	<b>3.489</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(6.775)</b>	<b>8.343</b>	<b>(8.938)</b>	<b>292.688</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>													
Resultado Líquido do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370	17.200	(1.101.472)	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)	292.688
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	(182.011)	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>22.698</b>	<b>59.140</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(617.200)</b>	<b>11.370</b>	<b>17.200</b>	<b>(1.283.483)</b>	<b>3.489</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(6.775)</b>	<b>8.343</b>	<b>(8.938)</b>	<b>292.688</b>

2015	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile	Light	Taesa	Axxiom	Aliança Norte
<b>Ativo</b>										
Circulante	59.415	46.846	34.314	58.032	32.152	39.282	3.976.236	2.082.212	73.977	586
Caixa e Equivalentes de caixa	46.202	7.968	5.638	15.668	5.996	36.108	447.441	132.441	6.885	586
Não Circulante	1.407.394	127.903	113.458	517	80.866	298.491	11.817.765	7.574.274	14.321	725.956
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.466.809</b>	<b>174.749</b>	<b>147.772</b>	<b>58.549</b>	<b>113.018</b>	<b>337.773</b>	<b>15.794.001</b>	<b>9.656.486</b>	<b>88.298</b>	<b>726.542</b>
<b>Passivo</b>										
Circulante	35.793	17.961	20.322	4.240	17.151	21.445	4.399.371	1.008.424	33.827	17
Fornecedores	-	132	192	112	115	351	1.449.642	33.712	1.544	17
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	5.693	2.927	2.351	-	10.340	1.629.166	628.281	5.005	-
Não circulante	-	83.560	48.683	19.943	22.800	95.450	6.836.986	3.476.969	5.818	3.496
Patrimônio Líquido	1.431.016	73.228	78.767	34.366	73.067	220.878	4.557.644	5.171.093	48.653	723.029
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.466.809</b>	<b>174.749</b>	<b>147.772</b>	<b>58.549</b>	<b>113.018</b>	<b>337.773</b>	<b>15.794.001</b>	<b>9.656.486</b>	<b>88.298</b>	<b>726.542</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>										
Receita Líquida de Vendas	-	33.004	34.057	14.336	22.159	28.021	1.221.609	1.973.412	65.644	-
Custo das Vendas	-	(3.925)	(12.766)	(3.930)	(2.204)	(10.402)	(459.401)	(287.104)	(58.459)	-
Depreciação e Amortização	-	(172)	(21)	(1.422)	(19)	(8.669)	(411.647)	(14.774)	(835)	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>29.079</b>	<b>21.291</b>	<b>10.406</b>	<b>19.955</b>	<b>17.619</b>	<b>762.208</b>	<b>1.686.308</b>	<b>7.185</b>	<b>-</b>
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	-	-	-	(90.412)	-	(6.014)	-
Resultado Financeiro Líquido	11.370	(9.235)	(5.139)	(2.774)	(4.671)	(5.158)	(672.460)	(562.375)	(42)	(26.649)
Receitas Financeiras	48.454	1.674	752	1.900	936	-	1.370.588	769.115	711	6
Despesas Financeiras	(37.084)	(10.909)	(5.891)	(4.674)	(5.607)	(5.158)	(2.043.048)	(1.331.490)	(753)	(26.655)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>11.370</b>	<b>19.844</b>	<b>16.152</b>	<b>7.632</b>	<b>15.284</b>	<b>12.461</b>	<b>(664)</b>	<b>1.123.933</b>	<b>1.129</b>	<b>(26.649)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14)	(1.633)	(1.299)	(1.174)	(1.019)	-	(40.510)	(241.103)	(66)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>11.356</b>	<b>18.211</b>	<b>14.853</b>	<b>6.458</b>	<b>14.265</b>	<b>12.461</b>	<b>(41.174)</b>	<b>882.830</b>	<b>1.063</b>	<b>(26.649)</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>										
Resultado Líquido do Exercício	11.356	18.211	14.853	6.458	14.265	3.219	(41.174)	882.830	1.063	(26.649)
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho/perdas atuariais	1.300	-	-	-	-	-	8.288	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>12.656</b>	<b>18.211</b>	<b>14.853</b>	<b>6.458</b>	<b>14.265</b>	<b>3.219</b>	<b>(32.886)</b>	<b>882.830</b>	<b>1.063</b>	<b>(26.649)</b>

2015	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
<b>Ativo</b>													
Circulante	27.957	71.640	2.019	1.608.219	13.199	9.546	550.630	21.416	30.664	46.420	23.254	463	242.623
Caixa e Equivalentes de caixa	22.777	9.443	1.468	299.963	116	924	66.147	12.088	11.858	19.863	13.962	453	69.764
Não Circulante	88.764	220.273	247.608	23.753.692	100.940	443.893	8.425.606	191.978	209.755	289.351	160.944	665.090	3.093.682
<b>Total do Ativo</b>	<b>116.721</b>	<b>291.913</b>	<b>249.627</b>	<b>25.361.911</b>	<b>114.139</b>	<b>453.439</b>	<b>8.976.236</b>	<b>213.394</b>	<b>240.419</b>	<b>335.771</b>	<b>184.198</b>	<b>665.553</b>	<b>3.336.305</b>
<b>Passivo</b>													
Circulante	10.012	15.918	211.986	2.151.457	10.020	25.353	1.497.006	18.113	28.165	35.735	14.456	93	112.720
Fornecedores	1.723	5.886	304	384.393	149	5.845	570.006	347	412	858	4.144	93	35.894
Não circulante	23.354	6.168	-	15.568.427	50.574	131.683	1.898.539	66.618	85.578	126.360	93.303	-	274.149
Patrimônio Líquido	83.355	269.827	37.641	7.642.027	53.545	296.403	5.580.691	128.663	126.676	173.676	76.439	665.460	2.949.436
<b>Total do Passivo</b>	<b>116.721</b>	<b>291.913</b>	<b>249.627</b>	<b>25.361.911</b>	<b>114.139</b>	<b>453.439</b>	<b>8.976.236</b>	<b>213.394</b>	<b>240.419</b>	<b>335.771</b>	<b>184.198</b>	<b>665.553</b>	<b>3.336.305</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>													
Receita Líquida de Vendas	29.928	59.220	-	2.604.869	22.020	53.450	457.615	31.060	33.815	46.597	32.468	-	797.097
Custo das Vendas	(14.416)	(45.948)	-	(1.102.473)	(11.306)	(40.529)	(4.699)	(16.515)	(18.257)	(27.162)	(25.215)	-	(442.546)
Depreciação e Amortização	(2.654)	(8.809)	-	(471.020)	(3.093)	(8.513)	(4.399)	(9.508)	(9.985)	(16.817)	(10.490)	-	(68.688)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>15.512</b>	<b>13.272</b>	<b>-</b>	<b>1.502.396</b>	<b>10.714</b>	<b>12.921</b>	<b>452.916</b>	<b>14.545</b>	<b>15.558</b>	<b>19.435</b>	<b>7.253</b>	<b>-</b>	<b>354.551</b>
Despesas Gerais e Administrativas		(286)	(86.240)	(816.096)	(1.047)	(11.136)	-	(4.142)	(5.715)	(2.962)	(2.012)	(1.523)	(68.041)
Resultado Financeiro Líquido	(200)	8.838	(13.728)	(966.941)	(3.203)	(13.124)	(355.176)	(5.366)	(7.706)	(10.647)	(6.505)	(23.434)	(18.395)
Receitas Financeiras	2.698	9.554	284	949.834	1.858	1.039	40.600	1.704	1.674	2.797	1.949	34	9.164
Despesas Financeiras	(2.898)	(716)	(14.012)	(1.916.775)	(5.061)	(14.163)	(395.776)	(7.070)	(9.380)	(13.444)	(8.454)	(23.468)	(27.559)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>15.312</b>	<b>21.824</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(280.641)</b>	<b>6.464</b>	<b>(11.339)</b>	<b>97.740</b>	<b>5.037</b>	<b>2.137</b>	<b>5.826</b>	<b>(1.264)</b>	<b>(24.957)</b>	<b>268.115</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.949)	(5.162)	-	265.644	(1.368)	1.754	(190.495)	(1.266)	(1.498)	(2.299)	(1.687)	-	(29.819)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>13.363</b>	<b>16.662</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(14.997)</b>	<b>5.096</b>	<b>(9.585)</b>	<b>(92.755)</b>	<b>3.771</b>	<b>639</b>	<b>3.527</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(24.957)</b>	<b>238.296</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>													
Resultado Líquido do Exercício	13.363	16.662	(99.968)	(14.997)	5.096	(9.585)	(92.755)	3.771	639	3.527	(2.951)	(24.957)	238.296
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	53.972	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>13.363</b>	<b>16.662</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(14.997)</b>	<b>5.096</b>	<b>(9.585)</b>	<b>(38.783)</b>	<b>3.771</b>	<b>639</b>	<b>3.527</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(24.957)</b>	<b>238.296</b>

## Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

### Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.379.386 em 2015).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2016, R\$22.440.401 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

### *Procedimento de arbitragem*

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) promovido pela Diretoria da MESA, no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade. Essa constituição do *impairment* contribuiu para a apresentação de Capital Circulante Líquido pela MESA em 31 de dezembro de 2016, conforme já descrito anteriormente.

A SAAG e Cemig GT obtiveram ação cautelar, onde foi suspenso o prazo para exercício por esses acionistas do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$174,7 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014. Foram também suspensos todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

*Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte*

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte”. O valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2016 é de R\$73.911.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém, a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Demonstrações Financeiras.



### Resumo das conclusões da investigação independente

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) detém participação de 49,98% no capital social da NESA e contratou escritório de advocacia especializado para realizar uma investigação interna independente com o propósito de apurar eventuais irregularidades em empreendimentos em que possua participação societária, incluindo a NESA. Esse procedimento foi motivado por investigações que estavam sendo realizadas pelo Ministério Público sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores em investimentos onde a Eletrobras era acionista, incluindo a NESA.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da NESA, tendo sido determinado que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, para incluir subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Com base nas conclusões e resultados identificados pela investigação interna independente, a Administração da NESA avaliou o CPC27 – Ativo Imobilizado, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16 – Ativo e Equipamentos e concluiu que, o montante de R\$183.000 atribuíveis a eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídas no custo histórico de seus ativos, pois não seriam necessários para colocar os ativos na localização e condição necessária para seu funcionamento.

A Administração da NESA concluiu também ser impraticável identificar de forma precisa os períodos de demonstrações financeiras anteriores em que possam ter ocorrido o excesso de custos capitalizados, devido ao fato das informações disponibilizadas pela investigação interna independente não especificarem individualmente os contratos, os pagamentos e os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido tais excessos. Ressalta-se adicionalmente que os alegados pagamentos indevidos não foram feitos pela NESA, mas por empreiteiros e fornecedores da UHE de Belo Monte, o que também impede a identificação dos valores e períodos precisos dos pagamentos.

Dessa forma, a NESA aplicou o procedimento previsto no IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, ajustando os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R\$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado.

Como consequência do ajuste registrado pela NESA, a Cemig reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R\$ 22.875, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial, sendo R\$21.390 decorrentes do ajuste feito pela Cemig GT e R\$1.485 feito pela Light S.A., em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

#### Investimento na Guanhães Energia S.A. – Ajuste para perdas por desvalorização

Em função da análise do fluxo de caixa esperado para o investimento, a Guanhães Energia efetuou um ajuste para perdas por desvalorização no valor de R\$138.888. O impacto na Cemig GT foi uma despesa de R\$68.055, correspondente à sua participação de 49% na Guanhães, reconhecido no resultado por equivalência patrimonial, em dezembro de 2016.

#### Investimento na Renova

##### *Contrato de opção*

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global (“TerraForm”) recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabeleceu, também, opção de compra pela SunEdison das mesmas 7 milhões de ações da TerraForm com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm de sua titularidade, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig GT na Companhia.

Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos.

Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison.

A Renova precificou a opção considerando o modelo Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu em 2016, uma perda de R\$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R\$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.

Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Demonstrações Financeiras da Renova, sendo que o impacto para a Cemig foi proporcional a sua participação de 34,15% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$59.557.

#### *Investimento na Terraform – precificação das ações*

A Renova Energia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Renova Energia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado, na Renova Energia, como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Renova Energia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes. Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Renova Energia avalia trimestralmente se existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Renova Energia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Renova Energia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado (“Queda Significativa”) ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses (“Queda Prolongada”). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de impairment.

As perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Em 2016 os ajustes negativos nos valores justos ocorridos no primeiro e no quarto trimestre no montante de R\$281.030 (R\$95.972 de impacto na Cemig) foram reconhecidos no resultado e o ajuste positivo de R\$99.019 (R\$33.815 de impacto na Cemig), referente ao segundo e terceiro trimestres, foi reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia.

#### *Rescisão de contrato de compra e venda de ações*

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790 (R\$12.240 de impacto na Cemig).

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

#### *Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos*

A Renova realizou estudos para avaliar o saldo do Ativo Imobilizado em relação a geração esperada de benefícios econômicos desses ativos em 31 de dezembro de 2016 e efetuou um ajuste para redução ao valor recuperável de ativos, no valor de R\$264.246 (R\$90.240 de impacto na Cemig), reconhecido em rubrica específica no resultado do exercício de 2016. Esse resultado foi decorrente da projeção do fluxo de caixa desses ativos descontada em 31 de dezembro de 2016.

A Cemig tinha registrado em suas demonstrações financeiras o valor líquido de R\$762.691 referente mais valia das concessões, apurada quando dos aportes de capital na Renova. Em função dos estudos para avaliação da recuperabilidade dos valores registrados em relação ao fluxo de caixa descontado da investida, a Administração da Cemig GT entendeu ser necessário um ajuste integral do valor mencionado acima, com o efeito no resultado do exercício de 2016.

#### Investimento na Light através da Parati, RME e Lepsa

##### *Reorganização Societária da Parati*

Em 2016, os acionistas decidiram implementar uma série de medidas visando simplificação societária do grupo Parati, conforme segue:

- Extinção da Redentor Energia S.A., por meio da incorporação reversa pela Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”);
- Cisão total da Parati, com incorporação do acervo cindido pela RME e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”);

- Extinção da Parati, por meio da incorporação reversa pela RME e LEPSA;

Em novembro de 2016, RME e LEPSA declararam, ao todo, R\$463 milhões a título de dividendos com utilização de reservas de lucros acumuladas em anos anteriores. No mesmo mês, foi realizada chamada de capital pelas duas companhias, totalizando um aporte de R\$446 milhões, integralizado exclusivamente pela Cemig.

Em função dessas alterações, a Cemig passou a ter a seguinte participação acionária nessas empresas:

- RME – 50,00% das ações ordinárias e 50,00% das ações preferenciais, representando 66,27% do capital social total.
- LEPSA – 50,00% das ações ordinárias e 50,00% das ações preferenciais, representando 66,62% do capital social total.

#### *Exercício de Opção de Venda*

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R\$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

Ver maiores detalhes da opção de venda na sequência desta Nota Explicativa.

#### Alienação de ações da TAESA de propriedade da CEMIG

Em 29 de setembro de 2016, a Taesa divulgou o início da oferta pública secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, sendo cada um representativo de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units”), de emissão da Taesa e de titularidade do Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”) e Cemig.

A Oferta compreendeu a distribuição pública secundária, com esforços restritos de colocação de 65.702.230 Units de titularidade dos Acionistas Vendedores, ao preço de R\$19,65 por Unit, resultando em um montante total de R\$1.291 milhões. A efetiva liquidação da Oferta ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Por se tratar de uma oferta pública com esforços restritos exclusivamente de distribuição secundária, não houve ingresso de recursos para a Taesa, sendo que os Acionistas Vendedores receberam a totalidade dos recursos líquidos dos custos da oferta, resultantes da venda das Units no montante de R\$1.276 milhões, dos quais R\$791 milhões foram recebidos pela Cemig, representando um ganho bruto de R\$180.774, reconhecidos no resultado da Companhia em outubro de 2016.

Com a liquidação da Oferta, a Cemig passou ser titular de 252.369.999 ações ordinárias de emissão da Taesa, representativas de 42,72% do capital social votante, e 73.646.184 ações preferenciais da Taesa, que somadas às ações ordinárias, representam 31,54% do capital social total da Taesa.

#### Contrato de Investimento para aporte de capital na Ativas

A Cemig Telecom S.A., subsidiária integral da Cemig, celebrou, em 25 de agosto de 2016, Contrato de Investimento com a empresa Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda., integrante do grupo chileno Sonda S.A., para um aporte de capital na Ativas Data Center, em parceria com a Ativas Participações S.A, empresa controlada do Grupo Asamar.

A Sonda é a principal empresa de serviços de Tecnologia da Informação da América Latina, com presença em dez países e 17.000 colaboradores.

Em 19 de outubro de 2016, após cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Investimento, foi realizado o fechamento da operação.

A Sonda, por meio de aporte no valor de R\$114 milhões, passa a deter 60% de participação acionária na Ativas, ficando Cemig Telecom e Ativas Participações com 19,6% e 20,4% do capital total da empresa, respectivamente, o que representou um ganho de R\$24.717 no resultado da Cemig Telecom.

### Alienação de participação societária vinculada à Transchile

A Cemig celebrou, em 12 de setembro de 2016, Contrato para a alienação da totalidade de sua participação societária vinculada à Transchile Charrúa Transmisión S.A. correspondente a 49% do capital total, para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A., pelo valor de US\$56,6 milhões. Em 06 de outubro de 2016, a totalidade das ações detidas pela Cemig na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA., empresa controlada pela Ferrovial S.A. no montante de R\$180.204, representando um ganho de R\$94.438.

### **Opções de Venda**

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

### Opção de Venda de ações da Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica ("Parati"), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia, até o primeiro trimestre de 2016, observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, iria requerer a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia havia adotado o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das ações. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente até 31 de março de 2016, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários). Em decorrência das alterações no acordo de acionistas da Parati no segundo trimestre de 2016, descritas abaixo, com reflexo nas condições e prazos para exercício da opção de venda, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:
  - a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos. O pagamento pela Cemig deveria ocorrer até 30 de novembro de 2016;
  - b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;



- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;
- 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,
- 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

#### *Valor da exposição da Companhia*

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	1.245.103	165.801
Adições	54.538	1.079.302
Baixas	(149.760)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>1.149.881</b>	<b>1.245.103</b>

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 31 de dezembro de 2016 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A RME e a LEPSA são Holdings não-operacionais e tem como finalidade primária a gestão de sua participação direta na Light. Conseqüentemente, as receitas das referidas Holdings são oriundas de suas participações nos resultados da Light e de forma residual pela receita financeira obtida pela aplicação dos valores disponíveis em caixa. Adicionalmente, considerando que: i) é do interesse dos acionistas de ambas empresas a distribuição de todo o resultado do exercício, e ii) que o resultado operacional, financeiro e a evolução das contas de reserva da RME e LEPSA são imateriais para o cálculo da opção de venda; tem-se que a única incerteza no fluxo dessas empresas está associada à incerteza da própria Light, de modo que as ações das referidas empresas são avaliadas como se participações diretas na Light o fossem. Assim, o ativo adjacente das opções é a Light S.A., tendo como preço de fechamento do ativo objeto o mensurado para uma ação da Light no último dia útil do exercício findo de 2016 multiplicado pelo número de ações equivalentes da participação indireta dos detentores da PUT Parati na Light. Já a volatilidade é calculada utilizando-se um modelo de volatilidade condicional com base na série de retornos capitalizados em tempo contínuo da Light S.A.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.126.176 e R\$1.259.623, respectivamente.

#### Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014.

O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo BSM em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de Black-Scholes-Merton não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Partimos da hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2016 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia um passivo no valor de R\$196.173, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	147.614	29.029
Ajuste a Valor Justo	48.559	118.585
<b>Saldo Final</b>	<b>196.173</b>	<b>147.614</b>

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$126.307 e R\$321.181, respectivamente.

### Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por CEMIGTelecom) e Venda (emitido por Sonda).

Assim, a Cemig Telecom encontra-se simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, i.e. pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de março de 2021. Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

O efeito líquido do cálculo das opções de compra e venda de ações da Ativas representou um efeito credor de R\$4.586 no resultado do exercício de 2016.

## Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu, em 2015, para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, bem como as participações da controlada Capim Branco Energia S.A., conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015
<b>Ativo</b>	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	<b>599.477</b>
<b>Passivo</b>	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	<b>(149.725)</b>
<b>Acervo Líquido da Cemig GT</b>	<b>449.752</b>
<b>Acervo Líquido da Capim Branco</b>	<b>131.362</b>
	<b>581.114</b>

A Cemig GT reconheceu em suas Demonstrações Financeiras o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos próprios da Companhia que foram aportados na Aliança.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	581.114	1.276.668	1.857.782
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171	-	-
Valor contábil dos ativos aportados (Nota 14)	(581.114)	-	-
Mais valia dos negócios aportados na Aliança (100%)	1.308.057	-	-
Parcela da mais valia não reconhecida, referente a participação detida pela Companhia (45%)	(578.615)	-	-
Ganho da transação registrado no resultado do exercício de 2015 (55% da mais valia)	729.442	-	-

## Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 14, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do segundo trimestre de 2016.

## 16. IMOBILIZADO

Consolidado	2016			2015		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	286.368	(7.718)	278.650	286.633	(8.024)	278.609
Reservatórios, Barragens e Adutoras	5.347.448	(3.586.435)	1.761.013	4.866.922	(3.036.877)	1.830.045
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	1.789.111	(1.370.631)	418.480	1.576.926	(1.139.615)	437.311
Máquinas e Equipamentos	4.518.403	(3.347.214)	1.171.189	3.862.311	(2.670.212)	1.192.099
Veículos	28.816	(24.586)	4.230	29.000	(20.918)	8.082
Móveis e Utensílios	15.781	(12.373)	3.408	15.685	(11.212)	4.473
	<b>11.985.927</b>	<b>(8.348.957)</b>	<b>3.636.970</b>	<b>10.637.477</b>	<b>(6.886.858)</b>	<b>3.750.619</b>
<b>Em Curso</b>	<b>138.106</b>	<b>-</b>	<b>138.106</b>	<b>189.704</b>	<b>-</b>	<b>189.704</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>12.124.033</b>	<b>(8.348.957)</b>	<b>3.775.076</b>	<b>10.827.181</b>	<b>(6.886.858)</b>	<b>3.940.323</b>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2016
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	278.609	-	(356)	306	91	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.830.045	-	(3)	(98.567)	29.538	1.761.013
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	437.311	-	(734)	(23.137)	5.040	418.480
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(42.343)	(110.202)	131.635	1.171.189
Veículos	8.082	-	(58)	(2.277)	(1.517)	4.230
Móveis e Utensílios	4.473	-	(4)	(398)	(663)	3.408
	<b>3.750.619</b>	<b>-</b>	<b>(43.498)</b>	<b>(234.275)</b>	<b>164.124</b>	<b>3.636.970</b>
<b>Em Curso</b>	<b>189.704</b>	<b>119.843</b>	<b>(12.862)</b>	<b>-</b>	<b>(158.579)</b>	<b>138.106</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>3.940.323</b>	<b>119.843</b>	<b>(56.360)</b>	<b>(234.275)</b>	<b>5.545</b>	<b>3.775.076</b>

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização a Receber	Depreciação	Transferência para Outros Ativos de Longo Prazo	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2015
<b>Em Serviço</b>									
Terrenos	373.002	-	(12.322)	(40.796)	(16.277)	(3.384)	(16.575)	(5.039)	278.609
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.260.282	-	-	(163.123)	(45.819)	(126.986)	(101.988)	7.679	1.830.045
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	609.572	-	(718)	(115.659)	(16.633)	(32.352)	(12.953)	6.054	437.311
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(3.499)	(308.207)	(465.851)	(149.454)	(69.054)	134.915	1.192.099
Veículos	9.244	-	-	(335)	-	(2.827)	-	2.000	8.082
Móveis e Utensílios	4.207	-	(11)	(199)	-	(338)	-	814	4.473
	<b>5.309.556</b>	<b>-</b>	<b>(16.550)</b>	<b>(628.319)</b>	<b>(544.580)</b>	<b>(315.341)</b>	<b>(200.570)</b>	<b>146.423</b>	<b>3.750.619</b>
<b>Em Curso</b>	<b>234.064</b>	<b>125.708</b>	<b>(4.208)</b>	<b>(3.077)</b>	<b>(1.801)</b>	<b>-</b>	<b>(19.299)</b>	<b>(141.683)</b>	<b>189.704</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>5.543.620</b>	<b>125.708</b>	<b>(20.758)</b>	<b>(631.396)</b>	<b>(546.381)</b>	<b>(315.341)</b>	<b>(219.869)</b>	<b>4.740</b>	<b>3.940.323</b>

A taxa de depreciação média anual é de 3,51%. As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
3,30%	3,85%	10,04%	4,61%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Financeiro os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Maiores informações na nota explicativa nº 14.

### **Consórcios**

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados no consórcio, que tem a participação de 17,50% da Companhia Energética de Brasília, são como segue:

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2016	31/12/2015
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	212.784
Depreciação acumulada			(90.524)	(74.248)
<b>Total em operação</b>			<b>126.537</b>	<b>138.536</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,5	-	233	3.894
<b>Total em construção</b>			<b>233</b>	<b>3.894</b>

## 17. INTANGÍVEIS

### Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida.

#### a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Consolidado	2016			2015		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.315)	10.434	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(10.572)	8.597	19.169	(9.894)	9.275
Ativos de Concessão	16.287.763	(7.039.840)	9.247.923	15.607.708	(6.642.234)	8.965.474
Outros	76.864	(59.434)	17.430	69.041	(53.751)	15.290
	<u>16.395.545</u>	<u>(7.111.161)</u>	<u>9.284.384</u>	<u>15.707.667</u>	<u>(6.707.194)</u>	<u>9.000.473</u>
<b>Em Curso</b>	1.535.296	-	1.535.296	1.274.631	-	1.274.631
<b>Intangível Líquido</b>	<u><b>17.930.841</b></u>	<u><b>(7.111.161)</b></u>	<u><b>10.819.680</b></u>	<u><b>16.982.298</b></u>	<u><b>(6.707.194)</b></u>	<u><b>10.275.104</b></u>



Controladora	Taxa Média de Amortização	2016			2015		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.649)	140	3.789	(3.550)	239
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(6)	3
		<u>3.798</u>	<u>(3.656)</u>	<u>142</u>	<u>3.798</u>	<u>(3.556)</u>	<u>242</u>
<b>Em Curso</b>		<u>1.710</u>	<u>-</u>	<u>1.710</u>	<u>1.676</u>	<u>-</u>	<u>1.676</u>
<b>Intangível Líquido</b>		<u><u>5.508</u></u>	<u><u>(3.656)</u></u>	<u><u>1.852</u></u>	<u><u>5.474</u></u>	<u><u>(3.556)</u></u>	<u><u>1.918</u></u>

## b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa Obrigação Especial (1)	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2016
<b>Em Serviço</b>							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	10.434	-	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	-	(678)	-	8.597
Ativos de Concessão	8.965.474	5.412	98.236	(31.878)	(593.399)	804.078	9.247.923
Outros	15.290	-	-	-	(5.939)	8.079	17.430
	<u>9.000.473</u>	<u>5.412</u>	<u>98.236</u>	<u>(31.878)</u>	<u>(600.016)</u>	<u>812.157</u>	<u>9.284.384</u>
<b>Em Curso</b>	<u>1.274.631</u>	<u>1.157.466</u>	<u>-</u>	<u>(6.637)</u>	<u>-</u>	<u>(890.164)</u>	<u>1.535.296</u>
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<u><u>10.275.104</u></u>	<u><u>1.162.878</u></u>	<u><u>98.236</u></u>	<u><u>(38.515)</u></u>	<u><u>(600.016)</u></u>	<u><u>(78.007)</u></u>	<u><u>10.819.680</u></u>

(1) A baixa de Obrigação Especial decorre da celebração de contratos de Confissão de Dívida e Reconhecimento de Débito com a Eletrobrás, no montante de R\$98.236, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção do Programa Luz Para Todos, com recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à Reserva Global de Reversão (RGR).

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas	Baixa	Amortização	Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões (*)	Transferência	Saldo em 31/12/2015
<b>Em Serviço</b>									
Com Vida Útil Definida									
Servidão	11.862	-	(1.202)	(43)	-	(205)	-	22	10.434
Concessão Onerosa	23.743	-	(12.517)	-	-	(1.951)	-	-	9.275
Ativos de Concessão	2.223.034	7.651	-	-	(20.910)	(512.379)	7.161.504	106.574	8.965.474
Outros	17.345	8	-	-	-	(4.954)	-	2.891	15.290
	<u>2.275.984</u>	<u>7.659</u>	<u>(13.719)</u>	<u>(43)</u>	<u>(20.910)</u>	<u>(519.489)</u>	<u>7.161.504</u>	<u>109.487</u>	<u>9.000.473</u>
<b>Em Curso</b>	<u>1.103.312</u>	<u>1.108.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.731)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(920.311)</u>	<u>1.274.631</u>
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<u><u>3.379.296</u></u>	<u><u>1.116.020</u></u>	<u><u>(13.719)</u></u>	<u><u>(43)</u></u>	<u><u>(37.641)</u></u>	<u><u>(519.489)</u></u>	<u><u>7.161.504</u></u>	<u><u>(810.824)</u></u>	<u><u>10.275.104</u></u>

(\*) Vide comentários na Nota Explicativa nº 13.

A taxa de amortização média anual é de 3,51%. As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
20,00%	19,35%	3,85%	23,29%	11,56%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$1.162.878 está contemplado R\$142.014 (R\$159.222 em 2015) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 20.

## 18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	167.860	307.631
Encargos de uso da rede elétrica	78.407	81.211
Energia elétrica comprada para revenda	676.563	647.149
Itaipu binacional	206.827	314.859
Gás comprado para revenda	461.589	235.537
Materiais e serviços	348.347	314.766
	<b>1.939.593</b>	<b>1.901.153</b>

## 19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante de Pasep/Cofins referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
ICMS	501.535	462.336	-	18.091
COFINS	128.030	156.657	32.332	26.895
PASEP	27.701	33.332	6.987	5.708
INSS	24.865	22.464	1.933	1.740
Outros	111.456	65.324	42.382	689
	<b>793.587</b>	<b>740.113</b>	<b>83.634</b>	<b>53.123</b>
<b>Não Circulante</b>				
COFINS	594.866	608.503	-	-
PASEP	129.056	131.208	-	-
	<b>723.922</b>	<b>739.711</b>	-	-
	<b>1.517.509</b>	<b>1.479.824</b>	<b>83.634</b>	<b>53.123</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	2016	2015
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	18.380	7.619
Contribuição Social	8.485	3.027
	<b>26.866</b>	<b>10.646</b>

## 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/12/2016			31/12/2015
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.398	21.651	23.049	32.109
KFW	2016	4,50	EURO	-	-	-	2.803
KFW	2018	1,78	EURO	3.619	3.797	7.416	11.627
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>5.017</b>	<b>25.448</b>	<b>30.465</b>	<b>46.539</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	72.242	-	72.242	143.937
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	150.683	-	150.683	433.877
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	284.748	270.000	554.748	924.666
Banco do Brasil S.A (6)	2018	128,00% do CDI	R\$	-	-	-	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	111,00% do CDI	R\$	50.308	-	50.308	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00% do CDI	R\$	7.579	493.773	501.352	499.017
Banco do Brasil S.A	2018	132,90% do CDI	R\$	291.447	291.596	583.043	-
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.892	66.203	74.095	81.339
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	-	-	-	11.323
CEF	2018	119,00% do CDI	R\$	100.459	8.333	108.792	200.876
CEF	2020	132,14% do CDI	R\$	65.245	616.172	681.417	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a					
Grandes Consumidores	2018	8,00 Diversas	R\$	18.515	49.528	68.043	184.764
			R\$	3.727	2.590	6.317	7.866
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.154	2.351	5.505	8.651
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R\$	-	185	185	185
Nota Promissória – 8ª Emissão (3)	2016	111,70 do CDI	R\$	-	-	-	1.889.352
Nota Promissória – 6ª Emissão (2)	2016	120,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.440.907
Nota Promissória – 7ª Emissão (2)	2017	128,00% do CDI	R\$	667.143	-	667.143	-
BASA	2018	CDI+1,9	R\$	2.097	119.504	121.601	121.172
SONDA(4)	2021	110% do CDI	R\$	45.617	37.621	83.238	-
7Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2016	120,0% do CDI	R\$	-	-	-	22.601
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>1.770.856</b>	<b>1.957.856</b>	<b>3.728.712</b>	<b>6.873.990</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamento</b>				<b>1.775.873</b>	<b>1.983.304</b>	<b>3.759.177</b>	<b>6.920.529</b>
Debêntures - 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	235.136	-	235.136	441.462
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	543.208	-	543.208	539.943
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	50.734	932.772	983.506	922.328
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	14.657	278.465	293.122	274.892
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	59.050	1.436.058	1.495.108	1.402.391
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	38.290	856.628	894.918	839.429
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	53.085	410.795	463.880	461.258
Debêntures - 1ª série - 6ª Emissão (2)	2018	CDI+1,6	R\$	552.557	485.416	1.037.973	1.037.256
Debêntures - 2ª série - 6ª Emissão (2)	2020	IPCA+8,07	R\$	1.063	30.054	31.117	29.185
Debêntures - 1ª série - 7ª Emissão (2)	2021	140,0% do CDI	R\$	(7.323)	2.204.164	2.196.841	-
Debêntures - 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	804.508	793.182	1.597.690	-
Debêntures - 2ª série - 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	-	-	-	501.398
Debêntures - 1ª série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	711.295	700.000	1.411.295	1.411.646
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	-	-	-	41.009
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	629	100.000	100.629	102.862
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.366	33.340	66.706	100.111
Debêntures (5)	2022	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	R\$	20.274	113.228	133.502	124.416
Debêntures - 1ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+2,62	R\$	-	-	-	8.099
Debêntures - 2ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,32	R\$	-	-	-	3.004
Debêntures - 3ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	-	-	-	1.121
Debêntures - 4ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+2,62	R\$	-	-	-	2.437
Debêntures - 5ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,32	R\$	-	-	-	1.002
Debêntures - 6ª série - 1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	-	-	-	759
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas (7)				(49.479)	(15.049)	(64.528)	-
<b>Total de Debêntures</b>				<b>3.061.050</b>	<b>8.359.053</b>	<b>11.420.103</b>	<b>8.246.008</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>4.836.923</b>	<b>10.342.357</b>	<b>15.179.280</b>	<b>15.166.537</b>

(1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00 % ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

(6) A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$ 600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril/2018.

(7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 28.

## Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2016, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	11.023.266
Recebíveis	3.840.438
Sem Garantia	315.576
<b>TOTAL</b>	<b>15.179.280</b>

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	1.398	-	-	-	-	-	-	21.651	23.049
Euro	3.619	3.797	-	-	-	-	-	-	7.416
<b>Total por Moedas</b>	<b>5.017</b>	<b>3.797</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.651</b>	<b>30.465</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	398.934	138.954	628.042	796.676	796.245	531.428	214.241	428.572	3.933.092
UFIR/RGR (2)	18.514	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.379	-	68.043
CDI (3)	4.379.413	3.685.579	1.154.325	953.684	755.260	-	-	-	10.928.261
URTJ/TJLP (4)	31.319	33.845	31.494	31.687	31.242	26.171	7.631	19.713	213.102
IGP-DI (5)	1.936	846	846	397	-	-	-	-	4.025
TR (6)	1.790	402	100	-	-	-	-	-	2.292
<b>Total por Indexadores</b>	<b>4.831.906</b>	<b>3.875.983</b>	<b>1.827.719</b>	<b>1.793.654</b>	<b>1.586.154</b>	<b>560.863</b>	<b>224.251</b>	<b>448.285</b>	<b>15.148.815</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.836.923</b>	<b>3.879.780</b>	<b>1.827.719</b>	<b>1.793.654</b>	<b>1.586.154</b>	<b>560.863</b>	<b>224.251</b>	<b>469.936</b>	<b>15.179.280</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);  
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);  
 (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);  
 (6) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2016	Variação % Acumulada em 2015	Indexador	Variação % Acumulada em 2016	Variação % Acumulada em 2015
Dólar Norte-Americano	(16,54)	47,01	IPCA	6,29	10,67
Euro	(19,10)	31,71	CDI	14,06	13,23

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>13.508.738</b>
Empréstimos e Financiamentos obtidos	5.817.472
Custos de Captação	(78.009)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	5.739.463
Variação monetária e cambial	400.325
Encargos financeiros provisionados	1.545.293
Encargos financeiros pagos	(1.331.292)
Amortização de financiamentos	(4.695.990)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>15.166.537</b>
Empréstimos e Financiamentos obtidos	5.878.054
Custos de Captação	(141.278)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	5.736.776
Variação monetária e cambial	230.859
Encargos financeiros provisionados	2.070.411
Encargos financeiros pagos	(2.369.244)
Amortização de financiamentos	(5.591.531)
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(64.528)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>15.179.280</b>

### Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	2.070.411	1.545.293
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(142.014)	(159.222)
Efeito Líquido no Resultado	<b>1.928.397</b>	<b>1.386.071</b>

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R\$142.014 (R\$159.222 em 2015) foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 18,02% em 31 de Dezembro de 2016 e 15,25% no mesmo período de 2015.

## Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2016 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado *
<b>Moeda Nacional</b>			
Caixa Econômica Federal (Cemig D)	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures(Cemig D)	2018	CDI+4,05%	1.574.625
KFW(Cemig GT)	2018	1,78%	1.965
Nota Promissória – 7ª emissão (Cemig GT)	2017	128% do CDI	605.740
Debêntures 4ª emissão 7ª série(Gasmig)	2020	TJLP	23.850
Debêntures 7ª emissão (Cemig GT)	2021	140% do CDI	2.195.200
Banco do Brasil	2018	132,90% do CDI	579.546
SONDA(Cemig Telecom)	2021	110% do CDI	80.842
<b>Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação</b>			<b>5.736.776</b>

### 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 01 de julho de 2016, A Cemig GT concluiu a sua 7ª emissão de notas promissórias comerciais, totalizando R\$ 620.000. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento da 2ª parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do Leilão ANEEL 12/2015, bem como reforço de capital de giro da empresa. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de junho de 2017 e pagam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, over extra grupo, que serão pagos na data de vencimento. Esta emissão possui aval da controladora Cemig.

### Emissão de Cédula de Crédito Bancário

A Cemig GT emitiu, em 24 de outubro de 2016, uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$600 milhões de reais, com a finalidade de efetuar pagamento e/ou amortização de operações junto ao próprio Banco. Esse empréstimo possui taxa de juros de 132,90% do CDI a.a. e será pago em 4 parcelas semestrais, com vencimento final em outubro de 2018.

### 7ª Emissão de Debêntures

A Cemig Geração e Transmissão S.A realizou, em 29 de dezembro de 2016 sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R\$2.240 milhões, não considerando os custos de captação, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures contam com garantias reais e garantia adicional fidejussória. Os juros serão pagos, sem carência, mensalmente, à taxa de juros de 140% CDI a.a. até o 23º mês. A partir do 24º mês haverá pagamento do principal + juros e vencimento final em 29 de dezembro de 2021. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento da 6ª Nota Promissória da Cemig GT e também para recomposição do caixa da Companhia.

## Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90	2017	543.208	539.943
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20	2022	983.506	922.328
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00	2019	293.122	274.892
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,85	2016	-	501.398
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografária	CDI+1,70	2018	1.411.295	1.411.646
CEMIG D - 1ª Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	463.880	461.258
CEMIG D - 2ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.495.108	1.402.391
CEMIG D - 3ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	894.918	839.429
CEMIG GT 1ª Série 6ª Emissão	Fiança	CDI+1,6	2018	1.037.973	1.037.256
CEMIG GT 2ª Série 6ª Emissão	Fiança	IPCA+8,07	2020	31.117	29.185
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	235.136	441.462
CEMIG D 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.597.690	-
Debêntures - 1ª série - 7ª Emissão (2)	Recebíveis(Receita)	140,0% do CDI	2021	2.196.841	-
GASMIG	Quirografária	TJLP+3,12	2016	-	41.009
GASMIG	Quirografária	CDI + 1,60	2018	100.629	102.862
GASMIG	Quirografária	CDI+0,74	2018	66.706	100.111
		TJLP+7,82 (75%) e			
GASMIG	Quirografária	Selic+1,82(25%)	2022	133.502	124.416
CEMIG TELECOM -1ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	-	8.099
CEMIG TELECOM -2ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	-	3.004
CEMIG TELECOM -3ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	-	1.121
CEMIG TELECOM -4ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	-	2.437
CEMIG TELECOM -5ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	-	1.002
CEMIG TELECOM -6ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	-	759
<b>Subtotal</b>				<b>11.484.631</b>	<b>8.246.008</b>
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(64.528)	
<b>TOTAL</b>				<b>11.420.103</b>	<b>8.246.008</b>

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

## Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento BNDES – Cemig GT (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil – Cemig GT (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 6,00 em 2016 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral, a partir de dezembro de 2016
7ª emissão de debêntures - Cemig GT (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017
Debêntures GASMIG (4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	-	

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R\$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB;
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;
- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Companhia foram atendidas.



## 21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	48.379	-
	<b>48.379</b>	-
<b>Passivo</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	34.659	47.780
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	189.330	281.552
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	-	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.877	2.968
Eficiência Energética	287.571	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	233.560	159.510
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.724	1.765
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.146	3.251
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	7.720	6.550
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23.404	-
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	17.224	655
	<b>835.211</b>	<b>743.396</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>48.379</b>	-
<b>Passivo Circulante</b>	<b>380.586</b>	<b>516.983</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>454.625</b>	<b>226.413</b>

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor de R\$119.264, a ser compensado com RGR a pagar.

## 22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### **Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$787.003 em 31 de dezembro de 2016 (R\$811.573 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig e suas controladas Cemig D e Cemig GT e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

#### Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

<b>Consolidado</b>	<b>Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados</b>	<b>Plano de Saúde</b>	<b>Plano Odontológico</b>	<b>Seguro de Vida</b>	<b>Total</b>
Valor Presente das Obrigações	9.743.558	1.710.787	37.549	813.921	12.305.815
Valor Justo dos Ativos do Plano	(8.128.251)	-	-	-	(8.128.251)
<b>Passivo Líquido inicial</b>	<b>1.615.307</b>	<b>1.710.787</b>	<b>37.549</b>	<b>813.921</b>	<b>4.177.564</b>
Ajuste ao Teto de Ativo ( <i>Asset Ceiling</i> )	63.847	-	-	-	63.847
<b>Passivo Líquido no Balanço Patrimonial</b>	<b>1.679.154</b>	<b>1.710.787</b>	<b>37.549</b>	<b>813.921</b>	<b>4.241.411</b>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>8.124.131</b>	<b>1.120.185</b>	<b>31.946</b>	<b>680.034</b>	<b>9.956.296</b>
Custo do Serviço Corrente	5.120	7.381	229	3.491	16.221
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	933.443	134.645	3.840	80.848	1.152.776
<b>Perdas (Ganhos) Atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	8.036	42.718	962	(71.018)	(19.302)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(822.276)	127.533	(753)	(121.526)	(817.022)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	533.679	(32.322)	(3.868)	68.104	565.593
	(280.561)	137.929	(3.659)	(124.440)	(270.731)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Benefícios Pagos	(733.266)	(76.624)	(2.266)	(12.131)	(824.287)
<b>Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.048.867</b>	<b>1.323.516</b>	<b>30.090</b>	<b>553.377</b>	<b>9.955.850</b>
Custo do Serviço Corrente	5.372	8.520	194	2.628	16.714
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.013.091	173.886	3.953	72.252	1.263.182
<b>Perdas (Ganhos) Atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(920)	-	-	53	(867)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.253.472	390.951	8.806	174.832	1.828.061
Decorrentes de ajustes com base na experiência	230.666	(86.909)	(3.422)	21.608	161.943
	1.483.218	304.042	5.384	196.493	1.989.137
Benefícios Pagos	(806.990)	(99.177)	(2.072)	(10.829)	(919.068)
<b>Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>9.743.558</b>	<b>1.710.787</b>	<b>37.549</b>	<b>813.921</b>	<b>12.305.815</b>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>8.051.319</b>
Retorno real dos investimentos	(732.124)
Contribuições do Empregador	116.550
Benefícios pagos	(733.266)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6.702.479</b>
Retorno real dos investimentos	2.105.599
Contribuições do Empregador	127.163
Benefícios pagos	(806.990)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.128.251</b>

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2016 e 2015 são como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.372	8.520	194	2.628	16.714
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.013.091	173.886	3.953	72.252	1.263.182
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(832.741)	-	-	-	(832.741)
<b>Despesa (Recuperação de Despesa) Total em 2016 conforme cálculo atuarial</b>	<b>185.722</b>	<b>182.406</b>	<b>4.147</b>	<b>74.880</b>	<b>447.155</b>

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.120	7.381	229	3.491	16.221
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	933.443	134.645	3.840	80.848	1.152.776
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(931.302)	-	-	-	(931.302)
Custo do serviço passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
<b>Despesa Conforme Cálculo Atuarial</b>	<b>7.261</b>	<b>142.026</b>	<b>4.069</b>	<b>9.914</b>	<b>163.270</b>
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	121.375	-	-	-	121.375
<b>Despesa Total em 2015</b>	<b>128.636</b>	<b>142.026</b>	<b>4.069</b>	<b>9.914</b>	<b>284.645</b>

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução nas obrigações pós-emprego, em contrapartida ao resultado de 2015, no montante de R\$74.425.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>39.335</b>	<b>63.185</b>	<b>1.986</b>	<b>38.577</b>	<b>143.083</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	6.329	7.843	249	4.692	19.113
Contribuições Pagas	(5.734)	(4.498)	(133)	(770)	(11.135)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(8.917)	(8.917)
Perdas (Ganhos) atuariais ( * )	159.253	7.504	(144)	(5.566)	161.047
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>199.183</b>	<b>74.034</b>	<b>1.958</b>	<b>28.016</b>	<b>303.191</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	27.756	10.138	275	3.775	41.944
Contribuições Pagas	(6.255)	(6.116)	(131)	(612)	(13.114)
Perdas atuariais ( * )	37.249	17.599	350	10.245	65.443
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>257.933</b>	<b>95.655</b>	<b>2.452</b>	<b>41.424</b>	<b>397.464</b>
				<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Passivo Circulante</b>				11.143	9.139
<b>Passivo Não Circulante</b>				386.321	294.052

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>799.487</b>	<b>1.120.185</b>	<b>31.946</b>	<b>680.034</b>	<b>2.631.652</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	128.636	142.026	4.069	84.339	359.070
Contribuições Pagas	(116.550)	(76.624)	(2.266)	(12.131)	(207.571)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Perdas (Ganhos) atuariais ( * )	534.815	137.929	(3.659)	(124.440)	544.645
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.346.388</b>	<b>1.323.516</b>	<b>30.090</b>	<b>553.377</b>	<b>3.253.371</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	185.722	182.406	4.147	74.880	447.155
Contribuições Pagas	(127.163)	(99.177)	(2.072)	(10.829)	(239.241)
Perdas atuariais ( * )	274.207	304.042	5.384	196.493	780.126
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.679.154</b>	<b>1.710.787</b>	<b>37.549</b>	<b>813.921</b>	<b>4.241.411</b>
				<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Passivo Circulante</b>				198.867	166.990
<b>Passivo Não Circulante</b>				4.042.544	3.086.381

( \* ) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2016 e 2015, as despesas relacionadas à dívida com a Forluz foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão e com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida foram registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2017 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	4.480	11.268	264	3.760	19.772
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	979.746	177.995	3.907	84.869	1.246.517
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(810.265)	-	-	-	(810.265)
<b>Despesa Total em 2017 conforme laudo atuarial</b>	<b>173.961</b>	<b>189.263</b>	<b>4.171</b>	<b>88.629</b>	<b>456.024</b>

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2017 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	843.305	103.640	2.165	11.316	960.426

A Companhia têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2017 no montante de R\$132.885 para amortização da dívida pactuada e de R\$107.148 para o plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,58	11,83	13,38	13,38	11,83

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2016	2015
Ações de empresas brasileiras	3,84%	6,90%
Títulos de Renda Fixa	74,96%	66,38%
Imóveis	8,14%	9,66%
Outros	13,06%	17,06%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

	2016	2015
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora e Controladas	397.443	418.656
Ações emitidas pela Patrocinadora	6.642	5.505
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	710.000	230.000
	<b>1.114.085</b>	<b>654.161</b>

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2016	2015
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	13,20%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	278.788	25.608	561	-	304.957
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	-	-	-	30.378	30.378
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	981.683	221.514	4.826	153.192	1.361.215

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## 23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	289.841	124.706	(4.811)	(60.463)	349.273
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	14.779	(2.640)	(14.776)	14.741
Outras ações cíveis	28.792	18.116	(114)	(6.351)	40.443
	<b>46.170</b>	<b>32.895</b>	<b>(2.754)</b>	<b>(21.127)</b>	<b>55.184</b>
Tributárias	69.014	2.981	(1.310)	(763)	69.922
Ambientais	60	39	(60)	-	39
Regulatórias	45.180	2.633	(2.702)	(2.011)	43.100
Societárias (1)	268.953	-	(29.508)	-	239.445
Outras	35.355	35.560	(3.920)	(8.941)	58.054
<b>Total</b>	<b>754.573</b>	<b>198.814</b>	<b>(45.065)</b>	<b>(93.305)</b>	<b>815.017</b>

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	322.525	38.799	(34.928)	(36.555)	289.841
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	13.731	(2.452)	(13.116)	17.378
Outras ações cíveis	24.272	10.476	(99)	(5.857)	28.792
	43.487	24.207	(2.551)	(18.973)	46.170
Tributárias	73.059	5.408	(8.878)	(575)	69.014
Ambientais	1.215	9	(1.164)	-	60
Regulatórias	35.385	13.390	(3.097)	(498)	45.180
Societárias (1)	239.445	29.508	-	-	268.953
Outras	39.859	5.606	(8.828)	(1.282)	35.355
<b>Total</b>	<b>754.975</b>	<b>116.927</b>	<b>(59.446)</b>	<b>(57.883)</b>	<b>754.573</b>

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	29.169	12.505	-	(6.746)	34.928
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	14	(1.863)	(10)	1.435
Outras ações cíveis	1.289	2.181	(114)	(118)	3.238
	4.583	2.195	(1.977)	(128)	4.673
Tributárias	10.306	416	(1.172)	(681)	8.869
Regulatórias	21.696	89	(88)	(83)	21.614
Societárias (1)	268.953	-	(29.508)	-	239.445
Outras	427	78	(14)	(25)	466
<b>Total</b>	<b>335.134</b>	<b>15.283</b>	<b>(32.759)</b>	<b>(7.663)</b>	<b>309.995</b>

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	31.688	6.814	(2.519)	(6.814)	29.169
Cíveis					
Relações de Consumo	3.250	474	(425)	(5)	3.294
Outras ações cíveis	171	1.927	-	(809)	1.289
	3.421	2.401	(425)	(814)	4.583
Tributárias	9.828	2.685	(1.564)	(643)	10.306
Ambientais	313	-	(313)	-	-
Regulatórias	23.065	238	(1.369)	(238)	21.696
Societárias (1)	239.445	29.508	-	-	268.953
Outras	1.007	301	(794)	(87)	427
<b>Total</b>	<b>308.767</b>	<b>41.947</b>	<b>(6.984)</b>	<b>(8.596)</b>	<b>335.134</b>

1. A discussão acerca da diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais foi provisionada em contrapartida ao resultado financeiro. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 27 destas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.543.946 (R\$971.908 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$349.273 foram provisionados (R\$289.841 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$33.178 (R\$18.049 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$14.741 (R\$17.378 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



### Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$227.043 (R\$185.048 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$40.443 (R\$28.792 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$295.373 (R\$257.334 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$69.922 foram provisionados (R\$69.014 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$34.031 (R\$25.720 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$39 foram provisionados (R\$60 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$235.886 (R\$201.871 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$43.100 (R\$45.180 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Societárias

### *Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais*

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R\$239.445 (R\$268.953 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$28.389 (R\$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

## *Outras Ações*

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$179.359 (R\$126.444 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$29.665 foram provisionados (R\$11.702 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

## **Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$255.127 (R\$236.671 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$290.216 (R\$263.819 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.509.940 (R\$1.361.429 em 31 de dezembro de 2015), e classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

#### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$317.032 (R\$662.878 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

A Receita Federal ajustou o saldo devedor, na Cemig GT e Cemig D, dos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS sendo o valor atual de R\$121.150 (R\$447.851 em 31 de dezembro de 2015) tendo sido este o principal fator da redução do valor da contingência.

*Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação*

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$535.465 (R\$482.032 em 31 de dezembro de 2015), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

*Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária*

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$197.911 (R\$202.081 em 31 de dezembro de 2015), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

*Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$279.914 (R\$226.579 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa.

*Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)*

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$82.130. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

### Questões Regulatórias

#### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.304.705 (R\$1.231.644 em 31 de dezembro de 2015), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$263.847 (R\$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

#### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$182.232 (R\$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

#### *Ativo Imobilizado em Serviço - AIS*

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A ANEEL considerou, parcialmente, o recurso interposto pela Companhia e reduziu o valor da multa, sendo o montante desta contingência de R\$2.628 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

### Majoração tarifária

#### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$253.731 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

#### *Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$316.675 (R\$276.321 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

### Ambientais

#### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$375.534 (R\$314.015 em 31 de dezembro de 2015). Com base na decisão de primeira instância, que julgou improcedente os pedidos formulados pela parte contrária, a Administração reavaliou a probabilidade de perda classificando-a como remota.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civas Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$112.704 (R\$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$73.169 (R\$64.338 em 31 de dezembro de 2015).



## Outros Passivos Contingentes

### *Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar*

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$390.307 (R\$363.452 em 31 de dezembro de 2015) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

### *Desequilíbrio Contratual*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$236.703 (R\$202.145 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$71.396 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

### *Irregularidades em Procedimentos Licitatórios*

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$25.650 (R\$23.885 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

### Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$175.839 (R\$139.508 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2016					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	4.860.228	1	4.916.931	1
AGC Energia S.A.	84.357.856	20	-	-	84.357.856	7
Outros						
No País	112.584.011	27	252.478.755	30	365.062.766	28
No Exterior	9.351.399	2	580.737.963	69	590.089.362	47
<b>Total</b>	<b>420.764.708</b>	<b>100</b>	<b>838.076.946</b>	<b>100</b>	<b>1.258.841.654</b>	<b>100</b>

Acionistas	Quantidade de Ações em 2015					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	10.418.812	1	10.475.515	1
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	58.127.167	14	179.358.041	21	237.485.208	18
No Exterior	9.465.251	2	605.628.330	73	615.093.581	49
<b>Total</b>	<b>420.764.708</b>	<b>100</b>	<b>838.076.946</b>	<b>100</b>	<b>1.258.841.654</b>	<b>100</b>

## (a) Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	2016	2015
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações em Tesouraria	(69)	(69)
	420.764.639	420.764.639
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
Ações em Tesouraria	(560.649)	(560.649)
	837.516.297	837.516.297
<b>Total</b>	<b>1.258.280.936</b>	<b>1.258.280.936</b>

### Lucro Básico por ação

As ações preferenciais da Companhia tem direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme demonstrado em maiores detalhes no item “c”.

O cálculo do lucro básico por ação é como segue:

	2016	2015
Lucro do Exercício	334.334	2.469.003
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício (item c)	203.986	421.969
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	86.760	1.221.399
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	290.746	1.643.368
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	-	211.999
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	43.588	613.636
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	43.588	825.635
Lucro básico por ação preferencial (A/nº ações preferenciais)	0,35	1,96
Lucro básico por ação ordinária (B/nº ações ordinárias)	0,10	1,96

### Lucro Diluído por ação

As opções de compra e venda de ações de investidas, descritas em maiores detalhes na nota explicativa nº 15, tem potencial de diluição das ações da Companhia. Seguem abaixo o cálculo do lucro diluído por ação:

	2016	2015
Lucro do Exercício	334.334	2.469.003
Total lucro básico para as ações preferenciais	290.746	1.643.368
Efeito dilutivo referente a opção - RME/LEPSA	(21.627)	-
Efeito dilutivo referente a opção - Ativas	(4.682)	-
Lucro diluído para as ações preferenciais (C)	264.437	1.643.368
Total lucro do ano para as ações ordinárias (B)	43.588	825.635
Efeito dilutivo referente a opção - RME/LEPSA	(10.866)	-
Efeito dilutivo referente a opção - Ativas	(2.352)	-
Lucro diluído para as ações ordinárias (D)	30.370	825.635
Lucro diluído por ação preferencial (C/nº ações preferenciais)	0,32	1,96
Lucro diluído por ação ordinária (D/nº ações ordinárias)	0,07	1,96

### Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

### **(b) Reservas**

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	2016	2015
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	<b>1.924.503</b>	<b>1.924.503</b>

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

<b>Reservas de Lucros</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.214	57.214
Reserva de Retenção de Lucros	2.812.943	2.905.409
Reserva de Incentivos Fiscais	56.834	49.766
Reserva Obrigatória Dividendo não Distribuído	1.419.846	797.316
	<b>5.199.855</b>	<b>4.662.723</b>

### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2016 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

### Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

### Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2016. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

### Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R\$56.834 (R\$49.766 em 2015). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

## **(c) Dividendos**

### Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.

As ações do Capital Social da Cemig emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício está demonstrado a seguir:

	Controladora	Controladora
	2016	2015
<b>Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais</b>		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.039	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	12.930.281	12.983.698
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,58%	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	8.608.981	8.644.546
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	258.269	259.336
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.039	419.039
<b>Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários com base no lucro líquido do exercício</b>		
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	334.334	2.468.500
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	167.167	1.234.250

Em 2016, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios para as ações preferenciais, demonstrados na tabela acima, são de R\$419.039.

Em dezembro de 2016 a Companhia declarou o pagamento de R\$380.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas possuidores de ações preferenciais e ordinárias que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de dezembro de 2016. O valor total do JCP terá como contrapartida a conta reserva de retenção de lucros.

Juros sobre o Capital Próprio	Controladora
	2016
Juros sobre o Capital Próprio – ações preferenciais e ordinárias	
- ações ordinárias	126.996
- ações preferenciais	253.004
	<u>380.000</u>

A Deliberação CVM 683/2012 estabelece no seu inciso III, que os juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, somente poderão ser imputados ao dividendo obrigatório pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

Com base no exposto acima, segue abaixo a proposta de destinação do resultado, com a garantia de dividendos mínimos para as ações preferenciais:

Cálculo dos dividendos a serem distribuídos	Controladora
	2016
Juros sobre o Capital Próprio pagos para as ações preferenciais	253.004
Dividendos adicionais para garantir o pagamento mínimo para as ações preferenciais	
- dividendos para atender ao montante mínimo previsto no Estatuto	166.035
- IRRF sobre o JCP destinado às ações preferenciais (253.004 x 15%)	37.951
	<u>203.986</u>
Total dos Juros sobre o Capital Próprio pago para as ações preferenciais oriundo das reservas de lucros	253.004
Total dos Dividendos adicionais para garantir o pagamento mínimo para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	
	<u>203.986</u>
	456.990
Dividendos por valor unitário – R\$	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50
Dividendos Propostos – ações preferenciais (líquido do IRPF)	0,50

## Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 12 de maio de 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$334.334 e do saldo de Lucros Acumulados de R\$37.258:

- R\$203.986 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2017 e a segunda até 30 de dezembro de 2017, fazendo jus os acionistas das ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$160.538 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital;
- R\$7.068 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2016 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

### (d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2016	2015
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(169.719)	(120.514)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	685.339	720.203
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	38.273	18.087
Ajustes de Conversão de Balanço	398	62.843
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(1.042.663)	(578.647)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	87	292
	<u>(318.566)</u>	<u>222.778</u>
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b><u>(488.285)</u></b>	<b><u>102.264</u></b>

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.



Segue abaixo a movimentação dos ajustes de conversão de balanço:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>26.706</b>
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes da Transchile	35.874
Ajuste de conversão de operações no exterior	263
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>62.843</b>
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes da Transchile	(22.988)
Reclassificação para o resultado em função da alienação da Transchile	(39.447)
Ajuste de conversão de operações no exterior	(10)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>398</b>

## 25. RECEITA

	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	23.429.713	22.526.275
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.705.420	1.465.399
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(1.455.057)	1.703.627
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	311.889	261.470
Receita de Construção de Transmissão (e)	53.824	146.030
Receita de Indenização de Transmissão (g)	751.101	100.528
Receita de Construção de Distribuição (e)	1.139.316	1.105.806
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	7.582	575.631
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f) *	299.537	-
Transações com energia na CCEE (h)	160.763	2.424.567
Fornecimento de Gás	1.444.166	1.666.688
Outras Receitas Operacionais (j)	1.421.074	1.441.186
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (k)	(10.496.672)	(11.549.365)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>18.772.656</b>	<b>21.867.842</b>

\* Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

### a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
Residencial	9.915.807	9.829.992	7.819.174	7.297.557
Industrial	19.494.391	22.968.931	5.395.586	5.780.660
Comércio, Serviços e Outros	6.572.980	6.433.728	4.358.938	3.956.344
Rural	3.574.724	3.379.734	1.463.470	1.406.590
Poder Público	885.748	892.368	544.554	547.707
Iluminação Pública	1.350.405	1.325.525	528.378	532.603
Serviço Público	1.252.043	1.204.461	546.763	540.388
Subtotal	<b>43.046.098</b>	<b>46.034.739</b>	<b>20.656.863</b>	<b>20.061.849</b>
Consumo Próprio	37.140	37.661	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(198.785)	256.753
	<b>43.083.238</b>	<b>46.072.400</b>	<b>20.458.078</b>	<b>20.318.602</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	12.508.453	10.831.194	2.713.083	2.358.466
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	258.552	(150.793)
Total	<b>55.591.691</b>	<b>56.903.594</b>	<b>23.429.713</b>	<b>22.526.275</b>

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

### b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

### c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 14.

#### **d) Receita de Concessão de Transmissão**

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

#### **e) Receita de Construção**

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

#### **f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga**

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

#### **g) Receita de Indenização da Transmissão**

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751.101, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$158.632 referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

#### h) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

#### i) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

#### j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2016	2015
Serviço Taxado	5.628	13.504
Serviço de Telecomunicações	137.498	133.894
Prestações de Serviços	167.272	130.687
Subvenções (*)	1.000.745	995.616
Aluguel e Arrendamento	105.156	93.119
Outras	4.775	74.366
	<b>1.421.074</b>	<b>1.441.186</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

#### k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2016	2015
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS (1)	5.211.015	4.487.169
COFINS	2.040.659	2.262.748
PIS-PASEP	443.035	491.227
Outros	7.528	6.273
	<b>7.702.237</b>	<b>7.247.417</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	(17.720)	36.232
Programa de Eficiência Energética – PEE	58.056	45.151
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.073.858	2.869.668
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	47.858	47.201
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	47.858	47.193
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	23.929	23.600
Encargos do Consumidor - PROINFA	42.827	27.460
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	34.610	37.105
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	123.147	101.478
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	360.012	1.066.860
	<b>2.794.435</b>	<b>4.301.948</b>
	<b>10.496.672</b>	<b>11.549.365</b>

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

## 26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015
Pessoal (a)	1.643.253	1.435.001	35.576	31.895
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	7.327	137.364	(3.992)	4.816
Obrigações Pós-Emprego - nota 22	344.559	156.009	36.896	3.867
Materiais	57.915	69.522	89	262
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	40	83.723	-	-
Serviços de Terceiros (b)	867.370	899.470	31.263	10.991
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	8.272.911	9.541.940	-	-
Depreciação e Amortização	834.291	834.830	520	1.601
Provisões (Reversões) e ajustes para perdas Operacionais (d)	703.979	1.401.455	66.570	1.084.757
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	947.479	998.756	-	-
Gás Comprado para Revenda	877.118	1.050.925	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	1.193.140	1.251.836	-	-
Outras Despesas (Receitas) Operacionais Líquidas (f)	153.621	427.241	(314.654)	19.336
	<b>15.903.003</b>	<b>18.288.072</b>	<b>(147.732)</b>	<b>1.157.525</b>

### a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Remunerações e Encargos	1.349.864	1.272.568	23.664	29.862
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	100.112	85.293	5.598	4.744
Benefícios Assistenciais	175.227	142.029	3.304	2.865
	1.625.203	1.499.890	32.566	37.471
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	(11.681)	2.162	(145)	(1)
Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	92.919	-	5.323	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o ativo	(63.188)	(67.051)	(2.168)	(5.575)
	18.050	(64.889)	3.010	(5.576)
	<b>1.643.253</b>	<b>1.435.001</b>	<b>35.576</b>	<b>31.895</b>

### Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2016, a Companhia criou o Programa de Desligamento Voluntário de Empregados (PDVP), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

## b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	140.310	121.906	-	-
Comunicação	54.815	64.320	480	446
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	245.552	237.727	67	66
Conservação e Limpeza de Prédios	97.278	99.736	805	480
Mão de Obra Contratada	12.869	5.514	-	-
Fretes e Passagens	7.302	10.151	2.331	2.483
Hospedagem e Alimentação	12.539	17.374	237	301
Vigilância	25.293	27.684	-	-
Consultoria	15.061	16.874	5.076	1.502
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	52.508	46.379	1.011	646
Manutenção e Conservação de Veículos	8.398	10.985	95	46
Corte e Religação	7.417	25.756	-	-
Meio Ambiente	18.534	21.695	-	-
Serviços Advocatícios	25.974	21.564	7.401	1.932
Custas Processuais	3.591	2.354	57	83
Poda de Árvores	13.655	23.034	-	-
Limpeza de Faixa	7.733	29.804	-	-
Reprografia e Publicações Legais	16.139	14.326	176	179
Inspeção de Unidades Consumidoras	799	3.602	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	3.372	4.638	-	-
Outras Despesas	98.231	94.047	13.527	2.827
	<b>867.370</b>	<b>899.470</b>	<b>31.263</b>	<b>10.991</b>

## c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2016	2015
Energia de Itaipu Binacional	1.143.974	1.734.227
Contratos por Cotas de Garantia Física	537.482	252.485
Cotas das Usinas de Angra I e II	216.906	199.731
Energia de curto prazo	761.288	935.316
PROINFA	323.446	252.639
Contratos Bilaterais	292.455	326.156
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.540.217	3.978.073
Energia adquirida no Ambiente Livre	3.279.153	2.762.181
Créditos de PASEP-COFINS	(822.010)	(898.868)
	<b>8.272.911</b>	<b>9.541.940</b>

#### d) Provisões (Reversões) e Ajustes para Perdas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	382.368	175.595	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências (1)				
Trabalhistas	119.895	3.871	12.505	4.295
Cíveis	30.141	21.656	218	1.976
Tributárias	1.671	(3.470)	(756)	1.121
Ambientais	(21)	(1.155)	-	(313)
Regulatórias	(69)	10.293	7	(1.131)
Outras	31.640	(3.222)	58	(493)
	<u>183.257</u>	<u>27.973</u>	<u>12.032</u>	<u>5.455</u>
	<b>565.625</b>	<b>203.568</b>	<b>12.032</b>	<b>5.455</b>
Ajustes para perdas				
Outros Créditos a Receber	39.843	-	-	-
Opção de venda Parati (Nota 15)	54.538	1.079.302	54.538	1.079.302
Opção de venda SAAG (Nota 15)	48.559	118.585	-	-
Opção de venda Sonda (Nota 15)	(4.586)	-	-	-
	<u>138.354</u>	<u>1.197.887</u>	<u>54.538</u>	<u>1.079.302</u>
	<b>703.979</b>	<b>1.401.455</b>	<b>66.570</b>	<b>1.084.757</b>

(1) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração de resultado do exercício consolidada como despesas operacionais.

#### e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2016	2015
Pessoal e Administradores	58.148	65.375
Materiais	534.474	520.535
Serviços de Terceiros	448.370	503.882
Outros	152.148	162.044
	<u>1.193.140</u>	<u>1.251.836</u>

## f) Outras Despesas (Receitas) Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015
Arrendamentos e Aluguéis	111.629	102.000	2.199	722
Propaganda e Publicidade	13.477	11.334	194	543
Consumo Próprio de Energia Elétrica	22.170	21.397	-	-
Subvenções e Doações	17.190	30.641	2.246	757
Concessão Onerosa	2.889	7.181	-	-
Seguros	9.425	9.064	3.689	3.889
Anuidade CCEE	7.686	8.181	2	3
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	112.063	30.376	2	11
FORLUZ – Custeio Administrativo	25.422	22.240	1.257	1.212
Agentes Arrecadadores	70.377	70.720	-	-
Ganho na Alienação da Taesa	(180.774)	-	(180.774)	-
Ganho na Alienação da Transchile	(133.885)	-	(133.885)	-
Outras Despesas (Receitas)	66.780	114.107	(9.584)	12.199
	<b>144.449</b>	<b>427.241</b>	<b>(314.654)</b>	<b>19.336</b>

### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

## 27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	317.171	251.013	65.709	27.038
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	277.241	229.802	-	-
Variações Cambiais	61.665	76.294	1	16
Variação Monetária	106.005	36.121	11.934	17.867
Variação Monetária - CVA	204.352	68.149	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	45.724	211.578	7.877	53.644
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(87.859)	(84.404)	(49.745)	(40.634)
Multas Contratuais	12.303	15.548	-	34
Ajuste ao Valor Presente	-	1.544	-	-
Outras	104.702	58.083	37.154	7.215
	<b>1.041.304</b>	<b>863.728</b>	<b>72.930</b>	<b>65.180</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.928.397)	(1.386.071)	-	-
Variações Cambiais	(35.377)	(171.792)	(1.138)	(12)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(245.409)	(387.067)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(3.383)	(11.081)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(102.596)	(128.636)	(5.048)	(6.329)
Variação Monetárias – Obrigações com a CCEE	(9.562)	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	(107)	-	-	-
Outras	(153.664)	(119.697)	(11.998)	(29.683)
	<b>(2.478.495)</b>	<b>(2.204.344)</b>	<b>(18.184)</b>	<b>(36.024)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(1.437.191)</b>	<b>(1.340.616)</b>	<b>54.746</b>	<b>29.156</b>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.



## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Controlador</b>								
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (1)	71.340	18.674	-	-	152.016	149.813	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	3.863	8.619	-	-	(958)	(2.286)
<b>Não Circulante</b>								
Financiamentos – BDMG	-	-	22.655	50.067	-	-	-	-
<b>Controlada em conjunto</b>								
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.037	10.519	-	-	(142.432)	(105.700)
Prestação de Serviços (3)	3.706	199	-	-	13.518	6.499	-	-
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	710	1.478	-	-	(6.944)	(6.365)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	5.788	-	-	-	-	-	-
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	17.636	15.639	7.790	-	(573.610)	(638.100)
Adiantamento para entrega futura de energia (4)	-	86.941	-	-	-	12.274	-	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	130	3.755	-	1.606	120	(49.346)	-
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.228	1.481	-	-	(16.002)	(11.120)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.146	-	-	-	-	-	-	-
<b>Guanhães Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (5)	-	-	59.071	-	-	-	-	-
<b>Renova</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	1.518	-	-	(159.368)	(12.387)
<b>Não Circulante</b>								
Contas a Receber (6)	73.722	-	-	-	13.722	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	229.053	60.000	-	-	17.053	-	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	10.326	11.234	-	-	(110.144)	(93.859)
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.751	2.897	-	-	(24.667)	(28.092)
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	464	593	472	470	58.863	46.980	(836)	(657)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	6.852	43.972	-	-	-	-	-	-
<b>Parati</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	8.807	-	-	-	-	-	-
<b>Axxiôm</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de Serviços (8)	-	-	6.980	5.925	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	144	96	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	1.455.052	1.030.612	-	-	197.092	115.489	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (9)	(49.479)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	46.092	16.905	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (9)	(15.049)	-	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	86.156	75.970	-	-	(185.722)	(128.636)
Despesa com pessoal (11)	-	-	-	-	-	-	(100.112)	(85.293)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(25.422)	(22.240)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	9.630	1.544	-	-	(39.360)	(18.318)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (10)	-	-	1.592.998	1.270.418	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	101.756	78.889	-	-	(186.553)	(146.095)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	1.646.580	1.274.717	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (4) Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;
- (5) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 15);
- (6) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (7) Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Posteriormente, foram realizadas novas antecipações, nos montantes de R\$40.000 em setembro e R\$15.000, R\$25.000 e R\$38.000 em 03, 17 e 27 de outubro de 2016, respectivamente. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;
- (8) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 22) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 26) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (13) Aluguel do edifício sede;
- (14) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 22).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 8, 18 e 25.

### Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2016	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.356.603	2042
Light*	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.995.458	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	736.427	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Aval	Nota Promissória	66.568	2016
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	9.294	2023
				<b>5.847.965</b>	

\*Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	579	1.194	1.427	1.282	4.482
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.024	2.110	2.522	2.265	7.921
				<b>1.603</b>	<b>3.304</b>	<b>3.949</b>	<b>3.547</b>	<b>12.403</b>

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2015				Total
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% *	
Axiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.154	3.369	2.520	4.297	11.340
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.213	6.461	4.832	8.242	21.748
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.766	8.076	6.041	10.303	27.186
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.023	2.988	2.235	3.812	10.058
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	289	845	632	1.077	2.843
				<b>7.445</b>	<b>21.739</b>	<b>16.260</b>	<b>27.731</b>	<b>73.175</b>

(\*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

## Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	2016	2015
Remuneração	25.159	19.906
Participação nos Resultados (reversão)	(709)	1.530
Benefícios Assistenciais	1.555	1.032
<b>Total</b>	<b>26.005</b>	<b>22.468</b>

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Investimentos em Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da Companhia de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 e Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 das usinas de geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$49.888 em 31 de dezembro de 2016 e R\$224.860 em 31 de dezembro de 2015, incluído na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$49.738 em 31 de dezembro de 2016 e R\$223.873 em 31 de dezembro de 2015, foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec (“PUT SAAG”), as opções de venda de ações da RME e LEPSA (“PUT Parati”) e as opções da Sonda foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamente, para o modelo BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$15.179.280 (R\$15.166.537 em 31 de dezembro de 2015) e valor justo de R\$14.711.130 (R\$15.543.680 em 31 de dezembro de 2015), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

### **Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### **Risco de taxas de câmbio**

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2016		2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	7.072	23.049	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	62.320	206.827	82.983	314.859
	69.392	229.876	91.206	346.968
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 20)	2.157	7.416	3.395	14.430
<b>Passivo Líquido Exposto</b>		<b>237.292</b>		<b>361.398</b>

(\*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2017 será uma valorização de 2,82% para o dólar (R\$3,351) e uma valorização de 1,95% para o Euro (R\$3,505). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2016	Cenário Provável Dólar R\$3,351 Euro R\$3,505	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00% Dólar R\$4,189 Euro R\$4,381	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00% Dólar R\$5,027 Euro R\$5,258
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	23.049	23.700	29.627	35.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	206.827	212.666	265.848	319.031
	229.876	236.366	295.475	354.585
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	7.416	7.561	9.451	11.343
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>237.292</b>	<b>243.927</b>	<b>304.926</b>	<b>365.928</b>
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial</b>		<b>6.635</b>	<b>67.634</b>	<b>128.636</b>

### **Risco de Taxa de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$60.066 (R\$71.852 em 31 de dezembro de 2015).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2016	2015
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 6)	893.713	872.693
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.045.228	2.510.312
Fundos Vinculados	367.474	162
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC * (nota 14)	397.725	1.349.656
Créditos junto à Eletrobrás	138.444	-
	<b>2.842.584</b>	<b>4.732.823</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 20)	(10.928.261)	(10.734.336)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 20)	(213.102)	(283.160)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (Nota 14)	(804.975)	-
	<b>(11.946.338)</b>	<b>(11.017.496)</b>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(9.103.754)</b>	<b>(6.284.673)</b>

(\*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima que , em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,00% e 6,75%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,00% TJLP 6,75%	Cenário Possível SELIC 11,25% TJLP 8,44%	Cenário Remoto SELIC 13,50% TJLP 10,13%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa (Nota 6)	893.713	974.147	994.256	1.014.364
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	1.045.228	1.139.299	1.162.816	1.186.334
Fundos Vinculados	367.474	400.547	408.815	417.083
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	397.725	433.520	442.469	451.418
Créditos junto à Eletrobrás	138.444	150.904	154.019	157.134
	<b>2.842.584</b>	<b>3.098.417</b>	<b>3.162.375</b>	<b>3.226.333</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 20)	(10.928.261)	(11.911.804)	(12.157.690)	(12.403.576)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 20)	(213.102)	(227.486)	(231.088)	(234.689)
CVA e Outros Componentes Financeiros (Nota 14)	(804.975)	(877.423)	(895.535)	(913.647)
	<b>(11.946.338)</b>	<b>(13.016.713)</b>	<b>(13.284.313)</b>	<b>(13.551.912)</b>
<b>Ativo (Passivo) Exposto Líquido</b>	<b>(9.103.754)</b>	<b>(9.918.296)</b>	<b>(10.121.938)</b>	<b>(10.325.579)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros</b>		<b>(814.542)</b>	<b>(1.018.184)</b>	<b>(1.221.825)</b>



## Risco de Elevação da Inflação

A exposição líquida da Companhia às taxas de inflação está demonstrada a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2016	2015
<b>Ativos</b>		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)*	128.071	120.853
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)*	1.805.230	1.054.129
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.253.765	-
	4.187.066	1.174.982
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.933.092)	(3.909.872)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(787.003)	(811.573)
	(4.720.095)	(4.721.445)
<b>Ativo (Passivo) Líquido Exposto</b>	<b>(533.029)</b>	<b>(3.546.463)</b>

(\*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL.

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa IPCA será de 4,70%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,70%	Cenário Possível IPCA 5,88%	Cenário Remoto IPCA 7,05%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)	128.071	134.090	135.602	137.100
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)	1.805.230	1.890.076	1.911.378	1.932.499
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.253.765	2.359.692	2.386.286	2.412.655
	<b>4.187.066</b>	<b>4.383.858</b>	<b>4.433.266</b>	<b>4.482.254</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.933.092)	(4.117.947)	(4.164.358)	(4.210.375)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(787.003)	(823.992)	(833.279)	(842.487)
	<b>(4.720.095)</b>	<b>(4.941.939)</b>	<b>(4.997.637)</b>	<b>(5.052.862)</b>
<b>Ativo (Passivo) Líquido Exposto</b>	<b>(533.029)</b>	<b>(558.081)</b>	<b>(564.371)</b>	<b>(570.608)</b>
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		<b>(25.052)</b>	<b>(31.342)</b>	<b>(37.579)</b>

## Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	49.669	1.225.724	4.834.284	11.274.800	2.203.358	19.587.835
Concessões a pagar	241	728	1.871	9.616	14.709	27.165
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	10.853	32.953	89.275	596.285	430.616	1.159.982
	<u>60.763</u>	<u>1.259.405</u>	<u>4.925.430</u>	<u>11.880.701</u>	<u>2.648.683</u>	<u>20.774.982</u>
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.771.067	168.526	-	-	-	1.939.593
	<u>1.831.830</u>	<u>1.427.931</u>	<u>4.925.430</u>	<u>11.880.701</u>	<u>2.648.683</u>	<u>22.714.575</u>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	534	1.621	4.392	29.337	21.186	57.070
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	20.936	-	-	-	-	20.936
	<u>21.470</u>	<u>1.621</u>	<u>4.392</u>	<u>29.337</u>	<u>21.186</u>	<u>78.006</u>

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2016, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$660.105.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

\* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide nota explicativa nº20.

Em 31 de dezembro de 2016, a Cemig Telecom não possuía cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Aqueles contratos que possuíam estas cláusulas durante o ano de 2016, foram integralmente liquidados.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Companhia foram atendidas.

## Administração de Capital

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Total do Passivo	29.151.172	27.869.413
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(995.132)	(924.632)
(-) Fundos Vinculados	(367.474)	(162)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>27.788.566</b>	<b>26.944.619</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>12.934.371</b>	<b>12.987.676</b>
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,15	2,07

## 30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	32.782	-	32.782	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	192.995	192.995	-	-
Letras Financeiras - Bancos	724.274	-	724.274	-
Debêntures	45.289	-	45.289	-
	<b>995.340</b>	<b>192.995</b>	<b>802.345</b>	-
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Bonificação de Outorga	2.253.765	-	2.253.765	-
Fundos Vinculados	367.474	-	367.474	-
	<b>2.621.239</b>		<b>2.621.239</b>	
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	<b>3.832.686</b>	<b>192.995</b>	<b>3.423.584</b>	<b>216.107</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Opções de venda (1)	(1.341.468)	-	(1.149.881)	(191.587)
	<b>2.491.218</b>	<b>192.995</b>	<b>2.273.703</b>	<b>24.520</b>

- (1) A partir de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 15.

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.577.172	-	1.577.172	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	87.398	87.938	-	-
Letras Financeiras - Bancos	460.010	-	460.010	-
Debêntures	160.332	-	160.332	-
	<b>2.285.452</b>	<b>87.938</b>	<b>2.197.514</b>	-
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Fundos Vinculados	162	-	162	-
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	<b>2.421.597</b>	<b>87.938</b>	<b>2.197.676</b>	<b>135.983</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Opções de venda	(1.392.717)	-	-	(1.392.717)
	<b>1.028.880</b>	<b>87.938</b>	<b>2.197.676</b>	<b>(1.256.734)</b>

## **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, Parati e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 destas Demonstrações Financeiras.

## **31. SEGUROS**

A Cemig e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo (item referente a apólice da Cemig H), levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (**)	Prêmio Anual (**)
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2016 a 29/04/2017	US\$ 4.675 US\$ 14.000	US\$ 84
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 02/10/2017	R\$ 16.921	R\$ 25
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R\$ 451.860	R\$ 98
Equipamentos de telecomunicações (1)	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R\$ 11.514	R\$ 5
Risco Operacional	-	07/12/2016 a 07/12/2017	R\$ 1.438.338	R\$ 1.795
<b>Cemig Distribuição</b>				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2016 a 29/04/2017	US\$ 3.613 US\$ 14.000	US\$ 60
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 02/10/2017	R\$ 94.930	R\$ 143
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R\$ 1.073.416	R\$ 232
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2017 a 08/01/2018	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional - Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2016 a 07/12/2017	R\$ 563.637	R\$ 703
<b>Gasmig</b>				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/16 a 15/12/17	R\$ 60.000	R\$ 429
Automotivo Frota Própria (Operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/16 a 07/07/17	R\$ 400	R\$ 4
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/16 a 25/10/17	R\$ 100	R\$ 1
Multirrisco Instalações (3)	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/17 a 01/01/18	R\$ 41.375	R\$ 50

(\*\*) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil.

(1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2017 a 08 de janeiro de 2018.

(2) A nova vigência é de 07 de dezembro de 2016 a 07 de dezembro de 2017.

(3) A Apólice do Seguro Multirrisco Instalações com vigência até o dia 31/12/2015 foi renovada para data de vigência de 01/01/2016 a 31/12/2016, no valor de R\$36.020.420,66 de importância segurada e de R\$22.428,46 de prêmio anual.

A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.



### 32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	4.836.923	3.879.780	1.827.719	1.793.654	1.586.154	1.255.050	15.179.280
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.266.453	1.425.841	1.578.041	1.753.946	1.829.219	98.573.526	106.427.026
Compra de Energia - Leilão	3.009.686	3.084.450	3.478.314	3.667.217	4.294.665	101.895.479	119.429.811
Compra de Energia - Bilaterais	297.538	313.824	327.844	345.632	360.926	1.348.181	2.993.945
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	238.545	250.853	258.525	277.288	284.144	11.377.438	12.686.793
Cotas de Garantias Físicas	580.284	611.830	640.140	670.918	700.292	28.051.569	31.255.033
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	162.400	231.834	238.123	242.603	226.196	8.129.088	9.230.244
Outros contratos de compra de energia	3.735.672	3.410.828	2.776.296	2.887.451	3.200.697	30.267.208	46.278.152
Compra de gás para revenda	1.005.577	1.197.833	1.469.512	1.817.433	2.098.403	-	7.588.758
Concessão Onerosa	2.977	2.560	2.307	2.070	1.854	10.235	22.003
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	86.155	91.325	96.804	102.612	108.769	301.338	787.003
Arrendamentos Operacionais	96.172	91.394	91.394	91.394	91.394	91.394	553.142
<b>Total</b>	<b>15.318.382</b>	<b>14.592.352</b>	<b>12.785.019</b>	<b>13.652.218</b>	<b>14.782.713</b>	<b>281.300.506</b>	<b>352.431.190</b>

### 33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2016	31/12/2015
Transferência de Imobilizado para Outros Ativos de Longo Prazo (Usina de São Simão)	-	219.869
Ativos aportados na aliança Geração de Energia S.A.	-	581.114
Encargos Financeiros Capitalizados	142.014	159.222

### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande

Em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela Cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

## **Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE’s de Volta Grande, Jaguará, São Simão e Miranda**

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE’s de Jaguará, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a Cemig GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorrerá em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

### **Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão**

O Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) concedeu a liminar para manter a Cemig Geração e Transmissão S/A (“Cemig GT”) na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão (“UHE São Simão”), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança n.º 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ n.º 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi “concedida a medida liminar de CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97”.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança n.º 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

### **Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguará**

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará (“UHE Jaguará”) sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21/03/2017), foi “revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS n.º 34.203”.

### **Revogação de Medida Liminar – Usina de Miranda**

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança n.º 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de Miranda, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

## **Alienação de Parques Eólicos pela Renova**

A Renova Energia S.A. em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que acordou nesta data com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”). O aceite desta proposta pela Renova está sujeito à aprovação do Conselho de Administração, a ser convocado oportunamente para este fim.

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$ 650 milhões (“Preço”) e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”). O Preço estará sujeito a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições da Transação.

A Renova esclarece que a conclusão da Transação deverá ocorrer apenas após (I) a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”), cujos termos ainda estão sendo discutidos e negociados entre as partes e, conseqüentemente, (II) o cumprimento de condições precedentes usuais em operações dessa natureza que constarão do referido CCVA.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

## **Alterações no Estatuto Social da Light (“Reforma Estatutária”)**

O Conselho de Administração da Light S.A. aprovou, em 28 de março de 2017, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”) para: (i) deliberar sobre alterações no seu estatuto social (“Reforma Estatutária”); e (ii) considera a possibilidade de realização de uma oferta pública primária de ações, com esforços restritos de distribuição, no Brasil, com base na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e, no exterior para investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos da América e para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América, com base nas disposições da Rule 144A e do Regulation S, nos termos do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“Securities Act”) (“Oferta”), a qual poderá ter ainda uma parcela secundária com a eventual participação de acionistas da Light.

A Light informa que este Fato Relevante não tem o propósito de ser publicado ou distribuído, direta ou indiretamente, nos Estados Unidos da América e não constitui uma oferta de venda de valores mobiliários nos Estados Unidos da América. Os valores mobiliários mencionados neste Fato Relevante não foram e não serão registrados ao abrigo do Securities Act, ou qualquer outra lei referente a valores mobiliários, e não devem ser oferecidos ou vendidos nos Estados Unidos da América sem o devido registro ou uma isenção de registro aplicável nos termos do Securities Act.. Nesta data, não há nenhuma oferta pública sendo conduzida no Brasil ou nos Estados Unidos da América.

Nenhum valor mobiliário deve ser vendido em nenhum estado ou jurisdição, incluindo no Brasil ou nos Estados Unidos da América, nos quais a oferta, solicitação ou venda de tal valor mobiliário seja considerada ilegal antes do registro ou enquadramento nas leis sobre valores mobiliários de tal estado ou jurisdição.

Este Fato Relevante tem caráter meramente informativo e não deve, em nenhuma circunstância, ser interpretado como, nem constituir, uma recomendação de investimento ou uma oferta de venda, ou uma solicitação ou uma oferta de compra de quaisquer valores mobiliários da Companhia no Brasil, incluindo as ações de sua emissão.

#### **Pagamento de Debêntures da Cemig GT**

Em 15 de fevereiro de 2017, a Cemig GT amortizou integralmente a 1ª série da 3ª Emissão de debêntures, no valor de R\$553 milhões (principal, acrescidos de juros) calculados até a data da efetiva amortização. Nesta mesma data, foram pagos também os juros da 2ª e 3ª séries da 3ª Emissão de debêntures no valor de R\$76 milhões. Estes pagamentos foram realizados com recursos próprios.

#### **Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)**

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possível estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

### **Autorização para Ultrapassagem de Covenants Estatutários da Cemig**

O Estatuto Social da Companhia estabelece determinadas metas de endividamento e investimentos que deverão ser cumpridas pela Administração da Companhia. Entretanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2017 foi autorizada a ultrapassagem desses indicadores excepcionalmente para o exercício de 2017, conforme tabela abaixo:

	Meta do Estatuto	Ultrapassagem autorizada na AGO
Endividamento consolidado/Lajida	2,00	4,44
Dívida Líquida/Dívida Líquida + Patrimônio Líquido	40,00%	55,00%
Investimento de capital e aquisição de quaisquer ativos/Lajida	40,00%	192,00%

Os novos limites aprovados para 2017 deverão ser revistos quando da aprovação do orçamento de 2017 pelo Conselho de Administração e deverão ser submetidos novamente aos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

### **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aporte de capital, na Cemig GT, no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

### **Aditivos Contratuais da GASMIG**

Em 10 de fevereiro de 2017, a Gasmig assinou o aditivo de número 07 ao contrato de suprimento adicional de gás – CSA e o aditivo número 02, normas gerais, com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, alterando as regras contratuais e, conseqüentemente, a expectativa de resultados futuros da Gasmig. Os principais elementos do novo contrato de suprimento de gás, e suas conseqüências nos resultados da Gasmig, são apresentados a seguir:

- Vigência a partir de 01 de janeiro de 2017 e com final em dezembro de 2021.
- Alteração da Quantidade Diária Contratada e dos compromissos de retirada diária de gás, com adequação às expectativas de consumo do mercado mineiro até dezembro de 2021.
- Compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) passa a ser apurado mensalmente, com recuperação automática do volume de gás já pago e ainda não retirado.
- Parcelamento do compromisso de *Take or Pay* relativo ao ano de 2015, com previsão de pagamento em até 36 parcelas, com possibilidade de antecipação das parcelas.

- Ajuste do preço de aquisição do gás fornecido pela Petrobras.
- Cláusulas de programação de retirada de gás mais restritivas.
- Não será apurado/pago o compromisso de Retirada Mínima Anual (*Take or Pay*) relativo ao ano de 2016.

Por força da vigência do contrato anterior, a Gasmig registrou R\$225.394 na conta de adiantamento a fornecedor – direito de retirada de gás, no ativo não circulante, e sua contrapartida na conta de fornecedores de gás, no passivo circulante. Esse registro provocou impacto no capital circulante líquido da Gasmig, que ficou negativo em R\$354.011. Com a assinatura do novo aditivo contratual, o compromisso de retirada mínima anual do ano 2016 foi extinto.

Adicionalmente Gasmig e Petrobras negociaram a rescisão do Contrato de Serviço de Distribuição para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), sem ônus para as partes envolvidas.

### **Assinatura dos contratos de concessão, pela Taesa, do Leilão ANEEL nº 13/2015 (2ª etapa).**

No dia 10 de fevereiro de 2017 foram assinados, pela Taesa, os contratos de concessão 17/2017 (Janaúba), 04/2017 (Aimorés), 03/2017 (Paraguaçu) e 19/2017 (ESTE), com prazo de vigência de 30 anos.

\* \* \* \* \*

**(Original assinado pelos signatários abaixo)**

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**

Diretor-Presidente

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**

Diretor Vice-Presidente  
(cumulativamente)

**Adézio de Almeida Lima**

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

**Luís Fernando Paroli Santos**

Diretor de Distribuição e Comercialização

**Franklin Moreira Gonçalves**

Diretor de Geração e Transmissão

**Maura Galuppo Botelho Martins**

Diretor de Relações e Recursos Humanos

**José de Araújo Lins Neto**

Diretor de Gestão Empresarial

**Luís Fernando Paroli Santos**

Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

**Dimas Costa**

Diretor Comercial

**César Vaz de Melo Fernandes**

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

**Raul Lycurgo Leite**

Diretor Jurídico

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Leonardo Felipe Mesquita**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG-85.260

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG  
Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

#### *Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão e Miranda*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



## Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

## Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 15 e 34 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar) consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Compromissos financeiros de curto prazo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$3.162 mil. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, pois o processo para a conclusão de que não existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia envolveu julgamento por parte Administração em decorrência da necessidade de avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, em especial as alternativas disponíveis para acesso ao mercado financeiro nacional e internacional para emissão de títulos de dívida de longo prazo, plano de desinvestimento e geração futura de caixa.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da capacidade de geração de fluxo de caixa operacional decorrente das concessões existentes, (iii) avaliação do histórico de captações, captações planejadas, estágio atual dos processos de captação iniciados e avaliações das agências de rating, e (iv) avaliação das vendas de ativos realizadas, bem como a valorização de ativos passíveis de alienação e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

#### Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 25 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita, (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar eventuais lançamentos potencialmente indevidos, (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substância econômica, relação com as atividades de Companhia e o adequado tratamento contábil, e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação de suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

#### Opção de venda do Fundo de Participações Redentor

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia concedeu ao Fundo de Participações Redentor, acionista da Parati S.A., que por sua vez possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light S.A., uma opção de venda da totalidade das ações da Parati S.A. de propriedade do Fundo. A Parati S.A. foi posteriormente incorporada pela Luce Empreendimentos E Participações S.A. e RME - Rio Minas Energia Participações S.A. Esta opção de venda foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria por envolver julgamento por parte da Administração da Companhia, principalmente relacionado a metodologia de precificação.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da adequação da metodologia de precificação adotada pela Administração para a mensuração do instrumento derivativo a valor justo e impactos provocados pelo fracionamento da opção de venda original, passando a opção de venda a ser equivalente a cada ação da Parati S.A. e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

## **Outros assuntos**

### Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados à circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº 1 MG 089.422/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL



### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 12-05-2017, às 11 horas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Charles Carvalho Guedes  
Edson Moura Soares  
Manuel Jeremias Leite Caldas  
Newton Brandão Ferraz Ramos  
Rafael Amorim de Amorim

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

### DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 2937ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente  
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores  
César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios  
Dimas Costa - Diretor Comercial  
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão  
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial  
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos  
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Distribuição e Comercialização e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.  
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 2937ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

- aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente  
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores  
César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios  
Dimas Costa - Diretor Comercial  
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão  
José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial  
Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos  
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Distribuição e Comercialização e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.  
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico



## **Anexo VII**



## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	17
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	19
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	21
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	22
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	23
10. FUNDOS VINCULADOS .....	25
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	26
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	27
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	27
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	28
15. INVESTIMENTOS.....	37
16. IMOBILIZADO .....	51
17. INTANGÍVEIS.....	53
18. FORNECEDORES .....	54
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	55
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	57
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	62
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	62
23. PROVISÕES .....	64
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	76
25. RECEITA .....	79
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	84
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	89
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	90
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	93
30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	103
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	106
32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL .....	109
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	109
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	109
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....	112
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO .....	1
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES .....	19



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

### ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	582.382	995.132	131.541	69.352
Títulos e Valores Mobiliários	6	690.991	1.014.188	21.641	133.359
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	3.602.934	3.425.018	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	665.674	730.488	-	-
Tributos Compensáveis	8	246.954	236.284	122	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9 <sup>a</sup>	557.307	589.519	37.872	78.174
Dividendos a Receber		3.742	11.386	711.423	673.239
Fundos Vinculados	10	405.494	367.474	396.038	366.568
Estoques		48.605	49.473	9	12
Adiantamento a Fornecedores		140.541	1.059	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	254.579	-	254.579	-
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	13	73.345	63.751	-	-
Subvenção Baixa Renda		40.759	36.261	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - RGR		-	48.379	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		901	90.065	-	-
Outros Créditos		541.374	626.993	28.162	20.435
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>7.855.582</b>	<b>8.285.470</b>	<b>1.581.387</b>	<b>1.341.139</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	6	12.123	31.040	693	5.959
Adiantamento a Fornecedores		319.913	229.053	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	174.252	146.367	-	-
Tributos Compensáveis	8	189.675	178.288	1.810	1.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9 <sup>a</sup>	63.639	112.060	63.639	112.060
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9 <sup>b</sup>	2.003.908	1.797.453	745.028	789.318
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	23.144	-	23.144	-
Depósitos Vinculados a Litígios	12	1.743.060	1.886.879	265.243	499.868
Ativos de Concessões de Geração	4	195.611	206.566	-	-
Outros Créditos		612.847	843.589	10.939	37.743
Ativos Financeiros da Concessão	14	6.163.319	4.971.244	-	-
Investimentos	15	8.620.126	8.753.088	12.605.561	12.627.857
Imobilizado	16	2.797.191	3.775.076	1.900	2.201
Intangíveis	17	11.057.685	10.819.680	1.777	1.852
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>33.976.493</b>	<b>33.750.383</b>	<b>13.719.734</b>	<b>14.078.674</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>41.832.075</b>	<b>42.035.853</b>	<b>15.301.121</b>	<b>15.419.813</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

### PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	18	2.186.448	1.939.593	23.571	20.936
Encargos Regulatórios	21	351.246	380.586	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	983.993	793.587	4.941	83.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	19b	99.684	26.866	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	24	198.264	466.987	196.004	466.689
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	5.199.471	4.836.923	-	-
Salários e Contribuições Sociais		247.655	224.741	11.358	9.970
Obrigações Pós-emprego	22	224.137	198.867	12.584	11.143
Passivo Financeiro da Concessão	14	704.418	481.835	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	1.242.818	1.149.881	1.242.818	1.149.881
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	245.367	181.200	-	-
Outras Obrigações		666.426	766.394	5.573	7.192
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>12.349.927</b>	<b>11.447.460</b>	<b>1.496.849</b>	<b>1.749.445</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	21	544.443	454.625	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	8.856.104	10.342.357	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	722.102	723.922	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	682.757	582.206	-	-
Provisões	23	713.973	815.017	75.259	309.995
Obrigações Pós-emprego	22	4.156.202	4.042.544	405.611	386.321
Passivo Financeiro da Concessão	14	-	323.140	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	15	259.655	191.587	-	-
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	66.745	-	-	-
Outras Obrigações		192.960	178.624	40.293	43.771
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>16.194.941</b>	<b>17.654.022</b>	<b>521.163</b>	<b>740.087</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>28.544.868</b>	<b>29.101.482</b>	<b>2.018.012</b>	<b>2.489.532</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	24				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.199.855	5.199.855	5.199.855	5.199.855
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(575.873)	(488.285)	(575.873)	(488.285)
Lucros Acumulados		440.416	-	440.416	-
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>		<b>13.283.109</b>	<b>12.930.281</b>	<b>13.283.109</b>	<b>12.930.281</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>		<b>4.098</b>	<b>4.090</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.287.207</b>	<b>12.934.371</b>	<b>13.283.109</b>	<b>12.930.281</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>41.832.075</b>	<b>42.035.853</b>	<b>15.301.121</b>	<b>15.419.813</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25</b>	<b>15.153.781</b>	<b>14.106.738</b>	<b>250</b>	<b>582</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>	<b>26</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(7.685.392)	(6.126.458)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(791.339)	(741.416)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(789.861)	(623.503)	-	-
		<u>(9.266.592)</u>	<u>(7.491.377)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>OUTROS CUSTOS</b>	<b>26</b>				
Pessoal e Administradores		(992.908)	(981.505)	-	-
Materiais		(30.589)	(28.792)	-	-
Serviços de Terceiros		(542.357)	(521.118)	-	-
Depreciação e Amortização		(570.031)	(578.255)	-	-
Provisões Operacionais líquidas de reversões		(195.345)	(121.302)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(736.754)	(917.855)	-	-
Outras		(58.101)	(57.683)	-	-
		<u>(3.126.085)</u>	<u>(3.206.510)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(12.392.677)</b>	<b>(10.697.887)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>2.761.104</b>	<b>3.408.851</b>	<b>250</b>	<b>582</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>26</b>				
Despesas com Vendas		(191.343)	(282.915)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(548.075)	(473.230)	(43.214)	(33.248)
Despesas com Provisões Operacionais		(172.105)	(310.020)	(104.037)	(280.532)
Outras Despesas Operacionais		(505.239)	(471.889)	(40.435)	(35.809)
		<u>(1.416.762)</u>	<u>(1.538.054)</u>	<u>(187.686)</u>	<u>(349.589)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(20.680)	47.260	320.979	842.337
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>1.323.662</b>	<b>1.918.057</b>	<b>133.543</b>	<b>493.330</b>
Receitas Financeiras	27	550.065	835.191	84.893	77.057
Despesas Financeiras	27	<u>(1.271.951)</u>	<u>(1.888.015)</u>	<u>236.553</u>	<u>(4.332)</u>
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>601.776</b>	<b>865.233</b>	<b>454.989</b>	<b>566.055</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(305.956)	(148.460)	(13.949)	(11.480)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	101.362	(75.940)	(44.290)	85.988
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>397.182</b>	<b>640.833</b>	<b>396.750</b>	<b>640.563</b>
<b>Total do resultado do período atribuído a:</b>					
Participação dos Acionistas controladores		396.750	640.563	396.750	640.563
Participação de Acionista não-controlador		432	270	-	-
		<u>397.182</u>	<u>640.833</u>	<u>396.750</u>	<u>640.563</u>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$</b>	<b>24</b>	<b>0,32</b>	<b>0,51</b>	<b>0,32</b>	<b>0,51</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$</b>	<b>24</b>	<b>0,32</b>	<b>0,51</b>	<b>0,32</b>	<b>0,51</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	25	5.135.822	4.895.606	72	129
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>	26				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.942.974)	(2.170.348)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(387.078)	(215.504)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(304.698)	(196.494)	-	-
		(3.634.750)	(2.582.346)		
<b>OUTROS CUSTOS</b>	26				
Pessoal e Administradores		(304.061)	(297.678)	-	-
Materiais		(13.035)	(11.704)	-	-
Serviços de Terceiros		(200.960)	(167.146)	-	-
Depreciação e Amortização		(184.576)	(195.286)	-	-
Provisões Operacionais líquidas de reversões		(23.266)	(34.468)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(295.720)	(334.122)	-	-
Outras		(36.742)	(18.720)	-	-
		(1.058.360)	(1.059.124)	-	-
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(4.693.110)</b>	<b>(3.641.470)</b>	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>442.712</b>	<b>1.254.136</b>	<b>72</b>	<b>129</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	26				
Despesas com Vendas		(50.458)	(108.349)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(110.181)	(164.201)	(14.921)	(11.957)
Despesas com Provisões Operacionais		(115.151)	162.192	(88.726)	165.669
Outras Despesas Operacionais		(191.538)	(185.548)	(15.405)	(12.272)
		(467.328)	(295.906)	(119.052)	141.440
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(80.798)	33.218	(190.646)	339.631
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>(105.414)</b>	<b>991.448</b>	<b>(309.626)</b>	<b>481.200</b>
Receitas Financeiras	27	201.164	231.256	51.875	5.602
Despesas Financeiras	27	(188.750)	(654.168)	238.514	(1.128)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>(93.000)</b>	<b>568.536</b>	<b>(19.237)</b>	<b>485.674</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(13.234)	(69.593)	(11.416)	757
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	22.568	(65.441)	(53.175)	(53.034)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>(83.666)</b>	<b>433.502</b>	<b>(83.828)</b>	<b>433.397</b>
<b>Total do resultado do período atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores		(83.828)	433.397	(83.828)	433.397
Participação de acionista não-controlador		162	105	-	-
		<b>(83.666)</b>	<b>433.502</b>	<b>(83.828)</b>	<b>433.397</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$</b>	24	<b>(0,06)</b>	<b>0,34</b>	<b>(0,06)</b>	<b>0,34</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$</b>	24	<b>(0,06)</b>	<b>0,34</b>	<b>(0,06)</b>	<b>0,34</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>397.182</b>	<b>640.833</b>	<b>396.750</b>	<b>640.563</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes</b>				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(680)	(115)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(4.851)	7.415	(5.531)	7.300
	(5.531)	7.300	(5.531)	7.300
<b>Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes</b>				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda	(38.134)	(2.441)	(38.134)	(2.451)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	(10)	-	-
	(38.134)	(2.451)	(38.134)	(2.451)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>353.517</b>	<b>645.682</b>	<b>353.085</b>	<b>645.412</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>				
Participação dos acionistas controladores	353.085	645.517	353.085	645.412
Participação de acionista não-controlador	432	165	-	-
	<b>353.517</b>	<b>645.682</b>	<b>353.085</b>	<b>645.412</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>(83.666)</b>	<b>433.502</b>	<b>(83.828)</b>	<b>433.397</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes</b>				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	612	-	612
	-	612	-	612
<b>Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado em períodos subsequentes</b>				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda	-	23.607	-	23.607
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	-
	-	23.607	-	23.607
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>(83.666)</b>	<b>457.721</b>	<b>(83.828)</b>	<b>457.616</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>				
Participação dos acionistas controladores	(83.828)	457.721	(83.828)	457.616
Participação de acionista não-controlador	162	-	-	-
	<b>(83.666)</b>	<b>457.721</b>	<b>(83.828)</b>	<b>457.616</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.





## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>4.662.723</b>	<b>102.264</b>	-	<b>12.983.698</b>	<b>3.978</b>	<b>12.987.676</b>
Resultado do período	-	-	-	-	640.563	640.563	270	640.833
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(115)	-	(115)	-	(115)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	4.974	-	4.974	-	4.974
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	-	-	-	<b>4.849</b>	<b>640.563</b>	<b>645.412</b>	<b>270</b>	<b>645.682</b>
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	445	-	(445)	-	-	-
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
<b>Realização de Reservas</b>								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(29.147)	29.147	-	-	-
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.285.698</b>	<b>77.966</b>	<b>669.265</b>	<b>14.251.640</b>	<b>4.248</b>	<b>14.255.888</b>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.248	4.248
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.285.698	77.966	669.265	14.251.640	-	14.251.640
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.199.855</b>	<b>(488.285)</b>	-	<b>12.930.281</b>	<b>4.090</b>	<b>12.934.371</b>
Resultado do período	-	-	-	-	396.750	396.750	432	397.182
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(680)	-	(680)	-	(680)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(42.985)	-	(42.985)	-	(42.985)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	-	-	-	<b>(43.665)</b>	<b>396.750</b>	<b>353.085</b>	<b>432</b>	<b>353.517</b>
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>								
Dividendos Adicionais Propostos a Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	(424)	(424)
<b>Realização de Reservas</b>								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(43.923)	43.666	(257)	-	(257)
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>5.199.855</b>	<b>(575.873)</b>	<b>440.416</b>	<b>13.283.109</b>	<b>4.098</b>	<b>13.287.207</b>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.098	4.098
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(575.873)	440.416	13.283.109	-	13.283.109

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Período	397.182	640.833	396.750	640.563
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Impostos de Renda e Contribuição Social	204.594	224.400	58.239	(74.508)
Depreciação e Amortização	616.783	601.197	351	382
Perdas nas baixas de Imobilizado e Intangível	23.060	61.932	25	41
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.680	(47.260)	(320.979)	(842.337)
Juros e Variações Monetárias	834.151	589.132	(44.696)	(39.610)
Estorno da Variação Monetária do AFAC	(239.445)	-	(239.445)	-
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	587.624	-	-	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	558.793	714.237	104.037	280.532
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros.	(148.216)	937.053	-	-
Ajuste Indenização Usinas Não Renovadas (Portaria 291)	(259.516)	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	342.018	335.365	31.863	31.458
	2.937.708	4.056.889	(13.855)	(3.479)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(397.144)	16.995	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	304.841	341.259	-	-
Repasso de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(9.594)	7.944	-	-
Tributos Compensáveis	(22.057)	(34.078)	(116)	3
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(24.460)	(129.246)	88.723	29.316
Transporte de Energia	-	(27.416)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(47.440)	(35.383)	1.598	(3.210)
Dividendos recebidos de Participações	247.824	445.178	361.293	713.900
Ativo Financeiro da Concessão	314.473	(2.174.997)	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(199.400)	(41.929)	-	-
Direito de Retirada de Gás	658.444	-	-	-
Outros	(155.307)	(64.848)	19.077	(1.080)
	670.180	(1.696.521)	470.575	738.929
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	246.855	(280.945)	2.635	(310)
Impostos, Taxas e Contribuições	(399.038)	(185.477)	(78.693)	(32.369)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	175.273	75.934	(9.191)	2.314
Salários e Contribuições Sociais	22.914	59.758	1.388	3.247
Encargos Regulatórios	60.478	(10.789)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(203.090)	(173.731)	(11.132)	(9.476)
Outros	(29.786)	(189.349)	(11.488)	(17.002)
	(126.394)	(704.599)	(106.481)	(53.596)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	3.481.494	1.655.769	350.239	681.854
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(1.030.773)	(1.320.119)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(307.860)	(106.956)	(4.758)	(13.794)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.142.861</b>	<b>228.694</b>	<b>345.481</b>	<b>668.060</b>



	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	331.069	1.465.227	116.984	11.385
Em Ativos Financeiros	(160.481)	-	-	-
Fundos Vinculados	(38.020)	(874)	(29.470)	1
Em Investimentos				
Aporte em Investidas	(228.205)	(724.750)	(100.121)	(426.660)
Em Imobilizado	(53.883)	(61.332)	-	(484)
Em Intangível	(691.017)	(779.462)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(840.537)</u>	<u>(101.191)</u>	<u>(12.607)</u>	<u>(415.758)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Obtenção de Empréstimos e Debêntures	60.108	2.858.644	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	(1.506.459)	(2.106.248)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(268.723)	(111.453)	(270.685)	(111.453)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(1.715.074)</u>	<u>640.943</u>	<u>(270.685)</u>	<u>(111.453)</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(412.750)</b></u>	<u><b>768.446</b></u>	<u><b>62.189</b></u>	<u><b>140.849</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<b>995.132</b>	<b>924.632</b>	<b>69.352</b>	<b>256.484</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u><b>582.382</b></u>	<u><b>1.693.078</b></u>	<u><b>131.541</b></u>	<u><b>397.333</b></u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2017		30/09/2016		30/09/2017		30/09/2016	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia, Gás e Serviços	21.927.158		20.211.783		276		641	
Receita de Construção de Distribuição	725.528		881.450		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	11.226		36.405		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	240.420		212.185		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	2.277		6.638		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	295.749		692.211		-		-	
Receita de Indenização de Geração	259.516		-		-		-	
Investimento em Imobilizado	24.549		40.287		-		-	
Outras Receitas	1.479		3.905		-		-	
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(191.343)		(282.915)		-		-	
	<b>23.296.559</b>		<b>21.801.949</b>		<b>276</b>		<b>641</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(8.424.585)		(6.734.311)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(882.536)		(825.611)		-		-	
Serviços de Terceiros	(983.908)		(904.721)		(6.796)		(6.226)	
Gás Comprado para Revenda	(789.861)		(623.503)		-		-	
Materiais	(392.871)		(521.118)		(89)		(52)	
Outros Custos Operacionais	(587.938)		(740.543)		(107.183)		(291.438)	
	<b>(12.061.699)</b>		<b>(10.349.807)</b>		<b>(114.068)</b>		<b>(297.716)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>11.234.860</b>		<b>11.452.142</b>		<b>(113.792)</b>		<b>(297.075)</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(616.783)		(601.197)		(351)		(382)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>10.618.077</b>		<b>10.850.945</b>		<b>(114.143)</b>		<b>(297.457)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(20.680)		47.260		320.979		842.337	
Receitas Financeiras	550.065		835.191		84.893		77.057	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>11.147.462</b>		<b>11.733.396</b>		<b>291.729</b>		<b>621.937</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>1.507.087</b>	<b>13,52</b>	<b>1.386.236</b>	<b>11,81</b>	<b>65.849</b>	<b>22,57</b>	<b>48.232</b>	<b>7,76</b>
Remuneração direta	850.936	7,63	856.959	7,3	26.795	9,18	13.137	2,12
Benefícios	406.373	3,65	371.145	3,16	31.928	10,94	28.511	4,58
FGTS	52.452	0,47	65.213	0,56	1.891	0,65	1.261	0,2
Programa de Desligamento Voluntário	197.326	1,77	92.919	0,79	5.235	1,79	5.323	0,86
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>7.833.994</b>	<b>70,28</b>	<b>7.631.496</b>	<b>65,04</b>	<b>62.821</b>	<b>21,53</b>	<b>(71.696)</b>	<b>(11,53)</b>
Federais	3.351.706	30,07	3.746.798	31,93	62.186	21,32	(71.965)	(11,57)
Estaduais	4.472.137	40,12	3.875.582	33,03	485	0,17	77	0,01
Municipais	10.151	0,09	9.116	0,08	150	0,05	192	0,03
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.409.199</b>	<b>12,64</b>	<b>2.074.831</b>	<b>17,69</b>	<b>(233.691)</b>	<b>(80,11)</b>	<b>4.838</b>	<b>0,78</b>
Juros	1.326.887	11,90	2.004.756	17,09	(236.553)	(81,09)	4.332	0,7
Aluguéis	82.312	0,74	70.075	0,6	2.862	0,98	506	0,08
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>397.182</b>	<b>3,56</b>	<b>640.833</b>	<b>5,46</b>	<b>396.750</b>	<b>136,00</b>	<b>640.563</b>	<b>102,99</b>
Lucros Retidos	396.750	3,56	640.563	5,46	396.750	136,00	640.563	102,99
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	432	-	270	-	-	-	-	-
	<b>11.147.462</b>	<b>100,00</b>	<b>11.733.396</b>	<b>100,00</b>	<b>291.729</b>	<b>100,00</b>	<b>621.937</b>	<b>100,00</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R\$4.494.345. Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig totalizaram R\$5.199.471 e R\$8.856.104. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacional consolidado positivos nos valores de R\$2.142.861 no período de janeiro a setembro de 2017 e R\$228.694 no mesmo período de 2016.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.



O volume substancial de dívida da Cemig pode afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- O estatuto social da Companhia prevê a obrigação de manutenção de determinados indicadores financeiros consolidados, relacionados a fatores que incluem dívidas e investimentos, dentro de determinados limites para os valores consolidados do Grupo, o que poderia afetar sua flexibilidade operacional. Em 2016 e em 30 de setembro de 2017, determinados limites e índices financeiros estabelecidos no estatuto social da Companhia foram excedidos, os quais foram previamente aprovados na Assembleia Geral de Acionistas. A Cemig obteve aprovação de seus acionistas para que a Companhia exceda esses limites e índices financeiros aplicáveis para 2017.
- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a Cemig está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, está sujeita também às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.



- A Cemig está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida em nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia em nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de fontes de financiamento disponíveis no mercado. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos. Em 2016, a Cemig apresentou um programa de desinvestimento que contempla a venda de ativos para o período de 2017–2018, com o objetivo de melhorar nossa posição de liquidez de curto prazo através da melhoria da sua liquidez e redução do endividamento.

Apesar da Cemig estar com alavancagem significativa, a Companhia espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.



Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderá comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderá comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderá afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo ajustada como informação suplementar às informações trimestrais individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.





Em 13 de novembro de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas informações contábeis intermediárias.

## 2.2 Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 estão apresentadas nestas informações contábeis intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	30/09/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Fundos Vinculados
12	12	Depósitos Vinculados a Litígios
13	13	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
14	14	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	15	Investimentos
16	16	Imobilizado
17	17	Intangível
18	18	Fornecedores
19	19	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
20	20	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
21	21	Encargos Regulatórios
22	22	Obrigações Pós-Emprego
23	23	Provisões
24	24	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
25	25	Receita
26	26	Custos e Despesas Operacionais
27	27	Receitas e Despesas Financeiras
28	28	Transações com Partes Relacionadas
29	29	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
30	30	Mensuração Pelo Valor Justo
33	33	Transações não Envolvendo Caixa
34	34	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:



Número	Título das Notas Explicativas
31	Seguros
32	Obrigações Contratuais

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2017
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

### 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

#### Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

Os contratos de concessões (Contrato de Concessão 007/97) da Usina Hidrelétrica Jaguará (“Usina Jaguará”), Usina Hidrelétrica São Simão (“Usina São Simão”) e da Usina Hidrelétrica Miranda (Usina Miranda) da controlada Cemig GT venceram em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. A controlada por entender que tem direito à renovação dessas concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão ingressou com medidas administrativas e judiciais requerendo a renovação/prorrogação das concessões. Entretanto estes requerimentos foram indeferidos pelo Ministério das Minas e Energia (“MME”) que entendeu que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos e/ou regras definidas na Lei nº 12.783/13.



Como parte da discussão judicial, em março de 2017, as liminares que mantinham a Cemig GT na titularidade da concessão das usinas sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, foram revogadas.

Até a data de revogação das liminares de cada uma das usinas, a controlada Cemig GT reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais das usinas, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Cemig GT cessou o reconhecimento das despesas de depreciação das usinas e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção das referidas usinas, de acordo com o regime de cotas.

A Administração da controlada permanece defendendo o seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da controlada.

Em que pese a existência de discussões judiciais pendentes envolvendo as usinas São Simão, Jaguara e Miranda, em 27 de setembro de 2017, o Governo Federal leiloou as concessões das usinas hidrelétricas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, esta última cujo contrato de concessão também venceu em fevereiro de 2017, anteriormente pertencentes à CEMIG GT, com uma capacidade total de 2.922 MW, por um valor total de R\$12.130.784. Os licitantes vencedores das concessões são terceiros não relacionados à CEMIG.

Até a assinatura dos novos contratos de concessão com os concessionários vencedores do Leilão 01/2017, bem como a efetiva transferência da posse das respectivas instalações, enquanto durar o período de operação assistida previsto no edital do Leilão 01/2017, o Ministério de Minas e Energia mantém a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica das usinas Jaguara, Miranda, São Simão e Volta Grande, de forma a garantir a continuidade do serviço. A Receita anual de Geração (RAG) das usinas totaliza o valor de R\$433.243 por ano, tendo sido reconhecida receita no montante de R\$330.369 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$238.641 no mesmo período de 2016). O período de operação assistida não poderá ultrapassar 180 dias da data de assinatura dos novos contratos de concessão.



Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor total da indenização é de R\$1.027.751, sendo R\$243.599 destinados à indenização da usina São Simão e R\$784.152 destinados à indenização da usina Miranda, valores referentes a setembro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Os valores estão sendo atualizados, pro rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das Usinas e pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão até a data do efetivo pagamento da indenização. Os saldos ainda não amortizados das concessões das Usinas São Simão e Miranda referentes aos seus Projetos Básicos foram ajustados para refletir as definições da Portaria nº 291/17. Foram reconhecidas receitas de atualização neste trimestre, no montante de R\$259.516 (mais detalhes nas notas explicativas nº 14 e 25). A controlada transferiu os referidos saldos para o Ativo Financeiro da Concessão.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo ainda não amortizado da concessão da Usina Jaguará, no valor contábil de R\$169.822, bem como os valores dos investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas de São Simão e Miranda, no valor contábil de R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos de Concessões de Geração.

A Cemig GT está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, assim como o fato desta não ter levado em consideração o saldo não amortizado da usina Jaguará e os saldos de investimentos realizados após a entrada em operação das usinas São Simão e Miranda, e não espera perdas na realização destes ativos.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	33.631	101.419	4.527	4.414
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários				
– CDB (1)	421.000	523.673	123.382	17.098
Overnight (2)	125.726	370.040	3.632	47.840
Outros	2.025	-	-	-
	548.751	893.713	127.014	64.938
	<b>582.382</b>	<b>995.132</b>	<b>131.541</b>	<b>69.352</b>



- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que, em 30 de setembro de 2017, variam entre 60% a 106% conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro de 2016). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 8,14% em 30 de setembro de 2017 (13,64% em 31 de dezembro de 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29 das informações contábeis intermediárias consolidadas.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	40.139	46.011	257	4.238
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	532.265	728.293	15.377	94.156
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	103.954	192.995	3.003	24.951
Debêntures (4)	12.737	45.289	2.204	9.403
Outros	1.896	1.600	800	611
	<b>690.991</b>	<b>1.014.188</b>	<b>21.641</b>	<b>133.359</b>
<b>Não Circulante</b>				
Letras Financeiras - Bancos	-	14.134	-	1.820
Debêntures	12.123	16.906	693	4.139
	<b>12.123</b>	<b>31.040</b>	<b>693</b>	<b>5.959</b>
	<b>703.114</b>	<b>1.045.228</b>	<b>22.334</b>	<b>139.318</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,8% a 105,25%, em 30 de setembro de 2017 (100,5% a 111% em 31 de dezembro 2016), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).



- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 128% do CDI em 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

## 7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2017	31/12/2016
Fornecimento Faturado	1.447.494	675.175	800.736	2.923.405	2.568.823
Fornecimento não Faturado	904.714			904.714	919.531
Suprimento a Outras Concessionárias	350.748	17.482	10.136	378.365	422.981
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	40.248	38.075	168	78.491	1.432
Concessionários – Transporte de Energia	238.710	8.519	96.430	343.659	318.723
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	(851.448)	(851.448)	(660.105)
	<b>2.981.914</b>	<b>739.251</b>	<b>56.022</b>	<b>3.777.186</b>	<b>3.571.385</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>3.602.934</b>	<b>3.425.018</b>
<b>Ativo não Circulante</b>				<b>174.252</b>	<b>146.367</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2017	31/12/2016
Residencial	358.373	244.964
Industrial	156.151	132.586
Comércio, Serviços e Outras	165.257	152.297
Rural	36.956	23.764
Poder Público	40.129	9.672
Iluminação Pública	5.008	5.392
Serviço Público	14.900	15.408
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.762	67.733
Outros	6.912	8.289
	<b>851.448</b>	<b>660.105</b>



A movimentação do ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa no período de nove meses findo em 30 de setembro é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>625.445</b>
Constituição de provisão	282.915
Baixas de provisão	(321.581)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>586.779</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>660.105</b>
Constituição de provisão	191.343
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>851.448</b>

### Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operações de antecipação de venda de energia com determinados clientes, sendo que o saldo referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>181.200</b>
Adição	282.601
Realização	(189.355)
Atualização Financeira	37.666
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>312.112</b>
Passivo Circulante	245.367
Passivo Não Circulante	66.745

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	162.624	155.306	-	-
PIS-PASEP	12.484	12.480	20	-
COFINS	57.659	57.634	102	-
Outros	14.187	10.864	-	-
	<b>246.954</b>	<b>236.284</b>	<b>122</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	184.010	170.551	-	-
PIS-PASEP	534	914	3	4
COFINS	2.905	4.597	11	16
Outros	2.226	2.226	1.796	1.796
	<b>189.675</b>	<b>178.288</b>	<b>1.810</b>	<b>1.816</b>
	<b>436.629</b>	<b>414.572</b>	<b>1.932</b>	<b>1.816</b>

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.



Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2018.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	417.368	436.167	36.846	78.174
Contribuição Social	139.939	153.352	1.026	-
	<u>557.307</u>	<u>589.519</u>	<u>37.872</u>	<u>78.174</u>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	49.709	98.132	49.709	98.132
Contribuição Social	13.930	13.928	13.930	13.928
	<u>63.639</u>	<u>112.060</u>	<u>63.639</u>	<u>112.060</u>
	<u><b>620.946</b></u>	<u><b>701.579</b></u>	<u><b>101.511</b></u>	<u><b>190.234</b></u>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:





	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	357.381	290.272	196.784	202.797
Provisões	1.048.698	1.027.279	499.064	547.277
Obrigações Pós-Emprego	1.239.740	1.175.074	129.862	121.973
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	323.483	228.801	7.192	7.192
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	203.388	201.711	-	-
Concessão Onerosa	8.152	8.262	-	-
Outros	15.637	22.096	363	190
<b>Total</b>	<b>3.196.479</b>	<b>2.953.495</b>	<b>833.265</b>	<b>879.429</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>				
Custo de Captação	(30.864)	(44.835)	-	-
Custo atribuído	(277.890)	(268.009)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(468.052)	(481.488)	(88.237)	(90.111)
Encargos Financeiros Capitalizados	(159.738)	(148.559)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(576)	(1.549)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(666.143)	(516.985)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	(264.588)	(270.553)	-	-
Outros	(7.477)	(6.270)	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.875.328)</b>	<b>(1.738.248)</b>	<b>(88.237)</b>	<b>(90.111)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.321.151</b>	<b>1.215.247</b>	<b>745.028</b>	<b>789.318</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.003.908</b>	<b>1.797.453</b>	<b>745.028</b>	<b>789.318</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>(682.757)</b>	<b>(582.206)</b>		

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>809.232</b>	<b>778.120</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(75.940)	85.987
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	38	-
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	73	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>733.403</b>	<b>864.107</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.215.247</b>	<b>789.318</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	101.362	(44.290)
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	4.543	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>1.321.152</b>	<b>745.028</b>



### c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado antes dos Impostos	601.776	865.233	454.989	566.055
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(204.604)	(294.179)	(154.696)	(192.459)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(34.968)	(19)	95.207	265.726
Contribuições e Doações Inadutíveis	(2.171)	(2.580)	-	-
Incentivo Fiscal	4.053	3.184	66	69
Diferença de Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro Real	59.692	79.861	-	-
Multas Inadutíveis	(10.077)	(12.194)	(11)	(14)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(9.229)	(9.268)	-	-
Outros	(7.290)	10.795	1.195	1.186
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos</b>	<b>(204.594)</b>	<b>(224.400)</b>	<b>(58.239)</b>	<b>74.508</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>34,00%</b>	<b>25,94%</b>	<b>12,80%</b>	<b>13,16%</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(305.956)</b>	<b>(148.460)</b>	<b>(13.949)</b>	<b>(11.480)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>101.362</b>	<b>(75.940)</b>	<b>(44.290)</b>	<b>85.988</b>

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Resultado antes dos Impostos	(93.000)	568.536	(19.237)	485.674
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	31.620	(193.302)	6.541	(165.129)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(44.064)	9.832	(71.617)	112.486
Contribuições e Doações Inadutíveis	(659)	(776)	-	-
Incentivo Fiscal	(2.035)	2.075	23	19
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	1.586	-	66
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	20.873	45.575	-	-
Multas Inadutíveis	(1.672)	(4.612)	-	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.117)	(3.111)	-	-
Outros	8.388	7.699	462	281
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos</b>	<b>9.334</b>	<b>(135.034)</b>	<b>(64.591)</b>	<b>(52.277)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>10,04%</b>	<b>23,75%</b>	<b>335,77%</b>	<b>10,76%</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(13.234)</b>	<b>(69.593)</b>	<b>(11.416)</b>	<b>757</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>22.568</b>	<b>(65.441)</b>	<b>(53.175)</b>	<b>(53.034)</b>

## 10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$405.494 no consolidado e R\$396.038 na controladora, refere-se principalmente a valor depositado junto ao Banco Santander, em conformidade com acordo de acionistas da RME e LEPSA, como garantia para liquidação das opções de venda, descritas na nota explicativa nº 15. O contrato da conta junto ao banco depositário possui vigência até 15 de dezembro de 2017.



## 11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Conforme divulgado na nota explicativa nº 23, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, referente a discussão administrativa quanto ao critério de atualização dos montantes repassados pelo Governo do Estado como adiantamento para futuro aumento de capital em anos anteriores.

O Termo de Reconhecimento de Débitos assinado entre as partes prevê a devolução por parte do Estado do montante de R\$ 277.723, sendo R\$239.445 relativo ao valor original do depósito e R\$38.278 relativo a sua atualização até 30 de setembro de 2017. Este valor será devolvido à Companhia pelo Estado em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.



## 12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
<b>Trabalhista</b>	<b>320.950</b>	<b>259.415</b>	<b>38.483</b>	<b>31.231</b>
<b>Fiscais</b>				
Imposto de Renda sob JCP	26.601	24.130	238	510
PASEP/COFINS (1)	750.839	746.340	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	37.249	36.657	-	-
ITCD	48.365	45.620	47.926	45.181
IPTU	64.498	80.345	53.602	65.694
FINSOCIAL	39.083	37.399	39.083	37.399
IR/CS - Indenização do Anuênio (3)	265.178	255.127	12.745	12.262
Outros	80.895	59.247	30.975	28.702
	<b>1.312.708</b>	<b>1.284.865</b>	<b>184.569</b>	<b>189.748</b>
<b>Outros</b>				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	-	239.445	-	239.445
Regulatório	51.614	60.227	29.237	27.374
Responsabilidade Civil	14.149	13.484	5.979	6.015
Relações de Consumo	5.975	5.598	1.561	1.548
Bloqueio Judicial	12.348	7.877	4.071	3.118
Outros	25.316	15.968	1.343	1.389
	<b>109.402</b>	<b>342.599</b>	<b>42.191</b>	<b>278.889</b>
	<b>1.743.060</b>	<b>1.886.879</b>	<b>265.243</b>	<b>499.868</b>

- (1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 19;
- (2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Mais detalhes na nota explicativa nº 11 e 23.
- (3) Ver detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do Anuênio)

## 13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da CDE.

Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$621.731 (R\$600.356 em 30 de setembro de 2016). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$73.345 (R\$63.751 em 31 de dezembro de 2016), reconhecidos no ativo circulante.



## 14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/09/2017	31/12/2016
Ativos Relacionados à Infraestrutura (1)		
Concessões de Distribuição	271.612	216.107
Concessões de Transmissão (1.2)	473.374	482.281
Indenização a Receber – transmissão (1.1)	1.975.775	1.805.230
Indenizações a Receber – geração (1.3)	1.685.958	546.624
Bonificação pela Outorga – Concessões de geração (1.4)	2.321.817	2.253.765
	<u>6.728.536</u>	<u>5.304.007</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	100.457	397.725
<b>Total</b>	<b>6.828.993</b>	<b>5.701.732</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>665.674</b>	<b>730.488</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>6.163.319</b>	<b>4.971.244</b>

Passivos Financeiros da Concessão	30/09/2017	31/12/2016
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	704.418	804.975
<b>Passivo Circulante</b>	<b>704.418</b>	<b>481.835</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>323.140</b>

### 1) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e distribuição de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

#### 1.1) Transmissão - Indenização a Receber

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).



As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP. (Mais detalhes na nota explicativa nº 25 (g)).

*Indenização dos ativos de transmissão – Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017*

Nos processos de revisão tarifária da Cemig GT, homologados em 23 de junho de 2009 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2005) e em 08 de junho de 2010 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2009), alguns cabos condutores, objeto de pleito da controlada, não estavam incluídos no cálculo tarifário, sendo que a mesma pleiteava a inclusão desses ativos na Base de Remuneração de Ativos e, por consequência, o cálculo retroativo dos valores não considerados nas revisões tarifárias anteriores.

A Aneel julgou devido o pleito da Cemig GT e calculou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias acima mencionados e os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT durante os próximos doze meses. Em 30 de setembro de 2017 o saldo a receber é de R\$111.941.

*Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais*

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da ANEEL e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei nº 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Cemig GT tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização dos ativos de transmissão e apurou os seguintes valores como indenização:



Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
<b>Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização</b>	<b>892.050</b>
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 06/2017	1.033.780
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica ANEEL nº 183/2017	149.255
Atualização Financeira	25.894
Recebimentos	(125.204)
<b>Total em 30/09/2017</b>	<b>1.975.775</b>

A Resolução Normativa nº762, de 21 de fevereiro de 2017, definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016. Desta forma, a partir de julho de 2017, a Cemig GT começou a receber esta indenização.

### 1.2) Transmissão – Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria. Em 30 de setembro de 2017 o saldo a receber pela controlada Cemig GT é de R\$473.374.

### 1.3) Geração - Indenização a Receber

#### *Usinas operadas em regime de cotas a partir de 1º de janeiro de 2016*

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela controlada Cemig GT. A partir do término da concessão, a controlada passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$616.876 em 30 de setembro de 2017 (R\$546.624 em 31 de dezembro de 2016).



Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D:				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras:				
Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.252
		<b>1.060</b>	<b>134.621</b>	<b>616.876</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização dos ativos indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015, inclusive o da Usina de Volta Grande, cujo contrato de concessão venceu em 23 de fevereiro de 2017. A Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização deste ativo.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas do Lote D passaram a ser operadas pela Cemig GT em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos.

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do referido Leilão.

Conforme mencionado na nota explicativa no 4, em 27 de setembro de 2017, a usina Volta Grande também foi leiloada pelo Governo Federal e a transferência dos ativos da operação da usina não poderá ultrapassar 180 dias da data de assinatura dos novos contratos de concessão.

#### 1.4) Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:





	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	129.986	(92.612)	1.320.571
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	40.973	(29.207)	414.405
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	17.193	(12.418)	154.679
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	12.809	(9.244)	116.012
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	17.884	(13.007)	151.430
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	13.424	(9.876)	102.863
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	8.151	(6.004)	61.857
<b>Total</b>		<b>2.253.765</b>	<b>240.420</b>	<b>(172.368)</b>	<b>2.321.817</b>

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

#### *Usinas Miranda e São Simão*

Em 03 de agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº291 estabelecendo os valores de indenização das Usinas Hidrelétricas São Simão e Miranda, cujas concessões venceram em janeiro de 2015 e dezembro de 2016 respectivamente.

A Portaria prevê o pagamento da indenização até 31 de dezembro de 2018, após o recebimento pela União do pagamento a título de bonificação pela outorga resultante da licitação das concessões das usinas pelos vencedores da licitação. O valor da indenização deverá ser atualizado pelo IPCA até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das usinas e pela SELIC para títulos federais a partir da data de assinatura do contrato de concessão até a data do efetivo pagamento da indenização.



Os valores do projeto básico das usinas foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente, conforme segue:

Usinas	Término das concessões	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/09/17	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 30/09/17	Saldo líquido dos ativos do projeto básico com base no Custo Atribuído em 30/09/17 (A)	Ajuste (1) (B)	Valores com base na Portaria MME nº 291 (A)+(B)	Atualização (C)	Saldo líquido dos ativos do projeto básico em 30/09/17 (A)+(B)+(C)
Miranda	dez/16	750.836	629.368	606.822	177.330	784.152	13.978	798.130
São Simão	jan/15	61.959	205.987	202.744	40.855	243.599	27.353	270.952
		<b>812.795</b>	<b>835.355</b>	<b>809.566</b>	<b>218.185</b>	<b>1.027.751</b>	<b>41.331</b>	<b>1.069.082</b>

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria MME nº 291/17, que somado à atualização de R\$41.331, corresponde ao ajuste total de R\$259.516.

A Cemig GT está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, assim como o fato desta não ter levado em consideração o saldo não amortizado da usina Jaguará no montante de R\$169.822 e os saldos de investimentos realizados após a entrada em operação das usinas São Simão e Miranda nos montantes de R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, sem a atualização.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Transmissão	Geração	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>135.983</b>	<b>1.501.441</b>	<b>546.424</b>	<b>2.183.848</b>
Adições	-	36.405	534	36.939
Adição da Bonificação pela Outorga - Usinas	-	-	2.255.027	2.255.027
Baixas	(291)	-	-	(291)
Recebimentos	-	(11.327)	(105.642)	(116.969)
Transferência entre Ativo Financeiro, Imobilizado e Intangível	57.650	(426)	-	57.224
Atualização de Bonificação pela Outorga	-	-	96.911	96.911
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	6.638	-	-	6.638
Atualização Financeira	-	692.211	-	692.211
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>199.980</b>	<b>2.218.304</b>	<b>2.793.254</b>	<b>5.211.538</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>216.107</b>	<b>2.287.511</b>	<b>2.800.389</b>	<b>5.304.007</b>
Adições	-	160.481	-	160.481
Baixas	(25)	(3.232)	-	(3.257)
Recebimentos	-	(142.105)	(172.368)	(314.473)
Transferência para ativos financeiros da concessão - Indenização usina não renovada Volta Grande	-	-	879.818	879.818
Ajuste Indenização Usinas não renovadas (Portaria nº 291) – incluindo a atualização financeira	-	-	259.516	259.516
Transferência entre Ativo Financeiro, Imobilizado e Intangível	53.252	-	-	53.252
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	2.278	-	-	2.278
Atualização Financeira	-	146.494	240.420	386.914
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>271.612</b>	<b>2.449.149</b>	<b>4.007.775</b>	<b>6.728.536</b>



## 2) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Na tabela abaixo, apresentamos os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Ativo</b>	<b>685.966</b>	<b>1.376.925</b>	<b>2.062.891</b>	<b>1.443.964</b>	<b>924.914</b>	<b>2.368.878</b>
Ativo Circulante	685.966	466.625	1.152.591	1.443.964	547.241	1.991.205
Ativo Não Circulante	-	910.300	910.300	-	377.673	377.673
<b>Passivo</b>	<b>(1.339.692)</b>	<b>(1.327.160)</b>	<b>(2.666.852)</b>	<b>(1.046.239)</b>	<b>(1.729.889)</b>	<b>(2.776.128)</b>
Passivo Circulante	(1.339.692)	(517.317)	(1.857.009)	(1.046.239)	(1.029.076)	(2.075.315)
Passivo Não Circulante	-	(809.843)	(809.843)	-	(700.813)	(700.813)
<b>Total Circulante Líquido</b>	<b>(653.726)</b>	<b>(50.692)</b>	<b>(704.418)</b>	<b>397.725</b>	<b>(481.835)</b>	<b>(84.110)</b>
<b>Total Não Circulante Líquido</b>	<b>-</b>	<b>100.457</b>	<b>100.457</b>	<b>-</b>	<b>(323.140)</b>	<b>(323.140)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(653.726)</b>	<b>49.765</b>	<b>(603.961)</b>	<b>397.725</b>	<b>(804.975)</b>	<b>(407.250)</b>



Componentes Financeiros	30/09/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Itens da "Parcela A"</b>						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(245.409)	(87.471)	(332.880)	202.801	(244.840)	(42.039)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	13.963	(10.784)	3.179	1.923	8.103	10.026
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	3.560	(3.070)	490	5.254	3.926	9.180
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(8.178)	-	(8.178)	13.080	4.247	17.327
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(64.501)	(438.468)	(502.969)	(54.989)	(189.063)	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (1)	(138.684)	671.226	532.542	422.852	(78.922)	343.930
<b>Outros Componentes Financeiros</b>						
Sobrecontratação de Energia	13.372	(49.569)	(36.197)	(104.671)	(55.834)	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	(48.929)	70.089	21.160	78.254	(76.367)	1.887
Outros Itens Financeiros	(178.920)	-	(178.920)	(166.779)	(162.614)	(329.393)
Bandeiras Tarifárias (2)		(80.986)	(80.986)	-	(13.611)	(13.611)
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (3)	-	(21.202)	(21.202)	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(653.726)</b>	<b>49.765</b>	<b>(603.961)</b>	<b>397.725</b>	<b>(804.975)</b>	<b>(407.250)</b>

- (1) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica e maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob Cotas de Garantia Física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o Risco Hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 30 de setembro de 2017.
- (2) Faturamento de Bandeiras Tarifárias na Cemig D ainda não homologado pela ANEEL.
- (3) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica da Cemig D.



Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.349.656</b>
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(572.483)
(-) Realização	(364.570)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(341.259)
(-) Transferência (1)	(164.957)
(+) Atualização Selic (2)	206.967
<b>Saldo líquido em 30 de setembro de 2016</b>	<b>113.354</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(407.250)</b>
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	222.233
(-) Realização	(74.017)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(304.841)
(-) Atualização Selic	(40.086)
<b>Saldo líquido em 30 de setembro de 2017</b>	<b>(603.961)</b>

(1) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Outros Créditos e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(2) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

### Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a setembro de 2017, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$304.841 (R\$341.259 de janeiro a setembro de 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

O montante acima contempla o recebimento das bandeiras tarifárias da competência de dezembro de 2016, no valor de R\$ 2.406, que foi registrado no passivo financeiro setorial somente em janeiro de 2017 quando da homologação da ANEEL. O saldo remanescente de R\$ 302.435 refere-se às competências de janeiro a agosto de 2017.



## 15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Investimentos	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.174.750	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	56.720	50.411	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	25.172	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	33.753	31.809	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	159.126	161.848	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	567.829	527.498	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	559.337	643.890	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	603.973	677.182	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	41.254	41.543	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	145.719	162.106	-	-
Renova	Controlada em conjunto	622.725	688.625	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.307.456	1.319.055	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	Controlada em conjunto	61.608	63.307	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Controlada em conjunto	75.789	81.228	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Controlada em conjunto	55.595	59.586	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	850.743	781.022	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Controlada em conjunto	2.733	2.782	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	1.961.175	2.499.867
Light	Controlada em conjunto	1.068.712	1.070.477	1.068.712	1.070.477
TAESA	Controlada em conjunto	1.576.156	1.582.633	1.576.156	1.582.633
Cemig Telecom	Controlada	-	-	190.823	191.515
Ativas Data Center	Coligada	17.794	17.741	-	-
Gasmig	Controlada	-	-	1.410.047	1.419.492
Rosal Energia	Controlada	-	-	102.163	141.038
Sá Carvalho	Controlada	-	-	106.840	106.111
Horizontes Energia	Controlada	-	-	55.714	52.396
Usina Térmica Ipatinga	Controlada	-	-	3.928	4.009
Cemig PCH	Controlada	-	-	95.708	91.969
LEPSA	Controlada em conjunto	342.033	343.802	342.033	343.802
RME	Controlada em conjunto	338.249	340.063	338.249	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	Controlada em conjunto	24.394	21.588	24.394	21.588
UTE Barreiro	Controlada	-	-	37.790	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	Controlada em conjunto	23.600	20.505	23.600	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	Controlada	-	-	9.386	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	Controlada em conjunto	27.567	23.952	27.567	23.952
Efficientia	Controlada	-	-	7.001	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Controlada	-	-	2.342	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	19.355	21.171	19.355	21.171
Cemig Trading	Controlada	-	-	14.953	28.635
Axiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	12.734	19.264	12.734	19.264
Cemig Overseas (*)	Controlada	-	-	141	20
<b>Total do Investimento</b>		<b>8.620.126</b>	<b>8.753.088</b>	<b>12.605.561</b>	<b>12.627.857</b>
Guanhães – passivo a descoberto	Controlada em conjunto	-	(59.071)	-	-
<b>Total</b>		<b>8.620.126</b>	<b>8.694.017</b>	<b>12.605.561</b>	<b>12.627.857</b>

(\*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior. Em 30 de setembro de 2017, a empresa não possui operações.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa, das controladas Cemig GT e Cemig Telecom, respectivamente. A Ativas Data Center passou a ser investida com influência significativa a partir do 4º trimestre de 2016.



### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2015	Amortização	30/09/2016	31/12/2016	Amortização	30/09/2017
Renova (1)	805.458	(32.076)	773.382	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(888)	29.818	29.525	(888)	28.637
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(1.146)	19.722	19.341	(1.146)	18.195
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(756)	14.062	13.807	(756)	13.051
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(1.542)	27.919	27.406	(1.542)	25.864
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	(4.467)	158.829	157.340	(4.467)	152.873
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	(1.479)	57.010	56.518	(1.479)	55.039
<b>Total Cemig Geração e Transmissão</b>	<b>1.123.096</b>	<b>(42.354)</b>	<b>1.080.742</b>	<b>303.937</b>	<b>(10.278)</b>	<b>293.659</b>
TAESA	414.774	(13.982)	400.792	288.146	(10.170)	277.976
Light	231.163	(16.772)	214.391	208.800	(16.772)	192.028
Gasmig	215.410	(5.934)	209.476	207.498	(5.934)	201.564
LEPSA	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
RME	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.984.443</b>	<b>(79.042)</b>	<b>1.905.401</b>	<b>1.105.239</b>	<b>(50.750)</b>	<b>1.054.489</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu um ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova.

Consolidado	31/12/2015	Amortização	30/09/2016	31/12/2016	Amortização	30/09/2017
TAESA	414.774	(13.982)	400.792	288.146	(10.170)	277.976
Light	231.163	(16.772)	214.391	208.800	(16.772)	192.028
Gasmig	215.410	(5.934)	209.476	207.498	(5.934)	201.564
LEPSA	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
RME	-	-	-	48.429	(3.798)	44.631
<b>TOTAL</b>	<b>861.347</b>	<b>(36.688)</b>	<b>824.659</b>	<b>801.302</b>	<b>(40.472)</b>	<b>760.830</b>



b) A movimentação dos Investimentos, em controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/AFAC	Outros	30/09/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	525.407	(33.852)	-	100.000	-	5.174.750
Cemig Distribuição	2.499.867	(538.692)	-	-	-	-	1.961.175
Cemig Telecom	191.515	(12)	(680)	-	-	-	190.823
Rosal Energia	141.038	(7.907)	-	(30.968)	-	-	102.163
Sá Carvalho	106.111	19.360	-	(18.631)	-	-	106.840
Gasmig	1.419.492	88.634	-	(98.079)	-	-	1.410.047
Horizontes Energia	52.396	11.136	-	(7.818)	-	-	55.714
Usina Térmica Ipatinga	4.009	254	-	(335)	-	-	3.928
Cemig PCH	91.969	13.804	-	(10.065)	-	-	95.708
LEPSA	343.802	234	(1.876)	-	-	(127)	342.033
RME	340.063	128	(1.815)	-	-	(127)	338.249
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.071	-	(1.265)	-	-	24.394
UTE Barreiro	39.266	(2.400)	-	924	-	-	37.790
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.095	-	-	-	-	23.600
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	26.679	-	(37.447)	-	-	9.386
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	3.615	-	-	-	-	27.567
Efficientia	4.868	3.304	-	(1.171)	-	-	7.001
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	559	-	(84)	-	-	2.342
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	3.828	-	(5.644)	-	-	19.355
Light	1.070.477	3.677	(5.442)	-	-	-	1.068.712
Cemig Trading	28.635	41.873	-	(55.555)	-	-	14.953
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(6.530)	-	-	-	-	12.734
Taesa	1.582.633	126.862	-	(133.339)	-	-	1.576.156
Cemig Overseas	20	-	-	-	121	-	141
	<b>12.627.857</b>	<b>320.979</b>	<b>(43.665)</b>	<b>(399.477)</b>	<b>100.121</b>	<b>(254)</b>	<b>12.605.561</b>





Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / AFAC	Outros	30/09/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.071	-	(1.265)	-	-	24.394
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.095	-	-	-	-	23.600
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	3.615	-	-	-	-	27.567
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	3.828	-	(5.644)	-	-	19.355
Light	1.070.477	3.677	(5.442)	-	-	-	1.068.712
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	(6.530)	-	-	-	-	12.734
LEPSA	343.802	234	(1.876)	-	-	(127)	342.033
RME	340.063	128	(1.815)	-	-	(127)	338.249
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	8.950	-	(2.641)	-	-	56.720
Guanhães Energia (1)	-	(2.037)	-	-	86.280	(59.071)	25.172
Hidrelétrica Pipoca	31.809	3.228	-	(1.284)	-	-	33.753
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(84.553)	-	-	-	-	559.337
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(73.209)	-	-	-	-	603.973
Lightger	41.543	2.280	-	(2.569)	-	-	41.254
Baguari Energia	162.106	13.887	-	(30.274)	-	-	145.719
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(1.293)	-	(406)	-	-	61.608
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(5.439)	-	-	-	-	75.789
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(3.991)	-	-	-	-	55.595
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	(6.965)	-	-	76.686	-	850.743
Ativas Data Center	17.741	(1.950)	-	-	-	2.003	17.794
Taesa	1.582.633	126.862	-	(133.339)	-	-	1.576.156
Renova	688.625	(50.048)	(33.852)	-	18.000	-	622.725
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(581)	-	-	532	-	2.733
Aliança Geração	1.319.055	39.977	-	(51.576)	-	-	1.307.456
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	(6.376)	-	-	46.707	-	567.829
Retiro Baixo	161.848	8.460	-	(11.182)	-	-	159.126
<b>Total do Investimento</b>	<b>8.753.088</b>	<b>(20.680)</b>	<b>(42.985)</b>	<b>(240.180)</b>	<b>228.205</b>	<b>(57.322)</b>	<b>8.620.126</b>
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
<b>Total</b>	<b>8.694.017</b>	<b>(20.680)</b>	<b>(42.985)</b>	<b>(240.180)</b>	<b>228.205</b>	<b>1.749</b>	<b>8.620.126</b>

(1) Transferência do passivo a descoberto;



c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	30/09/2017			31/12/2016		
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.174.750	100,00	1.837.710	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	115.755	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	330.536.000	49,00	330.536	51.371	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	68.884	49,00	41.360	64.916
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	261.501	49,90	222.850	263.680
Aliança Norte - (Usina de Belo Monte)	38.261.538.617	49,00	1.109.355	1.046.510	49,00	1.014.111	1.076.527
Madeira Energia - (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.573.287	18,13	10.151.952	6.418.617
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.192	49,00	79.232	84.781
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	210.000	69,39	186.573	247.662
Renova	417.197.244	36,23	2.960.776	1.718.810	34,15	2.856.255	1.955.598
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.905.457	45,00	1.291.488	1.972.519
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.598	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	128.037	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	60.676	49,00	52.960	65.128
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte) (1)	1.176.194.023	74,50	1.218.672	1.141.937	74,50	1.115.739	1.048.351
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	6.762	5.578	49,00	5.677	5.677
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	1.961.175	100,00	2.361.998	2.499.867
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.364.098	26,06	2.225.822	3.353.796
Cemig Telecom	397.683.385	100,00	241.742	190.823	100,00	241.742	191.515
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	102.163	100,00	46.944	141.038
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	106.840	100,00	36.833	106.111
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.213.702	99,57	665.429	1.425.622
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	55.714	100,00	39.258	52.396
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	3.928	100,00	174	4.009
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	95.708	100,00	35.952	91.969
LEPSA	1.379.839.905	66,62	437.638	446.415	66,62	437.638	443.370
RME	1.365.421.406	66,27	433.770	443.063	66,27	433.770	440.069
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	97.576	25,00	49.569	81.293
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	37.790	100,00	30.902	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	98.333	24,00	30.000	85.438
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	9.386	100,00	486	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	112.518	24,50	22.340	97.763
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	7.001	100,00	6.052	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.342	100,00	1.000	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	37.951	51,00	28.000	41.512
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	14.953	100,00	1.000	28.635
Axiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	25.988	49,00	46.600	39.314
TAESA	1.033.496.721	31,54	3.042.034	4.115.980	31,54	3.042.034	4.307.588

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

Em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

**Light:** Em 30 de setembro de 2017, a Light apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$1.960.665 (R\$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e está empenhada em alongar seu perfil de dívida, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária periódica, ocorrida a partir de 15 de março de 2017, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%. A Administração da Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo e que não existe incerteza material que coloque em dúvida a continuidade operacional.



Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$2.164.237, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e o equacionamento dos recursos aportados por certos acionistas através de decisão da AGE e que, portanto, não são exigíveis imediatamente.

Renova Energia: No período de janeiro a setembro de 2017, a Renova Energia apresentou prejuízos acumulados de R\$1.255.587, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes em R\$1.273.273 (consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Os principais motivos para esse cenário são: a) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; e b) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Renova:

- (1) Em 3 de agosto de 2017, com o fechamento da venda dos parques do Alto Sertão II para a AES Tietê Energia, a Renova quitou o saldo das debêntures e transferiu o saldo da dívida desses parques, (R\$1.115.750, em 30 de junho de 2017), reduzindo seu endividamento em R\$1.480.684;
- (2) A Renova está em entendimentos com o BNDES para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 30 de setembro de 2017 no montante de R\$860.149 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III–Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado, parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87% (informação não revisada pelos auditores independentes) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;
- (3) Os acionistas continuam empenhados em suportar financeiramente para que a Renova alcance o reequilíbrio de liquidez e em 2017 já efetuaram aportes de R\$62.764;
- (4) Otimização do portfólio de contratos com cancelamento permanente de 210 MWm de projetos;



- (5) Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da mesma.

### **Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne**

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.163.310 em 30 de setembro de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 30 de setembro de 2017, R\$21.850.585 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

#### *Procedimento de arbitragem*

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.



Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perda estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), no valor de R\$ 678.551, nas suas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

### **Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte**

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2017 é de R\$250.316.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Informações Contábeis da Companhia.



## **Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)**

### *Investimento na Terraform*

A controlada em conjunto indireta Renova possuía investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda, registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado das ações em bolsa de valores (NASDAQ), cujos ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações foram registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

No período de janeiro a setembro de 2017 ocorreu um ajuste positivo de R\$73.224 (R\$26.470 de impacto na Cemig GT), reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia. No período de janeiro a setembro de 2016, a investida registrou perda no valor de R\$271.509 (R\$74.258 de impacto na Cemig GT) em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform com base no valor das ações no mercado.

Em 15 de maio de 2017, a Renova e a Brookfield Asset Management (“Brookfield”), por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a investida detinha na TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”) e em 26 de maio de 2017, a investida divulgou fato relevante da alienação das ações da Terraform para a Brookfield. O preço total de aquisição foi de R\$305.766, com o fechamento da operação em 03 de julho de 2017, após a conclusão de determinadas condições precedentes.

Em junho de 2017, a Renova celebrou acordo com a TerraForm Global (SUNEDISON) no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem que havia entre as partes mediante compensações à Renova de R\$ 48.559 que foi paga juntamente com a liquidação financeira da alienação das ações da Terraform.

### *Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos*

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Renova efetuou uma revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado, o qual resultou em uma perda de R\$119.681 (R\$52.276 de impacto na Cemig) nos parques do Alto Sertão III – Fase A, a qual foi registrada no resultado do período.



### **Concessão de Direito de Exclusividade**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2017, a Cemig GT aprovou e orientou o voto favorável de seus representantes na reunião do Conselho de Administração da investida Renova Energia S.A. (“Renova”), também realizada em 17 de julho de 2017, para aprovação da concessão do direito de exclusividade à Brookfield Energia Renovável S.A. incluindo a realização de due diligence e negociação dos documentos finais para um aporte primário na Renova e venda da participação da Light Energia na Renova, conforme proposto em oferta não vinculante. A exclusividade, concedida naquela época por um período de 60 dias, contados a partir de 17 de julho de 2017 e renovada por mais 30 dias, encerrou-se em 17 de outubro de 2017. Tal fato não altera o estágio da negociação com a Brookfield para a realização da citada operação.

### **Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas**

Em 23 de agosto de 2017, a Renova assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605 MW, com a Engie Brasil S.A. (“Engie”). O preço base da transação foi de R\$15.000, sujeitos a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições precedentes da transação.

Em 24 de outubro de 2017, durante a 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), foi aprovada a transferência do Complexo Eólico Umburanas para a Engie.

Porém, como a negociação envolvia o pedido de cancelamento de 4 outorgas deste mesmo Complexo, restou decidido (i) pela aplicação de uma penalidade de R\$3,8 milhões à Renova e (ii) pela suspensão do direito da Renova de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pelo período de 1 ano. Os controladores da Renova não serão afetados pela decisão.

### **Opções de Venda**

A Companhia possui determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de setembro de 2017; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analicamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.



As opções da companhia, em 30 de setembro de 2017 são como segue:

Consolidado	Saldo em 30/09/2017	Saldo em 31/12/2016
Opção de Venda RME e LEPSA	1.242.818	1.149.881
Opção de Venda SAAG	264.138	196.173
Opção de Venda /Compra – Ativas e Sonda	(4.483)	(4.586)
	<b>1.502.473</b>	<b>1.341.468</b>

### Opção de Venda de ações da RME e LEPSA

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e RMA – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (após reorganização societária da Parati S.A.), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati (agora RME e LEPSA) de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

A RME e LEPSA possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:
  - a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos.





A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R\$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

- b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;

A Cemig recebeu, em 15 de setembro de 2017, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Segunda Janela, do do BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”), da BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“BV Financeira”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) (em conjunto “Bancos Acionistas”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG a totalidade de suas ações ordinárias e preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas da totalidade de suas participações acionárias na RME e LEPSA.

- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;



- 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,
- 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

#### *Valor da exposição da Companhia*

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.149.881</b>
Variação do valor justo	100.957
Reversões	(8.020)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>1.242.818</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.245.103</b>
Variação do valor justo	267.585
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>1.512.688</b>

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 30 de setembro de 2017 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 4,8% a 12,8% ao ano e volatilidade entre 20,0% e 90,0% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.232.362 e R\$1.253.344, respectivamente.



### Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Cemig GT alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de BSM não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$264.138 (R\$196.173 em 31 de dezembro de 2016), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.



A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>196.173</b>
Variação do Valor Justo	73.299
Reversões	(5.334)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>264.138</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>147.614</b>
Variação do Valor Justo	29.488
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>177.102</b>

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou cenários de taxa de juros livre de risco de 6,19% a 10,19% ao ano e volatilidade entre 16% e 76% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$226.188 e R\$341.307, respectivamente.

## 16. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	225.081	(13.126)	211.955	286.368	(7.718)	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.324.692	(2.068.844)	1.255.848	5.347.448	(3.586.435)	1.761.013
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.102.157	(766.382)	335.775	1.789.111	(1.370.631)	418.480
Máquinas e Equipamentos	2.939.964	(2.069.474)	870.490	4.518.403	(3.347.214)	1.171.189
Veículos	28.816	(25.431)	3.385	28.816	(24.586)	4.230
Móveis e Utensílios	15.830	(12.669)	3.161	15.781	(12.373)	3.408
	<b>7.636.540</b>	<b>(4.955.926)</b>	<b>2.680.614</b>	<b>11.985.927</b>	<b>(8.348.957)</b>	<b>3.636.970</b>
<b>Em Curso</b>	<b>116.577</b>	<b>-</b>	<b>116.577</b>	<b>138.106</b>	<b>-</b>	<b>138.106</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>7.753.117</b>	<b>(4.955.926)</b>	<b>2.797.191</b>	<b>12.124.033</b>	<b>(8.348.957)</b>	<b>3.775.076</b>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguará, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2017
<b>Em Serviço</b>							
Terrenos	278.650	-	(61.287)	-	(5.408)	-	211.955
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.761.013	-	(440.923)	300	(64.913)	371	1.255.848
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	418.480	39	(68.971)	-	(14.546)	773	335.775
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	253	(297.471)	5.343	(69.864)	71.726	870.490
Veículos	4.230	-	-	-	(845)	-	3.385
Móveis e Utensílios	3.408	58	-	-	(305)	-	3.161
	<b>3.636.970</b>	<b>350</b>	<b>(868.652)</b>	<b>(5.043)</b>	<b>(155.881)</b>	<b>72.870</b>	<b>2.680.614</b>
<b>Em Curso</b>	<b>138.106</b>	<b>53.533</b>	<b>(130)</b>	<b>(2.062)</b>	<b>-</b>	<b>(72.870)</b>	<b>116.577</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>3.775.076</b>	<b>53.883</b>	<b>(868.782)</b>	<b>(7.105)</b>	<b>(155.881)</b>	<b>-</b>	<b>2.797.191</b>

(1)Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, (mais detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 14).



Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2016
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	278.609	-	(351)	(2.248)	89	276.099
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	1.830.045	-	(3)	(74.450)	26.852	1.782.444
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	437.311	-	(697)	(17.823)	4.348	423.139
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(23.128)	(76.748)	83.647	1.175.870
Veículos	8.082	-	(58)	(1.943)	(1.518)	4.563
Móveis e Utensílios	4.473	-	(1)	(240)	(713)	3.519
	<b>3.750.619</b>	<b>-</b>	<b>(24.238)</b>	<b>(173.452)</b>	<b>112.705</b>	<b>3.665.634</b>
<b>Em Curso</b>	189.704	61.332	(6.237)	-	(112.279)	132.520
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>3.940.323</b>	<b>61.332</b>	<b>(30.475)</b>	<b>(173.452)</b>	<b>426</b>	<b>3.798.154</b>

A taxa de depreciação média anual é de 3,51% para o ano de 2017 (3,39% em 2016). As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
3,30%	3,85%	10,04%	4,61%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia e suas controladas. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e suas controladas e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

## Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.



Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2017	31/12/2016
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.061	217.061
Depreciação acumulada			(86.260)	(81.911)
<b>Total em operação</b>			<b>130.801</b>	<b>135.150</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50	-	233	233
<b>Total em construção</b>			<b>233</b>	<b>233</b>

## 17. INTANGÍVEIS

### a) Composição de saldo em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Consolidado	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.820)	9.929	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(11.082)	8.087	19.169	(10.572)	8.597
Ativos de Concessão	17.388.860	(7.437.712)	9.951.148	16.287.763	(7.039.840)	9.247.923
Outros	79.171	(63.832)	15.339	76.864	(59.434)	17.430
	<b>17.498.949</b>	<b>(7.514.446)</b>	<b>9.984.503</b>	<b>16.395.545</b>	<b>(7.111.161)</b>	<b>9.284.384</b>
<b>Em Curso</b>	1.073.182	-	1.073.182	1.535.296	-	1.535.296
<b>Intangível Líquido</b>	<b>18.572.131</b>	<b>(7.514.446)</b>	<b>11.057.685</b>	<b>17.930.841</b>	<b>(7.111.161)</b>	<b>10.819.680</b>

Controladora	Taxa Média de Amortização	30/09/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.724)	65	3.789	(3.649)	140
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(7)	2
		<b>3.798</b>	<b>(3.731)</b>	<b>67</b>	<b>3.798</b>	<b>(3.656)</b>	<b>142</b>
<b>Em Curso</b>		1.710	-	1.710	1.710	-	1.710
<b>Intangível Líquido</b>		<b>5.508</b>	<b>(3.731)</b>	<b>1.777</b>	<b>5.508</b>	<b>(3.656)</b>	<b>1.852</b>

### b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa de Obrigações Especiais	Usinas Jaguará, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência(1)	Saldo em 30/09/2017
<b>Em Serviço</b>								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	10.434	-	-	-	-	(505)	-	9.929
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(510)	-	8.087
Ativos de Concessão	9.247.923	-	17.069	-	(5.878)	(455.379)	1.147.413	9.951.148
Outros	17.430	-	-	(80)	-	(4.508)	2.497	15.339
	<b>9.284.384</b>	<b>-</b>	<b>17.069</b>	<b>(80)</b>	<b>(5.878)</b>	<b>(460.902)</b>	<b>1.149.910</b>	<b>9.984.503</b>
<b>Em Curso</b>	1.535.296	747.868	-	-	(6.820)	-	(1.203.162)	1.073.182
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>10.819.680</b>	<b>747.868</b>	<b>17.069</b>	<b>(80)</b>	<b>(12.698)</b>	<b>(460.902)</b>	<b>(53.252)</b>	<b>11.057.685</b>

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.



Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/09/2016
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	10.434	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(509)	-	8.766
Ativos de Concessão	8.965.474	75	(19.501)	(422.948)	613.564	9.136.664
Outros	15.290	-	(6.225)	(4.288)	12.810	17.587
	<b>9.000.473</b>	<b>75</b>	<b>(25.726)</b>	<b>(427.745)</b>	<b>626.374</b>	<b>9.173.451</b>
Em Curso	1.274.631	899.785	(5.440)	-	(684.024)	1.484.952
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>10.275.104</b>	<b>899.860</b>	<b>(31.166)</b>	<b>(427.745)</b>	<b>(57.650)</b>	<b>10.658.403</b>

A taxa de amortização média anual é de 3,81% para o ano de 2017 (4,12% em 2016). As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
20,00%	19,35%	3,85%	23,29%	11,56%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, no montante de R\$747.868 está contemplado R\$56.851 (R\$120.398 no período de janeiro a setembro de 2016) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa 20.

## 18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	237.732	167.860
Encargos de uso da rede elétrica	156.323	78.407
Energia elétrica comprada para revenda	1.037.427	676.563
Itaipu binacional	246.453	206.827
Gás comprado para revenda	216.954	461.589
Materiais e serviços	291.559	348.347
	<b>2.186.448</b>	<b>1.939.593</b>



## 19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS (I)	828.897	501.535	-	-
COFINS	93.452	128.030	1.965	32.332
PASEP	20.012	27.701	319	6.987
INSS	15.368	24.865	1.869	1.933
Outros	26.264	111.456	788	42.382
	<b>983.993</b>	<b>793.587</b>	<b>4.941</b>	<b>83.634</b>
Não Circulante				
COFINS (II)	593.296	594.866	-	-
PASEP (II)	128.806	129.056	-	-
	<b>722.102</b>	<b>723.922</b>	-	-
	<b>1.706.095</b>	<b>1.517.509</b>	<b>4.941</b>	<b>83.634</b>

#### (I) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Do saldo total de ICMS a recolher em 30 de setembro de 2017, R\$587.624 refere-se aos efeitos da adesão no trimestre pelas controladas Cemig D e Cemig GT ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos montantes atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Cemig D ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT da Cemig D no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, será liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, que deverão ser atualizadas pela taxa de 50% da Selic. A primeira parcela, no montante de R\$93.539, foi quitada em 31 de outubro de 2017.

A questão tributária que implicou na adesão da Cemig GT ao PRCT está relacionada ao recolhimento de ICMS relativo às operações de transferências de energia recebida de Consórcio, onde existia entendimento divergente da autoridade tributária em relação ao momento do recolhimento. O PRCT da Cemig GT no montante de R\$29.951, líquido da redução de 95% nos juros e multas, foi liquidado à vista em 31 de outubro de 2017.





Os efeitos da adesão ao PRCT reconhecidos no resultado do período findo em 30 de setembro de 2017 nos grupos de deduções de vendas, despesas operacionais e despesas financeiras, montam R\$562.406, R\$1.084 e R\$24.134, respectivamente.

- (II) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. A Companhia e suas controladas aguardam os resultados advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir os mesmos em suas demonstrações financeiras.

#### b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	73.762	18.381
Contribuição Social	25.922	8.485
	<b>99.684</b>	<b>26.866</b>



## 20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/09/2017			31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.021	20.169	23.190	23.049
KFW	2019	1,78	EURO	3.967	2.162	6.129	7.416
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>6.988</b>	<b>22.331</b>	<b>29.319</b>	<b>30.465</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	-	-	-	72.242
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	153.650	-	153.650	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	295.581	270.000	565.581	554.748
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	-	-	-	50.308
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	185.319	329.144	514.463	501.352
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	290.442	149.317	439.759	583.043
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.065	61.361	69.426	74.095
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	33.407	-	33.407	108.792
Caixa Econômica Federal	2020	132,14% do CDI	R\$	272.631	411.457	684.088	681.417
Eletrobrás	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	16.886	37.449	54.335	68.043
Grandes Consumidores	2024	Diversas	R\$	1.860	2.305	4.165	6.317
FINEP	2018	TJLP+5 e TJLP+8	R\$	3.145	-	3.145	5.505
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
Nota Promissória – 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	588.319	-	588.319	667.143
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90	R\$	13.786	119.961	133.747	121.601
SONDA (4)	2021	110% do CDI	R\$	50.482	40.904	91.386	83.238
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(49.936)	-	(49.936)	-
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>1.863.822</b>	<b>1.421.898</b>	<b>3.285.720</b>	<b>3.728.712</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamento</b>				<b>1.870.810</b>	<b>1.444.229</b>	<b>3.315.039</b>	<b>3.759.177</b>
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	152.272	141.923	294.195	293.122
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	35.809	950.808	986.617	983.506
Debêntures 1ª Série 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	844.159	700.000	1.544.159	1.411.295
Debêntures 1ª Série 6ª Emissão (2)	2018	CDI + 1,60	R\$	495.573	-	495.573	1.037.973
Debêntures 2ª Série 6ª Emissão (2)	2020	IPCA + 8,07	R\$	475	30.658	31.133	31.117
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	(5.042)	2.210.853	2.205.811	2.196.841
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	253.769	-	253.769	235.136
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	41.685	1.464.025	1.505.710	1.495.108
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	27.041	873.250	900.291	894.918
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	438.571	-	438.571	463.880
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	988.160	804.371	1.792.531	1.597.690
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	412	100.000	100.412	100.629
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74	R\$	33.351	-	33.351	66.706
Debêntures (5)	2022	TJLP+1,82 (75%) e Selic+1,82 (25%)	R\$	27.593	129.963	157.556	133.502
Debêntures (4)	2019	128,50% do CDI	R\$	8.605	17.887	26.492	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(13.772)	(11.863)	(25.635)	(64.528)
<b>Total de Debêntures</b>				<b>3.328.661</b>	<b>7.411.875</b>	<b>10.740.536</b>	<b>11.420.103</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>5.199.471</b>	<b>8.856.104</b>	<b>14.055.575</b>	<b>15.179.280</b>

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$144.396, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$121.206. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

(6) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota explicativa nº 28.



## Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/09/2017
Nota Promissória, Aval e Fiança	10.310.897
Recebíveis	1.399.655
Ações	1.947.197
Sem Garantia	397.826
<b>TOTAL</b>	<b>14.055.575</b>

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	3.021	-	-	-	-	-	-	20.169	23.190
Euro	1.997	3.939	193	-	-	-	-	-	6.129
<b>Total por Moedas</b>	<b>5.018</b>	<b>3.939</b>	<b>193</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.169</b>	<b>29.319</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	369.476	141.642	640.175	812.065	811.619	541.688	218.379	436.856	3.971.900
UFIR/RGR (2)	4.806	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.379	-	54.335
CDI (3)	3.197.710	3.694.695	1.163.134	951.657	758.533	-	-	-	9.765.729
URTJ/TJLP (4)	7.609	40.809	38.455	38.647	38.202	38.336	7.833	20.236	230.127
IGP-DI (5)	1.486	375	377	603	54	508	508	254	4.165
<b>Total por Indexadores</b>	<b>3.581.087</b>	<b>3.893.878</b>	<b>1.855.053</b>	<b>1.814.182</b>	<b>1.611.815</b>	<b>583.796</b>	<b>229.099</b>	<b>457.346</b>	<b>14.026.256</b>
<b>Total Geral</b>	<b>3.586.105</b>	<b>3.897.817</b>	<b>1.855.246</b>	<b>1.814.182</b>	<b>1.611.815</b>	<b>583.796</b>	<b>229.099</b>	<b>477.515</b>	<b>14.055.575</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);  
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);  
 (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2017	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2016	Indexador	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2017	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2016
Dólar Norte-Americano	(2,80)	(16,87)	IPCA	1,78	5,51
Euro	8,86	(14,16)	CDI	8,03	10,42



A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>15.166.537</b>
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.933.271
Custos de transação	(74.627)
Financiamentos obtidos líquidos do custos de transação	2.858.644
Variação monetária e cambial	216.243
Encargos financeiros provisionados	1.504.503
Amortização do custo de transação	47.471
Encargos financeiros pagos	(1.320.119)
Amortização de financiamentos	(2.106.248)
<b>Subtotal</b>	<b>16.368.031</b>
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(98.980)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>16.269.051</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>15.179.280</b>
Empréstimos e Financiamentos obtidos	60.870
Custos de transação	(762)
Financiamentos obtidos líquidos do custo de transação	60.108
Variação monetária e cambial	73.833
Encargos financeiros provisionados	1.217.735
Amortização do custo de transação	41.090
Encargos financeiros pagos	(998.967)
Amortização de financiamentos	(1.506.459)
<b>Subtotal</b>	<b>14.066.620</b>
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(11.045)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2017</b>	<b>14.055.575</b>

## Encargos Capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	1.217.735	1.504.865
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(56.851)	(120.398)
Efeito Líquido no Resultado	<b>1.160.884</b>	<b>1.384.467</b>

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R\$56.851 (R\$120.398 em 2016) foram excluídos na demonstração do fluxo de caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 11,07% em 30 de setembro de 2017 e 13,13% no mesmo período de 2016.



## Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o período de janeiro a setembro de 2017 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
<b>Moeda Nacional</b>				
Debêntures (1)	04/11/2013	2022	CDI + 0,74	33.870
Debêntures (2)	22/04/2017	2019	128,50% do CDI	26.238
<b>Total de Captações</b>				<b>60.108</b>

\*Líquido do custo de captação.

- (1) Subscrição de Debêntures pelo BNDESPAR da a 4ª Emissão da Gasmig em junho de 2017 com finalidade de dar apoio ao plano de investimentos em expansão da rede de distribuição de gás.
- (2) A Cemig Telecom concluiu a sua 2ª Emissão de Debêntures simples em maio de 2017, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, com finalidade de rolagem de dívida e reforço de caixa.

## Debêntures

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	30/09/2017	31/12/2016
Cemig GT - 1ª série - 3ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,90	2017	-	543.208
Cemig GT - 2ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,00	2019	294.195	293.122
Cemig GT - 3ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,20	2022	986.617	983.506
Cemig GT - 1ª Série 5ª Emissão	Quirografia	CDI+1,70	2018	1.544.159	1.411.295
Cemig GT - 1ª série 6ª Emissão	Fiança	CDI + 1,60	2018	495.573	1.037.973
Cemig GT - 2ª série 6ª Emissão	Fiança	IPCA + 8,07	2020	31.133	31.117
Cemig GT - 1ª série - 7ª Emissão	Receíveis(Receita)	140,00% do CDI	2021	2.205.811	2.196.841
Cemig D - 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	253.769	235.136
Cemig D - 2ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.505.710	1.495.108
Cemig D - 3ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	900.291	894.918
Cemig D - 1ª série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	438.571	463.880
Cemig D - 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.792.531	1.597.690
Gasmig	Quirografia	CDI + 1,60	2018	100.412	100.629
Gasmig	Quirografia	CDI + 0,74	2018	33.351	66.706
Gasmig	Quirografia	TJLP+1,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	157.556	133.502
Cemig Telecom	Receíveis	128,50% do CDI	2019	26.492	-
<b>Subtotal</b>				<b>10.766.171</b>	<b>11.484.631</b>
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(25.635)	(64.528)
<b>TOTAL</b>				<b>10.740.536</b>	<b>11.420.103</b>

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).



## Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento BNDES – Cemig GT (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil – Cemig GT (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de dezembro de 2017
7ª emissão de debêntures - Cemig GT (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017
Debêntures Gasmig (4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total) EBITDA/Serviço da Dívida	Menor que 0,6 Igual ou maior que 1,30	-	Anual

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pela 7ª emissão de debêntures, mediante aditivos contratuais;
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;
- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento semestral foi atendida em 30 de junho de 2017, referente a índice financeiro da Cemig GT (emissora) e da Cemig (garantidora). As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016.



## 21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
<b>Ativo Circulante</b>		
Créditos junto à Eletrobras (1)	-	48.379
	-	48.379
<b>Passivo</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	46.217	34.659
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	180.823	189.330
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.171	2.877
Eficiência Energética	337.251	287.571
Pesquisa e Desenvolvimento	271.228	233.560
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.419	2.724
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	2.546	5.146
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.778	7.720
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	16.244	23.404
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	17.224
	<b>895.689</b>	<b>835.211</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>351.246</b>	<b>380.586</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>544.443</b>	<b>454.625</b>

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar. Em 30 de setembro de 2017, o valor da RGR passiva está apresentado líquido do saldo remanescente a receber, no montante de R\$15.073.

## 22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>199.183</b>	<b>74.034</b>	<b>1.958</b>	<b>28.016</b>	<b>303.191</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	20.817	7.604	206	2.831	31.458
Contribuições Pagas	(4.664)	(4.172)	(104)	(536)	(9.476)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016</b>	<b>215.336</b>	<b>77.466</b>	<b>2.060</b>	<b>30.311</b>	<b>325.173</b>
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>257.933</b>	<b>95.655</b>	<b>2.452</b>	<b>41.424</b>	<b>397.464</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	20.338	7.828	207	3.490	31.863
Contribuições Pagas	(5.838)	(4.898)	(118)	(278)	(11.132)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2017</b>	<b>272.433</b>	<b>98.585</b>	<b>2.541</b>	<b>44.636</b>	<b>418.195</b>
				<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo Circulante</b>				12.584	11.143
<b>Passivo Não Circulante</b>				405.611	386.321



Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.346.388</b>	<b>1.323.516</b>	<b>30.090</b>	<b>553.377</b>	<b>3.253.371</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	139.289	136.805	3.111	56.160	335.365
Contribuições Pagas	(94.770)	(68.034)	(1.681)	(9.246)	(173.731)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016</b>	<b>1.390.907</b>	<b>1.392.287</b>	<b>31.520</b>	<b>600.291</b>	<b>3.415.005</b>
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.679.154</b>	<b>1.710.787</b>	<b>37.549</b>	<b>813.921</b>	<b>4.241.411</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	130.471	141.947	3.128	66.472	342.018
Contribuições Pagas	(118.638)	(76.868)	(1.816)	(5.768)	(203.090)
<b>Passivo Líquido em 30 de setembro de 2017</b>	<b>1.690.987</b>	<b>1.775.866</b>	<b>38.861</b>	<b>874.625</b>	<b>4.380.339</b>
				<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo Circulante</b>				224.137	198.867
<b>Passivo Não Circulante</b>				4.156.202	4.042.544

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado do Consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$293.617 (R\$248.583 no mesmo período de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$48.401 (R\$86.782 no mesmo período de 2016).

### Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$284.166, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.





## 23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	349.273	191.670	(3.657)	(47.727)	489.559
Cíveis					
Relações de Consumo	14.741	11.856	(1.320)	(11.855)	13.422
Outras ações cíveis	40.443	7.844	(238)	(4.274)	43.775
	<b>55.184</b>	<b>19.700</b>	<b>(1.558)</b>	<b>(16.129)</b>	<b>57.197</b>
Tributárias	69.922	6.033	(3.632)	(588)	71.735
Ambientais	39	4	-	-	43
Regulatórias	43.100	2.833	(13.811)	(766)	31.356
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	58.054	8.863	-	(2.834)	64.083
<b>Total</b>	<b>815.017</b>	<b>229.103</b>	<b>(262.103)</b>	<b>(68.044)</b>	<b>713.973</b>

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	289.841	73.343	(3.380)	(34.613)	325.191
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	12.900	(490)	(10.860)	18.928
Outras ações cíveis	28.792	16.398	(76)	(3.461)	41.653
	46.170	<b>29.298</b>	<b>(566)</b>	<b>(14.321)</b>	<b>60.581</b>
Tributárias	69.014	3.832	(1.216)	(763)	70.867
Ambientais	60	38	(59)	(1)	38
Regulatórias	45.180	5.475	(1.611)	(1.995)	47.049
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	35.355	33.133	(4.038)	(7.359)	57.091
<b>Total</b>	<b>754.573</b>	<b>145.119</b>	<b>(40.372)</b>	<b>(59.052)</b>	<b>800.268</b>

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	34.928	15.569	(3.016)	(6.039)	41.442
Cíveis					-
Relações de Consumo	1.435	8	(26)	(8)	1.409
Outras ações cíveis	3.238	771	(31)	(44)	3.934
	<b>4.673</b>	<b>779</b>	<b>(57)</b>	<b>(52)</b>	<b>5.343</b>
Tributárias	8.869	4.170	(2.817)	(255)	9.967
Regulatórias	21.614	-	(4.241)	-	17.373
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	466	714	(1)	(45)	1.134
<b>Total</b>	<b>309.995</b>	<b>21.232</b>	<b>(249.577)</b>	<b>(6.391)</b>	<b>75.259</b>



	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	29.169	11.463	-	(5.578)	35.054
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	5	(491)	-	2.808
Outras ações cíveis	1.289	2.208	(75)	(45)	3.377
	4.583	<b>2.213</b>	<b>(566)</b>	<b>(45)</b>	<b>6.185</b>
Tributárias	10.306	1.283	(1.078)	(681)	9.830
Regulatórias	21.696	1.157	(1.611)	(89)	21.153
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	427	87	(1)	(24)	489
<b>Total</b>	<b>335.134</b>	<b>16.203</b>	<b>(32.758)</b>	<b>(6.417)</b>	<b>312.162</b>

A Administração da Companhia e suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

#### Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.556.075 (R\$1.543.946 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$489.559 foram provisionados (R\$349.273 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



### Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$38.765 (R\$33.178 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$13.422 (R\$14.741 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$241.156 (R\$227.043 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$43.775 (R\$40.443 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$338.287 (R\$295.373 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$71.735 foram provisionados (R\$69.922 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$14.312 (R\$34.031 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$43 foram provisionados (R\$39 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



## Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$242.386 (R\$235.886 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$31.356 (R\$43.100 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Societárias

### *Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais*

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M. Diante deste novo cenário, a probabilidade de perda dessa discussão foi reavaliada para remota, e desta forma a Companhia reverteu a provisão de R\$239.445, face a inexistência de expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar a obrigação até então provisionada. Mais detalhes na nota nº 11.



## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$30.808 (R\$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

### *Outras Ações*

A Companhia e suas controladas são partes em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. O valor provisionado foi de R\$23.286 (R\$21.407 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$170.045 (R\$129.563 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$9.989 foram provisionados (R\$8.297 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.



## **Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do Anuênio*

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$265.178 (R\$255.127 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$307.446 (R\$290.216 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.689.042 (R\$1.509.940 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.



### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$242.839 (R\$317.032 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação*

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$568.910 (R\$535.465 em 31 de dezembro de 2016), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

### *Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária*

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$209.739 (R\$197.911 em 31 de dezembro de 2016), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.



### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$276.810 (R\$279.914 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### *Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)*

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$88.904 (R\$82.130 em 31 de dezembro de 2016). A controlada classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

### Questões Regulatórias

#### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Cemig e a Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia e suas controladas acreditam ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.239.409 (R\$1.304.705 em 31 de dezembro de 2016), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.





### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$279.904 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a mesma possui documentação hábil para suas alegações.

### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar sustentando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.



O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$195.280 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

### Majoração tarifária

#### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$268.489 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

#### *Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Cemig D e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Em decorrência de decisão favorável à Cemig D, contra a qual não houve recurso, o processo foi baixado (em 31 de dezembro de 2016 o valor da ação era R\$316.675).



## Questões Ambientais

### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$127.358 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$77.372 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).



## Outros Passivos Contingentes

### *Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar*

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$395.797 (R\$390.307 em 31 de dezembro de 2016) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

### *Desequilíbrio Contratual*

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$253.279 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a controladora é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$77.176 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

### *Irregularidades em Procedimentos Licitatórios*

A Cemig D é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.011 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.



### Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$174.351 (R\$175.839 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

### Lucro (prejuízo) por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	30/09/2017	30/09/2016	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)	(560.718)	(560.718)
<b>Total</b>	<b>1.258.280.936</b>	<b>1.258.280.936</b>	<b>1.258.280.936</b>	<b>1.258.280.936</b>

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	30/09/2017	30/09/2016	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Lucro (Prejuízo) Líquido (A)	397.182	640.833	(83.666)	433.502
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (A/B) (R\$)</b>	<b>0,32</b>	<b>0,51</b>	<b>(0,06)</b>	<b>0,34</b>



As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 15 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

### Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados - Controladora	(169.719)	(169.719)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	641.414	685.339
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	140	38.273
Ajustes de Conversão de Balanço	397	398
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(1.048.192)	(1.042.663)
Instrumentos Financeiros de Hegde de Fluxo de Caixa	87	87
	(406.154)	(318.566)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(575.873)</b>	<b>(488.285)</b>

### Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	30/09/2017	31/12/2016
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	<b>1.924.503</b>	<b>1.924.503</b>

A reserva de doações e subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As ações em tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	30/09/2017	31/12/2016
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.214	57.214
Reserva de Retenção de Lucros	2.812.943	2.812.943
Reserva de Incentivos Fiscais	56.834	56.834
Reserva Obrigatória Dividendo não Distribuído	1.419.846	1.419.846
	<b>5.199.855</b>	<b>5.199.855</b>



### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2016 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

### Reserva estatutária

A reserva estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

### Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

### Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído

	30/09/2017
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	<b>1.419.846</b>

Estes dividendos foram retidos no Patrimônio Líquido, nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

### Reserva de incentivos fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 30 de setembro de 2017 é de R\$56.834. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.



## Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 27 de junho de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos e Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$270.261, aprovados na Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária-AGO/AGE, de 12 de maio de 2017, restando, em 30 de setembro de 2017, um montante de R\$198.264.

## 25. RECEITA

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	17.387.754	17.315.733
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.230.623	1.348.132
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	148.216	(937.053)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	221.422	228.030
Receita de Construção de Transmissão (e)	11.226	36.405
Receita de Indenização de Transmissão (g)	295.749	692.211
Receita de Indenização da Geração (h)	259.516	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	725.528	881.450
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (j)	2.277	6.638
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f)	240.420	212.185
Transações com energia na CCEE (i)	536.507	138.870
Fornecimento de Gás	1.305.636	1.037.126
Outras Receitas Operacionais (k)	1.097.001	1.080.945
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(8.308.094)	(7.933.934)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>15.153.781</b>	<b>14.106.738</b>

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.815.621	5.787.568
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	330.147	511.552
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	480.112	(273.498)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	43.985	80.261
Receita de Construção de Transmissão (e)	4.201	4.771
Receita de Indenização de Transmissão (g)	25.894	99.742
Receita de Indenização da Geração (h)	259.516	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	291.519	329.351
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (j)	766	1.313
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f)	89.944	63.491
Transações com energia na CCEE (i)	111.330	87.198
Fornecimento de Gás	484.491	339.634
Outras Receitas Operacionais (k)	379.369	374.093
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(3.181.073)	(2.509.870)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>5.135.822</b>	<b>4.895.606</b>





## a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Residencial	7.489.980	7.406.095	5.797.313	5.818.783
Industrial	13.162.944	14.541.717	3.633.866	4.042.707
Comércio, Serviços e Outros	5.581.213	4.907.884	3.218.839	3.270.334
Rural	2.769.082	2.699.294	1.203.749	1.073.290
Poder Público	644.621	659.997	389.945	404.713
Iluminação Pública	1.030.199	1.012.312	397.147	395.771
Serviço Público	977.757	930.708	430.943	404.743
<b>Subtotal</b>	<b>31.655.796</b>	<b>32.158.007</b>	<b>15.071.802</b>	<b>15.410.341</b>
Consumo Próprio	26.946	27.614	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido		-	(44.741)	(105.308)
	<b>31.682.742</b>	<b>32.185.621</b>	<b>15.027.061</b>	<b>15.305.033</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	9.167.876	8.813.064	1.289.188	1.884.424
Suprimento Não Faturado Líquido		-	1.071.505	126.276
<b>Total</b>	<b>40.850.618</b>	<b>40.998.685</b>	<b>17.387.754</b>	<b>17.315.733</b>

	MWh (1)		R\$	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Residencial	2.456.908	2.389.353	1.878.293	1.859.109
Industrial	4.458.794	5.031.850	1.210.358	1.379.561
Comércio, Serviços e Outros	1.776.377	1.522.936	982.345	985.574
Rural	1.016.897	1.015.555	424.366	394.504
Poder Público	207.967	208.314	120.600	128.652
Iluminação Pública	354.299	338.892	132.691	129.015
Serviço Público	338.415	318.605	144.190	136.068
<b>Subtotal</b>	<b>10.609.657</b>	<b>10.825.505</b>	<b>4.892.843</b>	<b>5.012.483</b>
Consumo Próprio	8.896	8.528	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-10.305	13.261
	<b>10.618.553</b>	<b>10.834.033</b>	<b>4.882.538</b>	<b>5.025.744</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.427.498	3.006.675	401.091	677.340
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	531.992	84.484
<b>Total</b>	<b>14.046.051</b>	<b>13.840.708</b>	<b>5.815.621</b>	<b>5.787.568</b>

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

## b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.



**c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros**

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 14.

**d) Receita de Concessão de Transmissão**

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

**e) Receita de Construção**

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos das controladas no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

**f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga**

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

**g) Receita de Indenização da Transmissão**

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$295.749 sendo R\$146.494 correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2016 e R\$149.255 referente ao ajuste da BRR dos ativos de transmissão, conforme Nota Técnica Aneel nº 183/2017. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

**h) Receita de Indenização da Geração**

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17, considerando inclusive a sua respectiva atualização. Mais detalhes vide notas explicativas nº 4 e 14 destas informações contábeis intermediárias.



**i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

**j) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição**

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

**k) Outras Receitas Operacionais**

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Serviço Taxado	7.723	4.533
Serviço de Telecomunicações	111.342	117.906
Prestações de Serviços	116.167	120.149
Subvenções (*)	769.505	757.213
Aluguel e Arrendamento	88.869	73.423
Outras	3.395	7.721
	<b>1.097.001</b>	<b>1.080.945</b>

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Serviço Taxado	3.124	1.593
Serviço de Telecomunicações	38.520	59.608
Prestações de Serviços	40.635	39.127
Subvenções (*)	266.485	246.636
Aluguel e Arrendamento	30.531	24.582
Outras	74	2.547
	<b>379.369</b>	<b>374.093</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.



## I) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS (1)	4.470.557	3.873.741
COFINS	1.654.269	1.529.044
PIS-PASEP	359.137	331.964
Outros	5.942	5.238
	<b>6.489.905</b>	<b>5.739.987</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	9.418	(26.420)
Programa de Eficiência Energética – PEE	37.422	44.873
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.326.946	1.596.577
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	26.914	35.936
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	26.914	35.936
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	13.457	17.968
Encargos do Consumidor - PROINFA	29.626	31.385
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	22.983	26.149
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	66.449	88.754
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	258.060	342.789
	<b>1.818.189</b>	<b>2.193.947</b>
	<b>8.308.094</b>	<b>7.933.934</b>

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS (1)	1.819.209	1.259.453
COFINS	584.676	516.259
PIS-PASEP	126.932	112.078
Outros	2.115	1.794
	<b>2.532.932</b>	<b>1.889.584</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	9.468	(42.033)
Programa de Eficiência Energética – PEE	11.732	10.978
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	467.576	571.148
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.927	11.240
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.927	11.240
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.963	5.620
Encargos do Consumidor - PROINFA	10.049	11.363
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	6.347	8.467
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	21.527	32.692
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	101.625	(429)
	<b>648.141</b>	<b>620.286</b>
	<b>3.181.073</b>	<b>2.509.870</b>

(1) No trimestre findo em 30 de setembro de 2017, as controladas Cemig GT e Cemig D efetuaram a adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais. Mais informações na nota explicativa nº 19.



## 26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal (a)	1.275.667	1.217.201	38.796	26.587
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	25.777	30.417	1.195	(3.024)
Obrigações Pós-Emprego	293.617	248.583	29.482	27.188
Materiais	43.248	40.935	89	52
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	58	35	-	-
Serviços de Terceiros (b)	680.569	601.806	6.796	6.226
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	7.685.392	6.126.458	-	-
Depreciação e Amortização	616.783	601.197	351	382
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	558.793	714.237	104.037	280.532
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	791.339	741.416	-	-
Gás Comprado para Revenda	789.861	623.503	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	736.754	917.855	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	311.581	372.298	6.940	11.646
	<b>13.809.439</b>	<b>12.235.941</b>	<b>187.686</b>	<b>349.589</b>

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Pessoal (a)	358.505	373.986	17.730	9.430
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	886	24.217	233	1.210
Obrigações Pós-Emprego	101.589	89.306	10.010	9.380
Materiais	16.185	17.057	23	7
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	13	8	-	-
Serviços de Terceiros (b)	233.805	201.023	3.194	2.397
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.942.974	2.170.348	-	-
Depreciação e Amortização	205.983	202.480	115	122
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	188.875	(19.375)	88.726	(165.669)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	387.078	215.504	-	-
Gás Comprado para Revenda	304.698	196.494	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	295.720	334.122	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	124.127	132.206	(979)	1.683
	<b>5.160.438</b>	<b>3.937.376</b>	<b>119.052</b>	<b>(141.440)</b>



## a) Despesas com Pessoal

### Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$197.326, correspondente à adesão de 1.151 empregados até a data mencionada.

## b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	106.526	101.587	-	-
Comunicação	49.163	41.918	239	278
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	186.971	175.003	84	49
Conservação e Limpeza de Prédios	78.739	72.068	496	522
Mão de Obra Contratada	9.252	8.819	-	-
Fretes e Passagens	5.434	5.156	1.357	1.724
Hospedagem e Alimentação	9.842	9.185	151	157
Vigilância	16.358	18.428	-	-
Consultoria	11.792	8.191	737	407
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	2.448	2.282	1	3
Tecnologia da Informação	34.289	28.999	771	439
Manutenção e Conservação de Veículos	1.381	1.254	-	2
Corte e Religação	23.528	3.540	-	-
Meio Ambiente	10.058	12.532	-	-
Serviços Advocatícios	13.122	14.220	535	1.008
Custas Processuais	2.010	2.664	43	48
Poda de Árvores	14.727	8.888	-	-
Limpeza de Faixa	10.176	5.728	-	-
Reprografia e Publicações Legais	16.949	11.746	200	148
Inspeção de Unidades Consumidoras	118	613	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	121	2.588	-	-
Outras Despesas	77.565	66.397	2.182	1.441
	<b>680.569</b>	<b>601.806</b>	<b>6.796</b>	<b>6.226</b>



	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	35.375	34.067	-	-
Comunicação	15.074	15.469	126	92
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	60.119	51.512	63	1
Conservação e Limpeza de Prédios	28.637	24.498	71	176
Mão de Obra Contratada	4.146	2.610	-	-
Fretes e Passagens	2.066	2.367	418	893
Hospedagem e Alimentação	3.405	3.598	51	63
Vigilância	5.422	5.945	-	-
Consultoria	3.992	1.234	33	178
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	832	14.321	1	1
Tecnologia da Informação	10.137	1.152	143	101
Manutenção e Conservação de Veículos	457	307	-	1
Corte e Religação	11.196	1.775	-	-
Meio Ambiente	1.848	4.189	-	-
Serviços Advocatícios	4.321	5.149	95	425
Custas Processuais	780	779	8	22
Poda de Árvores	5.760	3.498	-	-
Limpeza de Faixa	6.126	1.708	-	-
Reprografia e Publicações Legais	7.098	4.186	141	42
Inspeção de Unidades Consumidoras	61	145	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	55	773	-	-
Outras Despesas	26.898	21.741	2.044	402
	<b>233.805</b>	<b>201.023</b>	<b>3.194</b>	<b>2.397</b>

### c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Energia de Itaipu Binacional	933.603	880.361
Contratos por Cotas de Garantia Física	343.458	403.913
Cotas das Usinas de Angra I e II	182.832	162.680
Energia de curto prazo	1.180.780	487.536
PROINFA	225.965	244.095
Contratos Bilaterais	269.943	216.963
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.201.909	1.862.534
Energia adquirida no Ambiente Livre	3.086.096	2.476.229
Créditos de PASEP-COFINS	(739.194)	(607.853)
	<b>7.685.392</b>	<b>6.126.458</b>

	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Energia de Itaipu Binacional	316.786	273.070
Contratos por Cotas de Garantia Física	119.006	152.753
Cotas das Usinas de Angra I e II	60.944	54.227
Energia de curto prazo	408.859	196.612
PROINFA	75.321	81.365
Contratos Bilaterais	121.552	74.872
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	824.699	650.259
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.299.536	902.338
Créditos de PASEP-COFINS	(283.729)	(215.148)
	<b>2.942.974</b>	<b>2.170.348</b>



#### d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	191.343	282.915	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	188.013	69.963	12.553	11.463
Cíveis	18.142	28.732	722	1.647
Tributárias	2.401	2.616	1.353	205
Ambientais	4	(21)	-	-
Regulatórias	(10.978)	3.864	(4.241)	(454)
Outras	8.864	29.095	713	86
	<u>206.446</u>	<u>134.249</u>	<u>11.100</u>	<u>12.947</u>
	<b>397.789</b>	<b>417.164</b>	<b>11.100</b>	<b>12.947</b>
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda/compra – Ativas e Sonda (nota 15)	102	-	-	-
Opção de venda RME e LEPSA (nota 15)	92.937	267.585	92.937	267.585
Opção de venda SAAG (nota 15)	67.965	29.488	-	-
	<u>161.004</u>	<u>297.073</u>	<u>92.937</u>	<u>267.585</u>
	<b>558.793</b>	<b>714.237</b>	<b>104.037</b>	<b>280.532</b>

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	50.458	108.349	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	10.288	31.166	532	1.177
Cíveis	8.745	10.909	833	175
Tributárias	5.565	(567)	3.961	(892)
Ambientais	1	36	-	-
Regulatórias	(143)	(9.088)	(2.162)	614
Outras	2.230	3.110	256	24
	<u>26.686</u>	<u>35.566</u>	<u>3.420</u>	<u>1.098</u>
	<b>77.144</b>	<b>143.915</b>	<b>3.420</b>	<b>1.098</b>
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda Sonda (nota 15)	61	-	-	-
Opção de venda RME e LEPSA (nota 15)	85.306	(166.767)	85.306	(166.767)
Opção de venda SAAG (nota 15)	26.364	3.477	-	-
	<u>111.731</u>	<u>(163.290)</u>	<u>85.306</u>	<u>(166.767)</u>
	<b>188.875</b>	<b>(19.375)</b>	<b>88.726</b>	<b>(165.669)</b>

#### e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal e Administradores	38.297	46.155
Materiais	334.851	424.240
Serviços de Terceiros	300.244	321.916
Outros	63.362	125.544
	<u>736.754</u>	<u>917.855</u>





	Consolidado	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Pessoal e Administradores	14.143	13.659
Materiais	151.691	160.127
Serviços de Terceiros	109.061	120.164
Outros	20.825	40.172
	<b>295.720</b>	<b>334.122</b>

#### f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Arrendamentos e Aluguéis	77.095	67.449	2.616	486
Propaganda e Publicidade	14.331	6.995	276	193
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.581	16.536	-	-
Subvenções e Doações	9.457	12.364	-	-
Concessão Onerosa	2.264	2.154	-	-
Seguros	6.042	7.254	1.693	2.844
Anuidade CCEE	6.017	5.802	1	2
Perda na desativação e alienação de bens e direitos	44.876	74.798	-	2
FORLUZ – Custeio Administrativo	19.607	18.951	970	937
Agentes Arrecadadores	52.664	53.200	-	1
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	24.755	31.060	-	-
Impostos e Taxas	6.645	7.590	636	288
Outras Despesas	32.247	68.145	748	6.893
	<b>311.581</b>	<b>372.298</b>	<b>6.940</b>	<b>11.646</b>

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Arrendamentos e Aluguéis	32.188	19.921	1.142	177
Propaganda e Publicidade	6.017	3.905	100	75
Consumo Próprio de Energia Elétrica	4.768	5.019	-	-
Subvenções e Doações	2.933	3.286	-	-
Concessão Onerosa	735	734	-	-
Seguros	1.613	2.335	386	894
Anuidade CCEE	1.972	1.850	-	1
Perda na desativação e alienação de bens e direitos	39.538	32.484	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.574	6.470	325	320
Agentes Arrecadadores	17.377	17.652	-	1
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	3.895	6.035	-	-
Impostos e Taxas	1.259	1.861	93	39
Outras Despesas	5.258	30.654	(3.025)	176
	<b>124.127</b>	<b>132.206</b>	<b>(979)</b>	<b>1.683</b>

#### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas.



## 27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	171.530	220.232	39.214	30.510
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	193.057	212.499	-	-
Variações Cambiais	20.207	56.140	-	1
Variação Monetária	27.125	60.974	1.968	10.278
Variação Monetária - CVA	-	206.967	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	86.464	42.615	44.696	10.108
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(35.529)	(54.349)	(8.704)	(9.020)
Ajuste ao Valor Presente	-	325	-	-
Outras	87.211	89.788	7.719	35.180
	<b>550.065</b>	<b>835.191</b>	<b>84.893</b>	<b>77.057</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.201.974)	(1.432.576)	-	-
Variações Cambiais	(12.633)	(19.225)	(9)	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(74.655)	(232.366)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	737	(3.056)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(48.401)	(86.782)	(2.381)	(4.270)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(13.844)	-	-
Variação Monetária - CVA	(40.086)	-	-	-
Variação Monetária - AFAC	239.445	-	239.445	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(37.666)	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(2.168)	-	-	-
Outras	(94.550)	(100.166)	(502)	(61)
	<b>(1.271.951)</b>	<b>(1.888.015)</b>	<b>236.553</b>	<b>(4.332)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(721.886)</b>	<b>(1.052.824)</b>	<b>321.446</b>	<b>72.725</b>

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	46.037	84.755	10.505	15.097
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	55.134	70.166	-	-
Variações Cambiais	2.618	12.173	-	-
Variação Monetária	13.132	33.081	400	3.295
Variação Monetária - CVA	-	19.403	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	63.317	3.348	43.744	(13.067)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(13.207)	(15.192)	(4.648)	(1.573)
Ajuste ao Valor Presente	-	(396)	-	-
Outras	34.133	23.918	1.874	1.850
	<b>201.164</b>	<b>231.256</b>	<b>51.875</b>	<b>5.602</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(344.297)	(524.775)	-	-
Variações Cambiais	5.963	(2.046)	-	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(5.682)	(46.959)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(5)	(301)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(12.417)	(22.483)	(611)	(1.106)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	-	-	-
Variação Monetária - CVA	(12.006)	-	-	-
Variação Monetária - AFAC	239.445	-	239.445	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(12.986)	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(562)	-	-	-
Outras	(46.203)	(57.604)	(320)	(21)
	<b>(188.750)</b>	<b>(654.168)</b>	<b>238.514</b>	<b>(1.128)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>12.414</b>	<b>(422.912)</b>	<b>290.389</b>	<b>4.474</b>



## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>Controlador</b>								
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (1)	97.779	71.340	-	-	101.085	112.168	-	-
Depósito Administrativo – AFAC (2)	254.579	-	-	-	38.278	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Depósito Administrativo – AFAC (2)	23.144	239.445	-	-	-	-	-	-
<b>Controlada em conjunto</b>								
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	7.049	7.037	413	314	(107.335)	(110.703)
Prestação de Serviços (4)	2.504	3.706	-	-	9.767	8.420	-	-
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	900	710	111	-	(5.379)	(5.307)
Prestação de Serviço (4)	274	398	-	-	646	665	-	-
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	17.229	17.636	18.213	3.164	(508.741)	(449.584)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	53.865	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	17.117	86.941	-	-	-	-	-	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	3.774	3.755	5.680	741	(89.256)	(22.486)
<b>Lightger</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(15.188)	(14.575)
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.595	1.228	-	-	(12.064)	(12.359)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.284	-	-	-	-	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	554	440	-	-	(4.464)	(2.210)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	2.146	-	-	-	-	-	-
<b>Guanhães Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (6)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Prestação de Serviço (4)	568	241	-	-	332	-	-	-
<b>Renova</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.773	-	-	-	(140.771)	(118.506)
Contas a Receber (7)	62.455	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Contas a Receber (7)	20.317	73.722	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (8)	258.166	229.053	-	-	-	-	-	-
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.962	2.751	-	-	(19.674)	(18.475)
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	1.042	464	481	472	38.203	49.714	(1.106)	(623)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	6.852	-	-	-	-	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	12.451	10.326	33	17	(92.905)	(82.956)
Prestação de Serviço (4)	141	482	-	-	667	220	-	-



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<b>Companhia Transirapé de Transmissão Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	950	878	-	-	(7.310)	(6.425)
Prestação de Serviços (4)	90	301	-	-	953	755	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	678	-	-	-	-	-	-
<b>Axxiom Circulante</b>								
Prestação de serviços (9)	-	-	2.347	6.980	-	-	-	(38.065)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	144	-	-	-	-	-	-
<b>Trasudeste Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	113	-	(1.166)	(1.023)
Prestação de serviços (4)	175	141	196	150	492	419	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	213	213	-	-	-	-	-	-
<b>Transleste Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	316	243	135	-	(1.878)	(1.605)
Prestação de serviços (4)	120	178	-	-	819	763	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.559	294	-	-	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>FIC Pampulha Circulante</b>								
Caixa e Equivalentes	257.625	621.203	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	622.750	833.849	-	-	14.374	128.436	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (10)	(63.708)	(49.479)	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	24.192	46.092	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (10)	(11.863)	(15.049)	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	106.399	86.156	-	-	(130.470)	(139.289)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(19.606)	(18.951)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	2.872	9.630	-	-	(44.002)	(15.292)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (11)	-	-	1.584.588	1.592.998	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	110.387	101.756	-	-	(145.075)	(139.916)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	1.704.340	1.646.580	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide Notas Explicativas 11 e 12);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Em 2017, foram antecipados R\$71.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. Para efeito de quitação serão utilizadas faturas de suprimento de energia a serem emitidas pela Santo Antônio Energia, a partir de 2018, em 12 parcelas;
- Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 15);
- A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- Em 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, conforme previsto no Contrato de suprimento de energia, R\$212.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Para efeito de quitação, foi acordado que este valor seria atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado por meio de quitação das faturas de energia a serem emitidas pela Renova a partir de janeiro/2020. Em função das negociações mantidas pela Renova com players interessados na compra de ativos da Companhia, está em processo de renegociação o Contrato de suprimento de energia, bem como a forma de pagamento da antecipação realizada pela Cemig GT;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;



- (11) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide nota explicativa nº 22) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (13) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034;
- (14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas notas explicativas 7, 18 e 25 destas informações contábeis intermediárias.

### Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cemig GT	-	-	605.000	605.000
Gasmig	-	-	98.079	58.560
Outras	3.742	11.386	8.344	9.679
	<u>3.742</u>	<u>11.386</u>	<u>711.423</u>	<u>673.239</u>

### Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/09/2017	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.476.515	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.974.035	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	774.614	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	8.166	2023
				<u>5.916.945</u>	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 30 de setembro de 2017, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 30 de setembro de 2017.



Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2017				
				Cemig 1,59%	Cemig GT 0,21%	Cemig D 34,10%	Demais controladas 19,55% (1)	Total 55,45%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	164	22	3.529	2.023	5.738
				<b>164</b>	<b>22</b>	<b>3.529</b>	<b>2.023</b>	<b>5.738</b>

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% (1)	Total 78,31%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	579	1.194	1.427	1.282	4.482
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.024	2.110	2.522	2.265	7.921
				<b>1.603</b>	<b>3.304</b>	<b>3.949</b>	<b>3.547</b>	<b>12.403</b>

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

## Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a setembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração	23.171	17.796
Participação nos Resultados (Reversão)	372	(642)
Benefícios Assistenciais	1.209	1.121
<b>Total</b>	<b>24.752</b>	<b>18.275</b>

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Ativos de Concessões de Geração, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.



Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13, Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 de usinas de geração e Ativos de Concessões de Geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Venda, nos montantes de R\$677.051 e R\$1.502.473, respectivamente (R\$995.340 e R\$1.341.468 em 31 de dezembro de 2016). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$26.064 em 30 de setembro de 2017 e R\$49.888 em 31 de dezembro de 2016, incluído na nota explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$26.138 em 30 de setembro de 2017 e R\$49.738 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas informações contábeis intermediárias;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,69% a 5,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.



- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec (“PUT SAAG”), as opções de venda de ações da RME e LEPSA (“PUT Parati”) e as opções da Sonda foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamente, para o modelo BSM.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo contábil é de R\$14.055.575 (R\$15.179.280 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R\$14.053.896 (R\$14.711.130 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

## Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	7.320	23.190	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	<u>77.717</u>	<u>246.453</u>	<u>62.320</u>	<u>206.827</u>
	85.037	269.643	69.392	229.876
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 20)	1.638	<u>6.129</u>	2.157	<u>7.416</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>		<b><u>275.772</u></b>		<b><u>237.292</u></b>





## Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2018 será uma valorização de 11,14% para o dólar (R\$3,521) e uma desvalorização de 0,27% para o Euro (R\$3,732). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2017	Cenário Dólar R\$3,521 Euro R\$3,732	Cenário Depreciação Cambial 25,00% Dólar R\$4,401 Euro R\$4,665	Cenário Depreciação Cambial 50,00% Dólar R\$5,282 Euro R\$5,598
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	23.190	25.774	32.216	38.665
Fornecedores (Itaipu Binacional)	246.453	273.914	342.373	410.910
	269.643	299.688	374.589	449.575
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	6.129	6.113	7.641	9.170
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>275.772</b>	<b>305.801</b>	<b>382.230</b>	<b>458.745</b>
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial</b>		<b>30.029</b>	<b>106.458</b>	<b>182.973</b>

## **Risco de Taxa de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$58.759 (R\$60.066 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:



Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	548.751	893.713
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	703.114	1.045.228
Contas a Receber – Renova (nota 28)	82.772	74.630
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 28)	359.227	229.053
Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão (nota 14)	473.374	482.281
Fundos Vinculados	405.494	367.474
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 14)	100.457	397.725
Créditos junto à Eletrobrás	901	138.444
	<b>2.674.090</b>	<b>3.628.548</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 20)	(9.765.729)	(10.928.261)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 19)	(230.127)	(213.102)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(312.112)	(181.200)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 14)	(704.418)	(804.975)
	<b>(11.012.386)</b>	<b>(12.127.538)</b>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(8.338.296)</b>	<b>(8.498.990)</b>

(\*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 7,00% e 6,25%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2017		30 de setembro de 2018	
	Valor Contábil	Cenário SELIC 7,00% TJLP 6,25%	Cenário SELIC 8,75% TJLP 7,81%	Cenário SELIC 10,50% TJLP 9,38%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa (nota 5)	548.751	587.164	596.767	606.370
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	703.114	752.332	764.636	776.941
Contas a Receber – Renova (nota 28)	82.772	88.566	90.015	91.463
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 28)	359.227	384.373	390.659	396.946
Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão (nota 14)	473.374	506.510	514.794	523.078
Fundos Vinculados	405.494	433.879	440.975	448.071
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	100.457	107.489	109.247	111.005
Outros Créditos com a Eletrobrás	901	964	980	996
	<b>2.674.090</b>	<b>2.861.277</b>	<b>2.908.073</b>	<b>2.954.870</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (nota 20)	(9.765.729)	(10.449.330)	(10.620.230)	(10.791.131)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (nota 20)	(230.127)	(244.510)	(248.100)	(251.713)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(312.112)	(331.619)	(336.488)	(341.388)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 14)	(704.418)	(753.727)	(766.055)	(778.382)
	<b>(11.012.386)</b>	<b>(11.779.186)</b>	<b>(11.970.873)</b>	<b>(12.162.614)</b>
<b>Ativo (Passivo) Exposto Líquido</b>	<b>(8.338.296)</b>	<b>(8.917.909)</b>	<b>(9.062.800)</b>	<b>(9.207.744)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros</b>		<b>(579.613)</b>	<b>(724.504)</b>	<b>(869.448)</b>



## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de setembro de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2017	31/12/2016
<b>Ativos</b>		
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)	130.340	128.071
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)	1.975.775	1.805.230
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 13)	2.321.817	2.253.765
	<u>4.427.932</u>	<u>4.187.066</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.971.900)	(3.933.092)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(736.774)	(787.003)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(284.165)	-
	<u>(4.992.839)</u>	<u>(4.720.095)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(564.907)</u></b>	<b><u>(533.029)</u></b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, a taxa IPCA será de 4,55%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2017	30 de setembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,55%	Cenário IPCA 5,68%	Cenário IPCA 6,82%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 14)	130.340	136.265	137.743	139.229
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 14)	1.975.775	2.065.594	2.087.999	2.110.523
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 14)	2.321.817	2.427.367	2.453.696	2.480.165
	<u>4.427.932</u>	<u>4.629.226</u>	<u>4.679.438</u>	<u>4.729.917</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.971.900)	(4.152.463)	(4.197.504)	(4.242.784)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(736.774)	(770.268)	(778.623)	(787.022)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(284.165)	(297.083)	(300.306)	(303.545)
	<u>(4.992.839)</u>	<u>(5.219.814)</u>	<u>(5.276.433)</u>	<u>(5.333.351)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(564.907)</u></b>	<b><u>(590.588)</u></b>	<b><u>(596.995)</u></b>	<b><u>(603.434)</u></b>
<b>(Efeito Líquido da Variação do IPCA)</b>		<b><u>(25.681)</u></b>	<b><u>(32.088)</u></b>	<b><u>(38.527)</u></b>



## Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Na data base destas informações contábeis intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia e suas controladas para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.



O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e suas controladas, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	662.888	2.948.205	2.122.983	9.622.053	1.380.435	16.736.564
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	123.510	187.694	284.143	-	-	595.347
Concessões a pagar	249	492	2.103	9.440	14.428	26.712
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	11.002	22.134	101.653	602.259	299.272	1.036.320
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	2.515	7.540	20.551	136.579	394.613	561.798
	<b>800.164</b>	<b>3.166.065</b>	<b>2.531.433</b>	<b>10.370.331</b>	<b>2.088.748</b>	<b>18.956.741</b>
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	2.175.293	11.155	-	-	-	2.186.448
	<b>2.975.457</b>	<b>3.177.220</b>	<b>2.531.433</b>	<b>10.370.331</b>	<b>2.088.748</b>	<b>21.143.189</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	541	1.089	5.001	29.631	14.724	50.986
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	124	371	1.011	6.720	19.415	27.641
	<b>665</b>	<b>1.460</b>	<b>6.012</b>	<b>36.351</b>	<b>34.139</b>	<b>78.627</b>
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	23.571	-	-	-	-	23.571
	<b>24.236</b>	<b>1.460</b>	<b>6.012</b>	<b>36.351</b>	<b>34.139</b>	<b>102.198</b>

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2017, considerado como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$851.448.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.



A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia e suas controladas não realizam operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.



### **Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica**

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 100% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

### **Risco de continuidade da concessão**

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

### **Risco Hidrológico**

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.



## Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenant*”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide nota explicativa nº 20.

A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento semestral foi atendida em 30 de junho de 2017, referente a índice financeiro da Cemig GT e da Cemig (garantidora). As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

## Administração de Capital

A comparação do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Total do Passivo	28.544.868	29.101.482
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(582.382)	(995.132)
(-) Fundos vinculados	(405.494)	(367.474)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>27.556.992</b>	<b>27.738.876</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>13.287.207</b>	<b>12.934.371</b>
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,07	2,14

## 30. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial é feita a classificação dos ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.





- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30 de setembro de 2017	Valor justo em 30 de setembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	40.133	-	40.133	-
Letras Financeiras - Bancos	521.896	-	521.896	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	103.954	103.954	-	-
Debêntures	11.068	-	11.068	-
	<b>677.051</b>	<b>103.954</b>	<b>573.097</b>	-
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Bonificação de Outorga	2.321.817	-	2.321.817	-
Fundos Vinculados	405.494	-	405.494	-
	<b>2.727.311</b>	-	<b>2.727.311</b>	-
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	271.612	-	-	271.612
	<b>3.675.974</b>	<b>103.954</b>	<b>3.300.408</b>	<b>271.612</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
<b>Opções de Venda – Ativo (Passivo)</b>				
Sonda	4.484	-	-	4.484
RME e LEPSA	(1.242.818)	-	(1.242.818)	-
SAAG	(264.139)	-	-	(264.139)
	<b>(1.502.473)</b>	-	<b>(1.242.818)</b>	<b>(259.655)</b>
	<b>2.173.501</b>	<b>103.954</b>	<b>2.057.590</b>	<b>11.957</b>



	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	32.782	-	32.782	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	192.995	192.995	-	-
Letras Financeiras - Bancos	724.274	-	724.274	-
Debêntures	45.289	-	45.289	-
	<b>995.340</b>	<b>192.995</b>	<b>802.345</b>	-
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Bonificação de Outorga	2.253.765	-	2.253.765	-
Fundos Vinculados	367.474	-	367.474	-
	<b>2.621.239</b>	-	<b>2.621.239</b>	-
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	<b>3.832.686</b>	<b>192.995</b>	<b>3.423.584</b>	<b>216.107</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
<b>Opções de Venda – Ativo (Passivo)</b>				
Sonda	4.586	-	-	4.586
RME e LEPSA	(1.149.881)	-	(1.149.881)	-
SAAG	(196.173)	-	-	(196.173)
	<b>(1.341.468)</b>	-	<b>(1.149.881)</b>	<b>(191.587)</b>
	<b>2.491.218</b>	<b>192.995</b>	<b>2.273.703</b>	<b>24.520</b>

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na nota explicativa Nº 15.

## Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.



Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, Parati e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na nota explicativa nº 15 destas informações contábeis intermediárias.

### **31. SEGMENTOS OPERACIONAIS**

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 estão apresentados nas tabelas a seguir:



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
<b>ATIVOS DO SEGMENTO</b>	<b>13.868.749</b>	<b>4.147.643</b>	<b>18.430.584</b>	<b>334.918</b>	<b>2.049.736</b>	<b>3.369.322</b>	<b>(368.877)</b>	<b>41.832.075</b>
<b>INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	4.565.559	1.671.072	1.748.994	-	-	634.501	-	8.620.126
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>249.826</b>	<b>-</b>	<b>705.295</b>	<b>34.738</b>	<b>40.097</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.029.956</b>
<b>ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>-</b>	<b>160.481</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>160.481</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>5.307.670</b>	<b>547.179</b>	<b>8.281.712</b>	<b>88.389</b>	<b>1.061.564</b>	<b>83.160</b>	<b>(215.893)</b>	<b>15.153.781</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.021.466)	-	(4.717.386)	-	-	(9)	53.469	(7.685.392)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(261.295)	(262)	(661.101)	-	-	-	131.319	(791.339)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(789.861)	-	-	(789.861)
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>(3.282.761)</b>	<b>(262)</b>	<b>(5.378.487)</b>	<b>-</b>	<b>(789.861)</b>	<b>(9)</b>	<b>184.788</b>	<b>(9.266.592)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>								
Pessoal	(218.933)	(84.022)	(877.192)	(14.559)	(36.286)	(44.675)	-	(1.275.667)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(4.182)	(1.871)	(18.131)	(380)	-	(1.213)	-	(25.777)
Obrigações Pós-Emprego	(42.539)	(19.850)	(201.745)	-	-	(29.483)	-	(293.617)
Materiais	(7.468)	(2.110)	(32.089)	(107)	(1.434)	(111)	13	(43.306)
Serviços de Terceiros	(97.890)	(21.278)	(550.614)	(20.624)	(12.231)	(7.278)	29.346	(680.569)
Depreciação e Amortização	(136.400)	-	(400.754)	(25.974)	(41.836)	(11.819)	-	(616.783)
Provisões (Reversões) Operacionais	(97.543)	(9.148)	(347.608)	(456)	-	(104.038)	-	(558.793)
Custos de Construção	-	(11.226)	(705.296)	-	(20.232)	-	-	(736.754)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(35.322)	(6.550)	(240.404)	(18.501)	(7.506)	(5.044)	1.746	(311.581)
<b>Total do Custo de Operação</b>	<b>(640.277)</b>	<b>(156.055)</b>	<b>(3.373.833)</b>	<b>(80.601)</b>	<b>(119.525)</b>	<b>(203.661)</b>	<b>31.105</b>	<b>(4.542.847)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.923.038)</b>	<b>(156.317)</b>	<b>(8.752.320)</b>	<b>(80.601)</b>	<b>(909.386)</b>	<b>(203.670)</b>	<b>215.893</b>	<b>(13.809.439)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO</b>	<b>1.384.632</b>	<b>390.862</b>	<b>(470.608)</b>	<b>7.788</b>	<b>152.178</b>	<b>(120.510)</b>	<b>-</b>	<b>1.344.342</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	151.126	-	-	(1.951)	-	(169.855)	-	(20.680)
Receitas Financeiras	126.202	5.013	302.727	2.149	24.240	89.734	-	550.065
Despesas Financeiras	(847.998)	(1.886)	(616.487)	(11.450)	(30.594)	236.464	-	(1.271.951)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>813.962</b>	<b>393.989</b>	<b>(784.368)</b>	<b>(3.464)</b>	<b>145.824</b>	<b>35.833</b>	<b>-</b>	<b>601.776</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(215.688)	(120.333)	245.677	307	(45.316)	(69.241)	-	(204.594)
<b>RESULTADO</b>	<b>598.274</b>	<b>273.656</b>	<b>(538.691)</b>	<b>(3.157)</b>	<b>100.508</b>	<b>(33.408)</b>	<b>-</b>	<b>397.182</b>
Participação dos acionistas controladores	598.274	273.656	(538.691)	(3.157)	100.076	(33.408)	-	396.750
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	432	-	-	432
	<b>598.274</b>	<b>273.656</b>	<b>(538.691)</b>	<b>(3.157)</b>	<b>100.508</b>	<b>(33.408)</b>	<b>-</b>	<b>397.182</b>



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
<b>ATIVOS DO SEGMENTO</b>	<b>14.414.449</b>	<b>4.267.418</b>	<b>18.165.610</b>	<b>337.745</b>	<b>2.737.182</b>	<b>2.388.972</b>	<b>(275.523)</b>	<b>42.035.853</b>
<b>INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	5.291.892	1.669.849	1.754.342	17.741	-	19.264	-	8.753.088
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>740.337</b>	<b>-</b>	<b>854.060</b>	<b>27.630</b>	<b>27.390</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.649.417</b>
<b>ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.255.561</b>	<b>36.405</b>						<b>2.291.966</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>4.268.400</b>	<b>953.846</b>	<b>8.000.957</b>	<b>99.711</b>	<b>847.565</b>	<b>89.562</b>	<b>(153.303)</b>	<b>14.106.738</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.305.000)	-	(3.857.716)	-	-	(3)	36.261	(6.126.458)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(232.477)	(243)	(605.478)	-	-	-	96.782	(741.416)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(623.503)	-	-	(623.503)
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>(2.537.477)</b>	<b>(243)</b>	<b>(4.463.194)</b>	<b>-</b>	<b>(623.503)</b>	<b>(3)</b>	<b>133.043</b>	<b>(7.491.377)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>								
Pessoal	(202.412)	(81.019)	(852.103)	(17.546)	(30.424)	(33.697)	-	(1.217.201)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(4.095)	(2.311)	(26.939)	-	-	2.928	-	(30.417)
Obrigações Pós-Emprego	(39.975)	(15.575)	(165.845)	-	-	(27.188)	-	(248.583)
Materiais	(8.118)	(2.115)	(29.226)	(74)	(1.387)	(78)	28	(40.970)
Serviços de Terceiros	(91.502)	(21.295)	(472.356)	(16.523)	(11.135)	(6.752)	17.757	(601.806)
Depreciação e Amortização	(156.261)	-	(367.753)	(24.949)	(40.402)	(11.832)	-	(601.197)
Provisões (Reversões) Operacionais	(56.512)	(6.935)	(370.553)	294	-	(280.531)	-	(714.237)
Custos de Construção	-	(36.405)	(854.060)	-	(27.390)	-	-	(917.855)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(48.224)	(7.898)	(284.938)	(13.406)	(7.651)	(12.656)	2.475	(372.298)
<b>Total do Custo de Operação</b>	<b>(607.099)</b>	<b>(173.553)</b>	<b>(3.423.773)</b>	<b>(72.204)</b>	<b>(118.389)</b>	<b>(369.806)</b>	<b>20.260</b>	<b>(4.744.564)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.144.576)</b>	<b>(173.796)</b>	<b>(7.886.967)</b>	<b>(72.204)</b>	<b>(741.892)</b>	<b>(369.809)</b>	<b>153.303</b>	<b>(12.235.941)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO</b>	<b>1.123.824</b>	<b>780.050</b>	<b>113.990</b>	<b>27.507</b>	<b>105.673</b>	<b>(280.247)</b>	<b>-</b>	<b>1.870.797</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.226)	301.402	(69.934)	(25.648)	-	(3.334)	-	47.260
Receitas Financeiras	134.676	4.100	597.394	3.275	11.548	84.198	-	835.191
Despesas Financeiras	(998.640)	(3.673)	(847.214)	(5.047)	(29.073)	(4.368)	-	(1.888.015)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>104.634</b>	<b>1.081.879</b>	<b>(205.764)</b>	<b>87</b>	<b>88.148</b>	<b>(203.751)</b>	<b>-</b>	<b>865.233</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.006)	(217.859)	23.223	(1.962)	(25.250)	62.454	-	(224.400)
<b>RESULTADO</b>	<b>39.628</b>	<b>864.020</b>	<b>(182.541)</b>	<b>(1.875)</b>	<b>62.898</b>	<b>(141.297)</b>	<b>-</b>	<b>640.833</b>
Participação dos acionistas controladores	39.628	864.020	(182.541)	(1.875)	62.628	(141.297)	-	640.563
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	270	-	-	270
	<b>39.628</b>	<b>864.020</b>	<b>(182.541)</b>	<b>(1.875)</b>	<b>62.898</b>	<b>(141.297)</b>	<b>-</b>	<b>640.833</b>

\* A despesa de provisões operacionais registrada na coluna de outras, no valor de R\$280.531 refere-se substancialmente a despesas com opção de compra de investimentos mantidos pela controladora e descritos na nota explicativa nº 15.



### 32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da controlada Cemig D cujo resultado representa um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, até 27 de maio de 2018.

O efeito médio de 10,66% negativos decorre:

- do reajuste dos itens de custos de parcela A e B, contribuindo para o efeito médio em 1,29%;
- da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, levando a uma redução de 4,68%; e
- da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, os quais contribuíram para uma redução tarifária de 7,28%.

### 33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$56.851 no período de janeiro a setembro de 2017 (R\$120.398 no mesmo período de 2016);
- Compensação de CDE: compensação entre os valores a pagar e a receber no montante de R\$974.680 no período de janeiro a setembro de 2017 (R\$761.145 no mesmo período de 2016).

### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### **Aditivos a contratos de empréstimos com o Banco do Brasil**

A controlada Cemig GT celebrou em 23 de outubro de 2017, aditivos a contratos de empréstimos firmados com o Banco do Brasil, no valor total de R\$549 milhões, com a finalidade de postergar em 60 dias o pagamento de parcelas com vencimentos em 24, 26 e 30 de outubro de 2017. Os juros a serem calculados sobre o saldo devedor passaram de 108% do CDI e de 112% do CDI para 128% do CDI, sendo que um dos aditivos manteve os juros na taxa original de 132,9% do CDI. As hipóteses de vencimento antecipado também foram objeto de alteração, para ficarem aderentes às cláusulas da 7ª Emissão de Debêntures Simples da Cemig GT.



### **Proposta vinculante para aporte primário na Renova**

A controlada em conjunto Renova Energia S.A. recebeu da Brookfield, em 12 de novembro de 2017, uma proposta vinculante para aporte primário na mesma no valor de R\$ 1,4 bilhão, ao preço de R\$ 6,00 por unit.

Em adição, a oferta inclui earn-out de até R\$ 1,00 por unit, relativo a qualquer valor recebido pela Renova decorrente de ajuste futuro no preço de venda do Complexo Eólico Alto Sertão II.

A proposta ainda prevê o cumprimento de condições precedentes comuns em transações dessa natureza.

Em caso de aceite, será concedido à Brookfield um período de exclusividade de 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, para finalização dos documentos da transação. Tal transação deverá ser apreciada e aprovada pelos órgãos de governança da Renova e de seus controladores.

### **Proposta não vinculante relacionadas ao processo de desinvestimento**

Em continuidade aos fatos relevantes divulgados em 28 de agosto e 02 de outubro de 2017, a Companhia informou em 13 de novembro de 2017 que recebeu propostas não vinculantes relacionadas ao processo de desinvestimento, como resultado da primeira fase de acesso aos documentos e informações contidos na Sala de Informações do Grupo Light (Data Room). As referidas propostas estão em análise interna para eventual seleção para a próxima fase. Após esta eventual seleção, a conclusão do processo de desinvestimento estará ainda sujeita a uma fase de diligência e visitas técnicas (Due Diligence), envio de propostas vinculantes, negociações e aprovações finais para assinatura de acordos definitivos da referida operação, além das aprovações das condições precedentes usuais desse tipo de transação. Face ao estágio das discussões, nenhuma modificação foi feita no tratamento contábil do investimento na controlada em conjunto Light.

### **Proposta de aumento de capital na Cemig**

Em 26 de outubro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou proposta referente ao aumento de capital no valor de até R\$1.000.000 mediante a emissão de até 66.849.505 novas ações ordinárias e de até 133.150.495 novas ações preferencias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$5,00, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$6,57 (“Aumento de Capital”). Após efetuado este aumento, o capital social da Companhia subscrito e integralizado passará de R\$6.294.208 para 7.294.208.



Todas as ações resultantes da citada subscrição farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações da mesma classe que originaram o aumento do capital, que será realizado por meio de subscrição particular e será dada preferência aos atuais acionistas da Companhia de participarem do aumento de capital na proporção de suas participações sociais, sendo 0,1588762172 de nova ação para cada ação que possuírem ao final do dia da AGE que autorizar o aumento de capital.

Esta ação permitirá à Companhia obter recursos no montante de até R\$1.314.000, sendo certo que a diferença, no valor de até R\$314.000, será destinada à conta de reserva de capital. A diluição potencial resultante da emissão, caso algum acionista não venha a aderir à subscrição, é de 13,704239283% para as ações rdinárias e para as ações preferenciais. Os atuais acionistas poderão exercer o direito preferencial à subscrição, no período de 30 de outubro de 2017 a 29 de novembro de 2017, em 15,887624200% sobre as ações da mesma espécie que possuírem no final do dia da assembleia geral extraordinária que deliberar sobre este assunto.



## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Companhia Energética de Minas Gerais**  
Belo Horizonte - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### **Renovação e indenização da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda**

Conforme divulgado na nota 4 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente o direito à renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, e que foram leiloadas pelo poder concedente em 27 de setembro de 2017. Adicionalmente a Companhia está discutindo administrativamente os valores do ativo financeiro indenizável relativos às usinas em questão. A Companhia não espera incorrer em perdas decorrentes deste assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

### **Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos**

Conforme mencionado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.), e na Norte Energia S.A. (“investidas”) avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos das investidas e determinados executivos desses outros acionistas. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras às investidas, além das divulgações efetuadas na nota 15. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

### **Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.**

Conforme divulgado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Renova Energia S.A. (“Renova”), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior**

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de abril de 2017, e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 27 de abril de 2017, ambos sem modificação e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente.

Belo Horizonte (MG), 14 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0



## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

**(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)**

### **Resultado do Período**

A Cemig apresentou, no período de janeiro a setembro de 2017, um lucro líquido de R\$397.182 em comparação ao lucro líquido de R\$640.833 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Destaca-se que, no trimestre findo em 30 de setembro de 2017, as controladas Cemig GT e a Cemig D efetuaram adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, totalizando um montante estimado de R\$582.956, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, a ser realizado em 6 parcelas iguais e sucessivas, a partir de 31 de outubro de 2017. O valor registrado no resultado do 3º trimestre de 2017 foi de R\$587.624, sendo R\$562.406 registrado como deduções à receita e R\$25.218 registrado como despesa (operacional e financeira).

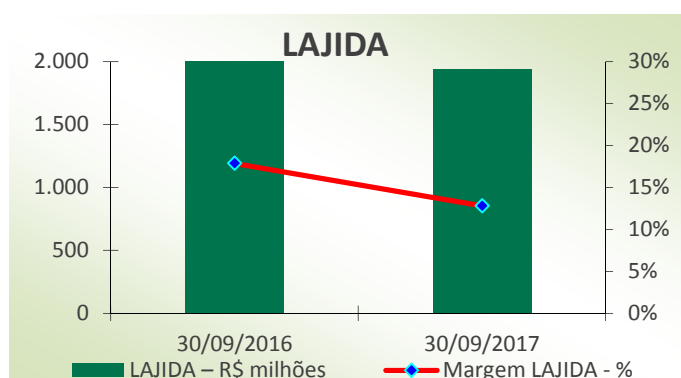
Também como eventos não recorrentes do 3º trimestre de 2017, a Companhia registrou uma receita referente a atualização da indenização dos ativos de geração, no valor de R\$259.516 e a reversão da provisão do AFAC, cujo efeito no resultado financeiro foi de R\$277.723, sendo R\$239.445 uma reversão de provisão e R\$38.278 uma receita financeira decorrente da atualização do depósito administrativo. Mais detalhes nas notas explicativas 11 e 22.



## Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 22,98% no período de janeiro a setembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2017	30/09/2016	Var %
Resultado do Período	397.182	640.833	(38,02)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	204.594	224.400	(8,83)
+ Resultado Financeiro	721.886	1.052.824	(31,43)
+ Depreciação e Amortização	616.783	601.197	2,59
= LAJIDA	<u>1.940.445</u>	<u>2.519.254</u>	<u>(22,98)</u>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Redução de 22,98% no LAJIDA, no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas informações contábeis intermediárias. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou redução, passando de 17,86% no período de janeiro a setembro de 2016 para 12,80% no mesmo período de 2017.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$17.387.754 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$17.315.733 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 0,42%.



### **Consumidores Finais**

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$15.027.061 no período de janeiro a setembro de 2017 comparada a R\$15.305.033 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 1,82%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$258.060 no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$342.789 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos valores da bandeira vermelha nos períodos comparados;
- Redução de 1,56% no volume de energia vendida;
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;

### **Evolução do Mercado**

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a setembro de 2017, comparativamente às do mesmo período de 2016:



A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh		
	30/09/2017	30/09/2016	Var %
Residencial	7.489.980	7.406.095	1,13
Industrial	13.162.944	14.541.717	(9,48)
Comércio, Serviços e Outros	5.581.213	4.907.884	13,72
Rural	2.769.082	2.699.294	2,59
Poder Público	644.621	659.997	(2,33)
Iluminação Pública	1.030.199	1.012.312	1,77
Serviço Público	977.757	930.708	5,06
Subtotal	<b>31.655.796</b>	<b>32.158.007</b>	<b>(1,56)</b>
Consumo Próprio	26.946	27.614	(2,42)
	<b>31.682.742</b>	<b>32.185.621</b>	<b>(1,56)</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (1)	9.167.876	8.813.064	4,03
Total	<b>40.850.618</b>	<b>40.998.685</b>	<b>(0,36)</b>

(1) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 9,48% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

#### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a setembro de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.230.623, comparada a R\$1.348.132 no mesmo período de 2016, o que representou uma redução de 8,72%. Essa variação decorre, principalmente, da redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no Reajuste Tarifário Anual de 2017, aplicada à partir de 28 de maio de 2017.

#### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No período de janeiro a setembro de 2017 foram reconhecidos valores a serem repassados no montante de R\$148.216, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$937.053 no mesmo período de 2016.

Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no período de janeiro a setembro de 2017 em função do baixo nível dos reservatórios, com uma maior diferença entre os valores gastos em relação aos custos reconhecidos na tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 14 das informações contábeis intermediárias.



### Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$295.749 no período de janeiro a setembro de 2017 comparado ao valor de R\$692.211 no mesmo período de 2016. No exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado em 2017, no montante de R\$149.255, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Maiores informações na nota explicativa nº 14 – Ativos Financeiros da Concessão.

### Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas informações contábeis intermediárias.

### Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$536.507 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$138.870 no mesmo período de 2016, aumento de R\$397.637. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 322,61% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$299,42/MWh em 30 de setembro de 2017 e R\$70,85/MWh em 30 de setembro de 2016) e da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

### Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.305.636 no período de janeiro a setembro de 2017 comparado a R\$1.037.126 no mesmo período de 2016, um aumento de 25,89%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 32,10% no volume de gás vendido (982.235m<sup>3</sup> no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a 743.534m<sup>3</sup> no mesmo período de 2016).

### Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$736.754 no período de janeiro a setembro de 2017 comparadas a R\$917.855 no mesmo período de 2016, apresentando uma redução de 19,73%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos vinculados à concessão.





### Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia, Receita de Concessão de Transmissão, Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga e Outras Receitas Operacionais, foram de R\$1.561.119 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$1.527.798 no mesmo período de 2016, um aumento de 2,18%. A composição das receitas operações está demonstrada na nota explicativa nº 25 destas informações contábeis intermediárias.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$8.308.094 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$7.933.934 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 4,72%.

A Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre de 2017 de R\$562.406 no ICMS incidente sobre a receita.

### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.326.946 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$1.596.577 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$258.060 no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação a R\$342.789 no mesmo período de 2016, redução de 24,72%. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos valores da bandeira vermelha nos períodos comparados.



### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$13.809.439 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$12.235.941 no mesmo período de 2016, um aumento de 12,86%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$7.685.392 no período de janeiro a setembro de 2017 comparada a R\$6.126.458 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 24,45%.

Este resultado foi decorrente basicamente do aumento de 166,70% nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$1.180.780 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$487.536 no mesmo período de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017, decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas. Dessa forma, ocorreu uma maior operação das usinas termelétricas, com o aumento nos gastos sendo custeado principalmente pelas distribuidoras de energia elétrica, em conformidade ao atual modelo regulatório no Brasil.

#### Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$791.339 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$741.416 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 6,73%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.



### Provisões operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$558.793 no período de janeiro a setembro de 2017, comparadas a R\$714.237 no mesmo período de 2016, uma redução de 21,76%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Variação do valor justo nas opções de investimento da Parati e SAAG, no montante de R\$160.903 no período de janeiro a setembro de 2017 na comparação com R\$297.073 no mesmo período de 2016. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 (Opções de Venda);
- Redução das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$191.343 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$282.915 no mesmo período de 2016, principalmente em função do aumento das ações da empresa em 2017 para recebimento dos créditos em atraso;
- Em relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$188.013 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$69.963 no mesmo período de 2016. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Maiores informações na nota explicativa nº 23.

### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.275.667 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$1.217.201 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 4,80%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$197.326 em comparação ao valor registrado no mesmo período de 2016 de R\$92.919;
- Redução de 13,49% no número de empregados médios nos períodos comparados (6.631 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a 7.666 no mesmo período de 2016).



### Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$736.754 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$917.855 do mesmo período de 2016, uma redução de 19,73%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### Gás comprado para revenda

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$789.861 comparada a uma despesa de R\$623.503 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 26,68%. Esta variação decorre basicamente aumento de 33,72% na quantidade de gás comprado para revenda (987.442 m<sup>3</sup> no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a 738.421m<sup>3</sup> no mesmo período de 2016), parcialmente compensado pela redução dos encargos, proveniente do novo acordo entre a Gasmig e Petrobrás com a redução da obrigação da retirada diária de gás.

### ***Resultado de Equivalência Patrimonial***

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou uma perda de R\$20.680 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação ao ganho de R\$47.260 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente dos resultados negativos com equivalência patrimonial na Madeira Energia (R\$84.553), no Fip Melbourne – Usina de Santo Antônio (R\$73.209) e Renova (R\$50.048) e pela redução no ganho com equivalência na Taesa, devido a redução de participação acionária que passou de 43,36% em setembro de 2016 para 31,54% em setembro de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro no período de janeiro a setembro de 2017 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$721.886 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.052.824 no mesmo período de 2016. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$157.711 na despesa financeira referente variação monetária de empréstimos e financiamentos em função da variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 1,78% no período de janeiro a setembro de 2017 na comparação a variação de 5,51% no mesmo período de 2016;



- Redução de R\$230.602 nos encargos de empréstimos e financiamentos em função, principalmente, da redução do CDI, principal indexador da dívida, que foi de 8,03% de janeiro a setembro de 2017 em comparação a 10,42% no mesmo período de 2016;
- Reversão da provisão decorrente da variação monetária do AFAC no montante de R\$239.445. Vide mais informações na nota explicativa nº 23;
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$206.967 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$40.086 no mesmo período de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de setembro de 2017. No mesmo período de 2016 a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide mais informações na nota explicativa nº 14;
- Redução de R\$38.381 nos encargos de variação monetária de dívida pactuada com a Forluz também em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, conforme mencionado acima.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

No período de janeiro a setembro de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$204.594 em relação ao lucro de R\$601.776 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 34,00%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$224.400 em relação ao Resultado de R\$865.233, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 25,94%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 destas informações contábeis intermediárias.

### ***Resultado do Trimestre***

A Cemig apresentou, no terceiro trimestre de 2017, um prejuízo líquido de R\$83.666 em comparação ao lucro líquido de R\$433.502 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.



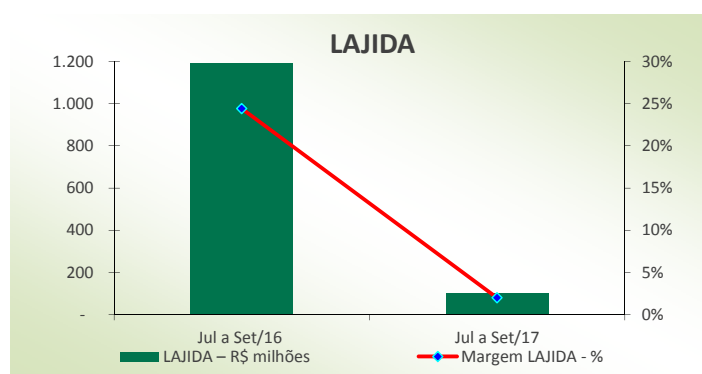
Destaca-se que, no trimestre findo em 30 de setembro de 2017 a Cemig GT e Cemig D efetuaram adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, totalizando um montante estimado de R\$ 582.956, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, a ser realizado em 6 parcelas iguais e sucessivas, a partir de 31 de outubro de 2017. O valor registrado no resultado do 3º trimestre de 2017 foi de R\$587.629, sendo R\$562.411 registrado como deduções à receita e R\$25.218 registrado como despesa (operacional e financeira).

Também como eventos não recorrentes do 3º trimestre de 2017, a Companhia registrou uma receita referente a atualização da indenização dos ativos de geração, no valor de R\$259.516 e a reversão da provisão do AFAC, cujo efeito no resultado financeiro foi de R\$277.723, sendo R\$239.445 uma reversão de provisão e R\$38.278 uma receita financeira decorrente da atualização do depósito administrativo. Mais detalhes nas notas explicativas 11 e 23.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma redução de 91,58% no terceiro trimestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2017	Terceiro Trim/2016	Var %
Resultado do Período	(83.666)	433.502	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(9.334)	135.034	-
+ Resultado Financeiro	(12.414)	422.912	(37,69)
+ Depreciação e Amortização	205.983	202.480	1,73
<b>= LAJIDA</b>	<b>100.569</b>	<b>1.193.928</b>	<b>(91,58)</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



A redução de 91,58% no LAJIDA, no terceiro trimestre de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016 decorre, principalmente, do prejuízo de R\$265.788 no terceiro trimestre de 2017 em comparação ao lucro de R\$433.502 no mesmo período de 2016. A margem do LAJIDA da Companhia foi de 24,39% no terceiro trimestre de 2016 comparado a 1,97% no terceiro trimestre de 2017.

#### Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.815.621 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a R\$5.787.568 no mesmo período de 2016, representando aumento de 0,48%.

#### **Consumidores Finais**

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$4.882.538 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$5.025.744 no mesmo período de 2016, representado uma redução de 2,85%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- Aumento de 1,99% no volume de energia vendida aos consumidores finais;

#### **Evolução do Mercado**

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no terceiro trimestre de 2017, comparativamente às do mesmo período de 2016:



A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	Terceiro Trim/2017	Terceiro Trim/2016	Var %
Residencial	2.456.908	2.389.353	2,83
Industrial	4.458.794	5.031.850	(11,39)
Comércio, Serviços e Outros	1.776.377	1.522.936	16,64
Rural	1.016.897	1.015.555	0,13
Poder Público	207.967	208.314	(0,17)
Iluminação Pública	354.299	338.892	4,55
Serviço Público	338.415	318.605	6,22
Subtotal	<b>10.609.657</b>	<b>10.825.505</b>	<b>(1,99)</b>
Consumo Próprio	8.896	8.528	4,32
	<b>10.618.553</b>	<b>10.834.033</b>	<b>(1,99)</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.427.498	3.006.675	14,00
Total	<b>14.046.051</b>	<b>13.840.708</b>	<b>1,48</b>

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 11,39% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

#### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No terceiro trimestre de 2017, a receita foi de R\$330.147 comparada a R\$511.552 do mesmo período de 2016, redução de 35,46%.

#### CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No terceiro trimestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem repassados aos consumidores no próximo reajuste tarifário no montante de R\$480.112, em comparação a valores a serem ressarcidos de R\$273.498 no mesmo período de 2016.

Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no terceiro trimestre de 2017, com uma maior diferença entre os valores gastos em relação aos custos reconhecidos na tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 14 das informações contábeis intermediárias.





### Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$25.894 no terceiro trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$99.742 no mesmo período de 2016.

No 2º trimestre do exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

### Receita de Indenização da Geração

No terceiro trimestre de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas informações contábeis intermediárias.

### Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$484.491 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$339.634 no mesmo período de 2016, um aumento 42,65%, decorrente basicamente do aumento de gás vendido (375.870m<sup>3</sup> no terceiro trimestre de 2017 comparados a 238.440m<sup>3</sup> no terceiro trimestre de 2016).

### Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$295.720 no terceiro trimestre de 2017 comparadas a R\$334.122 no mesmo período de 2016, apresentando redução de 11,49%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

### Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, Receita de Concessão de Transmissão, Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga e Outras Receitas Operacionais, em conjunto, apresentaram uma redução de 1,85% nos períodos comparados (R\$514.064 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a R\$519.158 no mesmo período de 2016).



### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$3.181.073 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$2.509.870 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 26,74%.

Conforme mencionado no início deste comentário, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre de 2017 de R\$587.629 na despesa com ICMS.

### **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e têm como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$467.576 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$571.148 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### **Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias**

Houve um aumento dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$101.625 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a reversão de R\$429 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se à alteração na bandeira tarifária, que foi amarela no mês de julho e vermelha no mês de agosto de 2017, em comparação à bandeira verde no terceiro trimestre de 2016, o que implicou no maior recebimento de valores no terceiro trimestre de 2017.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais apresentaram um aumento de 31,06% nos trimestres comparados, sendo R\$5.160.438 no terceiro trimestre de 2017 e R\$3.937.376 no mesmo período de 2016. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.



As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.942.974 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$2.170.348 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 35,60%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 26,83% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$824.699 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$650.259 no mesmo período de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente regulado em 2017;
- Aumento de 107,95% na despesa com energia de curto prazo, que foi de R\$408.859 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$196.612 no mesmo período de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017 decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas. Dessa forma, ocorreu uma maior operação das usinas termelétricas, com o aumento nos gastos sendo custeado principalmente pelas distribuidoras de energia elétrica, em conformidade ao atual modelo regulatório no Brasil.

#### Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$387.078 no terceiro trimestre de 2017, comparados a R\$215.504 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 79,62%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$188.875 no terceiro trimestre de 2017, comparadas a uma reversão de R\$19.375 no mesmo período de 2016. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:



- Reversão de provisão nas opções de investimento da RME e LEPSA, no montante de R\$166.767 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a uma constituição de R\$85.306 no mesmo período de 2017. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 15 (Opções de Venda);
- Redução das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$50.458 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a R\$108.349 no terceiro trimestre de 2016, principalmente em função da redução da inadimplência no período.

### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$358.505 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$373.986 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 4,14%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 17,39% no número médio de empregados, sendo 6.166 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 7.464 no terceiro trimestre de 2016, parcialmente compensado pelo reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo.
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$31.904 em comparação ao valor registrado no mesmo período de 2016 de R\$29.034.

### Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$886 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$24.217 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o resultado apurado.

### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$295.720 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$334.122 do mesmo período de 2016, uma redução de 11,49%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.



### Gás Comprado para Revenda

No terceiro trimestre de 2017 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$304.698 comparada a uma despesa de R\$196.494 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 55,07%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento da quantidade de gás comprado (385.487m<sup>3</sup> no terceiro trimestre de 2017 comparados a 234.926m<sup>3</sup> no terceiro trimestre de 2016).

### **Resultado de Equivalência Patrimonial**

No terceiro trimestre de 2017 a Companhia apurou uma perda líquida com equivalência patrimonial no montante de R\$80.798 comparado a um ganho líquido de R\$33.218 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente de: (i) resultado da Renova, que apresentou uma perda de R\$86.601 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a uma perda de R\$26.179 no mesmo período de 2016; e, (ii) ganho na Taesa de R\$45.006 no terceiro trimestre de 2017, em comparação a um ganho de R\$90.873 no mesmo período de 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro no terceiro trimestre de 2017 foi uma Receita Financeira Líquida de R\$12.414 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$422.912 no mesmo período de 2016. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Reversão da provisão decorrente da variação monetária do AFAC no montante de R\$239.445. Vide mais informações na nota explicativa nº 23;
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$19.403 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$12.006 no terceiro trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de setembro de 2017. No mesmo período de 2016, a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide maiores informações na nota explicativa nº 14;
- Redução de R\$38.718 nas rendas de aplicação financeira em função, principalmente, do menor volume de recursos aplicados;
- Redução de R\$41.277 na despesa financeira referente à variação monetária de empréstimos e financiamentos, em função da variação do IPCA, indexador da dívida, no período (0,59 % no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 1,04% no terceiro trimestre de 2016);



- redução de 34,39% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$344.297 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$524.775 no mesmo período de 2016, em função da menor variação do CDI, principal indexador da dívida da Companhia, que foi de 2,29% no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 3,47% no mesmo período de 2016.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

No terceiro trimestre de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$9.334 em relação ao prejuízo de R\$93.000 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 10,04%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$135.034 em relação ao lucro de R\$568.536, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,75%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 destas informações contábeis intermediárias.

## **OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

### ***Conselho de Administração***

#### Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de setembro de 2017, reuniu-se 25 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

#### Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2016, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2018.

Principais responsabilidades e atribuições:



Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a R\$17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

#### Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
  1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
  2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
  3. Comitê de Recursos Humanos;
  4. Comitê de Estratégia;
  5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
  6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

#### ***Qualificação e remuneração***

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.



### **Comitê de Auditoria**

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

### **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30 de setembro de 2017 foram realizadas 37 reuniões.





## **Conselho Fiscal**

### Reuniões

- No ano de 2017, até o mês de setembro, foram realizadas 10 reuniões.

### Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
  - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
  - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
  - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
  - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

### **Qualificação e remuneração**

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.



### **Lei Sarbanes-Oxley**

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

### **Gestão de Riscos Corporativos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco otimizam os investimentos no controle da atividade, reduzem os custos, melhoram a performance e consequentemente favorecem o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Além disso, entre os requisitos avaliados para a permanência da Companhia na composição de índices como o Dow Jones de Sustentabilidade e o de Sustentabilidade Empresarial – ISE destaca-se a necessidade de implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos.

O processo de gestão de riscos na Cemig foi iniciado em 2003 e vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se a criação, em 2012, do Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC responsável pelo monitoramento do processo tendo ainda como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa. O CMRC se reúne bimestralmente.



Em 2013, foi implantada uma nova plataforma tecnológica, exclusiva para gerenciamento de riscos, módulo SAP RM (Risk Management) que viabilizou, entre outros, que o processo de mapeamento de riscos seja feito continuamente à medida que a atualização das informações, verificações e avaliações dos controles e planos de ação se tornem tarefas agendadas a serem executadas pelos responsáveis dentro do próprio sistema, fazendo com que todos os agentes envolvidos na gestão de riscos tenham papéis e responsabilidades determinadas e acompanhadas, com minimização de custos e de recursos humanos para a sua realização e controle. Além disso, existe um fluxo realizado por uma área independente para avaliação periódica dos controles no intuito de auditar a efetividade do processo.

Em 2015, ocorreu a efetivação plena da plataforma, gerando relatórios confiáveis e obtendo percepções de relações entre os riscos mapeados.

Em 2015, novas iniciativas foram implementadas. Destaque para:

- Ajustes na metodologia-padrão de gerenciamento de riscos (novo modelo de segmentação dos riscos, forma de quantificação dos impactos e abordagem no levantamento das informações incorporando também a visão “Top Down”);
- Revisão/atualização da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Mapeamento dos principais riscos corporativos (“Top Risks”) e alguns relacionados ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig;
- Aprovação da matriz de riscos corporativos e das premissas de apetite a riscos pelo Conselho de Administração.

No processo de levantamento dos “Top Risks” foi feita uma pesquisa com os Superintendentes da Companhia com o propósito de levantar os principais temas corporativos a serem monitorados, tais como: perda de concessão, grau de endividamento, liquidez, indicadores de disponibilidade e confiabilidade e glosa. O produto deste trabalho gerou uma matriz que expressa a avaliação conjunta do impacto e probabilidade de ocorrência do risco.

Especialmente quanto ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig foram identificados os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, mortalidade de peixes, acidentes ambientais com óleo/logística de material, cumprimento de condicionantes ambientais, entre outros. A Cemig adota medidas de mitigação e gerenciamento de exposição alinhadas com as premissas de apetite a risco.

Em 2016 foi criada a Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos (GC), subordinada à Presidência, permitindo assim maior independência nos trabalhos.



Além disso, a Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente.

### ***Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional***

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação.

A atualização do documento ocorreu em 2016.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

### ***Comissão de Ética***

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.



Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

### POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	4.860.228	0,58	8.649.862	0,39
Total Controlador	214.471.442	50,97	4.860.228	0,58	223.064.601	17,42
AGC Energia S/A (1)	68.545.756	16,29	-	-	68.545.756	5,45
FIA Dinâmica Energia S/A	41.635.754	9,90	62.469.590	7,45	104.105.344	8,27
BNDSPAR	54.342.992	12,92	26.220.938	3,13	80.563.930	6,40

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

### POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

	30/09/2017	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	4.860.228
Conselho de Administração	103.606	181.473
Diretoria Executiva	3	83
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação ( <i>free float</i> )	206.189.588	832.474.513
<b>TOTAL</b>	<b>420.764.708</b>	<b>838.076.946</b>

### Relações com Investidores

No ano de 2016, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.



As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no começo de junho de 2017, pelo 22º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

### ***Governança Corporativa***

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.



Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
  - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
  - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
  - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

\*\*\*\*\*



(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**

Diretor-Presidente

**Ronaldo Gomes de Abreu**

Diretor de Distribuição e  
Comercialização, interinamente

**José de Araújo Lins Neto**

Diretor de Gestão Empresarial

**José Maria Rabelo**

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

**Leonardo George de Magalhães**

Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Bernardo Afonso Salomão de  
Alvarenga**

Diretor Vice-Presidente, interina e  
cumulativamente

**Franklin Moreira Gonçalves**

Diretor de Geração e Transmissão

**Thiago de Azevedo Camargo**

Diretor de Relações Institucionais e  
Comunicação

**Adézio de Almeida Lima**

Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**Maura Galuppo Botelho Martins**

Diretora de Relações e Recursos  
Humanos

**Dimas Costa**

Diretor Comercial

**Luciano de Araújo Ferraz**

Diretor Jurídico

**Leonardo Felipe Mesquita**

Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG-85.260



## **Anexo VIII**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

### SENHORES ACIONISTAS:

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Cemig Telecomunicações S.A. – CEMIGTelecom, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2016, o PIB brasileiro fechou com queda de 3,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, teve variação acumulada em 6,29% e a desvalorização do Dólar em relação ao Real foi de 24,12%.

Acompanhando o cenário econômico do país, e contrariando as expectativas para 2016, o setor de Telecomunicações recuou 3,4%<sup>1</sup>, quando comparado com 2015. Cabe destacar a aceleração na migração do consumo de voz para dados. Com a popularização dos smartphones, consumidores gastam mais para navegar na internet do que com serviços de voz. A mudança provocou, inclusive, uma queda no número de linhas móveis, intensificando a necessidade de investimentos na ampliação de redes de fibra óptica.

Alinhada a essa demanda do mercado, a CEMIGTelecom concluiu o projeto de implantação do sistema de transporte de dados DWDM (*Dense Wavelength Division Multiplexing*), utilizando fibras da própria CEMIGTelecom, e assinou contratos de swap de fibras e capacidade com a Level 3 e Algar Telecom. Os Acordos de Swap celebrados em 2016 permitiram a ampliação do alcance da rede de fibra óptica de longa distância da CemigTelecom, interligando importantes cidades de Minas Gerais com os principais mercados do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo. Em 2016, a Empresa investiu,

aproximadamente, R\$42 milhões na modernização de sua rede de telecomunicações, especialmente em Minas Gerais, bem como na ligação de novos clientes.

A Companhia atua especialmente no fornecimento de internet dedicada, conectividade e serviços especiais, com abrangência principalmente no estado de Minas Gerais e nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza e Goiânia.

A estratégia da CEMIGTelecom em 2016 visou ampliar sua atuação no mercado corporativo, compreendendo o atendimento a empresas e governo, juntamente com o segmento de provedores de internet (*Internet Service Provider-ISP*), pequenas operadoras que não possuem rede própria, contrapondo à tendência das grandes operadoras em construir suas próprias redes e suspender a contratação de circuitos. Como resultado, a Companhia aumentou seu faturamento nos segmentos corporativo e ISP em 54%, tendo este último segmento, em específico, apresentado um aumento de 230%. Contribuíram para esse resultado, além da força de vendas direta, a contratação de canais indiretos, através de representantes comerciais em todos os Estados onde a Companhia atua. Até o momento, a CEMIGTelecom possui 17 empresas contratadas para a prestação desse serviço. Superando as expectativas, os representantes comerciais foram responsáveis por 14% das vendas totais da empresa e por mais de 50% das vendas para o segmento corporativo em 2016.

<sup>1</sup> <http://convergecom.com.br/teletime/15/02/2017/servicos-de-telecomunicacoes-fecham-2016-com-queda-de-34/>

A CEMIGTelecom registrou resultados que refletem avanços relevantes em sua gestão, governança e estratégia corporativa no exercício de 2016. Na dimensão operacional, a Companhia manteve elevados níveis de disponibilidade da sua rede, de 99,95%, o que indica sólido desempenho e qualidade.

A evolução da eficiência operacional, praticada nos mais diversos processos da Companhia, pode ser verificada pelo resultado do EBITDA gerencial ajustado que, apesar de ter apresentado margem inferior à de 2015, alcançou níveis acima do esperado para o ano. Ações de melhoria e de aumento da produtividade foram implementadas em diversos processos, desde atividades técnicas, administrativas e de suporte e infraestrutura e, especialmente, nas atividades comerciais.

Dentre essas melhorias, podemos destacar a redução dos custos através da licitação de novos contratos e da implementação de um contrato único para execução de serviços de Implantação, Ativação e Manutenção da rede (Contrato 3 em 1). Destaque-se, ainda, a implementação de dois sistemas de extrema relevância para o estágio atual de operações da Companhia: o Sistema de Gestão Integrada (SGI), que centraliza a gerência proativa da rede e gestão de falhas e incidentes em uma mesma plataforma, e o *Customer Relation Management* (CRM), que centraliza a gestão da carteira de clientes também em uma mesma plataforma.

No quesito Recursos Humanos, foi criada a Superintendência de Gestão de Pessoas, a qual realizou diversas ações de destaque ao longo do ano, entre elas: (i) realização de Concurso Público da CEMIGTelecom no segundo semestre, com o provimento de 8 vagas, basicamente voltadas para a área comercial; (ii) diversos cursos de capacitação

profissional; (iii) lançamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (P.D.V.I), que obteve adesão espontânea de 12% dos colaboradores da CEMIGTelecom e representará uma economia anual de R\$5 milhões; e (iv) reestruturação e divulgação do Plano de Cargos e Salários.

Em 2016, foi criado o Núcleo de Gestão de Contratos, que, de forma centralizada, realiza o acompanhamento, a conferência e a gestão administrativa de todos os contratos, visando à uniformização das práticas e o fortalecimento dos controles internos.

Importante destacar o processo de reestruturação societária da Ativas Data Center ocorrido no exercício de 2016, através do qual a empresa chilena SONDA, maior companhia latino-americana de soluções de Tecnologia da Informação, passou a fazer parte da sociedade. A SONDA investiu R\$114 milhões na Ativas, representando 60% do capital social total da Companhia. CEMIGTelecom e Asamar passaram a deter, conjuntamente, 40% das ações dessa investida.



## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional da Companhia pode ser assim demonstrado:

CEMIGTelecom - Demonstração dos Resultados			
DRE (R\$ mil)	2016 (A)	2015 Reapresentado (B)	Variação % 2016 x 2015
Receita Líquida	102.445	120.613	-15%
Custos e Despesas operacionais	(65.509)	(60.529)	8%
<b>EBITDA Gerencial Ajustado <sup>(1)</sup></b>	<b>36.936</b>	<b>60.085</b>	<b>-39%</b>
<i>Margem EBITDA Gerencial Ajustada</i>	<i>36,05%</i>	<i>49,82%</i>	<i>-28%</i>
Equivalência Patrimonial	(27.165)	(28.833)	-6%
Resultado Não Operacional e/ou Não Recorrente <sup>(2)</sup>	47.257	(250)	-19003%
<b>EBITDA CVM</b>	<b>57.029</b>	<b>31.002</b>	<b>84%</b>
<i>Margem EBITDA CVM</i>	<i>55,67%</i>	<i>25,70%</i>	<i>117%</i>
Depreciação / Amortização	(37.742)	(48.968)	-23%
<b>EBIT</b>	<b>19.287</b>	<b>(17.966)</b>	<b>207%</b>
Resultado Financeiro	(5.162)	(1.725)	-199%
<b>EBT</b>	<b>14.125</b>	<b>(19.691)</b>	<b>172%</b>
Imposto de Renda / Contribuição Social	(4.141)	(16.140)	74%
<b>Lucro/Prejuízo</b>	<b>9.984</b>	<b>(35.831)</b>	<b>128%</b>
<i>Margem Líquida</i>	<i>9,75%</i>	<i>-29,71%</i>	<i>133%</i>

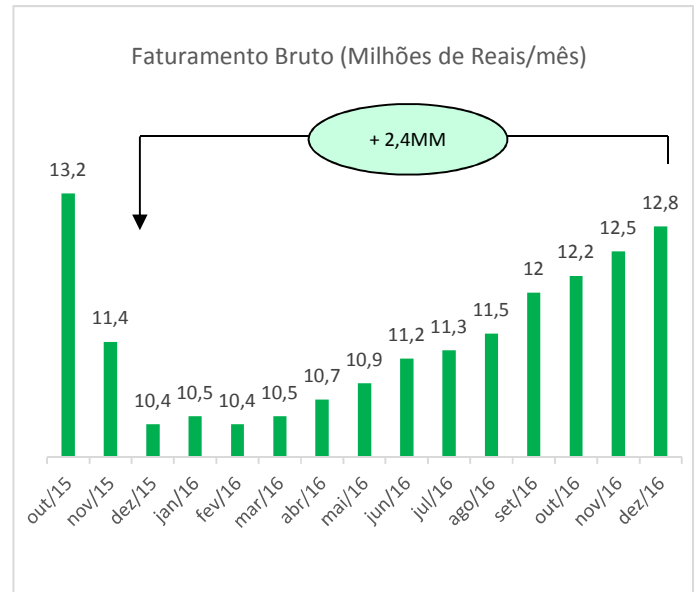
<sup>(1)</sup> **EBITDA Gerencial Ajustado:** Exclui Equivalência Patrimonial e Resultado Não Operacional e/ou Não recorrente.

<sup>(2)</sup> **Resultado Não Operacional e/ou Não Recorrente:** Inclui: (i) Provisão para perdas em Investimento-Swap Ativas; (ii) Ganho na operação de arrendamento da rede GPON; (iii) PIS/COFINS diferido sobre o arrendamento da rede GPON; (iv) Ganho com ativos recebidos da Eletronet; (v) Provisão para obsolescência; (vi) Ganho com instrumentos financeiros

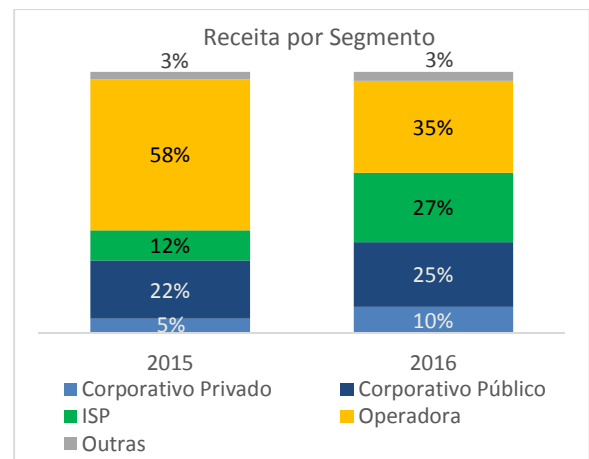
### 2.1. RECEITA OPERACIONAL

A receita operacional bruta totalizou R\$136,5 milhões em 2016, o que representa uma redução de 7% em relação a 2015 (R\$147 milhões). O desempenho pode ser considerado satisfatório, considerando-se que, com o encerramento do contrato da Rede HFC/OI ao final de 2015, houve uma perda imediata de faturamento de R\$2,8 milhões/mês. Ao longo de 2016, a CEMIGTelecom foi capaz de recompor a quase totalidade do faturamento mensal verificado em 2015.

Houve, também, significativo aumento no *Churn* de serviços às operadoras, motivado pelo movimento de substituição de despesas operacionais por investimento de capital nesse segmento. Com o objetivo de minimizar o impacto negativo desses cancelamentos, em 2016, a CEMIGTelecom intensificou sua estratégia comercial direcionada para o segmento corporativo, especialmente para o mercado de provedores de internet (ISPs), reduzindo gradativamente a concentração do faturamento no segmento de operadoras.

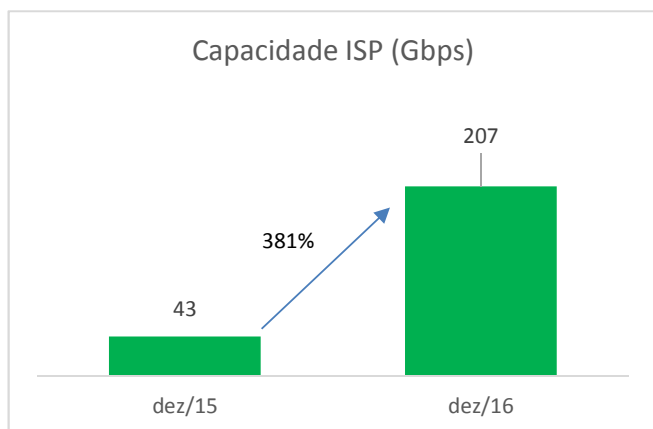
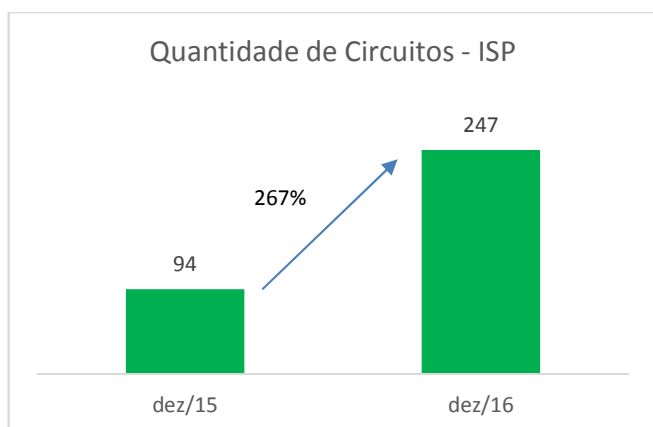


Como resultado, os esforços de vendas para esse mercado foram suficientes para compensar as perdas de receita e reduzir significativamente o risco de mercado, através da diversificação da carteira de clientes.



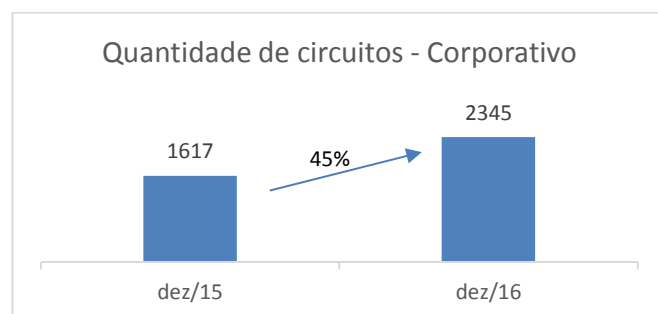
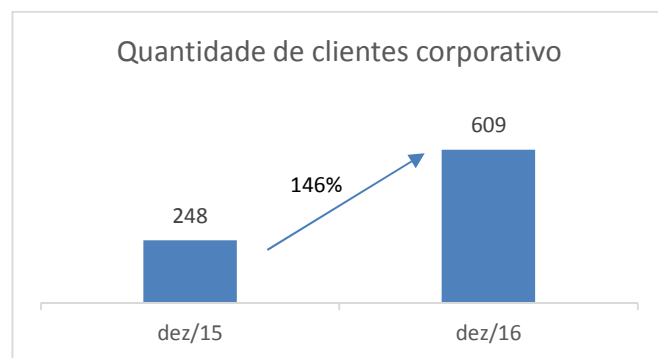
### 2.1.1. Provedores de Internet (ISP)

A base de clientes no segmento ISP cresceu 267,0% na carteira da CEMIGTelecom em 2016, com o acréscimo de 153 novos clientes/circuitos. O volume de banda comercializada aumentou 381,0%, passando de 43 Gbps em 2015 para 207 Gbps em 2016, totalizando uma Receita Bruta de R\$40 milhões para este segmento (Em 2015, R\$12 milhões).



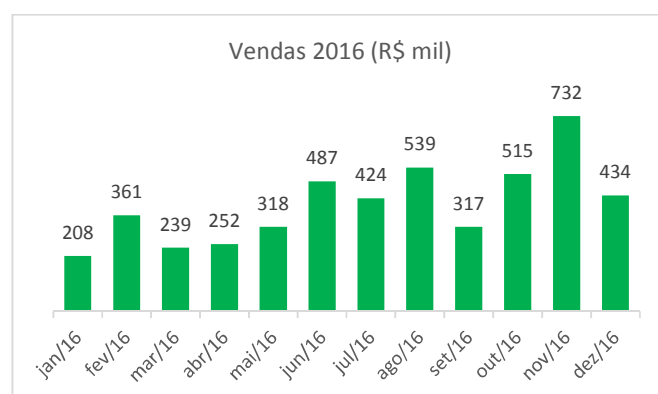
### 2.1.2. Mercado Corporativo

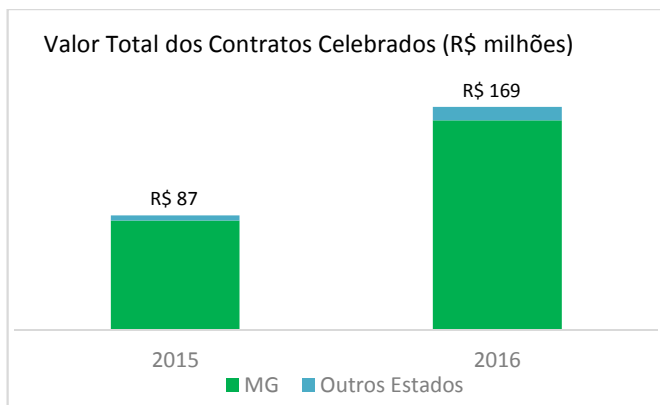
Em relação ao segmento corporativo, houve um crescimento de 146% na base de clientes, o que corresponde a 361 novos consumidores, e um aumento de 45% no número de circuitos contratados. Em 2016, a receita auferida neste segmento foi de R\$52 milhões (em 2015, R\$47,6 milhões).



### 2.2. VENDAS

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2016, as vendas totalizaram o montante de R\$4,8 milhões/mês, o que representa um aumento no faturamento de R\$57,9 milhões nos 12 meses seguintes à ativação. Em média, a ativação ocorre 60 dias após a contratação. O valor total de todos os contratos (*Total Cash Value-TCV*) celebrados em 2016 foi de R\$169 milhões, 94% acima do valor total dos contratos assinados em 2015, que somaram R\$87 milhões.

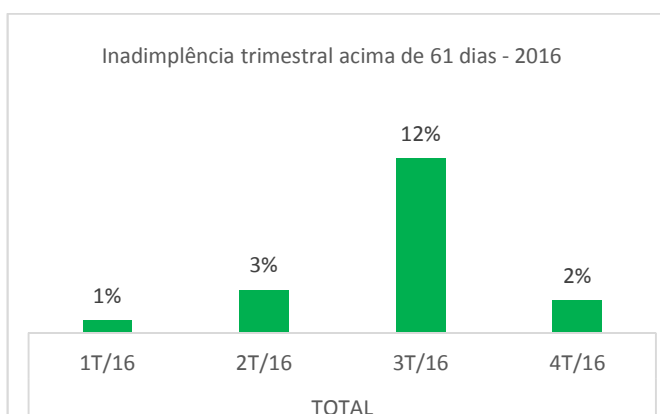




### 2.3. INADIMPLÊNCIA

O corte no fornecimento dos serviços tem se mostrado uma medida eficaz no controle da inadimplência nos segmentos corporativo privado e de Provedores de Internet (ISP).

Os problemas de crédito com o segmento corporativo público afetaram o indicador de inadimplência acima de 60 dias, em especial no terceiro trimestre de 2016, motivados principalmente pelo atraso no repasse nas dotações orçamentárias de órgãos públicos e no consequente atraso de pagamentos de certos clientes. Esse fluxo de pagamentos foi equacionado ainda no ano de 2016. Perdas estimadas no recebimento de crédito (PDD) foram registradas no valor de R\$180 mil em 2016, relativas às faturas de pequenas empresas do segmento corporativo privado.



### 2.4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2016, a CEMIGTelecom realizou diversas ações com o objetivo de controlar e reduzir custos e despesas operacionais: (i) negociação de contratos com fornecedores, (ii) investimentos em sistemas de gestão, (iii) implantação do programa INOVAR, entre outras. Neste ano, com a celebração do Contrato 3 em 1, os custos de manutenção mantiveram-se 4% abaixo dos valores despendidos em 2015, apesar do considerável aumento no número de ativações. Destaca-se, ainda, a redução de 49% nos custos com contratação de circuitos de longa distância de terceiros (R\$3,6 milhões), devido à implantação da rede DWDM, à renegociação de contratos e à substituição de fornecedores, o que reduziu significativamente o custo do Mbps contratado. A variação a menor nas despesas com vendas e marketing em 2016 é explicada pelo alto valor contabilizado de Provisão para Devedores Duvidosos-PDD em 2015, sendo esse valor não recorrente em 2016.

Custos e Despesas - R\$ mil	2016	2015	Varição % 2016 x 2015
Compras de Circuitos	(3.676)	(7.164)	-49%
Energia Elétrica	(3.176)	(5.116)	-38%
Custo com Porta IP	(2.772)	(1.339)	107%
Direito de Passagem	(5.236)	(5.024)	4%
Outros Custos Operacionais	(2.354)	(1.645)	43%
Serviço de manutenção de sistemas e rede	(14.860)	(15.530)	-4%
Pessoal e Encargos	(25.128)	(17.295)	45%
Serviços de Terceiros	(2.982)	(2.948)	1%
Imóveis locados	(1.701)	(1.976)	-14%
Despesas Administrativas	(1.812)	(1.214)	49%
Despesas com Vendas e Marketing	(51)	(1.280)	-96%
Despesas de viagem	(301)	(222)	36%
Despesas Tributárias	(729)	(521)	40%
Outras Despesas/Receitas	(731)	745	-198%
<b>Total</b>	<b>(65.509)</b>	<b>(60.529)</b>	<b>8%</b>

Os custos com Porta IP devem ser relacionados à receita de circuitos comercializados. Nesse sentido, em 2016, a comercialização de circuitos cresceu 381% em relação a 2015, enquanto que os custos com Porta IP aumentaram 107%, demonstrando um ganho significativo de eficiência. Já o aumento nos custos de pessoal é decorrente da realização de Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI) em 2016.

## 2.5. GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2016, a geração de caixa medida pelo EBITDA (*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*), apurada na forma da Instrução CVM 527/12, foi de R\$57,0 milhões, ficando 84% maior que o EBITDA CVM de 2015. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo Resultado Não Operacional da Companhia. O EBITDA gerencial ajustado, utilizado pela Companhia na avaliação de performance, foi 39% menor em 2016 do que o apresentado em 2015. Tal variação se explica pela redução de 15% na receita líquida em 2016, justificada pelo encerramento do contrato da rede HFC/Oi e pelo aumento nos custos e despesas operacionais em 8%. A Margem EBITDA na forma da Instrução CVM passou de 25,7% em 2015 para 55,7% em 2016. A Margem EBITDA Gerencial Ajustada para o mesmo período de comparação passou de, respectivamente, 49,8% para 36,1%.

Apesar da redução na Margem de EBITDA Gerencial Ajustada, cabe salientar que a diversificação na carteira de clientes exigiu uma atuação mais agressiva em marketing através de canais indiretos de vendas e uma adequação ao portfólio nos estados do NE/CO, reposicionando a CEMIGTelecom no atendimento aos clientes corporativos e de provedores de internet. Esse movimento estratégico provocou uma redução nas margens de lucratividade, porém mais sustentáveis, uma vez que a Companhia se dedicava anteriormente quase que exclusivamente ao mercado de operadoras.

## 2.6. EBIT

Em 2016, o EBIT (*Earnings Before Interests and taxes*), apurado na forma da Instrução CVM 527/12, foi de R\$19,2 milhões, sendo 207% maior que o de 2015

(R\$17,9 milhões negativos), tendo sido muito impactado pelo Resultado Não Operacional.

## 2.7. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2016 foi negativo em R\$5,1 milhões, 199% menor que o resultado financeiro de 2015. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento das despesas financeiras incorridas, devido aos juros da 2ª Emissão de Notas Promissórias (R\$ 23,0 milhões), captadas ao final de 2015, e dos contratos de mútuo celebrados para aporte de capital na Ativas Data Center.

## 2.8. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A CEMIGTelecom encerrou o ano de 2016 com lucro líquido de R\$9,9 milhões (prejuízo de R\$35,8 milhões em 2015). A melhora no resultado se deveu, principalmente, ao resultado não operacional no valor de R\$47,2 milhões.

## 2.9. INVESTIMENTO

Os investimentos realizados em 2016 estão alinhados às diretrizes do plano estratégico da CEMIGTelecom, no sentido de maximizar o uso das redes de fibra óptica já implantadas. Nesse sentido, os investimentos foram direcionados, em sua maior parte, para a última milha de atendimento aos clientes e para a melhoria da rede, com a da implantação da rede DWDM. Em 2016, foram investidos R\$41,7 milhões, representando uma diminuição de 3% em relação a 2015.

## 3. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Face à existência de prejuízos acumulados, a Companhia não declarou, em 2016, o pagamento de juros sobre o capital próprio e, tampouco, o pagamento de dividendos.

## 4. PROGRAMAS SOCIAIS

Em 2016, a CEMIGTelecom deu continuidade às ações de sustentabilidade social e ambiental, em conjunto com seus empregados, como segue:

- i. Campanha de Inverno: As doações de vestuários, agasalhos e roupas de cama arrecadadas, foram direcionadas ao Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus. Essa instituição é uma Associação Beneficente e de Assistência Social constituída com a finalidade de prestar assistência material e amparo a pessoas (crianças, adolescentes, adultos e idosos), sem distinção de crença, raça ou nacionalidade. A campanha ocorreu em junho/2016.
- ii. Dia do Voluntariado: Arrecadação de doações em parceria com diversas empresas do Grupo CEMIG, AEA-MG, AIC, CeMAIS e Gremig (roupas, utensílios e material de higiene pessoal) em agosto/2016. Adicionalmente, foram realizadas outras campanhas internas que resultaram na arrecadação de dezenas de roupas, calçados, cobertores, livros, fraldas geriátricas e outros utensílios que foram doados para instituições carentes.
- iii. Campanha de Natal: Arrecadação de itens de cesta básica e doação de brinquedos novos e usados para entrega para o projeto do Papai Noel Sr. Pedro Reis e para o projeto Amigos de Minas. Os presentes foram entregues no dia 23 de dezembro.
- iv. Lacre do Bem: Arrecadação lacres de latinhas de alumínio e, com a reciclagem desses lacres, adquirir cadeiras de rodas que serão doadas para pessoas, creches e outras instituições que cuidam de crianças com paralisia cerebral ou mobilidade reduzida. A CEMIGTelecom disponibiliza um ponto de coleta dentro da Companhia e no final do ano são redirecionadas as doações ao projeto em dezembro de 2016.

## 5. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia mantém contrato, desde o segundo trimestre de 2012, com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a revisão das Informações Trimestrais – ITR e para o exame de suas demonstrações financeiras anuais. A Deloitte prestou, ainda, em 2016, os seguintes serviços não relacionados ao de auditoria independente:

<u>Serviço</u>	<u>Honorários contratados</u>	<u>Período ou Data-base</u>
Aplicação de procedimentos previamente acordados sobre índices financeiros em cumprimento ao contrato de emissão de debêntures privada da CEMIGTelecom.	R\$ 12 mil	30/06/16 e 31/12/16

## 6. AGRADECIMENTOS

A Administração da CEMIGTelecom agradece aos seus clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades em geral pelo apoio envidado e pela confiança depositada na Empresa ao longo de 2016. Agradece, também, de forma especial, aos seus empregados e dirigentes pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.  
A Administração



# CEMIGTelecomunicações S.A. - CEMIGTelecom

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto operacional

### (a) A Companhia

A CEMIG Telecomunicações S.A. – CEMIGTelecom (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações, no Estado de Minas Gerais e outros Estados do Nordeste e Centro-Oeste, utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica das concessionárias de energia, principalmente a da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 – Térreo – Funcionários – Belo Horizonte – MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia – SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

Criada em 13 de janeiro de 1999, a CEMIGTelecom tem como foco prestar serviços de telecomunicação para os segmentos corporativo, de provedores de acesso à Internet (ISP) e de operadoras de telecomunicações. Atua no mercado de atacado alugando circuitos especializados para prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel, TV a cabo, bussiness carriers, data center, banda larga, dentre outras.

O *core business* da Companhia é a prestação de serviços de telecomunicações no segmento de operadoras, provedores de acesso à internet (ISP) e o provimento de serviços especializados para o segmento corporativo, disponibilizando soluções de conectividade de redes e acesso à internet, tais como: acesso à internet corporativo, comunicação de dados entre matriz e filiais, soluções de alta capacidade e qualidade, aluguel de circuitos especializados (Links, Rede IP/MPLS e VPNs), atendimentos customizados para cada negócio, soluções de conectividade, entre outros.

A CEMIGTelecom disponibiliza a maior rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações de Minas Gerais, com presença em mais de 70 cidades mineiras, que concentram aproximadamente 90% do PIB do estado. Adicionalmente, disponibiliza também serviços através de redes ópticas nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Goiânia e Fortaleza, além de possuir pontos de presença nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Visando viabilizar a entrada de um novo sócio na Ativas, a CEMIGTelecom assumiu um valor significativo de dívida de curto prazo. Com isto, em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da CEMIGTelecom excedeu o ativo circulante em R\$74.312. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e debêntures de curto e longo prazos da CEMIGTelecom totalizaram R\$63.751 e R\$37.621, com vencimento no segundo e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$18.134, R\$46.310, respectivamente, no entanto, cabe ressaltar que a Companhia contabilizou fluxos de caixa operacionais positivos nos valores de R\$46.827 e R\$56.971 em 2016 e 2015, respectivamente.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Companhia deverá captar valores significativos de capital de terceiros e/ou aporte de seu acionista, podendo continuar a depender da contratação de dívidas adicionais.

A Companhia possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de empréstimos para rolagem das dívidas, além de contar com suporte financeiro de seu controlador, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A Administração acredita que a Companhia possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatória e reúne condições adequadas para cumprir com as suas obrigações de curto prazo e continuar a fazer os investimentos necessários à manutenção dos projetos em andamento.

#### **(b) Investimento em coligada**

Até 18/10/16, a Companhia detinha controle compartilhado – “joint venture” na companhia Ativas Data Center S.A. (“Ativas”), com participação de 49% do capital social dessa empresa. A partir desta data, com a entrada da Sonda Procwork Outsourcing Informatica Ltda (“Sonda”), novo sócio no negócio, teve a sua participação diluída para 19,6%, passando a classificar o investimento como coligada. A gestão e as principais deliberações sociais são exercidas pelo novo sócio controlador, conforme acordo de acionistas.

A Ativas é uma entidade domiciliada no Brasil. Sua sede e parque tecnológico encontra-se na Rua Agenério Araújo, nº 20, Bairro Camargos, Belo Horizonte - MG e escritórios comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. A Ativas tem como objeto social:

- (i) a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação;
- (ii) o armazenamento de base de dados e *site-backup*;
- (iii) a prestação de serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade;
- (iv) a prestação de serviços de consultorias em TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação e conectividade com venda de acesso e banda internet; e
- (v) o licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computação.

Com a entrada do novo sócio controlador, Sonda, foram tomadas diversas ações visando à readequação de sua estrutura organizacional, operacional e financeira. Como parte do plano de reestruturação dessa coligada, foi realizada em outubro de 2016, a liquidação antecipada de parte substancial de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, visando obter uma estrutura de capital compatível com o tamanho de seus negócios.

## **2. Base de preparação**

#### **(a) Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de abril de 2017.

#### **(b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos, quando aplicável.

#### **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**(d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos emitidos pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 – valor justo de ativos e passivos;
- Nota 8 – perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 – estimativa de realização arrendamento mercantil financeiro
- Nota 11 – utilização de prejuízos fiscais e realização de diferenças temporárias;
- Nota 13 – reflexos do investimento em coligada;
- Notas 14 e 15 – estimativas da vida útil e dos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e do intangível;
- Nota 21 – provisões e contingências;
- Nota 28 – instrumentos financeiros;
- Nota 29 – mensuração de ativos e passivos atuariais de benefícios pós-emprego a empregados.

**3. Principais Políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**(a) Instrumentos financeiros****(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados – e o correspondente valor líquido apresentado no balanço patrimonial – somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

- Caixa e equivalentes de caixa:

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento:

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

- Recebíveis:

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimo, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescida de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Capital Social**

Ações ordinárias – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. A integridade do capital social da Companhia está representada por ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando declarados, em conformidade com o estatuto social, são reconhecidos como passivo.

#### **(iv) Instrumentos financeiros derivativos**

Quando aplicável, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

#### **(b) Imobilizado**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos, incluindo os de empréstimos sobre ativos qualificáveis, necessários à colocação do ativo no local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

##### **(ii) Ativos sobressalentes**

Os materiais e equipamentos sobressalentes de determinados itens do imobilizado, cuja destinação provável é a substituição futura de bens em operação e para os quais se espera seu uso por mais de um exercício social, são classificados em estoque de sobressalentes, no ativo imobilizado, até a sua destinação final. Os bens novos adquiridos com essa finalidade somente são incorporados ao imobilizado em serviço no momento em que são requisitados. Os bens retirados do imobilizado em serviço por substituição são reintegrados ao estoque de sobressalentes e a sua depreciação é normalmente continuada, desde que seu reparo e reutilização sejam possíveis.

##### **(iii) Custos subsequentes**

O custo de substituição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item quando for provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente substituído por outro é transferido para os estoques de sobressalentes ou baixado, conforme o caso. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos, os quais incluem o valor pago pelos serviços de desativação e reparo, assim como o custo de materiais e componentes necessários à substituição e recolocação do bem em estado de funcionamento.

##### **(iv) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Conforme revelado na nota explicativa 13, a administração da Companhia revisa anualmente a estimativa das vidas úteis e dos valores residuais dos ativos pelo menos uma vez a cada exercício ou sempre que são identificados indícios de alterações nessas estimativas. Os eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 14.

Quando é possível identificar um ou mais ativos associados a uma solução específica que visa ao atendimento de determinado contrato de prestação de serviços, suas vidas úteis passam a ser limitadas ao tempo estimado de vigência contratual.

### **(c) Ativos intangíveis**

#### **(i) Licenças de uso de software**

As licenças de uso de software adquiridas de terceiros são registradas no ativo intangível e mensuradas com base nos custos de aquisição e implantação, sendo amortizados pelo respectivo prazo de vida útil estimado.

O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é registrado como custo daquele equipamento e classificado no ativo imobilizado.

#### **(ii) Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### **(iii) Amortização**

Amortização dos ativos intangíveis é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, excetuando-se o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado.

### **(d) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)**

#### **(i) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

## **(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando-se o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos no mínimo a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas estimadas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**(e) Benefícios a empregados**

**(i) Plano Misto de benefícios Previdenciários - Plano B**

O plano é de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego no qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. O benefício futuro é descontado a valor presente por uma taxa de juros imune de riscos. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha, ou na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo, e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e não são reclassificados para o resultado.

**(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados – Pró Saúde Integrado e Plano Odontológico**

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha ou, na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

**(f) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.



**(g) Reconhecimento da receita**

A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de aluguéis e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que o valor da receita operacional e os respectivos custos associados possam ser estimados e/ou mensurados de maneira confiável. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos e dos descontos incondicionais, bem como das eliminações de transações não realizadas entre partes relacionadas.

**(i) Prestação de serviços**

A Companhia considera como prestados os serviços que, por acordo comercial formal, resultem na obrigação irretroatável de entregar aos seus clientes os benefícios decorrentes das atividades operacionais exercidas pela Companhia, independentemente da sua forma de quitação.

Os serviços são prestados aos clientes de forma contínua pelo prazo pactuado no contrato. As receitas são reconhecidas no resultado com base no estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços contratados.

**a) Telecomunicações**

O art. 60 da Lei Geral das Telecomunicações – LGT, Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, define serviço de telecomunicações como “o conjunto de atividades que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza”. Tais serviços dividem-se em diversas modalidades, sendo a Companhia autorizada pela ANATEL a prestar serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, de acordo com o Regulamento do SCM aprovado pela Resolução ANATEL n.º 614, de 28 de maio de 2013. Os contratos de prestação de serviços são remunerados em bases fixas mensais, cujos valores são negociados em função, principalmente, da taxa de transmissão, da distância entre os pontos de interligação, da quantidade contratada e do prazo de fidelização, os quais variam geralmente entre 1 e 5 anos.

As receitas de telecomunicações compreendem o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações provenientes de solicitações adicionais, deduzidas das glosas e outros abatimentos decorrentes de incentivos baseados em volume de contratações. As receitas são reconhecidas na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

O valor atribuível da receita em relação ao estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços de telecomunicações é mensurado, em bases mensais, na forma prevista nos contratos. Os serviços iniciados ou cancelados durante o curso do mês de referência são valorados na base *pro-rata-die*, na proporção da entrega ou colocação à disposição dos clientes.

**(ii) Outras receitas****a) Aluguel de redes**

Certos acordos comerciais preveem a utilização pelos clientes de parte das redes de fibras ópticas da Companhia, sem que, no entanto, sejam alugados nessas redes quaisquer equipamentos ou serviços de sua propriedade ou responsabilidade. Não se confunde com o serviço de telecomunicações, uma vez que não preenche os requisitos definidos na Lei Geral das Telecomunicações.

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo regime de competência no prazo do contrato.

b) Direito de passagem (sublocação de infraestrutura de transmissão e distribuição)

A Companhia possui contrato de “direito de passagem” nas linhas de transmissão e distribuição da CEMIG, por cuja concessão paga mensalmente à concedente, através de participação na receita, uma espécie de *royalty* que varia em função da receita auferida pela Companhia. O mesmo acordo operacional confere à Companhia a possibilidade de sub-rogação desses direitos de passagem a terceiros, desde que haja expressa anuência da concedente. A receita de direito de passagem decorrente da sub-rogação de tais direitos é reconhecida pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Indenização pela rescisão antecipada de contrato

Os contratos de serviços de telecomunicações possuem cláusulas de proteção que garantem à Companhia o direito à indenização (penalidade a título de perdas e danos pré-fixados) em caso de resolução antecipada e unilateral do pacto pelos clientes, a fim de assegurar o retorno mínimo do investimento realizado pela Companhia no atendimento ao serviço contratado.

### **(h) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de serviço de telecomunicações e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, encargos sobre debêntures e empréstimos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### **(i) Arrendamentos**

#### **1) Arrendamentos Operacionais**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como “arrendamentos operacionais”. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos pelo arrendatário no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo de contratação do arrendamento.

#### **2) Arrendamentos Financeiros Ativos e Passivos**

Os arrendamentos de bens do ativo imobilizado nos quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como “arrendamentos financeiros”, cujos pagamentos mínimos são sistemática e separadamente alocados entre o ativo e passivo em aberto e as receitas ou despesas a apropriar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo ou passivo.

Por outro lado, conforme revelado na nota explicativa 9, a Companhia arrendou certos ativos a terceiros, cujas características preponderantes de seu contrato, indicavam a sua classificação como arrendamento financeiro, tendo por conseguinte registrado a transação como uma alienação.

Os bens adquiridos na modalidade de arrendamento financeiro, como arrendatária, são classificados no ativo imobilizado e depreciado de acordo com a sua vida útil estimada.

### **3) Política de identificação e classificação de arrendamentos**

No início de um contrato, define-se se o documento é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo especificado. Os arrendamentos em cujos termos o arrendatário assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, ativo e passivo são reconhecidos por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento. A Companhia, enquanto arrendatária, deprecia os ativos arrendados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Por outro lado, quando a Companhia figura como arrendador, esta procede a baixa contábil do bem arrendado contra o resultado do exercício. Os recebimentos ou pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são segregados entre encargo financeiro e redução do ativo ou passivo em aberto.

Os outros arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos operacionais e são reconhecidos como despesa na base da linha reta durante o prazo do arrendamento mercantil, exceto se outra base sistemática for mais representativa do padrão temporal do benefício.

#### **(j) Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### **1) Imposto de renda e contribuição social correntes**

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

##### **2) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

É o efeito decorrente da diferença de tratamento entre o resultado contábil e o lucro tributário apurado em cada período, os quais podem ter como origem na apuração de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros ou no registro de transações contábeis que, por expressa previsão legal, tenham seus efeitos tributários (ativos ou passivos) suspensos ou postergados, também conhecidos como diferenças temporárias.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade e, tampouco, o lucro ou prejuízo tributável e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas, quando seja provável que elas não serão revertidas num futuro previsível.

O imposto de renda diferido ativo deixa de ser reconhecido nas demonstrações financeiras na medida em que for provável que, à luz das evidências existentes, os benefícios econômicos da dedutibilidade fiscal dos créditos que a ele deram origem, deixarão de ser aproveitados para abater os lucros tributários futuros ou sua realização seja incerta, indeterminada ou, ainda, não preencha os requisitos de reconhecimento contábil definidos na Instrução 371/02 da Comissão de valores mobiliários - CVM. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de cada levantamento de demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas são realizadas, baseando-se na legislação vigente na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados individualmente como ativos ou passivos “não circulantes”, independentemente da existência de expectativa de realização ou reversão no exercício social seguinte e podem ser compensados entre si, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

#### **(k) Resultado por ação**

##### **1) Básico**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

##### **2) Diluído**

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33).

Face à inexistência de instrumentos financeiros que pudessem provocar a diluição do capital, não foram apuradas diferenças entre os lucros básicos e diluídos pela Companhia.

#### **(l) Informação por segmento**

Segmento operacional são unidades estratégicas de negócio que oferecem diferentes serviços, cujas operações são gerenciadas separadamente e requerem a aplicação de diferentes tecnologias e estratégias operacionais. Os segmentos operacionais reportáveis são definidos com base nos relatórios utilizados pela Administração para a tomada de decisões e acompanhamento dos negócios, os quais são frequentemente revistos pela Diretoria Executiva da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem somente um segmento operacional relevante. Assim sendo, considerou-se para fins de elaboração das presentes demonstrações financeiras o segmento operacional relacionado ao negócio de provimento de infraestrutura de telecomunicações.

#### **(m) Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**(n) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento em que são declarados. De acordo com o estatuto social da Companhia, a deliberação sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio intermediário compete ao Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, mediante redução da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes.

**(o) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados***1) Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016*

As normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28</li> <li>• Alterações à IFRS 11</li> <li>• Alterações à IAS 1</li> <li>• Alterações à IAS 16 e IAS 38</li> <li>• Alterações à IAS 16 e IAS 41</li> <li>• Alterações à IAS 27</li> <li>• Melhorias Anuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entidades de investimento: aplicando a exceção de consolidação</li> <li>• Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas</li> <li>• Iniciativa de divulgação</li> <li>• Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização</li> <li>• Agricultura: plantas portadoras</li> <li>• Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas</li> <li>• Ciclo de IFRSs 2012-2014</li> </ul>

*2) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:*

Pronunciamento	Descrição
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IFRS 9</li> <li>• IFRS 15</li> <li>• IFRS 16</li> <li>• Alterações à IFRS 2</li> <li>• Alterações à IFRS 10 e IAS 28</li> <li>• Alterações à IAS 7</li> <li>• Alterações à IAS 12</li> <li>• IFRIC 22</li> <li>• Melhorias Anuais</li> <li>• Alterações à IAS 40</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumentos Financeiros (b)</li> <li>• Receitas de contratos com clientes (b)</li> <li>• Arrendamentos (c)</li> <li>• Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações</li> <li>• Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (d)</li> <li>• Iniciativa de divulgação (d)</li> <li>• Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar (a)</li> <li>• Transações com adiantamentos em moedas estrangeiras (b)</li> <li>• Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b)</li> <li>• Transferência de propriedades de investimentos (b)</li> </ul>

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.  
 (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.  
 (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada.  
 (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos decorrentes das revisões do IFRS 9, 15 e 16, e ajustes ao IFRS 12.

#### 4. Determinação do valor justo de ativos e passivos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos, financeiros e não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

##### (i) Derivativos

Quando aplicável, derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo.

##### (ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

#### 5. Reapresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em função de certos ajustes realizados nas demonstrações financeiras da coligada Ativas. Os reflexos desses ajustes afetam o resultado de equivalência patrimonial na demonstração do resultado e os saldos das contas de passivo a descoberto da controlada e os prejuízos acumulados no balanço. A Administração da CEMIGTelecom entende que essa mudança apresenta de forma mais fidedigna as suas operações e resulta em informação confiável e relevante. Tais alterações não provocaram impactos nos saldos iniciais de 01 de janeiro de 2015, motivo pelo qual não está sendo apresentada a coluna referente aos saldos nessa data-base.

Os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia podem ser assim demonstrados:

#### BALANÇO PATRIMONIAL

	31/12/2015		
	Saldo original	Ajustes	Saldo reapresentado
Ativo circulante	41.455	-	41.455
Ativo não circulante	276.320	-	276.320
<b>Total dos ativos</b>	<b>317.775</b>	<b>-</b>	<b>317.775</b>
Passivo circulante	57.626	-	57.626
Passivo não circulante	90.127	-	92.132
Passivo a descoberto de controlada	74.703	2.005	76.708
Demais passivos não circulantes	15.424	-	15.424
Patrimônio líquido			
Capital social	225.081	-	225.081
Ajustes de avaliação patrimonial	(75)	-	(75)
Prejuízos acumulados	(54.984)	(2.005)	(56.989)
Total do patrimônio líquido	170.022	(2.005)	168.017
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>317.775</b>	<b>-</b>	<b>317.775</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	31/12/2015		
	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado
Receita líquida de prestação de serviços	120.614	-	120.614
Custo dos serviços prestados	(83.367)	-	(83.367)
Lucro bruto	37.247	-	37.247
Receitas (Despesas) operacionais líquidas	(26.380)	-	(26.380)
Resultado de equivalência patrimonial	(26.828)	(2.005)	(28.833)
Total	(53.208)	(2.005)	(55.213)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(15.961)	(2.005)	(17.966)
Resultado Financeiro	(1.725)	-	(1.725)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.686)	(2.005)	(19.691)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.589)	-	(6.589)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(9.551)	-	(9.551)
Prejuízo líquido do exercício	(33.826)	(2.005)	(35.831)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	31/12/2015		
	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado
Prejuízo líquido do exercício	(33.826)	(2.005)	(35.831)
Outros resultados abrangentes:			
Perdas atuariais, líquidas de impostos	(323)	-	(323)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(34.149)</b>	<b>(2.005)</b>	<b>(36.154)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	31/12/2015		
	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado
Prejuízo líquido do exercício	(33.826)	(2.005)	(35.831)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>98.588</b>	<b>2.005</b>	<b>100.593</b>
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.195	-	1.195
Resultado da equivalência patrimonial	26.828	2.005	28.833
Depreciação e amortização	48.968	-	48.968
Demais ajustes para conciliação do resultado do exercício	22.792	-	22.792
<b>Varição nos ativos e passivos</b>	<b>(7.791)</b>	<b>-</b>	<b>(7.791)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>56.971</b>	<b>-</b>	<b>56.971</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(51.927)</b>	<b>-</b>	<b>(51.927)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(4.887)</b>	<b>-</b>	<b>(4.887)</b>
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>157</b>	<b>-</b>	<b>157</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do período	4.712	-	4.712
No fim do período	4.869	-	4.869
<b>AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>157</b>	<b>-</b>	<b>157</b>

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	261	1.359
<b>Fundos de renda fixa</b>		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	105	872
<i>Overnight</i> (b)	668	2.638
<b>Total</b>	<u><b>1.034</b></u>	<u><b>4.869</b></u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concentrava no Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo do Grupo CEMIG, 100,00% de suas aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários – nota explicativa nº7). A rentabilidade média ponderada das aplicações financeiras do Fundo Pampulha, nesse período, foi de, aproximadamente, 106,31% do Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Cetip S.A.-CDI (103,0% em 31 de dezembro de 2015).

- (a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do CDI (que varia entre 100,5% a 105,25%, conforme operação).
- (b) Aplicações de curto prazo *overnight* (em geral, letras, notas ou obrigações do Tesouro referenciadas a uma taxa pré-fixada), com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação.

## 7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a: (i) títulos de renda fixa, representados por cotas de fundos administrados por instituições financeiras que cumprem com os requisitos de idoneidade e solidez estabelecidos pelo Grupo Controlador; e (ii) investimentos em títulos e certificados de depósitos bancários – CDB, com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, cujos montantes apresentados no ativo circulante consideram a expectativa de realização no curto prazo.

Títulos de renda fixa	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Circulante</b>		
<b>Fundos de renda fixa</b>		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	59	2.873
Debêntures (b)	131	3.242
Letras Financeiras do Tesouro (c)	349	1.890
Letras Financeiras - Bancos (d)	1.316	9.308
<b>Subtotal</b>	<u><b>1.855</b></u>	<u><b>17.313</b></u>
<b>Não Circulante</b>		
Letras Financeiras - Bancos (d)	25	338
Outros	-	4
Debêntures/NP	58	-
<b>Subtotal</b>	<u><b>83</b></u>	<u><b>342</b></u>
<b>Total</b>	<u><u><b>1.938</b></u></u>	<u><u><b>17.655</b></u></u>



- (a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do CDI (que varia entre 100,5% a 105,25%, conforme operação).
- (b) Debêntures pós-fixadas, remuneradas a um percentual do CDI (que varia entre 100% a 113%, conforme operação).
- (c) Letras financeiras do tesouro pós-fixadas, cuja remuneração é dada pela variação da taxa Selic diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra.
- (d) Letras financeiras (Bancos) pós-fixadas, remuneradas a um percentual do CDI (que varia entre 104,25% a 112,7%, conforme operação).

## 8. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Partes relacionadas (nota 21)(*)	5.210	1.919
Terceiros	15.464	16.713
Créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.425)</u>	<u>(2.459)</u>
<b>Total</b>	<b><u>19.249</u></b>	<b><u>16.173</u></b>

(\*) Desconsiderando os valores de ICMS das entidades ligadas ao Governo.

A seguir apresentamos o resumo das contas a receber vencidas por idade de vencimento:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>
	<u>Partes relacionadas</u>	<u>Terceiros</u>	<u>Total</u>	
Contas a receber – vencidas				
De 1 a 30 dias	1.059	1.847	2.906	1.880
De 31 a 60 dias	1.070	311	1.381	179
De 61 a 90 dias	543	100	643	85
De 91 a 180 dias	201	223	424	242
Acima de 181 dias	766	1.749	2.515	2.456
<b>Total</b>	<b><u>3.639</u></b>	<b><u>4.230</u></b>	<b><u>7.869</u></b>	<b><u>4.842</u></b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>-</u>	<u>(1.425)</u>	<u>(1.425)</u>	<u>(2.459)</u>
Percentual das perdas reconhecidas sobre as contas a receber vencidas	0%	34%	18%	51%

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa é registrada após avaliação individual dos títulos. Os que apresentam dúvidas quanto a sua realização, têm suas perdas reconhecidas na demonstração do resultado no montante em que se espera incorrer.

A movimentação da estimativa de perdas nas contas a receber, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos em 1º de janeiro	(2.459)	(1.264)
Baixa permanente de provisão	853	-
Constituições	(101)	(1.195)
Reversões	<u>282</u>	<u>-</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b><u>(1.425)</u></b>	<b><u>(2.459)</u></b>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o montante de R\$5.354 de créditos de clientes em atraso até 180 dias, dos quais R\$4.504 foram quitados até fevereiro de 2017. Os demais créditos estão em negociação.

## 9. Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos nos quais a Companhia figura como arrendadora e transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para a arrendatária são classificados como arrendamentos financeiros. Essas transações são reconhecidas como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do fluxo de recebimentos previstos em contrato, descontados a uma taxa de juros imune de riscos. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

	<u>31/12/2016</u>
Rede GPON condomínios	12.179
<b>Total</b>	<b><u>12.179</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>303</u></b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>11.876</u></b>

### Rede GPON condomínios

A CEMIGTelecom celebrou, em 05 de julho de 2016, com a Algar Telecom S.A. (Algar) contrato de arrendamento irrevogável e irreatável das Redes FTTH GPON de propriedade da CEMIGTelecom, localizadas em 39 bairros e condomínios residenciais na zona sul da RMBH. O contrato, firmado pelo prazo de 15 anos, prevê remuneração mensal de R\$112, nos primeiros 60 meses, e de R\$132 a partir do 61º mês, devendo ser reajustada anualmente pelo IGP-M.

O valor nominal dos fluxos de recebimentos previstos no contrato eram como segue:

	<u>31/12/2016</u>
Até 1 ano	1.344
De 1 a 5 anos	7.080
Acima de 5 anos	13.494
<b>Total</b>	<b><u>21.918</u></b>

O valor das contraprestações a receber na data da transação era de R\$12.306, descontados a valor presente com base em taxa de juro real de 9% ao ano.

**10. Tributos a recuperar**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS (a)	4.929	4.695
Imposto de renda e contribuição social a compensar	595	426
Imposto de renda retido na fonte	1.098	401
Outros	<u>59</u>	<u>14</u>
<b>Total</b>	<b><u>6.681</u></b>	<b><u>5.536</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>3.684</u></b>	<b><u>2.787</u></b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>2.997</u></b>	<b><u>2.749</u></b>

(a) Refere-se, basicamente, a créditos a recuperar de ICMS destacados nas notas fiscais de aquisições de bens do ativo imobilizado, os quais são aproveitados em 48 meses a partir da sua escrituração no livro CIAP.

**11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos, referem-se a ativo fiscal diferido constituído, principalmente, sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados até a data do balanço. O registro do imposto de renda diferido teve como base o estudo técnico de viabilidade elaborado pela Diretoria e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia, em 18 de março de 2016.

As premissas utilizadas na elaboração do estudo técnico de viabilidade foram baseadas na projeção de lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro de 2015, considerando o plano de negócios da Companhia e as perspectivas do cenário macroeconômico, o estudo de viabilidade indicava que os lucros tributáveis futuros previstos pelo prazo de dez anos não seriam suficientes ao esgotamento da totalidade dos créditos fiscais registrados, razão pela qual a Companhia reverteu parte do IR/CS diferidos reconhecidos em anos anteriores no montante de R\$13.491, dos quais R\$12.057 referiam-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$1.434 a diferenças temporárias. Como trata-se de mudança de estimativa, tal ajuste foi reconhecido no resultado do exercício à contrapartida da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos.

Em 31 de dezembro de 2016 foi realizado um novo estudo técnico, que indicou a possibilidade de complementação do saldo do IR/CS diferido em R\$1.569.

A parcela dos créditos fiscais não reconhecidos, monta R\$10.385 mil, a qual será mantida sob controle nos registros fiscais até que satisfaça os requisitos técnicos para seu reconhecimento contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, o estudo técnico de viabilidade deve ser revisto durante o exercício pela Companhia.

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
<u>Créditos fiscais diferidos</u>		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	4.973	1.599
Créditos de liquidação duvidosa	451	425
Provisão saldo swap no ativo da Ativas	1.159	-
Programa de desligamento voluntário incentivado	539	-
Participação nos lucros e resultados	-	844
Depreciação – Lei 11.941/09	7.018	6.834
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	390	38
Provisão para obsolescência	390	-
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	1.495	1.495
Outras adições temporárias	623	593
<b>Total do IR/CS diferido ativo</b>	<b>17.038</b>	<b>11.828</b>
<b>Passivo</b>		
<u>Obrigações fiscais diferidas</u>		
Arrendamento Rede Gpon- Condomínios	(764)	-
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	(1.559)	-
Valorização dos ativos recebidos da Eletronet	(6.678)	-
<b>Total do IR/CS diferido passivo</b>	<b>(9.001)</b>	<b>-</b>
<b>Total líquido no ativo não circulante</b>	<b>8.037</b>	<b>11.828</b>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Acumulado do exercício	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>14.124</b>	<b>(19.691)</b>
Ganho na variação no percentual de participação	(24.717)	-
Equivalência patrimonial	27.165	28.833
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustados</b>	<b>16.572</b>	<b>9.142</b>
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
<b>Expectativa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.635)</b>	<b>(3.108)</b>
<b>Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:</b>		
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Deduções por incentivos fiscais	-	312
Outras adições e exclusões, líquidas	(75)	147
Constituição (Reversão) parcial de IR e CS diferidos	1.569	(13.491)
<b>Despesa efetiva de Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.141)</b>	<b>(16.140)</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	(6.589)
Diferido	(4.141)	(9.551)
<b>Total</b>	<b>(4.141)</b>	<b>(16.140)</b>

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos e taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável.

A movimentação do ativo fiscal diferido no exercício de 2016 pode ser assim demonstrada:

<u>Créditos fiscais diferidos</u>	Saldos em	Acumulado do exercício		Saldos em
	31/12/2015	Constituição	Utilização	31/12/2016
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.599	3.374	-	4.973
Créditos de liquidação duvidosa	425	26	-	451
Provisão saldo swap no ativo da Ativas	-	1.159	-	1.159
Programa de desligamento voluntário incentivado	-	539	-	539
Participação nos lucros e resultados	844	-	(844)	-
Depreciação – Lei 11.941/09	6.834	184	-	7.018
Provisão para obsolescência	-	390	-	390
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	1.495	-	-	1.495
Outras adições temporárias	593	30	-	623
<b>Total</b>	<b>11.790</b>	<b>5.750</b>	<b>(844)</b>	<b>16.648</b>
<u>Obrigação fiscal diferida</u>				
Arrendamento Rede Gpon- Condomínios	-	(764)	-	(764)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	-	(1.559)	-	(1.559)
Valorização dos ativos recebidos da Eletronet	-	(6.678)	-	(6.678)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(9.298)</b>	<b>-</b>	<b>(9.001)</b>
<b>Crédito (obrigação) tributário reconhecido (a) no resultado</b>	<b>11.790</b>	<b>(3.548)</b>	<b>(844)</b>	<b>7.647</b>
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	38	352	-	390
<b>Total do crédito (obrigação) tributário(a) reconhecido(a)</b>	<b>11.828</b>	<b>(3.196)</b>	<b>(844)</b>	<b>8.037</b>

## 12. Investimento em coligada

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia era detentora de 49% (quarenta e nove por cento) do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A. Foi concluída em 19 de outubro de 2016, a entrada do novo sócio estratégico, Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda. (“Sonda”), no quadro de acionistas da Ativas Data Center S.A. O fechamento se deu após aprovação da operação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como cumprimento das demais condições precedentes, em 19 de outubro de 2016.

A participação da Sonda na Ativas se materializou através de um aumento de capital R\$114.000, da Sonda, que representa 60% de participação acionária, R\$98.900 da CEMIGTelecom, equivalente a 19,6% de participação e R\$102.937 da Ativas Participações, equivalente a 20,4% de participação. Após referida operação, a CEMIGTelecom deixou de possuir o controle compartilhado da Ativas, passando a ser reconhecido como um investimento em coligada.

A Ativas, até a finalização da fase de construção de seu data center, ocorrida em janeiro de 2011, manteve-se em situação inicial e provisória de operações, tendo acumulado, até 31 de dezembro de 2016, prejuízos líquidos contábeis de R\$323.867 (R\$194.040 até 31/12/2015), desde a sua constituição em 2009.

As principais informações sobre essa coligada estão apresentadas abaixo em valores integrais, alinhando as práticas contábeis da Ativas às da CEMIGTelecom:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Ativo	180.449	230.698
Passivo	51.735	292.450
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	128.714	(61.752)
Receita Líquida	67.557	59.212
Prejuízo do Período	(126.744)	(39.047)

A movimentação do investimento no capital da Ativas nos exercícios de 2015 e 2016 foi como segue:

<u>31/12/2015</u> Reapresentado			<u>31/12/2016</u>				
<u>01/01/2015</u>	Equivalência Patrimonial	<u>31/12/2015</u>	<u>Saldo</u> <u>01/01/2016</u>	Equivalência Patrimonial	Ganho de Diluição de Participação	Aumento de capital	<u>Saldo</u> <u>31/12/2016</u>
(47.875)	(28.833)	(76.708)	(76.708)	(27.165)	24.717	98.900	19.744

O valor do investimento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Patrimônio líquido da investida conforme os livros societários	128.714	(61.752)
Efeito do imposto de renda diferido ativo reconhecido pela investida	(27.979)	(94.796)
Patrimônio líquido da investida ajustado	100.735	(156.548)
Percentual de participação (%)	19,6%	49%
Investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial	19.744	(76.708)
Ágio pago na subscrição	4.397	4.397
Provisão para <i>impairment</i> do ágio	(4.397)	(4.397)
Saldo do investimento (passivo a descoberto)	19.744	(76.708)
Perda de equivalência patrimonial	(27.165)	(28.833)

A composição acionária da Ativas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte:

Em milhares de ações	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Quantidade de</u> <u>ações</u>	<u>Participação</u> <u>acionária</u>	<u>Quantidade</u> <u>de ações</u>	<u>Participação</u> <u>acionária</u>
<b>Acionista</b>				
Ativas Participações S.A.	93.134	20,40%	68.144	51,00%
CEMIGTelecomunicações S.A.	89.482	19,60%	65.472	49,00%
Sonda Procwork Outsourcing Informatica Ltda	273.925	60,00%	-	-
Total	<u>456.541</u>	<u>100%</u>	<u>133.616</u>	<u>100%</u>

Aumento de capital**Aportes de Capital em 2016**

	16/02/2016	14/03/2016	19 de outubro de 2016		Total
			1º aporte	2º aporte	
CEMIGTelecom	3.800	12.860	45.000	37.240	98.900
Ativas Participações	3.955	13.385	46.837	38.760	102.937
Sonda Procwork	-	-	-	114.000	114.000
<b>Total</b>	<b>7.755</b>	<b>26.245</b>	<b>91.837</b>	<b>190.000</b>	<b>315.837</b>

**Ativo / Passivo financeiro referente às opções de venda / compra.**

Em 19 de outubro de 2016, foi celebrado entre CEMIGTelecomunicações S.A. – “CEMIGTelecom”, Ativas Participações S.A. (“Ativas Participações”) e Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda. (“Sonda”) um contrato de investimento, que permitiu a entrada de Sonda no capital social da investida Ativas Data Center S.A. (“Ativas Data Center”), a qual, até essa data, era investida exclusiva de CEMIGTelecom (49%) e Ativas Participações (51%).

Após a entrada do novo sócio Sonda, mediante diluição de CEMIGTelecom e Ativas Participações, Sonda assumiu o controle acionário, sendo detentora de 60,0% das ações de Ativas Data Center e os acionistas CEMIGTelecom e Ativas Participações S.A passam a ter 19,6% e 20,4% de participação, respectivamente.

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a CEMIGTelecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por CEMIGTelecom) e Venda (emitido por Sonda).

Assim, a Companhia encontra-se simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, i.e. pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada por uma empresa de consultoria especializada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM), assegurando-se que seus resultados estejam consistentes com outras abordagens estocásticas envolvendo procedimentos numéricos.

No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de março de 2021. Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa. Os preços de exercício adotados no método de BSM foram corroborados com distribuições estatísticas analisadas através de procedimentos numéricos. Em 31 de dezembro de 2016, o instrumento financeiro derivativo está registrado na rubrica instrumento financeiro derivativo ativo, no montante de R\$4.586.

### 13. Imobilizado

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	82	-	82	82
Imóveis	55	(16)	39	40
Instalações	68	(25)	43	102
Máquinas e equipamentos	11	(2)	9	10
Móveis e utensílios	1.524	(1.074)	450	472
Computadores e periféricos	1.953	(1.760)	193	270
Instrumentos de teste	2.833	(2.674)	159	238
Benfeitorias	246	(227)	19	33
Sistema de recepção de satélites	9.283	(9.282)	1	2
Equipamentos de redes de telecomunicações	361.943	(266.084)	95.859	94.869
Materiais	61.098	(38.694)	22.404	25.009
Cabos	192.373	(91.632)	100.741	106.141
Cabos OPGW	18.894	(630)	18.264	-
Cabos ADSS	1.529	(153)	1.376	-
Infraestrutura de rede	19.342	(13.140)	6.202	7.869
Imobilizado em andamento	17.146	-	17.146	14.849
<b>Subtotal</b>	<b>688.380</b>	<b>(425.393)</b>	<b>262.987</b>	<b>249.986</b>
Provisão para obsolescência	(1.374)	-	(1.374)	(225)
<b>Total líquido</b>	<b>687.006</b>	<b>(425.393)</b>	<b>261.613</b>	<b>249.761</b>

As taxas de depreciação e as vidas úteis remanescentes foram determinadas através de laudos técnicos emitidos por engenheiros da Companhia e refletem a expectativa de vida útil dos bens, estando demonstradas como segue:



Taxas de depreciação e vidas úteis dos ativos:

Classe de ativos	Percentual médio depreciado até	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas médias anuais de depreciação
	31/12/2016		
Imóveis	29%	35,5	2%
Instalações	37%	6,3	10%
Máquinas e equipamentos	18%	8,2	10%
Móveis e utensílios	70%	3,0	10%
Computadores e periféricos	90%	0,5	20%
Instrumentos de teste	94%	0,6	10%
Benfeitorias	92%	0,4	20%
Sistema de recepção de satélites	100%	0,0	8%
Equipamentos de redes de telecomunicações	74%	2,4	11%
Materiais	63%	5,2	7%
Cabos	48%	10,5	5%
Cabos OPGW	3%	14,5	7%
Cabos ADSS	10%	4,5	20%
Infraestrutura de rede	68%	5,8	3 a 10%

A movimentação do ativo imobilizado em 2016 pode ser assim demonstrada:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Terrenos	82	-	-	-	82
Imóveis	55	-	-	-	55
Instalações	152	-	(84)	-	68
Máquinas e equipamentos	11	-	-	-	11
Móveis e utensílios	1.469	55	-	-	1.524
Computadores e periféricos	1.934	19	-	-	1.953
Instrumentos de teste	2.833	-	-	-	2.833
Benfeitorias	246	-	-	-	246
Sistema de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	342.087	-	(7.684) (d)	27.540	361.943
Materiais	61.301	-	(2.560) (d)	2.357	61.098
Cabos	190.788	-	(3.983) (d)	5.568	192.373
Cabos OPGW	-	18.894 (c)	-	-	18.894
Cabos ADSS	-	1.529 (c)	-	-	1.529
Infraestrutura de rede	19.342	-	-	-	19.342
Imobilizado em andamento	14.849	41.716 (a)	(225)	(39.194)	17.146
<b>Total do custo</b>	<b>644.432</b>	<b>62.213</b>	<b>(14.536)</b>	<b>(3.729)</b>	<b>688.380</b>
Depreciação acumulada	(394.446)	(35.976)	5.029 (d)	-	(425.393)
Provisão para obsolescência	(225)	225	(1.374)	-	(1.374)
<b>Valor líquido depreciável</b>	<b>249.761</b>	<b>26.462</b>	<b>(10.881)</b>	<b>(3.729) (b)</b>	<b>261.613</b>

- (a) Gastos relacionados a projetos em andamento para ampliação das redes de telecomunicações e estoques.
- (b) Transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa 14).
- (c) Ativos transmitidos pela Eletronet S.A.
- (d) As baixas realizadas no período são conforme descrito na nota explicativa 9, bens que a Companhia arrendou, cujas características preponderantes de seu contrato indicava a sua classificação como arrendamento mercantil financeiro, tendo por conseguinte registrado a transação como uma alienação.

A Companhia realiza periodicamente avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos com vida útil definida. Os trabalhos de avaliação das vidas úteis dos ativos são conduzidos pelos profissionais do corpo técnico de engenharia da empresa, os quais consideram, dentre outros aspectos, os seguintes principais indicativos para formação de seu juízo: (i) informações técnicas relacionadas à utilização e manutenção dos ativos, (ii) perspectivas de mudanças tecnológicas e de mercado, (iii) a capacidade da Companhia em obter no mercado serviços e peças de reposição para os bens e (iv) a possibilidade de realização de upgrades nos equipamentos e softwares relacionados, bem como da capacidade de sua combinação com tecnologias futuras.

Para fins fiscais, foram mantidas as vidas úteis dos bens admitidos pela legislação fiscal sendo que a diferença entre a base contábil e fiscal são tratadas como diferenças temporárias, cujos reflexos são reconhecidos como crédito ou débito fiscal diferido no período em que tais diferenças ocorrem.

#### Recebimento de ativos por força de contrato

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2016 a propriedade de certos ativos transmitidos pela Eletronet S.A., representados por 715 Km de cabos OPGW, no montante de R\$18.894, e ADSS, no montante de R\$1.529, por força de dispositivo contratual que conferia à CEMIGTelecom a propriedade e o domínio desses bens.

Durante a vigência do contrato, foi decretada a Falência da Eletronet, em 16 de maio de 2003, com manutenção da continuidade das suas operações. Tal fato não impactou o cumprimento do contrato firmado entre as partes, contudo, a insegurança jurídica provocada pela possibilidade de uma eventual arrecadação desses bens pela massa falida e os seus imprevisíveis desdobramentos, conduziu a um cenário de incerteza que perdurou mesmo após a data de extinção do contrato em 2015.

No primeiro trimestre de 2016, foi publicada sentença no DJERJ homologando o acordo da massa falida com os credores e encerrando a falência. Diante da complexidade do caso, os assessores jurídicos da Companhia tiveram a prudência de somente recomendar o registro contábil de tais ativos quando todos os elementos indicativos de que os riscos de perda desse direito e das incertezas jurídicas não encontravam-se mais presentes.

Face ao atual estágio do processo e à expiração do prazo para manifestação contrária pelos credores e do Ministério Público, bem como da aceitação das condições de pagamento homologadas no citado acordo judicial, os assessores jurídicos da Companhia concluíram que a possibilidade de modificação do julgado é considerada improvável.

A Administração da Companhia, baseada no conjunto de evidências existentes e na convicção de seus assessores jurídicos internos e externos quanto às remotas chances de reversão da situação jurídica da Eletronet, decidiu pelo reconhecimento contábil desses ativos e contratou empresa especializada para avaliação do seu valor, cujo laudo emitido em 30 de junho de 2016 aponta o montante total de R\$20.423 e tempo de vida útil econômica remanescente de 15 anos para os cabos OPGW e de 5 anos para os cabos ADSS.

## 14. Intangível

	31/12/2015	Acumulado do exercício		31/12/2016
		Adições	Transferências	
Licença de uso de software	1.137	901	-	2.037
Outorga de concessão de rádio	230	-	-	230
Sistemas de gestão	9.268	-	3.729	12.998
<b>Total do Custo</b>	<b>10.635</b>	<b>901</b>	<b>3.729</b>	<b>15.265</b>
Amortização acumulada	(4.010)	(1.765)	-	(5.775)
<b>Valor líquido amortizável</b>	<b>6.625</b>	<b>(864)</b>	<b>3.729 (a)</b>	<b>9.490</b>

(a) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 13).

Taxas de amortização e vidas úteis: As taxas anuais de amortização praticadas para o exercício de 2016 foram como segue:

Classe de ativo	Vida útil estimada (anos)	Percentual médio amortizado até 31/12/2016	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas médias anuais de amortização
Licença de uso de software	5 anos	83%	0,8	20%
Outorga de concessão de rádio	15 anos	11%	13,4	6,7%
Sistemas de gestão	10 anos	30%	7,0	10%

## 15. Empréstimos e debêntures

	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures (a)	-	16.414
Notas promissórias (b)	-	22.609
Empréstimo de Mútuo (c)	101.372	-
<b>Total</b>	<b>101.372</b>	<b>39.023</b>
<b>Circulante</b>	<b>63.751</b>	<b>30.519</b>
<b>Não circulante</b>	<b>37.621</b>	<b>8.504</b>

### (a) Debêntures

A movimentação do financiamento na modalidade BNDES - Debêntures no exercício foi como segue:

Debêntures BNDES	Saldos em 31/12/2015	Acumulado do exercício			Saldos em 31/12/2016
		Pagamento de juros	Amortização	Encargos apropriados	
1a. Série	8.157	(524)	(8.157)	524	-
2a. Série	3.003	(606)	(3.003)	606	-
3a. Série	1.119	(60)	(1.119)	60	-
4a. Série	2.434	(145)	(2.434)	145	-
5a. Série	1.001	(79)	(1.001)	79	-
6ª. Série	758	(39)	(758)	39	-
<b>Subtotal</b>	<b>16.472</b>	<b>(1.453)</b>	<b>(16.472)</b>	<b>1.453</b>	<b>-</b>
Custos de captação	(58)	-	-	58	-
<b>Total</b>	<b>16.414</b>	<b>(1.453)</b>	<b>(16.472)</b>	<b>1.511</b>	<b>-</b>

Em 14 de outubro de 2016, a Companhia promoveu a liquidação antecipada do saldo devedor da 1ª Emissão de debêntures, conforme previsto na Cláusula 15ª da Escritura de Emissão, cujo saldo devedor, na data do pagamento, acrescido dos encargos financeiros, era de R\$10.741. Em 17 de outubro de 2016, foi emitido, pelo BNDES, o termo de quitação e liberação das garantias. Em 3 de novembro de 2016, foi efetuado o resgate da conta garantia no montante de R\$4.187.

**(b) Notas promissórias**

A Companhia realizou, em 23/12/2015, nos termos da Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, a segunda emissão, em série única, de notas promissórias comerciais (2ª NP), no valor total de R\$23.000, representada por 46 (quarenta e seis) Notas Promissórias com valor nominal unitário de R\$500, garantida por aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sob o regime de garantia firme de subscrição, mediante distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. O prazo de vencimento das Notas Promissórias é de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data de emissão. As notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 120,0% (cento e vinte por cento) do CDI. Os recursos oriundos da captação foram utilizados para recomposição de caixa da Companhia.

A movimentação do empréstimo na modalidade Notas Promissórias no exercício foi como segue:

	31/12/2015	Acumulado do exercício			31/12/2016
		Pagamento de juros	Amortização	Encargos apropriados	
Série Única	23.073	(3.889)	(23.000)	3.816	-
Custos de captação	(464)	-	-	464	-
<b>Total</b>	<b>22.609</b>	<b>(3.889)</b>	<b>(23.000)</b>	<b>4.280</b>	<b>-</b>

Em 19 de dezembro de 2016, a Companhia promoveu a liquidação do saldo devedor das notas promissórias, cujo saldo devedor, na data do pagamento, acrescido dos encargos financeiros, era de R\$26.889.

**(c) Empréstimos de Mútuo**

	31/12/2015	Captações	Encargos apropriados	31/12/2016
Sonda Procwork (1)	-	45.000	1.310	46.310
Sonda Procwork (2)	-	37.240	1.086	38.326
Cemig Holding (3)	-	18.000	134	18.134
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>100.240</b>	<b>2.530</b>	<b>102.770</b>
Custo captação		(1.558)	160	(1.398)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>98.682</b>	<b>2.690</b>	<b>101.372</b>

- (1) Empréstimo tomado junto à Sonda, taxa 110% CDI, com vencimento em 19 de outubro de 2017, com o objetivo de suportar o investimento na Ativas Datacenter.
- (2) Empréstimo tomado junto à Sonda, taxa 110% CDI, com o objetivo de suportar o investimento na Ativas Datacenter. O vencimento do mútuo ocorrerá na data do exercício de opção de venda pela Companhia, conforme reguladas no Acordo de Acionistas.
- (3) Empréstimo tomado junto à CEMIG Holding, taxa 132,9% CDI, com vencimento em 30 de abril de 2017, com o objetivo de suportar o capital de giro da companhia.

**16. Fornecedores**

	31/12/2016	31/12/2015
Terceiros	11.606	6.369
Partes relacionadas (nota 21) (*)	10.144	4.946
<b>Total</b>	<b>21.750</b>	<b>11.315</b>

(\*) Desconsiderando os valores de ICMS das entidades ligadas ao Governo e indenização de contingências na Ativas.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e contas a pagar é divulgada na nota explicativa 27.

**17. Obrigações sociais e trabalhistas**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Férias, 13º salário e encargos a pagar	2.906	2.284
Participação dos empregados nos resultados	1.257	2.483
Benefícios de longo prazo a empregados (nota 28)	2.801	1.454
Programa de desligamento voluntário incentivado	1.583	-
Outras	90	89
<b>Total</b>	<b><u>8.637</u></b>	<b><u>6.310</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>5.836</u></b>	<b><u>4.856</u></b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>2.801</u></b>	<b><u>1.454</u></b>

Programa de desligamento voluntário incentivado

Em 18 de março de 2016, a Administração da Companhia lançou Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI 2016, com objetivo de adequar a força de trabalho às necessidades do Plano de Negócios da Companhia, tendo como premissa a preservação do efetivo necessário à otimização de seus processos e custos, mantendo o foco no alcance das metas do seu plano estratégico e geração de valor. O prazo de adesão dos empregados ao citado programa iniciou-se em 21 de março de 2016 e se encerrou no dia 19 de maio de 2016.

Aderiram ao programa 12% do *staff* da companhia, sendo que eram elegíveis ao programa os empregados das carreiras administrativa e técnica com no mínimo 13 anos de trabalho na CEMIGTelecom ou com qualquer tempo de empresa, desde que fossem aposentados ou aptos a se aposentar. Os desligamentos foram programados a critério da Companhia, podendo ocorrer em até, no máximo, 18 meses após o término do período de adesão. O plano prevê um incentivo financeiro equivalente a 0,4 salário para cada ano de vínculo empregatício para adesões ocorridas nos primeiros 30 dias de vigência do período de adesão e de 0,2 salário para adesões ocorridas entre o 31º dia de vigência e a data de encerramento do programa. Adicionalmente, o regulamento do programa concede ao empregado elegível o direito de recebimento da multa de 40% do saldo do FGTS, além do recebimento das demais verbas rescisórias previstas em lei.

**18. Obrigações fiscais**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Retido na fonte - IRRF	341	284
Impostos de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	497
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	269
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.560	1.838
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.320	459
Programa de Integração Social – PIS	286	99
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	90	77
Fundo para o Desenv. Tecn. das Telecomunicações – FUNTTEL	7.137	6.722
Outras	305	231
<b>Total</b>	<b><u>12.039</u></b>	<b><u>10.476</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>9.573</u></b>	<b><u>10.476</u></b>
<b>Não circulante</b>	<b><u>2.466</u></b>	<b><u>-</u></b>

- (a) A partir de janeiro de 2016, diversas Unidades da Federação majoraram a alíquota do ICMS incidente sobre o serviço de telecomunicações visando ao reforço do caixa dos Estados, como segue:

Estados	Alteração de alíquota (de - para)	Legislação
MG	25% - 27%	Lei nº 21.781/2015
PE	28% - 30%	Lei nº 15.599/2015
CE	27% - 30%	Lei nº 15.892/2015
RJ	27% - 30%	Lei nº 7.175/2015
RN	27% - 30%	Lei nº 9.991/2015

- (b) Com a conversão da Medida Provisória 638/14 na Lei 12.996/14, e consequente reabertura do parcelamento decorrente das Leis 11.941/09 e 12.249/10, a Companhia procurou incluir os débitos com o FUNTTEL dos anos de 2006 a 2013 no REFIS. Porém, teve seu direito negado administrativamente, face à sua não inscrição em dívida ativa.

Diante dessa impossibilidade, a Companhia resolveu impetrar mandado de segurança judicial contra o ato da autoridade coatora, objetivando a inclusão forçada desses débitos no citado programa de refinanciamento de dívidas, porém a liminar foi negada e o processo julgado improcedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento da apelação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O valor acumulado da obrigação tributária em 31 de dezembro de 2016, monta em R\$7.137, incluindo juros e multa calculados até essa data para os débitos vencidos.

Os débitos incorridos a partir de 2014 vêm sendo regularmente recolhidos.

Diante da remota possibilidade de inclusão dos débitos com o FUNTTEL no REFIS, a companhia aguarda a inscrição desses débitos em dívida ativa, visando ao parcelamento do saldo devedor diretamente com a União. Até 31 de dezembro 2016, foram inscritos em dívida ativa os débitos relativos aos exercícios de 2008 e 2009, cujos valores foram objeto de parcelamento ordinário em 60 meses.

A movimentação do parcelamento dos débitos com o Funttel, inscritos em dívida ativa, foi como segue:

Competência	Acumulado do período			
	Débitos consolidados	Amortização	Encargos apropriados	Saldos em 31/12/2016
2008	1.006	(132)	44	918
2009	880	(90)	45	835
<b>Total</b>	<b>1.886</b>	<b>(222)</b>	<b>89</b>	<b>1.753</b>

## 19. Adiantamentos de clientes

Contrato	Celebração do contrato	Prazo do contrato	Valor contratado	31/12/2016		31/12/2015	
				Receita acumulada		Receita acumulada	
				apropriada	a apropriar	apropriada	a apropriar
1 par de fibras ópticas por 181 km	08/08/2011	10 anos	2.187	1.149	1.041	930	1.257
1 par de fibras ópticas por 46 km	12/10/2012	20 anos	925	185	740	138	787
1 par de fibras ópticas por 231 km	12/04/2013	20 anos	3.822	584	3.238	392	3.430
Outros			515	495	20	460	55
<b>Total</b>			<b>7.449</b>	<b>2.413</b>	<b>5.039</b>	<b>1.920</b>	<b>5.529</b>
Circulante					<b>460</b>		<b>460</b>
Não Circulante					<b>4.579</b>		<b>5.069</b>

Os contratos atrelados aos adiantamentos de clientes possuem como objeto a cessão onerosa de caráter irrevogável e irretratável de pares de fibra óptica apagada, não incluindo a cessão de quaisquer equipamentos ou a prestação de serviços de telecomunicações.

Os contratos possuem prazo de duração médio de 17 anos e não contêm cláusulas sobre renovação ou opção de venda dos ativos. A receita, vinculada a estes contratos, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$493.

## 20. Provisões para riscos

	31/12/2016	31/12/2015
Ações cíveis	-	313
Trabalhista	82	-
	<b>82</b>	<b>313</b>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui provisão para fazer frente a riscos e contingências identificados pela administração de R\$83 (R\$313 em 31 de dezembro de 2015), que está representada por demanda trabalhista, cuja expectativa de perda foi considerada como “provável”.

### Classificação das contingências em relação à expectativa de perda

	Expectativa de perda			Total
	Remoto	Possível	Provável	
Tributário (a)	80	-	-	80
Trabalhista (b)	188	1.801	82	2.071
Ações cíveis (c)	31	479	-	510
<b>Total</b>	<b>299</b>	<b>2.280</b>	<b>82</b>	<b>2.661</b>

- (a) Os processos tributários estão representados por demandas fiscais que buscam impugnar o enquadramento tributário incorreto para cobrança das contribuições sociais do setor de telecomunicações (FUST/FUNTEL), de responsabilidade arrecadatária da ANATEL. Há ainda demandas tributárias que discutem a legitimidade da forma de cobrança conjunta de tributos federais e estaduais, bem como defesas em execução fiscal.
- (b) Os processos trabalhistas estão representados, em sua grande maioria, por demandas movidas por empregados de outras empresas, parceiras contratuais da CEMIGTelecom, ambas inseridas no polo passivo dos processos e para as quais os reclamantes pedem a concessão de isonomia salarial e concessão das mesmas vantagens que a Companhia concede a seus empregados.

- (c) Dentre os processos de ação civil, a Companhia figura no polo passivo de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, onde se discute a legalidade da terceirização de serviços, cuja mão de obra empregada estaria supostamente relacionada à atividade-fim da Companhia. A CEMIGTelecom foi condenada em primeira instância ao pagamento de multa no valor de R\$200, além da proibição de continuar empregando mão de obra terceirizada nessas atividades. Em 2014, a Companhia obteve liminar no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, que suspende os efeitos da sentença de primeiro grau até o julgamento da repercussão geral sobre o tema, que ora tramita no Supremo Tribunal Federal. Os advogados da Companhia consideram o prognóstico de perda como possível e, em caso de eventual condenação, a Companhia poderá ser compelida a realizar a primarização de parte ou da totalidade dessas atividades. Em 22 de março de 2017, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4302/1998, que encerra a discussão e permitirá às empresas de terceirização de suas atividades finalísticas. O referido projeto de lei, foi sancionado pela Presidência da República e publicada no Diário Oficial da União, em 31/03/17.

## 21. Transações com partes relacionadas

A CEMIGTelecom é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG, que por sua vez, tem como principais acionistas, com direito a voto, o Governo do Estado de Minas Gerais (51%) e Andrade Gutierrez Concessões Energia (20%). Na descendente, além da CEMIGTelecom, o Grupo Controlador, CEMIG, possui participação direta nas seguintes principais empresas: Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (49%), Cemig Geração e Transmissão S.A. (100%), Cemig Distribuição S.A. (100%), Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais S.A. - Gasmig (99,57%), Rosal Energia (100%), Sá Carvalho (100%), Light S.A. (26,06%) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA (31,54%).

A Companhia considera como partes relacionadas, além de sua coligada (“Ativas”), o acionista controlador e suas respectivas pessoas ligadas, as sociedades ou pessoas que, direta ou indiretamente possuem influência significativa na Administração da Companhia, as entidades de previdência complementar (Forluz) e administradora de plano de saúde e odontológico (Cemig Saúde), onde a Companhia é co-patrocinadora juntamente com as demais empresas do Grupo CEMIG e os administradores e empregados da Companhia.

*Transações ativas (vendas)* - As principais transações comerciais ativas mantidas pela Companhia com partes relacionadas referem-se à comercialização de circuitos e de outros serviços de telecomunicações em geral, onde as empresas do Grupo Controlador, CEMIG, respondem, atualmente, por 15,11% do faturamento da Companhia (12,79% em 2015).

*Transações Passivas (compras)* - As principais transações passivas da Companhia realizadas com partes relacionadas referem-se ao fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos de telecomunicações, prestação de serviços de gerenciamento e manutenção da rede de telecomunicações e aluguel (compartilhamento) da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia para instalação de cabos e equipamentos de telecomunicações.

A coligada Ativas possui registrado em seu contas a receber contra os acionistas minoritários no valor de R\$6.958, referente a cláusula de indenização, oriundos de passivos pré-existentes ou não revelados na data da transação, conforme previsto no contrato de investimento, firmado em 25 de agosto de 2016 entre CEMIGTelecom, Ativas e Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda. Deste montante registrado, 49% são atribuíveis à responsabilidade à CEMIGTelecom, sobre o qual foi constituída uma provisão no valor de R\$3.410.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de negócios realizados em condições e prazos pactuados entre as partes para os respectivos tipos de operações.



**Saldos em 31 de dezembro de 2016**

<b><u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u></b>	31/12/2016		Acumulado do Exercício	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>
Serviços de Comunicação	26	-	-	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	1.170	2.566	1.653	1.878
Outros	3	-	3	-
<b>Total</b>	<b>1.199</b>	<b>2.566</b>	<b>1.656</b>	<b>1.878</b>

**Cemig Distribuição S.A.**

Serviços de Comunicação	3.399	-	11.870	-
Fornecimento de energia elétrica	-	263	-	3.158
Serviços de manutenção da rede	-	3.319	-	1.878
Direito de Passagem/Infraestrutura	-	2.771	-	3.955
Outros	38	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.437</b>	<b>6.353</b>	<b>11.870</b>	<b>8.991</b>

**Cemig Geração e Transmissão S.A.**

Serviços de Comunicação	272	-	3.255	-
Serviços de manutenção da rede	-	328	-	187
Outros	23	-	-	16
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>328</b>	<b>3.255</b>	<b>203</b>

**Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ**

Serviços de Comunicação	4	-	61	-
Previdência Privada	-	482	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>482</b>	<b>61</b>	<b>-</b>

**Cemig Saúde**

Serviços de Comunicação	2	-	63	-
Assistência Médica e odontológica	-	228	-	9
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>228</b>	<b>63</b>	<b>9</b>

**Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig**

Serviços de Comunicação	21	-	193	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>193</b>	<b>-</b>

	31/12/2016		Acumulado do Exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<b><u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais</u></b>				
<b>Circulante</b>				
Serviços de Comunicação	94	-	659	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.552	2.034	(25.851)	-
<b>Não Circulante</b>				
Tributos compensáveis - ICMS	2.020	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.666</b>	<b>2.034</b>	<b>(25.192)</b>	<b>-</b>
<b>Axxion</b>				
Serviços de Comunicação	3	-	40	-
Manutenção de Software	-	131	-	1.078
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>131</b>	<b>40</b>	<b>1.078</b>
<b><u>Ativas Data Center S.A.</u></b>				
Serviços de Comunicação	249	-	2.474	-
Indenização de contingências na Ativas	-	3.410	-	-
Serviço de Outsourcing de Data Center	-	56	-	739
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	318	-
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>3.466</b>	<b>2.792</b>	<b>739</b>
<b>Total em 31/12/2016</b>	<b>8.876</b>	<b>15.588</b>	<b>(5.262)</b>	<b>12.898</b>
<b><u>Saldos em 31 de dezembro de 2015</u></b>				
	31/12/2015		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<b><u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u></b>				
Serviços de comunicação	26	-	-	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	389	1.286	1.132	1.065
Outros	3	-	-	-
<b>Total</b>	<b>418</b>	<b>1.286</b>	<b>1.132</b>	<b>1.065</b>
<b><u>Cemig Distribuição S.A.</u></b>				
Serviços de comunicação	955	-	11.655	-
Fornecimento de energia elétrica	-	861	-	5.124
Serviços de manutenção da rede	-	1.418	-	1.890
Compartilhamento de infraestrutura	-	647	-	4.786
Outros	38	-	-	-
<b>Total</b>	<b>993</b>	<b>2.926</b>	<b>11.655</b>	<b>11.800</b>
<b><u>Cemig Geração e Transmissão S.A.</u></b>				
Serviços de comunicação	273	-	3.410	-
Serviços de manutenção da rede	-	141	-	188
Outros	23	-	-	-
<b>Total</b>	<b>296</b>	<b>141</b>	<b>3.410</b>	<b>188</b>
<b><u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u></b>				
Serviços de comunicação	9	-	102	-
Previdência privada	-	374	-	1.097
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>374</b>	<b>102</b>	<b>1.097</b>

**Saldos em 31 de dezembro de 2015**

	31/12/2015		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<b><u>Cemig Saúde</u></b>				
Serviços de comunicação	2	-	56	-
Assistência médica e odontológica	-	176	-	408
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>176</b>	<b>56</b>	<b>408</b>
<b><u>Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig</u></b>				
Serviços de comunicação	19	-	172	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>172</b>	<b>-</b>
<b><u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais</u></b>				
<b><u>Circulante</u></b>				
Tributos compensáveis - ICMS	3.099	1.425	(17.927)	-
<b>Total</b>	<b>3.099</b>	<b>1.425</b>	<b>(17.927)</b>	<b>-</b>
<b><u>Axxiom</u></b>				
Serviços de comunicação	3	-	37	-
Manutenção de software	-	21	-	460
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>21</b>	<b>37</b>	<b>460</b>
<b><u>Ativas Data Center S.A.</u></b>				
Serviços de comunicação	150	-	1.736	-
Serviço de outsourcing de data center	-	22	-	988
Reembolso de custos com pessoal cedido	29	-	347	22
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>22</b>	<b>2.083</b>	<b>1.010</b>
<b>Total em 31/12/2015</b>	<b>5.018</b>	<b>6.371</b>	<b>720</b>	<b>16.028</b>

**Fundo de renda fixa - Pampulha** – A Companhia é cotista do Fundo Pampulha, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, os montantes aplicados pelo fundo, correspondentes à participação da CEMIGTelecom estão contabilizados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante.

O Grupo Cemig possui aplicações no Fundo Pampulha (vide composição abaixo) que, por sua vez, possui aplicações em notas promissórias e debêntures de empresas do Grupo Cemig.

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da CEMIGTelecom	
			31/12/2016	31/12/2015
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)	abr/2013 a jan/2016	112,0% do CDI+1,3% a.a.	-	173
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jan/2014 a dez/2016	CDI + 0,8% a.a.	-	761
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	abr/2013 a fev/2017	CDI + 0,9% a.a.	15	165
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jul/2015 a jul/2018	CDI + 1,6%	74	817
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x ATIVAS (NP)	jul/2014 a out/2016	CDI + 3,5% a.a.	-	332
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x ATIVAS (NP)	jul/2014 a out/2016	CDI + 3,5% a.a.	-	415
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x ETAU (Debêntures)	dez/2014 a dez/2019	108% do CDI	14	154
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	mar/2016 a dez/2018	CDI + 3,9%	14	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jul/2016 a dez/2018	CDI + 4,2% a.a.	13	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)	abr/2016 a jan/2017	112,0% do CDI	8	-

O rendimento do Fundo Pampulha, no período findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$2.325 (R\$1.566 em 31 de dezembro de 2015).

**Empréstimo de mútuo** - Em 16 de dezembro de 2016, a CEMIGTelecom celebrou um contrato de empréstimo de mútuo, junto à CEMIG, no valor de R\$18.000, com a finalidade de complementar os recursos necessários ao pagamento integral da 1ª NP. Concedido pelo prazo de 137 dias, com pagamento previsto para 30 de abril de 2017, em uma única parcela, acrescida de juros correspondentes a 132,9% da taxa média dos DI – Depósitos Interfinanceiros. O saldo atual registrado, em 31 de dezembro de 2016, acrescido dos encargos financeiros, calculado pro-rata-temporis é de R\$18.134, vide nota explicativa 15.

**Remuneração de Administradores** - A Companhia pagou durante o ano de 2016, a título de remuneração e demais benefícios a Administradores a importância de R\$3.579 (R\$2.934 em 2015), como segue:

Cargo	Remuneração		Benefícios		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Diretores	2.489	2.213	291	189	2.780	2.402
Conselheiros	799	532	-	-	799	532
<b>Total</b>	<b>3.288</b>	<b>2.745</b>	<b>291</b>	<b>189</b>	<b>3.579</b>	<b>2.934</b>

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia fixou, a partir do exercício de 2016, limite global anual de R\$5.450 (R\$3.900 para o exercício de 2015) a título de remuneração de Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Previdência Complementar e demais benefícios a empregados - Conforme nota explicativa 28, a Companhia é co-patrocinadora da entidade fechada de previdência complementar - Forluz e da Cemig Saúde, responsável pela administração dos planos de assistência médica e odontológica aos empregados, sendo que as contribuições realizadas pela Companhia foram como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Forluz	Cemig Saúde	Forluz	Cemig Saúde
Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B	3.235	-	2.549	-
Plano Pró-Saúde Integrado – PSI	-	1.469	-	1.077
Plano Odontológico – POD	-	52	-	43
<b>Total</b>	<b>3.235</b>	<b>1.521</b>	<b>2.549</b>	<b>1.120</b>

Adicionalmente, além dos benefícios previstos em Lei, a Companhia concedeu também aos seus empregados auxílio-creche, seguro de vida em grupo, tíquete restaurante/alimentação e vale-cultura.

Participação dos empregados nos resultados - O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos empregados, a título de participação nos resultados, de um montante anual como forma de incentivar os empregados a alcançarem os melhores resultados, cujos indicadores e metas são periodicamente estabelecidos em negociação coletiva de trabalho. No ano de 2016, a Companhia auferiu resultado para a distribuição, de forma que o valor foi provisionado na ordem de 1.856 mil para pagamento de participação de empregados nos resultados, até abril 2017. A parcela de R\$599 mil foi paga no ano de 2016 e em 31 de dezembro de 2016, o valor da provisão de participação dos empregados nos resultados monta em R\$1.257 mil.

## 22. Patrimônio Líquido

### (a) Capital social

A CEMIG, em 18 de fevereiro de 2016, promoveu aumento de capital na CEMIGTelecom no valor de R\$16.660, tendo subscrito 16.660 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, alterando assim o capital da Companhia de R\$225.081 para R\$241.741 a partir daquela data.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 está representado por ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

#### 31 de dezembro de 2016

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Participação %</u>
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	397.683.384	241.741	100%
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>397.683.385</u></b>	<b><u>241.741</u></b>	<b><u>100%</u></b>

31 de dezembro de 2015

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Participação %</u>
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	381.023.384	225.081	100%
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>381.023.385</u>	<u>225.081</u>	<u>100%</u>

(b) **Remuneração dos acionistas**

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido ajustado a cada exercício.

(c) **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em decorrência da existência de saldo de prejuízos acumulados, não foi constituída reserva legal em 2016.

(d) **Reserva de retenção de lucros**

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia nos próximos exercícios.

(e) **Lucro (Prejuízo) por ação**

O lucro (prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do resultado básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação:		
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>9.983</u>	<u>(35.831)</u>
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	397.683	381.023
Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído (em reais)	<u>25,10</u>	<u>(94,04)</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o prejuízo por ação diluído é igual ao prejuízo por ação básico.

**23. Receita líquida**

	<u>Acumulado do Exercício</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circuitos dedicados	103.698	91.541
Transporte de sinais	7.374	34.634
Serviços integrados	21.973	17.497
Outras	3.478	3.427
<b>Receita bruta</b>	<u>136.523</u>	<u>147.099</u>
Impostos, devoluções, ajuste a valor presente e abatimentos	<u>(34.077)</u>	<u>(26.485)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>102.446</u>	<u>120.614</u>

**24. Custos e despesas**

<b><u>Classificação por natureza</u></b>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Infraestrutura de rede	(13.258)	(14.413)
Energia elétrica	(3.342)	(5.298)
Depreciação e amortização	(37.741)	(48.968)
Serviço de manutenção e reparo	(17.553)	(19.680)
Pessoal	(25.479)	(17.517)
Serviços de terceiros	(3.293)	(3.159)
Imóveis locados	(1.701)	(1.976)
Resultado de equivalência patrimonial	(27.165)	(28.833)
Pis/Cofins sobre arrendamento financeiro	(1.636)	-
Indenização de contingências na Ativas	(3.410)	-
Provisão para obsolescência	(1.149)	-
Outros	(1.041)	(692)
<b>Total</b>	<b><u>(136.768)</u></b>	<b><u>(140.536)</u></b>

(\*) Gastos com pessoal alocado em projetos de construção da rede de telecomunicações foram registrados no ativo imobilizado e totalizaram, no exercício de 2016, R\$7.865 (R\$6.923 em 2015).

<b><u>Classificação por função</u></b>	Acumulado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo dos serviços prestados	(67.868)	(83.367)
Despesas com vendas	(523)	(1.280)
Despesas gerais e administrativas	(34.184)	(26.364)
Resultado de equivalência patrimonial	(27.165)	(28.833)
Outras despesas	(7.028)	(692)
<b>Total</b>	<b><u>(136.768)</u></b>	<b><u>(140.536)</u></b>

**25. Outras receitas operacionais**

<b><u>Outras receitas operacionais</u></b>	Acumulado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valorização dos ativos recebidos da Eletronet (nota 13)	20.423	-
Ganho sobre arrendamento mercantil financeiro	3.215	-
Ganho sobre derivativo financeiro (nota 27)	4.586	-
Multas e penalidade	283	1.956
Outras receitas	384	-
<b>Total</b>	<b><u>28.891</u></b>	<b><u>1.956</u></b>

**26. Receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados**

<b><u>Receitas financeiras</u></b>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	2.792	2.185
Juros ativos	169	640
Outras receitas financeiras	1.038	1.228
<b>Total</b>	<b><u>3.999</u></b>	<b><u>4.053</u></b>

**Despesas financeiras**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Juros passivos	(7.956)	(5.408)
Outras despesas financeiras	(1.205)	(370)
<b>Total</b>	<b><u>(9.161)</u></b>	<b><u>(5.778)</u></b>

**27. Instrumentos financeiros****(a) Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco de liquidez

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

**Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos aplicadas pela Companhia e sua controlada em conjunto estão subordinadas às do Grupo CEMIG, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia como um todo.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

**RISCO DE CRÉDITO**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.



As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A carteira de clientes é composta por grandes operadoras de telefonia fixa e móvel e de TV a cabo e internet banda larga, bem como por clientes corporativos e provedores de internet, além da própria controladora. Face à mudança de foco da Companhia visando aumentar seu *market share* nos segmentos de mercado corporativo e de provedores de internet e o gradual declínio da participação no mercado de operadoras, desde 2015, o risco de perdas no recebimento de créditos pela Companhia tem sido diluído significativamente através da diversificação de sua carteira de clientes. Os esforços de vendas para o mercado corporativo foram suficientes para compensar as perdas com o cancelamento de circuitos por operadoras e reduzir significativamente o risco de mercado. A participação das operadoras nas receitas brutas da CEMIGTelecom caíram de 58% em 2015 para 35% em 2016, sendo que o número de clientes corporativos, incluindo provedores de internet, aumentou de 216 clientes em janeiro de 2015 para 755 em dezembro de 2016. Além disso, a partir de 2015, houve uma revisão da política de concessão de crédito pela administração da Companhia. Ainda assim, o principal instrumento que assegura a minimização do risco de crédito continua sendo o direito da Companhia em interromper o fornecimento do sinal em caso de descumprimento contratual, dentre eles a falta de pagamento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera o segmento de mercado onde os clientes operam, uma vez que este fator pode influenciar no risco de crédito, sobretudo em razão da sensibilidade do setor de telecomunicações às circunstâncias econômicas do país. A concentração máxima da receita da Companhia atribuível a um único cliente é de aproximadamente 15%.

O nível de perdas por ausência de pagamento é inexpressível. Isto se explica em decorrência do fato de que a política estabelecida pela Companhia prevê o monitoramento constante da inadimplência, onde são aplicadas penalidades contratuais em caso de atraso de pagamento podendo até, em ato extremo, culminar na descontinuidade dos serviços aos clientes.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A sensibilidade e a expectativa de perdas relacionadas a riscos significativos individuais são os únicos parâmetros considerados nessa análise. Isto ocorre porque os negócios da Companhia estão voltados, substancialmente, para o mercado de atendimento às grandes operadoras de telecomunicações e ao mercado corporativo e, por esse motivo, as perdas históricas e as análises globais, geográficas ou setoriais não costumam fornecer uma base razoável para estimar as perdas com as contas a receber. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2016 provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.425 (R\$2.459 em 2015), representativa de 7% (13% em 2015) do saldo total de contas a receber em aberto e de 18 % (51% em 2015) das contas a receber vencidas.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, vigora no Grupo CEMIG, desde 2004, uma Política de Aplicação Financeira, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

## RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que coloca a Companhia exposta às alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros, o qual pode ter um impacto financeiro significativo na Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter sob controle as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### 1. Risco de moeda

A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nos saldos de fornecedores e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

### 2. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros decorre da emissão de títulos mobiliários não conversíveis. Estes passivos, quando atrelados às taxas de juros variáveis, expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Já passivos vinculados a taxas de juros fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia avalia permanentemente sua exposição ao risco de taxas de juros. São simulados diversos cenários, levando-se em consideração as alternativas de refinanciamento, renovação de posições existentes e a aquisição de novos financiamentos e *hedges* alternativos.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nos empréstimos, com taxas de juros flutuantes atreladas, principalmente, em índices referenciados na taxa básica de juros da economia brasileira, no montante de R\$101.372 (nota explicativa 15).

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, em um cenário provável, a taxa CDI próxima de 10,40% e a TJLP em 7,10%. Foi realizada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores em relação ao cenário provável. Como parte das definições dessa análise, considerou-se a variação esperada na taxa CDI como similar à variação da taxa SELIC.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração. A tabela abaixo inclui os valores de principal e juros.

Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais –cenários (% ao ano)				
	Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
	CDI	CDI	CDI	CDI	
	14,00%	9,38%	11,73%	14,07%	
<b><u>Ativos</u></b>					
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>					
Fundos de renda fixa	773	881	846	864	882
<b><u>Títulos e valores mobiliários</u></b>					
Fundos de renda fixa	1.938	<u>2.209</u>	<u>2.120</u>	<u>2.165</u>	<u>2.211</u>
<b>Exposição líquida ativa</b>		<b><u>3.090</u></b>	<b><u>2.966</u></b>	<b><u>3.029</u></b>	<b><u>3.093</u></b>

### 3. Risco de preço

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

### Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras as quais espera-se manter até o vencimento. Estas são avaliadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: encontram-se, nesta categoria, os títulos de fundos de renda fixa mantidos para negociação. Estes são avaliados pelo valor justo através do resultado, conforme nível 2.
- Empréstimos e recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos (mútuos): são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.

O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

No exercício de 2015, a Companhia não operou com derivativos.

### RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia opera com uma margem de lucratividade que lhe confere um fluxo de caixa operacional positivo. Tipicamente a Companhia mantém disponibilidade financeira imediata que lhe garante o cumprimento de compromissos de pelo menos 60 dias de operação, incluindo as obrigações financeiras e os investimentos. Fatos com impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais ou crises econômicas de grandes dimensões, não são levados em consideração nessa análise.

Visando viabilizar a entrada de um novo sócio na Ativas, a CEMIGTelecom assumiu um valor significativo de dívida de curto prazo. Com isto, em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da CEMIGTelecom excedeu o ativo circulante em R\$74.312. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e debêntures de curto e longo prazos da CEMIGTelecom totalizaram R\$63.751 e R\$37.621, com vencimento no segundo e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$18.134 e R\$46.310, respectivamente, no entanto, cabe ressaltar que a Companhia contabilizou fluxos de caixa operacionais positivos nos valores de R\$46.827 e R\$56.971 em 2016 e 2015, respectivamente.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Companhia deverá captar valores significativos de capital de terceiros e/ou aporte de seu acionista, podendo continuar a depender da contratação de dívidas adicionais.

A Companhia possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de empréstimos para rolagem das dívidas, além de contar com suporte financeiro de seu controlador, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A Administração acredita que a Companhia possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatória e reúne condições adequadas para cumprir com as suas obrigações de curto prazo e continuar a fazer os investimentos necessários à manutenção dos projetos em andamento.

A Companhia considera um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, com a margem excedente aplicada em operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, conforme as orientações definidas pelo Grupo CEMIG, com vistas a uma gestão consolidada dos recursos disponíveis e não dependem de qualquer análise individual pela CEMIGTelecom.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

<b>Passivos financeiros não derivativos</b>	<u>31/12/2016</u>	<u>Fluxo</u> <u>Contratual</u>	<u>até 1 ano</u>
Mútuo Cemig	18.134	18.134	18.134
Mútuo Sonda	46.310	45.617	45.617
<b>Total</b>	<b>64.444</b>	<b>63.751</b>	<b>63.751</b>

**(b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado**

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

Debêntures: O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2015 era de R\$15.345.

**28. Benefícios a empregados**

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

Previdência complementar - Forluz

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, co-patrocinado pela Companhia, denominado “PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO B”, é composto por benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT, (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI, (iii) Abono Anual - AA, (iv) Renda Continuada por Morte - RCM e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes. Essas contribuições são reconhecidas no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de despesa com pessoal.

Assistência médica - Cemig Saúde

A Companhia é co-patrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados, os quais são administrados pela Cemig Saúde.

Os valores das contribuições aos planos previdenciário, de saúde e odontológico são determinados anualmente, pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico-POD
<b>31 de dezembro de 2016</b>			
Valor justo dos ativos do plano	(2.112)	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	2.112	(2.695)	(106)
Ativo (passivo) atuarial líquido reconhecido	-	<b>(2.695)</b>	<b>(106)</b>
	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico-POD
<b>31 de dezembro de 2015</b>			
Valor justo dos ativos do plano	1.350	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(1.578)	(1.174)	(52)
Valor presente das obrigações (total)	(228)	(1.174)	(52)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	-	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido reconhecido	(228)	(1.174)	(52)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(1.578)</b>	<b>(1.174)</b>	<b>(52)</b>
Custo do serviço corrente	(70)	(104)	(5)
Juros sobre a obrigação atuarial	(204)	(154)	(7)
(Perdas) atuariais reconhecidas	(302)	(1.281)	(43)
Benefícios pagos	111	18	1
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(2.043)</b>	<b>(2.695)</b>	<b>(106)</b>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano de benefícios previdenciários podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.350</b>
Retorno real dos investimentos	840
Contribuições do Empregador	33
Benefícios pagos	(111)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.112</b>

A despesa anual dos planos pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
Custo do serviço corrente	(70)	(104)	(5)	(179)
Juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefício definido	(28)	(154)	(7)	(189)
<b>Despesa reconhecida na demonstração do resultado</b>	<b>(98)</b>	<b>(258)</b>	<b>(12)</b>	<b>(368)</b>

A movimentação do ativo (passivo) atuarial líquido pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
<b>Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(228)</b>	<b>(1.174)</b>	<b>(52)</b>	<b>(1.454)</b>
Despesa reconhecida no resultado	(98)	(258)	(12)	(368)
Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	363	(1.281)	(43)	(961)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	(70)	-	-	(70)
Contribuições pagas	33	18	1	52
<b>Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>-</b>	<b>(2.695)</b>	<b>(106)</b>	<b>(2.801)</b>

## Premissas atuariais utilizadas

As premissas utilizadas pelo atuário independente na determinação dos cálculos atuariais são demonstradas a seguir:

	Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B		Pró Saúde Integrado - PSI		Plano odontológico - POD	
	31/12/201	31/12/201	31/12/201	31/12/201	31/12/201	31/12/201
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	6	5	6	5	6	5
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%	10,40%	13,14%	10,04%	13,14%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	10,50%	13,20%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	6,59%	5,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	4,50%	5,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	N/A	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%
	AT-2000M, suavizada em 20%	AT-2000M, suavizada em 20%	AT-2000M, suavizada em 20%	AT-2000M, suavizada em 20%	AT-2000M, suavizada em 20%	AT-2000M, suavizada em 20%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas D10%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
	Winklevo ss	Winklevo ss	Winklevo ss	Winklevo ss	Winklevo ss	Winklevo ss
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	desagrava da em 30%	desagrava da em 30%	desagrava da em 30%	desagrava da em 30%	desagrava da em 30%	desagrava da em 30%
Taxa de rotatividade esperada	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
(a)	100% na primeira idade em que atingir o direito ao benefício pleno					

## 29. Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos de compartilhamento de infraestrutura e aluguel de fibra apagada, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Compartilhamento de infraestrutura	3.180	2.607	1.178	312	230	-	7.507
Aluguel de fibra apagada	2.438	1.966	1.344	83	142	399	6.372
Empréstimos e financiamentos	69.747	-	-	-	61.944	-	131.691
<b>Total</b>	<b>75.365</b>	<b>4.573</b>	<b>2.522</b>	<b>395</b>	<b>62.316</b>	<b>399</b>	<b>145.570</b>

## 30. Seguros

A Companhia realizou reavaliação dos riscos envolvendo os ativos de telecomunicações da companhia, bem como a probabilidade de interrupção de suas operações diante de potenciais de sinistros. Tal estudo demonstrou que a probabilidade de ocorrência de sinistros simultâneos e em larga escala que pudessem representar relevantes prejuízos financeiros e operacionais à Companhia é significativamente remota, devido, sobretudo, à diversidade de distribuição geográfica dos ativos expostos a riscos. Por este motivo, a administração da Companhia optou, neste momento, por não contratar seguros visando à cobertura de sinistros envolvendo seu Centro de Operações e *Headends*, bem como outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado. Desde o início das suas operações e até o momento, a Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados. As premissas de avaliação de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

## 31. Eventos subsequentes

- i. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) 574.706, decidiu por maioria, pelo provimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, fundamentando que o valor arrecadado a título de ICMS não se incorpora ao patrimônio do contribuinte, de modo que não poderia integrar a base de cálculo das contribuições mencionadas. A Companhia possui Recursos Especial e Extraordinário sobre o tema, ainda não julgados, o que sinaliza boas probabilidades de êxito na qual espera-se recuperar valores pagos indevidamente desde 2003, estimados em R\$7.000. Aguarda-se, no entanto, o posicionamento do STF em sede de repercussão geral e a aplicação desse entendimento ao caso concreto da CEMIGTelecom.
- ii. Em 09 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da CEMIGTelecom aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$34.000, com garantia fidejussória e garantia real por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, em montante equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do valor das parcelas vincendas de amortização e remuneração. O Conselho de Administração da Companhia retificou em 20 de janeiro de 2017, o valor da captação para R\$27.000, e nesta mesma data, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou a prestação de fiança para essa operação. A Administração acredita que a conclusão do processo de captação da 2ª emissão de debêntures ocorrerá até o dia 15 de abril de 2017.



## **Anexo IX**

## COMENTÁRIO DO DESEMPENHO 3º TRIMESTRE DE 2017

No trimestre findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia auferiu uma Receita Operacional Líquida de R\$30.593mil, representando um aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$25.952mil), como resultado dos esforços de vendas da Companhia, que visou ampliar sua atuação no segmento de provedores de internet e segmento corporativo, compreendendo o atendimento a empresas e governo

Os custos das vendas, incluindo a depreciação, no mesmo período comparativo, tiveram aumento de 12% acompanhando o crescimento das vendas, enquanto que as despesas gerais e administrativas cresceram 29%, saltando de R\$6.264mil apurados em 2016 para R\$8.051mil em 2017.

O EBITDA gerencial ajustado(\*), atingiu R\$13.252mil, ficando 11% maior que o resultado do mesmo período de 2016 (R\$11.952mil) justificado pela eficiência operacional, que reflete a um lucro líquido do período de R\$535mil.

Como consequência da alavancagem financeira, a Companhia encerrou o período com um capital circulante líquido negativo de R\$61.458mil (R\$74.312 mil em 31/12/2016), mas com melhora em função da captação das debêntures e alargamento dos prazos de pagamento para 2018 e 2019.

A Companhia investiu no primeiro semestre de 2017 R\$34.734mil (R\$28.459mil no mesmo período do ano anterior) na formação do seu ativo imobilizado e intangível, com esforços voltados, principalmente, ao atendimento da última milha dos clientes, os quais são geralmente orientados à obtenção de receitas associadas.

### A Administração

(\* ) EBITDA GERENCIAL AJUSTADO = LAJIDA conforme Instrução 527/12 da CVM, ajustado pelos efeitos da equivalência patrimonial e de outras receitas e despesas que não possuem efeito sobre o caixa e equivalentes de caixa.

**Cemig**  
**Telecomunicações S.A.**

Informações Contábeis Intermediárias referentes  
ao trimestre findo em  
30 de setembro de 2017  
com relatório do auditor independente  
sobre a revisão das informações trimestrais

# Cemig Telecomunicações S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2017

## Índice

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais..... 1

### Informações contábeis intermediárias

Balanço patrimonial.....	3
Demonstração dos resultados .....	4
Demonstração dos resultados abrangentes .....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstração dos fluxos de caixa .....	7
Demonstração do valor adicionado .....	8
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	9



Edifício Phelps Offices Towers  
Rua Antônio de Albuquerque, 156  
11º andar - Savassi  
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil  
Tel: +55 31 3232-2100  
Fax: +55 31 3232-2106  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Cemig Telecomunicações S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Telecomunicações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do Valor Adicionado**

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas e informações contábeis intermediárias revisadas por outro auditor independente**

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão, sem modificações, com datas de 06 de abril de 2017 e 11 de novembro de 2016, respectivamente.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Flávio de Aquino Machado  
Contador CRC-1MG065899/O-2

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

BALANÇO PATRIMONIAL  
30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>NOTA</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>NOTA</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos Circulantes				Passivos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.616	1.034	Empréstimos e debêntures	12	58.973	63.751
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	4	6.110	1.855	Fornecedores	13	18.723	21.750
Contas a receber de clientes	5	17.258	19.249	Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.848	5.836
Arrendamento mercantil financeiro	6	323	303	Obrigações fiscais	15	9.525	9.573
Tributos a recuperar	7	5.181	3.684	Receita diferida	16	<u>460</u>	<u>460</u>
Despesas antecipadas		62	34	Total dos passivos circulantes		<u>92.529</u>	<u>101.370</u>
Outros créditos		<u>535</u>	<u>899</u>				
Total dos ativos circulantes		<u>31.085</u>	<u>27.058</u>	Passivos não circulantes			
Ativos Não Circulantes				Empréstimos e debêntures	12	58.998	37.621
Realizável a longo prazo				Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.192	2.801
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	4	203	83	Obrigações fiscais	15	1.982	2.466
Arrendamento mercantil financeiro	6	11.631	11.876	Receita diferida	16	4.219	4.579
Tributos a recuperar	7	3.334	2.997	Provisões para riscos	17	67	82
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	8.935	8.037	Partes relacionadas	18	6.394	3.410
Instrumentos financeiros derivativos	9	4.484	4.586	Outros		<u>84</u>	<u>84</u>
Outros		239	908	Total dos passivos não circulantes		<u>74.936</u>	<u>51.043</u>
Investimento em coligada	9	17.793	19.744	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	269.946	261.613	Capital Social	19	241.741	241.741
Intangível	11	<u>9.917</u>	<u>9.490</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(756)	(756)
Total dos ativos não circulantes		<u>326.482</u>	<u>319.334</u>	Prejuízos acumulados		<u>(50.883)</u>	<u>(47.006)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>190.102</u>	<u>193.979</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>357.567</u>	<u>346.392</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>357.567</u>	<u>346.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. – CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
 PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017  
 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação básico e diluído)

	NOTA	Trimestral		Acumulado	
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	20	30.593	25.952	88.303	74.641
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	<u>(17.671)</u>	<u>(15.922)</u>	<u>(52.624)</u>	<u>(46.348)</u>
LUCRO BRUTO		12.922	10.030	35.679	28.293
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Despesas gerais e administrativas	21	(8.285)	(6.641)	(24.881)	(23.806)
Despesas com vendas e marketing	21	(238)	(124)	(728)	(259)
Outras receitas operacionais		76	20.963	87	21.225
Outras despesas operacionais	21	(233)	(466)	(3.522)	(572)
Resultado de equivalência patrimonial	9	<u>(459)</u>	<u>(10.141)</u>	<u>(1.951)</u>	<u>(25.647)</u>
Total		<u>(9.139)</u>	<u>3.591</u>	<u>(30.995)</u>	<u>(29.059)</u>
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>3.783</u>	<u>13.621</u>	<u>4.684</u>	<u>(766)</u>
Receitas financeiras	22	1.226	844	2.147	3.039
Despesas financeiras	22	<u>(3.857)</u>	<u>(1.628)</u>	<u>(11.501)</u>	<u>(5.047)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.152	12.837	(4.670)	(2.774)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(105)	62	(105)	(24)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	<u>(512)</u>	<u>(7.918)</u>	<u>898</u>	<u>(7.766)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		<u>535</u>	<u>4.981</u>	<u>(3.877)</u>	<u>(10.564)</u>
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DAS AÇÕES ORDINÁRIAS EM CIRCULAÇÃO (milhares de ações)		<u>397.683</u>	<u>397.683</u>	<u>397.683</u>	<u>397.683</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO (em reais)		<u>0,00</u>	<u>0,01</u>	<u>(0,01)</u>	<u>(0,03)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
 PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017  
 (Em milhares de reais)

---

	Trimestral		Acumulado	
	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Lucro (prejuízo) do período	535	4.981	(3.877)	(10.564)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>535</u></u>	<u><u>4.981</u></u>	<u><u>(3.877)</u></u>	<u><u>(10.564)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	225.081	(75)	(56.989)	168.017
Aumento de capital	16.660	-	-	16.660
Prejuízo do período	-	-	(10.564)	(10.564)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	<u>241.741</u>	<u>(75)</u>	<u>(67.553)</u>	<u>174.113</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	241.741	(756)	(47.006)	193.979
Prejuízo do período	-	-	(3.877)	(3.877)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	<u>241.741</u>	<u>(756)</u>	<u>(50.883)</u>	<u>190.102</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do período	(3.877)	(10.564)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	<u>41.143</u>	<u>41.968</u>
Depreciação e amortização	25.974	24.947
Encargos financeiros sobre financiamentos	10.690	4.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(898)	7.766
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	-	117
Registro dos ativos recebidos da Eletronet	-	(20.423)
Variação de valor justo derivativo financeiro	102	-
Reversão de provisão para riscos	(15)	(32)
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa, líquido	355	(262)
Equivalência patrimonial	1.951	25.647
Constituição de provisão para indenização	2.984	-
Reversão provisão para obsolescência	-	(225)
Variação nos ativos e passivos	<u>(5.814)</u>	<u>(5.138)</u>
Redução (aumento) de ativos:		
Contas a receber de clientes	1.861	(2.584)
Tributos a recuperar	(1.938)	(494)
Outros ativos	1.005	(672)
Aumento (redução) de passivos:		
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.028)	680
Obrigações sociais e fiscais	(1.129)	371
Receita diferida	(360)	(368)
Imposto de renda e contribuição social pagos	105	(1.097)
Juros pagos	<u>(2.330)</u>	<u>(974)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	31.452	26.266
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(34.734)	(28.459)
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e aplicações	(4.375)	8.461
Aumento de capital de coligada	<u>-</u>	<u>(16.660)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(39.109)	(36.658)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	16.660
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures emitidas	26.239	-
Pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>(18.000)</u>	<u>(5.961)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>8.239</u>	<u>10.699</u>
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>582</u>	<u>307</u>
CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	1.034	4.869
No fim do período	<u>1.616</u>	<u>5.176</u>
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>582</u>	<u>307</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
 PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016  
 (Em milhares de reais)

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
1 - RECEITAS	<u>146.797</u>	<u>153.977</u>
1.1) Vendas de serviços	117.853	99.087
1.2) Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	(355)	262
1.3) Adições de imobilizado em andamento	23.973	27.934
1.5) Valorização ativos realizados da Eletronet	-	20.423
1.6) Ganho (Perda) sobre o derivativo financeiro	(102)	-
1.8) Outros	5.428	6.271
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>58.386</u>	<u>51.282</u>
2.1) Custos dos serviços vendidos	12.856	8.279
2.2) Materiais, serviços de terceiros e outros	42.392	42.903
2.3) Perda / recuperação de valores ativos	2.984	-
2.4) Outros	154	100
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>88.411</u>	<u>102.695</u>
4 - RETENÇÕES	<u>25.974</u>	<u>24.947</u>
4.1) Depreciação e Amortização	25.974	24.947
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	<u>62.437</u>	<u>77.748</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>197</u>	<u>(22.608)</u>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(1.951)	(25.647)
6.2) Receitas Financeiras	2.148	3.039
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	<u>62.634</u>	<u>55.140</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>62.634</u>	<u>55.140</u>
8.1) Pessoal e encargos	<u>17.635</u>	<u>19.768</u>
8.1.1) Remuneração direta	10.547	11.067
8.1.2) Benefícios	3.679	4.059
8.1.3) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	1.009	2.381
8.1.4) Outras	2.400	2.261
8.2) Impostos, taxas e contribuições	<u>32.095</u>	<u>35.952</u>
8.2.1) Federais	8.083	16.123
8.2.2) Estaduais	24.012	19.829
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	<u>16.781</u>	<u>9.984</u>
8.3.1) Juros	11.501	5.047
8.3.2) Aluguéis	5.280	4.937
8.4) Remuneração de capitais próprios	<u>(3.877)</u>	<u>(10.564)</u>
8.4.1) Prejuízo do período	(3.877)	(10.564)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS

30 DE SETEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

## a) A Companhia

A CEMIG Telecomunicações S.A. – CEMIGTelecom (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações, no Estado de Minas Gerais e outros Estados do Nordeste e Centro-Oeste, utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica das concessionárias de energia, principalmente a da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 – Térreo – Funcionários – Belo Horizonte – MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia – SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

Criada em 13 de janeiro de 1999, a CEMIGTelecom tem como foco prestar serviços de telecomunicação para os segmentos corporativo, de provedores de acesso à Internet (ISP) e de operadoras de telecomunicações. Atua no mercado de atacado alugando circuitos especializados para prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel, TV a cabo, *bussiness carriers*, data center, banda larga, dentre outras.

O *core business* da Companhia é a prestação de serviços de telecomunicações no segmento de operadoras, provedores de acesso à internet (ISP) e o provimento de serviços especializados para o segmento corporativo, disponibilizando soluções de conectividade de redes e acesso à internet, tais como: acesso à internet corporativo, comunicação de dados entre matriz e filiais, soluções de alta capacidade e qualidade, aluguel de circuitos especializados (Links, Rede IP/MPLS e VPNs), atendimentos customizados para cada negócio, soluções de conectividade, entre outros.

A CEMIGTelecom possui redes de fibras óptica para transporte de serviços de telecomunicações de Minas Gerais, presença em mais de 70 cidades mineiras. Adicionalmente, disponibiliza também serviços através de redes ópticas nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Goiânia e Fortaleza, além de possuir pontos de presença nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. No total está presente em mais de 100 cidades.

No quarto trimestre de 2016, visando viabilizar a entrada de um novo sócio na Ativas, a CEMIGTelecom assumiu um valor significativo de dívida de curto prazo, com garantia de seu acionista controlador. Com isto, em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante da CEMIGTelecom excedeu o ativo circulante em R\$61.445 (R\$74.312 em 31 de dezembro de 2016). Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos de curto prazo da CEMIGTelecom totalizaram R\$58.973, dos quais R\$50.426 vencem no quarto trimestre de 2017.

A administração efetuou o aumento do capital social da Companhia na ordem de R\$50.657 para a quitação do mútuo, no dia 23 de outubro de 2017, e acredita que esta possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatório com condições adequadas para cumprir com as suas obrigações de curto prazo e continuar a fazer os investimentos necessários à manutenção de seus projetos.

## b) Investimento em coligada

Até 18 de outubro de 2016, a Companhia detinha controle compartilhado – “joint venture” na companhia Ativas Data Center S.A. (“Ativas”), com participação de 49% do capital social dessa empresa. A partir desta data, com a entrada da Sonda Procwork Outsourcing Informatica Ltda. (“Sonda”), novo sócio no negócio, teve a sua participação diluída para 19,6%, passando a classificar o investimento como coligada. A gestão e as principais deliberações sociais são exercidas pelo novo sócio controlador, conforme acordo de acionistas.

A Ativas é uma entidade domiciliada no Brasil. Sua sede e parque tecnológico encontra-se na Rua Agenério Araújo, nº 20, Bairro Camargos, Belo Horizonte - MG e escritórios comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. A Ativas tem como objeto social:

- (i) a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação;
- (ii) o armazenamento de base de dados e *site-backup*;
- (iii) a prestação de serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade;
- (iv) a prestação de serviços de consultorias em TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação e conectividade com venda de acesso e banda internet; e
- (v) o licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computação.

Com a entrada do novo sócio controlador, Sonda, foram tomadas diversas ações visando à readequação de sua estrutura organizacional, operacional e financeira. Como parte do plano de reestruturação dessa coligada, foi realizada em outubro de 2016, a liquidação antecipada de parte substancial de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, visando obter uma estrutura de capital compatível com o tamanho de seus negócios.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, e arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 06 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 10 de novembro de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e depósitos bancários	333	261
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	218	105
<i>Overnight</i> (b)	<u>1.065</u>	<u>668</u>
Total	<u><u>1.616</u></u>	<u><u>1.034</u></u>

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia concentrava no Fundo Pampulha, fundo de investimento do Grupo CEMIG, 100,00% de suas aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários – nota explicativa nº4). A rentabilidade média ponderada das aplicações financeiras do Fundo Pampulha, nesse período, foi de, aproximadamente, 104,37% do Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Cetip S.A.-CDI (106,31% em 31 de dezembro de 2016).

- a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 100,5% a 105,25%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.
- b) Aplicações de curto prazo *overnight* (em geral, letras, notas ou obrigações do Tesouro referenciadas a uma taxa pré-fixada), com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se a: (i) títulos de renda fixa, representados por cotas de fundos administrados por instituições financeiras que cumprem com os requisitos de idoneidade e solidez estabelecidos pelo Grupo Controlador; e (ii) investimentos em títulos e certificados de depósitos bancários – CDB, com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, cujos montantes apresentados no ativo circulante consideram a expectativa de realização no curto prazo.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos de renda fixa		
Circulante		
Fundos de renda fixa, com carteiras representadas por:		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	75	59
Operações compromissadas (b)	646	131
Letras Financeiras do Tesouro (b)	881	349
Letras Financeiras - Bancos (c)	<u>4.508</u>	<u>1.316</u>
Subtotal	<u><u>6.110</u></u>	<u><u>1.855</u></u>
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos (c)	-	25
Debêntures/NP (b)	<u>203</u>	<u>58</u>
Subtotal	<u><u>203</u></u>	<u><u>83</u></u>
Total	<u><u>6.313</u></u>	<u><u>1.938</u></u>

- (a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do CDI (que varia entre 100,5% e 105,25%, conforme operação).
- (b) Operações compromissadas pós-fixadas, remuneradas a um percentual do CDI (que varia entre 100% + 0,78% a 113%, conforme operação).

- (c) Letras financeiras do tesouro pós-fixadas, cuja remuneração é dada pela variação da taxa Selic diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra.
- (d) Letras financeiras (Bancos) pós-fixadas, remuneradas a um percentual do CDI (que varia entre 100% + 0,52% a 112%, conforme operação).

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Partes relacionadas (nota 18)	2.880	5.299
Terceiros	16.158	15.375
Créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.780)</u>	<u>(1.425)</u>
Total	<u><u>17.258</u></u>	<u><u>19.249</u></u>

A seguir apresentamos o resumo das contas a receber por idade de vencimento:

Contas a receber	<u>30/09/2017</u>			31/12/2016
	Partes relacionadas	Terceiros	Total	
A vencer	<u>1.010</u>	<u>13.308</u>	<u>14.318</u>	<u>12.805</u>
De 1 a 30 dias	76	891	967	2.906
De 31 a 60 dias	76	58	134	1.381
De 61 a 90 dias	76	39	115	643
De 91 a 180 dias	232	185	417	424
Acima de 181 dias	<u>1.410</u>	<u>1.677</u>	<u>3.087</u>	<u>2.515</u>
Total	<u><u>2.880</u></u>	<u><u>16.158</u></u>	<u><u>19.038</u></u>	<u><u>20.674</u></u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	<u>(1.780)</u>	<u>(1.780)</u>	<u>(1.425)</u>
Total	<u><u>2.880</u></u>	<u><u>14.378</u></u>	<u><u>17.258</u></u>	<u><u>19.249</u></u>
Percentual das perdas reconhecidas sobre as contas a receber vencidas		<u>62%</u>	<u>38%</u>	<u>18%</u>

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa é registrada após avaliação individual dos títulos vencidos há mais de 180 dias. Os que apresentam dúvidas quanto a sua realização, têm suas perdas reconhecidas na demonstração dos resultados no montante em que se espera incorrer.

A movimentação da estimativa de perdas nas contas a receber, pode ser assim demonstrada:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
SalDOS no início do período	(1.425)	(2.459)
Baixa permanente de provisão	-	853
Constituições	<u>(361)</u>	<u>(101)</u>
Reversões	<u>6</u>	<u>282</u>
SalDOS no final do período	<u>(1.780)</u>	<u>(1.425)</u>



## 6. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO – Rede GPON condomínios

Os arrendamentos nos quais a Companhia figura como arrendadora e transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para a arrendatária, são classificados como arrendamentos financeiros. Essas transações são reconhecidas como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do fluxo de recebimentos previstos em contrato, descontados a uma taxa de juros imune de riscos. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	323	303
Não circulante	11.631	11.876
Total	<u>11.954</u>	<u>12.179</u>

Rede GPON condomínios

A CEMIGTelecom celebrou, em 05 de julho de 2016, com a Algar Telecom S.A. (Algar) contrato de arrendamento irrevogável e irretratável das Redes FTTH GPON de propriedade da CEMIGTelecom, localizadas em 39 bairros e condomínios residenciais na zona sul da região metropolitana de Belo Horizonte. O contrato, firmado pelo prazo de 15 anos, prevê remuneração mensal de R\$112, nos primeiros 60 meses, e de R\$132 a partir do 61º mês, devendo ser reajustada anualmente pelo IGP-M.

O valor nominal dos fluxos de recebimentos previstos no contrato eram como segue:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Até 1 ano	1.345	1.345
De 1 a 5 anos	5.678	7.080
Acima de 5 anos	<u>13.887</u>	<u>13.493</u>
Total	<u>20.910</u>	<u>21.918</u>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS (a)	6.053	4.929
Imposto de renda e contribuição social a compensar	873	595
Imposto de renda retido na fonte	1.550	1.098
Outros	<u>39</u>	<u>59</u>
Total	<u>8.515</u>	<u>6.681</u>
Circulante	<u>5.181</u>	3.684
Não circulante	<u>3.334</u>	<u>2.997</u>

(a) Refere-se, basicamente, a créditos a recuperar de ICMS destacados nas notas fiscais de aquisições de bens do ativo imobilizado, os quais são aproveitados em 48 meses a partir da sua escrituração no livro CIAP.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social diferidos, referem-se a ativo fiscais diferidos constituídos, principalmente, sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados até a data do balanço. O registro do imposto de renda diferido teve como base o estudo técnico de viabilidade elaborado pela Diretoria e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia, em 06 de abril de 2017.

As premissas utilizadas na elaboração do estudo técnico de viabilidade foram baseadas na projeção de lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro de 2015, considerando o plano de negócios da Companhia e as perspectivas do cenário macroeconômico, o estudo de viabilidade indicava que os lucros tributáveis futuros previstos pelo prazo de dez anos não seriam suficientes ao esgotamento da totalidade dos créditos fiscais registrados, razão pela qual a Companhia reverteu parte do IR/CS diferidos reconhecidos em anos anteriores no montante de R\$13.491, dos quais R\$12.057 referiam-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$1.434 a diferenças temporárias. Como trata-se de mudança de estimativa, tal ajuste foi reconhecido no resultado do exercício à contrapartida da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos.

Em 31 de dezembro de 2016 foi realizado estudo técnico, que indicou a possibilidade de complementação do saldo do IR/CS diferido em R\$1.569. A parcela dos créditos fiscais não reconhecidos no montante de R\$10.385 mil será mantida sob controle nos registros fiscais, até que satisfaça os requisitos técnicos para seu reconhecimento contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, o estudo técnico de viabilidade deve ser revisto durante o exercício pela Companhia.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo		
<u>Créditos fiscais diferidos</u>		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	4.920	4.973
Créditos de liquidação duvidosa	573	451
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	28	33
Provisão para reembolso Ativas	2.174	1.159
Programa de desligamento voluntário incentivado	373	539
Depreciação – Lei 11.941/09	6.438	7.018
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	390	390
Provisão para obsolescência	467	390
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	1.495	1.495
Outras adições temporárias	<u>723</u>	<u>590</u>
Total do IR/CS diferido ativo	<u>17.581</u>	<u>17.038</u>
Passivo		
<u>Obrigações fiscais diferidas</u>		
Arrendamento Rede Gpon – Condomínios	(843)	(764)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	(1.524)	(1.559)
Valorização dos ativos recebidos da Eletronet	<u>(6.279)</u>	<u>(6.678)</u>
Total do IR/CS diferido passivo	<u>(8.646)</u>	<u>(9.001)</u>
Total líquido no ativo não circulante	<u>8.935</u>	<u>8.037</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social, registrada no resultado do período, é demonstrada como segue:

	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Período de nove meses findo em 30/09/2017	Período de nove meses findo em 30/09/2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.152	12.837	(4.670)	(2.774)
Equivalência patrimonial	459	10.141	1.951	25.647
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustados	1.611	22.978	(2.719)	22.873
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%		34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(548)	(7.813)	924	(7.777)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva: Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Outras adições e exclusões, líquidas	(69)	(43)	(131)	(13)
Resultado efetivo de Imposto de Renda e Contribuição Social	(617)	(7.856)	793	(7.790)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(105)	62	(105)	(24)
Diferido	(512)	(7.918)	898	(7.766)
Total	(617)	(7.856)	793	(7.790)

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável.

A movimentação do ativo fiscal diferido no período pode ser assim demonstrada:

	Saldos em <u>31/12/2016</u>	Acumulado do período de nove meses		Saldos em <u>30/09/2017</u>
		<u>Constituição</u>	<u>Utilização</u>	
<u>Créditos fiscais diferidos</u>				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.973	-	(53)	4.920
Créditos de liquidação duvidosa	451	122	-	573
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	33	-	(5)	28
Provisão para reembolso Ativas	1.159	1.015	-	2.174
Programa de desligamento voluntário incentivado	539	-	(166)	373
Depreciação - Lei 11.941/09	7.018	-	(580)	6.438
Provisão para obsolescência	390	77	-	467
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	1.495	-	-	1.495
Outras diferenças temporárias	590	133	-	723
Total	16.648	1.347	(804)	17.191
<u>Obrigações fiscais diferidas</u>				
Arrendamento Rede Gpon - Condomínios	(764)	(79)	-	(843)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	(1.559)	-	35	(1.524)
Valorização dos ativos recebidos da Eletronet	(6.678)	-	399	(6.279)
Total	(9.001)	(79)	434	(8.646)
Crédito (obrigação) tributário(a) reconhecido(a) no resultado	7.647	1.268	(370)	8.545
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	390	-	-	390

Total do crédito (obrigação) tributário(a)  
reconhecido(a)

<u>8.037</u>	1.268	(370)	8.935
--------------	-------	-------	-------

\_\_\_\_\_

## 9. INVESTIMENTO EM COLIGADA

Até o 3º trimestre de 2016, a Companhia era detentora de 49% (quarenta e nove por cento) do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A. Em 19 de outubro de 2016, foi concluída a entrada do novo sócio estratégico, Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda. ("Sonda"), no quadro de acionistas da Ativas Data Center S.A. O fechamento se deu após aprovação da operação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como cumprimento das demais condições precedentes.

A participação da Sonda na Ativas se materializou através de um aumento de capital R\$114.000, da Sonda, que representa 60% de participação acionária, R\$98.900 da CEMIGTelecom, equivalente a 19,6% de participação e R\$102.937 da Ativas Participações, equivalente a 20,4% de participação. Após referida operação, a CEMIGTelecom deixou de possuir o controle compartilhado da Ativas, passando a ser reconhecido como um investimento em coligada.

A Ativas, até a finalização da fase de construção de seu data center, ocorrida em janeiro de 2011, manteve-se em situação inicial e provisória de operações, tendo acumulado, até 30 de setembro de 2017, prejuízos líquidos contábeis de R\$330.065 (R\$322.112 até 31/12/2016), desde a sua constituição em 2009.

As principais informações sobre essa coligada estão apresentadas abaixo em valores integrais, alinhando as práticas contábeis da Ativas às da CEMIGTelecom:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo	168.873	180.449
Passivo	50.112	51.735
Patrimônio líquido	118.761	128.714
	Período de nove meses findo em <u>30/09/2017</u>	Período de nove meses findo em <u>30/09/2016</u>
Receita líquida	49.370	46.654
Prejuízo do período	(9.954)	(52.342)

A movimentação do investimento no capital da Ativas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, foi como segue:

Período de nove meses findo em 30/09/2016				Período de nove meses findo em 30/09/2017		
	Equivalência	Aumento			Equivalência	
<u>01/01/2016</u>	<u>Patrimonial</u>	<u>De Capital</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2017</u>	<u>Patrimonial</u>	<u>30/09/2017</u>
(76.708)	(25.647)	16.660	(85.695)	19.744	(1.951)	17.793

O valor do investimento pode ser assim demonstrado:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Patrimônio líquido da investida conforme os livros societários	118.761	128.714
Efeito do imposto de renda diferido ativo reconhecido pela investida	(27.979)	(27.979)
Patrimônio líquido da investida ajustado	90.782	100.735
Percentual de participação (%)	<u>19,6%</u>	<u>19,6%</u>
Investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial	17.793	19.744
Ágio pago na subscrição	4.397	4.397
Provisão para <i>impairment</i> do ágio	<u>(4.397)</u>	<u>(4.397)</u>
Saldo do investimento	<u>17.793</u>	<u>19.744</u>
Perda de equivalência patrimonial	<u>(1.951)</u>	<u>(27.165)</u>

A composição acionária da Ativas em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

*Em milhares de ações*

Acionista	Quantidade de ações	Participação acionária
Ativas Participações S.A.	93.134	20,40%
CEMIGTelecomunicações S.A.	89.482	19,60%
Sonda Procwork Outsourcing Informatica Ltda	<u>273.925</u>	<u>60,00%</u>
Total	<u>456.541</u>	<u>100%</u>

#### Aumento de capital

Aportes de Capital em 2016

	<u>16/02/2016</u>	<u>14/03/2016</u>	<u>1º aporte</u>	<u>2º aporte</u>	<u>Total</u>
CEMIGTelecom	3.800	12.860	45.000	37.240	98.900
Ativas Participações	3.955	13.385	46.837	38.760	102.937
Sonda Procwork	-	-	-	<u>114.000</u>	<u>114.000</u>
Total	<u>7.755</u>	<u>26.245</u>	<u>91.837</u>	<u>190.000</u>	<u>315.837</u>

#### Ativo / Passivo financeiro referente às opções de venda / compra

Em 19 de outubro de 2016, foi celebrado entre CEMIGTelecomunicações S.A. – “CEMIGTelecom”, Ativas Participações S.A. (“Ativas Participações”) e Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda. (“Sonda”) um contrato de investimento, que permitiu a entrada da Sonda no capital social da investida Ativas Data Center S.A. (“Ativas Data Center”), a qual, até essa data, era investida exclusiva de CEMIGTelecom (49%) e Ativas Participações (51%).

Após a entrada do novo sócio Sonda, mediante diluição de CEMIGTelecom e Ativas Participações, Sonda assumiu o controle acionário, sendo detentora de 60,0% das ações de Ativas Data Center e os acionistas CEMIGTelecom e Ativas Participações S.A passam a ter 19,6% e 20,4% de participação, respectivamente.

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a CEMIGTelecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por CEMIGTelecom) e Venda (emitido por Sonda).

Assim, a Companhia encontra-se simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detidas pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2017. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração do valor justo foi realizada por empresa de consultoria especializada, mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM), assegurando-se que seus resultados estejam consistentes com outras abordagens estocásticas envolvendo procedimentos numéricos.

No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de setembro de 2017, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data do exercício, em 31 de março de 2021. Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa. Os preços de exercício adotados no método de BSM foram corroborados com distribuições estatísticas analisadas através de procedimentos numéricos. Em 30 de setembro de 2017, o instrumento financeiro derivativo está registrado na rubrica instrumentos financeiros derivativos ativos, no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$4.484 (R\$4.586 em 31/12/2016).

## 10. IMOBILIZADO

As taxas de depreciação e as vidas úteis remanescentes foram determinadas através de laudos técnicos emitidos por engenheiros da Companhia e refletem a expectativa de vida útil dos bens, estando demonstradas como segue:

		30/09/2017		31/12/2016
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Valor Líquido</u>
Terrenos	82	-	82	82
Imóveis	55	(17)	38	39
Instalações	107	(32)	75	43
Máquinas e equipamentos	11	(3)	8	9
Móveis e utensílios	1.582	(1.136)	446	450
Computadores e periféricos	2.206	(1.858)	348	193
Instrumentos de teste	2.833	(2.730)	103	159
Benfeitorias	246	(233)	13	19
Sistema de recepção de satélites	9.283	(9.283)	-	1
Equipamentos de redes de telecomunicações	392.054	(278.811)	113.243	95.859
Materiais	64.137	(40.929)	23.208	22.404
Cabos	196.331	(99.263)	97.068	100.741
Cabos OPGW	18.894	(1.575)	17.319	18.264
Cabos ADSS	1.529	(382)	1.147	1.376
Infraestrutura de rede	19.342	(13.597)	5.745	6.202
Peças sobressalentes	10.413	-	10.413	9.312
Imobilizado em andamento	<u>2.064</u>	<u>-</u>	<u>2.064</u>	<u>7.834</u>
Subtotal	<u>721.169</u>	<u>(449.849)</u>	<u>271.320</u>	<u>262.987</u>
Provisão para obsolescência	<u>(1.374)</u>	<u>-</u>	<u>(1.374)</u>	<u>(1.374)</u>
Total líquido	<u>719.795</u>	<u>(449.849)</u>	<u>269.946</u>	<u>261.613</u>

Taxas de depreciação e vidas úteis dos ativos:

Classe de ativos	Percentual médio depreciado até	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas médias anuais de depreciação
	30/09/2017		
Imóveis	31%	34,5	2%
Instalações	30%	7,0	10%
Máquinas e equipamentos	27%	7,3	10%
Móveis e utensílios	72%	2,8	10%
Computadores e periféricos	84%	0,8	20%
Instrumentos de teste	96%	0,4	10%
Benfeitorias	95%	0,3	20%
Sistema de recepção de satélites	100%	0,0	8%
Equipamentos de redes de telecomunicações	71%	2,6	11%
Materiais	64%	5,2	7%
Cabos	51%	9,9	5%
Cabos OPGW	8%	13,7	7%
Cabos ADSS	25%	3,8	20%
Infraestrutura de rede	70%	5,4	3 a 10%

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	31/12/2016	Acumulado período de nove meses findo em 30/09/2017			30/09/2017
		Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	82	-	-	-	82
Imóveis	55	-	-	-	55
Instalações	68	39	-	-	107
Máquinas e equipamentos	11	-	-	-	11
Móveis e utensílios	1.524	58	-	-	1.582
Computadores e periféricos	1.953	253	-	-	2.206
Instrumentos de teste	2.833	-	-	-	2.833
Benfeitorias	246	-	-	-	246
Sistema de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de comunicações	361.943	-	-	30.111	392.054
Materiais	61.098	-	-	3.039	64.137
Cabos	192.373	-	-	3.958	196.331
Cabos OPGW	18.894	-	-	-	18.894
Cabos ADSS	1.529	-	-	-	1.529
Infraestrutura de rede	19.342	-	-	-	19.342
Peças sobressalentes	9.312	9.500	-	(8.399)	10.413
Imobilizado em andamento (a)	7.834	23.973	-	(29.713)	2.064
Total do custo	688.380	33.793	-	(1.004)	721.169
Depreciação acumulada	(425.393)	(24.456)	-	-	(449.849)
Provisão para obsolescência	(1.374)	-	-	-	(1.374)
Valor líquido depreciável	261.613	9.337	-	(1.004) (**)	269.946

(a) Gastos relacionados a projetos em andamento para ampliação das redes de telecomunicações e estoques.



	Acumulado período de nove meses findo em				30/09/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	82	-	-	-	82
Imóveis	55	-	-	-	55
Instalações	152	-	(84)	-	68
Máquinas e equipamentos	11	-	-	-	11
Móveis e utensílios	1.469	6	-	-	1.475
Computadores e periféricos	1.934	10	-	-	1.944
Instrumentos de teste	2.833	-	-	-	2.833
Benfeitorias	246	-	-	-	246
Sistema de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	342.087	-	(239)	19.552	361.400
Materiais	61.301	-	-	1.557	62.858
Cabos	190.788	-	-	4.088	194.876
Cabos OPGW	-	18.894	(**)	-	18.894
Cabos ADSS	-	1.529	(**)	-	1.529
Infraestrutura de rede	19.342	-	-	-	19.342
Peças sobressalentes	8.030	5.735	(225)	(4.915)	8.625
Imobilizado em andamento	<u>6.819</u>	<u>21.878</u>	-	<u>(22.561)</u>	<u>6.136</u>
Total do custo	<u>644.432</u>	<u>48.052</u>	<u>(548)</u>	<u>(2.279)</u>	<u>689.657</u>
Depreciação acumulada	(394.446)	(23.904)	206	-	(418.144)
Provisão para obsolescência	<u>(225)</u>	-	<u>225</u>	-	-
Valor líquido depreciável	<u>249.761</u>	<u>24.148</u>	<u>(117)</u>	<u>(2.279)</u> (*)	<u>271.513</u>

(\*) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 11).

(\*\*) Referem-se aos ativos transmitidos pela Eletronet S.A.

A Companhia realiza periodicamente avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos com vida útil definida. Os trabalhos de avaliação das vidas úteis dos ativos são conduzidos pelos profissionais do corpo técnico de engenharia da empresa, os quais consideram, dentre outros aspectos, os seguintes principais indicativos para formação de seu juízo: (i) informações técnicas relacionadas à utilização e manutenção dos ativos, (ii) perspectivas de mudanças tecnológicas e de mercado, (iii) a capacidade da Companhia em obter no mercado serviços e peças de reposição para os bens e (iv) a possibilidade de realização de upgrades nos equipamentos e softwares relacionados, bem como da capacidade de sua combinação com tecnologias futura.

Para fins fiscais, foram mantidas as vidas úteis dos bens admitidos pela legislação fiscal sendo que a diferença entre a base contábil e fiscal são tratadas como diferenças temporárias, cujos reflexos são reconhecidos como crédito ou débito fiscal diferido no período em que tais diferenças ocorrem.

## 11. INTANGÍVEL

	31/12/2016	Acumulado do período de nove meses findo em 30/09/2017		
		Adições	Transferências	30/09/2017
Licença de uso de software	2.037	941	-	2.978
Outorga de concessão de rádio	230	-	-	230
Sistemas de gestão	12.998	-	1.004	14.002
Total do Custo	15.265	941	1.004	17.210
Amortização acumulada	(5.775)	(1.518)	-	(7.293)
Valor líquido amortizável	9.490	(577)	1.004	9.917

	31/12/2015	Acumulado do período de nove meses findo em 30/09/2016		
		Adições	Transferências	30/09/2016
Licença de uso de <i>software</i>	1.137	830	-	1.967
Outorga de concessão de rádio	230	-	-	230
Sistemas de gestão	9.268	-	2.279	11.547
Total do custo	10.635	830	2.279	13.744
Amortização acumulada	(4.010)	(1.043)	-	(5.053)
Valor líquido amortizável	6.625	(213)	2.279 (*)	8.691

(\*) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 10).

Taxas de amortização e vidas úteis: As taxas anuais de amortização foram determinadas em função da expectativa de uso do ativo e são como segue:

<u>Classe de ativo</u>	<u>Vida útil estimada (anos)</u>	<u>Percentual médio amortizado até 30/09/2017</u>	<u>Vida útil média remanescente (anos)</u>	<u>Taxas médias anuais de amortização</u>
Licença de uso de software	5 anos	45%	2,8	20%
Outorga de concessão de rádio	15 anos	24%	11,3	6,7%
Sistemas de gestão	10 anos	42%	5,8	10%

## 12. EMPRÉSTIMOS DE MÚTUO E DEBÊNTURES

	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos de mútuo	91.479	101.372
Debêntures	26.492	-
Total	117.971	101.372
Circulante	58.973	63.751
Não Circulante	58.998	37.621

A movimentação dos empréstimos, mútuos e debêntures, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, pode ser assim demonstrada:

		31/12/2016	Captações	Amortizações	Encargos apropriados no período	30/09/2017
Sonda Procwork	(1)	46.310	-	-	4.106	50.416
Sonda Procwork	(2)	38.326	-	-	3.396	41.722
Cemig Holding	(3)	18.134	-	(19.235)	1.101	-
Debêntures	(4)	-	27.000	(1.095)	1.159	27.064
Subtotal		<u>102.770</u>	<u>27.000</u>	<u>(20.330)</u>	<u>9.762</u>	<u>119.202</u>
Custo captação		<u>(1.398)</u>	<u>(761)</u>	-	<u>928</u>	<u>(1.231)</u>
Total		<u>101.372</u>	<u>26.239</u>	<u>(20.330)</u>	<u>10.690</u>	<u>117.971</u>

- (1) Empréstimo tomado junto à Sonda, taxa 110% CDI, com vencimento em 19 de outubro de 2017, com o objetivo de suportar o investimento na Ativas Datacenter.
- (2) Empréstimo tomado junto à Sonda, taxa 110% CDI, com o objetivo de suportar o investimento na Ativas Datacenter. O vencimento do mútuo ocorrerá na data do exercício de opção de venda pela Companhia, conforme reguladas no Acordo de Acionistas.
- (3) Empréstimo tomado junto à CEMIG Holding, taxa 132,9% CDI, com vencimento em 31 de maio de 2017, com o objetivo de suportar o capital de giro da companhia, foi quitado antecipadamente em 22 de maio de 2017.
- (4) Foram emitidas pela Companhia 2.700 debêntures, nos termos da Instrução da CVM 476, em série única, todas nominativas, simples, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$10, em 22 de maio de 2017, com vencimento para 22 de maio de 2019. As debentures emitidas são remuneradas a taxa de 128,5% do CDI. Esta captação se deu visando a quitação do mútuo junto à acionista CEMIG Energética S.A. na ordem de R\$19.235 e recomposição do caixa da Companhia.

### 13. FORNECEDORES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Terceiros	7.945	11.514
Partes relacionadas (nota 18)	<u>10.778</u>	<u>10.236</u>
Total	<u>18.723</u>	<u>21.750</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 23.

### 14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Férias, 13º salário e encargos a pagar	3.665	2.906
Participação dos empregados nos resultados	-	1.257
Benefícios de longo prazo a empregados (nota 24)	3.192	2.801
Programa de desligamento voluntário incentivado	1.097	1.583
Outras	<u>86</u>	<u>90</u>
Total	<u>8.040</u>	<u>8.637</u>
Circulante	<u>4.848</u>	<u>5.836</u>
Não circulante	<u>3.192</u>	<u>2.801</u>

Programa de desligamento voluntário incentivado

Em 18 de março de 2016, a Administração da Companhia lançou Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI 2016, com objetivo de adequar a força de trabalho às necessidades do Plano de Negócios da Companhia, tendo como premissa a preservação do efetivo necessário à otimização de seus processos e custos, mantendo o foco no alcance das metas do seu plano estratégico e geração de valor. O prazo de adesão dos empregados ao citado programa iniciou-se em 21 de março de 2016 e se encerrou no dia 19 de maio de 2016.

Aderiram ao programa 12% do *staff* da companhia, sendo que eram elegíveis ao programa os empregados das carreiras administrativa e técnica com no mínimo 13 anos de trabalho na CEMIGTelecom ou com qualquer tempo de empresa, desde que fossem aposentados ou aptos a se aposentar. Os desligamentos foram programados a critério da Companhia, podendo ocorrer em até, no máximo, 18 meses após o término do período de adesão. O plano prevê um incentivo financeiro equivalente a quarenta por cento do salário para cada ano de vínculo empregatício para adesões ocorridas nos primeiros 30 dias de vigência do período de adesão e de vinte por cento do salário para adesões ocorridas entre o 31º dia de vigência e a data de encerramento do programa. Adicionalmente, o regulamento do programa concede ao empregado elegível o direito de recebimento da multa de 40% do saldo do FGTS, além do recebimento das demais verbas rescisórias previstas em lei. Em 18 de outubro de 2017 foi concluído o PDVI e os últimos empregados foram desligados da companhia.

## 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	173	341
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	90	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	15	-
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	2.445	2.560
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.339	1.320
Programa de Integração Social – PIS	291	286
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST	99	90
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL (b)	6.666	7.137
Outras	<u>389</u>	<u>305</u>
Total	<u>11.507</u>	<u>12.039</u>
Circulante	<u>9.525</u>	<u>9.573</u>
Não circulante	<u>1.982</u>	<u>2.466</u>

- (a) A partir de janeiro de 2016, diversas Unidades da Federação majoraram a alíquota do ICMS incidente sobre o serviço de telecomunicações visando ao reforço do caixa dos Estados, como segue:

<u>Estados</u>	<u>Alteração de alíquota (de - para)</u>	<u>Legislação</u>
MG	25% - 27%	Lei nº 21.781/2015
PE	28% - 30%	Lei nº 15.599/2015
CE	27% - 30%	Lei nº 15.892/2015
RJ	27% - 30%	Lei nº 7.175/2015
RN	27% - 30%	Lei nº 9.991/2015

- (b) Com a conversão da Medida Provisória 638/14 na Lei 12.996/14 e consequente reabertura do parcelamento decorrente das Leis 11.941/09 e 12.249/10, a Companhia procurou incluir os débitos com o FUNTTEL dos anos de 2006 a 2013 no REFIS. Porém, teve seu direito negado administrativamente, face à alegação da Receita Federal a respeito de sua falta de legitimidade para administrar os recursos advindos dessa receita específica.

Diante dessa impossibilidade, a Companhia resolveu impetrar mandado de segurança judicial contra o ato da autoridade coatora objetivando a inclusão forçada desses débitos no citado programa de refinanciamento de dívidas, porém a liminar foi negada e o processo julgado improcedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento da apelação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O valor acumulado da obrigação tributária em 30 de setembro de 2017, monta em R\$6.666, incluindo juros e multa calculados até essa data para os débitos vencidos. A Companhia aderiu ao PERT, incluindo os valores que estavam no parcelamento ordinário, tendo o reconhecimento de uma anistia no valor de R\$465, em setembro de 2017.

Os débitos incorridos a partir de 2014 vêm sendo regularmente recolhidos.

A movimentação do parcelamento dos débitos com o Funttel, inscritos em dívida ativa, parcelados, foi como segue:

Competência	Acumulado do período				Saldos em 30/09/2017
	Débitos consolidados	Amortização	Encargos apropriados	Anistia	
2008 e 2009	1.886	(537)	165	(465)	1.049
Total	1.886	(537)	165	(465)	1.049

A Companhia aderiu ao PERT, incluindo os valores que estavam no parcelamento ordinário, tendo o reconhecimento de uma anistia no valor de R\$465, em setembro de 2017.

## 16. RECEITA DIFERIDA

Contrato	Celebração do contrato	Prazo do contrato	Valor contratado	30/09/2017		31/12/2016	
				Receita acumulada		Receita acumulada	
				apropriada	a apropriar	apropriada	a apropriar
1 par de fibras ópticas por 181 km	08/08/2011	10 anos	2.187	1.312	875	1.149	1.041
1 par de fibras ópticas por 46 km	12/10/2012	20 anos	925	221	704	185	740
1 par de fibras ópticas por 231 km	12/04/2013	20 anos	3.822	726	3.096	584	3.238
Outros			515	511	4	495	20
Total			7.449	2.770	4.679	2.413	5.039
Circulante					460		460
Não Circulante					4.219		4.579

Os contratos atrelados aos adiantamentos de clientes possuem como objeto a cessão onerosa de caráter irrevogável e irretratável de pares de fibra óptica apagada, não incluindo a cessão de quaisquer equipamentos ou a prestação de serviços de telecomunicações.

Os contratos possuem prazo de duração médio de 17 anos e não contêm cláusulas sobre renovação ou opção de venda dos ativos. A receita, vinculada a estes contratos, reconhecida no trimestre findo em 30 de setembro de 2017 foi de R\$117.

## 17. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhista	<u>67</u>	<u>82</u>
	<u>67</u>	<u>82</u>

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui provisão para fazer frente a riscos e contingências identificados pela administração de R\$67 (R\$82 em 31 de dezembro de 2016), que está representada por demanda trabalhista, cuja expectativa de perda foi considerada como "provável".

A Companhia possui ainda outros processos, demandas e discussões administrativas e judiciais, que totalizam R\$2.652 (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2016), como segue:

Classificação dos riscos em relação à expectativa de perda

	<u>Expectativa de perda</u>		
	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Total</u>
Tributárias (a)	-	-	-
Trabalhistas (b)	2.051	67	2.118
Ações cíveis (c)	<u>601</u>	<u>-</u>	<u>601</u>
Total	<u>2.652</u>	<u>67</u>	<u>2.719</u>

- (a) Os processos tributários estão representados por demandas fiscais que buscam impugnar o enquadramento tributário incorreto para cobrança das contribuições sociais do setor de telecomunicações (FUST/FUNTEL), de responsabilidade arrecadatária da ANATEL. Para cobrar o FUST o órgão da União tem indevidamente ampliado a base de cálculo da contribuição, conduta que tem sido regularmente impugnada na esfera administrativa e, em âmbito judicial, há uma demanda em curso na Justiça Federal que discute o lançamento relativo ao ano de 2010. Todo o débito relativo ao FUNTEL está sob demanda judicial, em processo que discute a legitimidade da Receita Federal para administrar e incluir no programa de parcelamento federal a dívida relativa a essa contribuição. A parte mais antiga desse débito (relativa aos anos de 2008/2009) foi constituída e a execução fiscal a ela relativa encontra-se suspensa em virtude de deferimento de parcelamento, os débitos mais recentes aguardam constituição mediante lançamento. Há ainda demandas tributárias que discutem a legitimidade da forma de cobrança conjunta de tributos federais e estaduais, bem como defesas em execução fiscal.
- (b) Os processos trabalhistas estão representados, em sua grande maioria, por demandas movidas por empregados de outras empresas, parceiras contratuais da CEMIGTelecom, ambas inseridas no polo passivo de reclamações. Os pedidos concessão de direitos trabalhistas são feitos em face das empresas prestadoras de serviços, com a chamada da CEMIGTelecom nos processos unicamente para garantir o pagamento em caso de condenação.

(c) Dentre os processos cíveis, a CEMIGTelecom figura no polo passivo de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, na qual se discute a legalidade da terceirização de serviços, cuja mão de obra empregada estaria supostamente relacionada à atividade-fim. Em primeira instância houve condenação ao pagamento de multa no valor de R\$200, além da proibição de continuar empregando mão de obra terceirizada nessas atividades. Em 2014, a CEMIGTelecom obteve liminar no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho que suspende os efeitos da sentença de primeiro grau até o julgamento da repercussão geral sobre o tema, que ora tramita no Supremo Tribunal Federal (ARE 791.932). A Gerência jurídica considera o prognóstico de perda como possível e, em caso de eventual condenação, a CEMIGTelecom poderá ser compelida a realizar a primarização de parte ou da totalidade dessas atividades. Em 31 de março de 2017, foi publicada a Lei 13.429/2017 que alterou a Lei 6.019/74 para possibilitar a terceirização de atividade-fim nas contratações de mão de obra temporária. Com o tratamento da mesma matéria no texto da recém editada lei nº 13.429/17, denominada de reforma trabalhista, e com o aumento das discussões que passarão a ser travadas, há uma tendência que o judiciário passe a enxergar o assunto sob um enfoque diverso. Motivo que possibilita à Administração inferir que há uma tendência de flexibilização nas contratações de mão de obra terceirizada, o que pode influenciar favoravelmente no julgamento desse processo.

#### 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A CEMIGTelecom é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG, que por sua vez, tem como principais acionistas, com direito a voto, o Governo do Estado de Minas Gerais (51%) e Andrade Gutierrez Concessões Energia (20%). Na descendente, além da CEMIGTelecom, o Grupo Controlador, CEMIG, possui participação direta nas seguintes principais empresas: Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (49%), Cemig Geração e Transmissão S.A. (100%), Cemig Distribuição S.A. (100%), Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais S.A. - Gasmig (99,57%), Rosal Energia (100%), Sá Carvalho (100%), Light S.A. (26,06%) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA (31,54%).

A Companhia considera como partes relacionadas, além de sua coligada (“Ativas”), o acionista controlador e suas respectivas pessoas ligadas, as sociedades ou pessoas que, direta ou indiretamente possuem influência significativa na Administração da Companhia, as entidades de previdência complementar (Forluz) e administradora de plano de saúde e odontológico (Cemig Saúde), onde a Companhia é co-patrocinadora juntamente com as demais empresas do Grupo CEMIG e os administradores e empregados da Companhia.

Transações ativas (vendas) - As principais transações comerciais ativas mantidas pela Companhia com partes relacionadas referem-se à comercialização de circuitos e de outros serviços de telecomunicações em geral, onde as empresas do Grupo Controlador, CEMIG, respondem, atualmente, no trimestre por 8,38% do faturamento da Companhia (14,39% em 2016).

Transações Passivas (compras) - As principais transações passivas da Companhia realizadas com partes relacionadas referem-se ao fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos de telecomunicações, prestação de serviços de gerenciamento e manutenção da rede de telecomunicações e aluguel (compartilhamento) da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia para instalação de cabos e equipamentos de telecomunicações.

A coligada Ativas possui registrado em seu contas a receber contra os acionistas minoritários no valor de R\$8.959, referente a cláusula de indenização, oriundos de passivos pré-existentes ou não revelados na data da transação, conforme previsto no contrato de investimento, firmado em 25 de agosto de 2016 entre CEMIGTelecom, Ativas e Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda. Deste montante registrado, 49% são atribuíveis à responsabilidade à CEMIGTelecom, sobre o qual foi constituída uma provisão no valor de R\$3.410, em 31 de dezembro de 2016, e um complemento de R\$2.984 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, totalizando R\$6.394.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de negócios realizados em condições e prazos pactuados entre as partes para os respectivos tipos de operações.



	30/09/2017		Acumulado no período findo em 30/09/2017	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u>				
Serviços de comunicação	26	-	-	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	1.780	2.789	1.066	366
Outros	3	-	-	-
Total	<u>1.809</u>	<u>2.789</u>	<u>1.066</u>	<u>366</u>
<u>Cemig Distribuição S.A.</u>				
Serviços de comunicação	554	-	5.090	-
Fornecimento de energia elétrica	-	246	-	2.561
Serviços de manutenção da rede	-	4.239	-	945
Direito de passagem/infraestrutura	-	2.540	-	3.208
Outros	38	-	-	-
Total	<u>592</u>	<u>7.025</u>	<u>5.090</u>	<u>6.714</u>
<u>Cemig Geração e Transmissão S.A.</u>				
Serviços de comunicação	126	-	1.143	-
Serviços de manutenção da rede	-	422	-	94
Outros	23	-	-	-
Total	<u>149</u>	<u>422</u>	<u>1.143</u>	<u>94</u>
<u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u>				
Serviços de comunicação	4	-	38	-
Previdência privada	-	226	-	1.308
Total	<u>4</u>	<u>226</u>	<u>38</u>	<u>1.308</u>
<u>Cemig Saúde</u>				
Serviços de comunicação	6	-	53	-
Assistência médica e odontológica	-	135	-	721
Total	<u>6</u>	<u>135</u>	<u>53</u>	<u>721</u>
<u>Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig</u>				
Serviços de comunicação	-	-	23	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>-</u>
<u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais (*)</u>				
Circulante				
Serviços de comunicação	95	-	659	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.650	2.023	(25.851)	-
Não Circulante				
Tributos compensáveis - ICMS	2.640	-	-	-
Total	<u>4.385</u>	<u>2.023</u>	<u>(25.192)</u>	<u>-</u>
<u>Axxion</u>				
Serviços de comunicação	3	-	31	-
Manutenção de software	-	123	-	1.097
Total	<u>3</u>	<u>123</u>	<u>31</u>	<u>1.097</u>
<u>Ativas Data Center S.A.</u>				
Serviços de comunicação	222	-	2.063	-
Indenização de contingências na Ativas	-	6.394	-	2.984
Serviço de outsourcing de data center	-	58	-	526
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	118	-
Total	<u>222</u>	<u>6.452</u>	<u>2.181</u>	<u>3.510</u>
Total em 30/09/2017	<u>7.170</u>	<u>19.195</u>	<u>(15.567)</u>	<u>13.810</u>

(\*) Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais não compõem os saldos de contas a receber e fornecedores no que se refere ao ICMS.

	31/12/2016		Acumulado no período findo em 30/09/2016	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u>				
Serviços de comunicação	26	-	-	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	1.170	2.566	1.300	1.355
Outros	3	-	-	-
Total	<u>1.199</u>	<u>2.566</u>	<u>1.300</u>	<u>1.355</u>
<u>Cemig Distribuição S.A.</u>				
Serviços de comunicação	3.399	-	7.609	-
Fornecimento de energia elétrica	-	264	-	2.335
Serviços de manutenção da rede	-	3.295	-	1.417
Direito de passagem/infraestrutura	-	2.771	-	2.825
Outros	38	-	-	-
Total	<u>3.437</u>	<u>6.330</u>	<u>7.609</u>	<u>6.577</u>
<u>Cemig Geração e Transmissão S.A.</u>				
Serviços de comunicação	272	-	2.444	-
Serviços de manutenção da rede	-	328	-	141
Outros	23	-	-	16
Total	<u>295</u>	<u>328</u>	<u>2.444</u>	<u>157</u>
<u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u>				
Serviços de comunicação	4	-	48	-
Previdência privada	-	482	-	-
Total	<u>4</u>	<u>482</u>	<u>48</u>	<u>-</u>
<u>Cemig Saúde</u>				
Serviços de comunicação	(3)	-	46	-
Assistência médica e odontológica	-	228	-	6
Total	<u>(3)</u>	<u>228</u>	<u>46</u>	<u>6</u>
<u>Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig</u>				
	21	-	144	-
Total	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>144</u>	<u>-</u>
<u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais (*)</u>				
<u>Circulante</u>				
Serviços de comunicação	94	-	660	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.553	2.035	(18.495)	-
<u>Não Circulante</u>				
Tributos compensáveis - ICMS	2.020	-	-	-
Total	<u>3.667</u>	<u>2.035</u>	<u>(17.835)</u>	<u>-</u>
<u>Axxion</u>				
Serviços de comunicação	3	-	30	-
Manutenção de software	-	131	-	744
Total	<u>3</u>	<u>131</u>	<u>30</u>	<u>744</u>
<u>Ativas Data Center S.A.</u>				
Serviços de comunicação	249	-	1.812	-
Indenização de contingências na Ativas	-	3.410	-	-
Serviço de outsourcing de data center	-	171	-	565
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	231	-
Total	<u>249</u>	<u>3.581</u>	<u>2.043</u>	<u>565</u>
Total	<u>8.872</u>	<u>15.681</u>	<u>(4.171)</u>	<u>9.404</u>

(\*) Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais não compõem os saldos de contas a receber e fornecedores no que se refere ao ICMS.

	30/09/2017		31/12/2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contas a Receber de Clientes	2.880	-	5.299	-
Fornecedores	-	10.778	-	10.236
Tributos a Recuperar (AC)	1.650	-	1.553	-
Tributos a Recuperar (PC)	2.640	-	2.020	-
Obrigações Fiscais (PC)	-	2.023	-	2.035
Partes Relacionadas	-	6.394	-	3.410
<b>Total</b>	<b>7.170</b>	<b>19.195</b>	<b>8.872</b>	<b>15.681</b>

Fundo de renda fixa - Pampulha – A Companhia é cotista do Fundo Pampulha, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Em 30 de setembro de 2017, os montantes aplicados pelo fundo, correspondentes à participação da CEMIGTelecom estão contabilizados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante.

O Grupo Cemig possui aplicações no Fundo Pampulha (vide composição abaixo) que, por sua vez, possui aplicações em notas promissórias e debêntures de empresas do Grupo Cemig.

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da CEMIGTelecom	
			30/09/2017	31/12/2016
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	ago/2017 a	128% do CDI a.a.	28	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIG Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	ago/2017 a	128% do CDI a.a.	84	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIG Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	ago/2017 a	128% do CDI a.a.	56	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	abr/2013 a fev/2017	CDI + 0,9% a.a.	-	15
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIG Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jul/2015 a jul/2018	CDI + 1,6% a.a.	115	74
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x ETAU (NP)	dez/2014 a dez/2019	108% do CDI a.a.	48	14
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	mar/2016 a dez/2018	CDI + 3,9% a.a.	51	14
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jul/2016 a dez/2018	CDI + 4,2% a.a.	48	13
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)	abr/2016 a jan/2017	112% do CDI a.a.	-	8
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jun/2017 a nov/2017	128% do CDI a.a.	251	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jun/2017 a ago/2017	128% do CDI a.a.	50	-
<b>Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)</b>				

O rendimento do Fundo Pampulha, no período de nove meses, findo em 30 de setembro de

2017, foi de R\$352 (R\$2.018 em 30 de setembro de 2016).

Empréstimo de mútuo - Em 16 de dezembro de 2016, a CEMIGTelecom celebrou um contrato de empréstimo de mútuo, junto à CEMIG, no valor de R\$18.000, com a finalidade de complementar os recursos necessários ao pagamento integral da 1ª NP. Concedido pelo prazo de 167 dias, com pagamento previsto para 31 de maio de 2017, em uma única parcela, acrescida de juros correspondentes a 132,9% da taxa média dos DI – Depósitos Interfinanceiros. O saldo atualizado de R\$19.235 foi quitado em 22 de maio de 2017.

Remuneração de Administradores - A Companhia pagou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a título de remuneração e demais benefícios a Administradores a importância de R\$4.034 (R\$2.667 em 30 de setembro de 2016), como segue:

Cargo	Remuneração		Benefícios		Total	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Diretores	3.264	1.845	286	230	3.550	2.075
Conselheiros	484	592	-	-	484	592
Total	<u>3.748</u>	<u>2.437</u>	<u>286</u>	<u>230</u>	<u>4.034</u>	<u>2.667</u>

Em 28 de abril de 2017 a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia fixou, a partir do exercício de 2017, limite global anual de R\$5.850 (R\$5.450 para o exercício de 2016) a título de remuneração de Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Previdência Complementar e demais benefícios a empregados - Conforme nota explicativa 25, a Companhia é co-patrocinadora da entidade fechada de previdência complementar - Forluz e da Cemig Saúde, responsável pela administração dos planos de assistência médica e odontológica aos empregados, sendo que as contribuições realizadas pela Companhia foram como segue:

	3º trimestre 2017		3º trimestre 2016		Acumulado no período findo em			
	Forluz	Cemig Saúde	Forluz	Cemig Saúde	30/09/2017		30/09/2016	
					Forluz	Cemig Saúde	Forluz	Cemig Saúde
Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B	611	-	695	-	2.273	-	2.401	-
Plano Pró-Saúde Integrado - PSI	-	388	-	351	-	1.117	-	1.018
Plano Odontológico - POD	-	16	-	14	-	46	-	39
Total	<u>611</u>	<u>404</u>	<u>695</u>	<u>365</u>	<u>2.273</u>	<u>1.163</u>	<u>2.401</u>	<u>1.057</u>

Adicionalmente, além dos benefícios previstos em Lei, a Companhia concedeu também aos seus empregados auxílio-creche, seguro de vida em grupo, tíquete restaurante/alimentação e vale-cultura.

Participação dos empregados nos resultados - O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos empregados, a título de participação nos resultados, de um montante anual como forma de incentivar os empregados a alcançarem os melhores resultados, cujos indicadores e metas são periodicamente estabelecidos em negociação coletiva de trabalho.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A CEMIG, em 18 de fevereiro de 2016, promoveu aumento de capital na CEMIGTelecom no valor de R\$16.660, tendo subscrito 16.660 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, alterando assim o capital da Companhia de R\$225.081 para R\$241.741 a partir daquela data.

O capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 está representado por ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Participação %</u>
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	397.683.384	241.741	100%
Outros	1	-	-
Total	<u>397.683.385</u>	<u>241.741</u>	<u>100%</u>

b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido ajustado a cada exercício.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em decorrência da existência de saldo de prejuízos acumulados, não foi constituída reserva legal em 2017.

d) Reserva de retenção de lucros

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia nos próximos exercícios.

e) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do resultado básico e diluído por ação são os seguintes:

	3º Trimestre de 2017	3º Trimestre de 2016	Período de nove meses findo em 30/09/2017	Período de nove meses findo em 30/09/2016
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:				
Lucro (prejuízo) do período				
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	535	4.981	(3.877)	(10.564)
Prejuízo por ação básico e diluído (em Reais)	<u>397.683</u>	<u>397.683</u>	<u>397.683</u>	<u>397.683</u>
	<u>0,00</u>	<u>0,01</u>	<u>(0,01)</u>	<u>(0,03)</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o prejuízo por ação diluído é igual ao prejuízo por ação básico.

## 20. RECEITA LÍQUIDA

	3º Trimestre 30/09/2017	3º Trimestre 30/09/2016	Período de nove meses findo em 30/09/2017	Período de nove meses findo em 30/09/2016
Circuitos dedicados	33.696	26.590	96.785	74.940
Transporte de sinais	1.438	1.792	4.875	5.376
Serviços integrados	4.487	5.537	13.431	16.169
Outras	1.177	879	2.762	2.602
Receita bruta	<u>40.798</u>	<u>34.798</u>	<u>117.853</u>	<u>99.087</u>
Impostos, devoluções, ajuste a valor presente e abatimentos	<u>(10.205)</u>	<u>(8.846)</u>	<u>(29.550)</u>	<u>(24.446)</u>
Receita líquida	<u>30.593</u>	<u>25.952</u>	<u>88.303</u>	<u>74.641</u>

## 21. CUSTOS E DESPESAS

<u>Classificação por natureza</u>	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Acumulado 30/09/2017	Acumulado 30/09/2016
Infraestrutura de rede	(4.000)	(3.289)	(12.093)	(9.011)
Energia elétrica	(803)	(665)	(2.757)	(2.475)
Depreciação e amortização	(8.966)	(8.611)	(25.974)	(24.947)
Serviço de manutenção e reparo	(5.629)	(4.300)	(16.266)	(12.453)
Pessoal	(5.574)	(4.586)	(15.673)	(17.842)
Serviços de terceiros	(798)	(755)	(4.073)	(2.222)
Imóveis locados	(417)	(427)	(1.301)	(1.290)
Resultado de equivalência patrimonial	(459)	(10.141)	(1.951)	(25.647)
Pis/Cofins sobre arrendamento financeiro	(168)	(151)	(353)	(393)
Perda derivativo financeiro	(20)	-	(103)	-
Outros / Recuperação de despesa	(52)	(369)	(3.162)	(352)
Total	<u>(26.886)</u>	<u>(33.294)</u>	<u>(83.706)</u>	<u>(96.632)</u>
	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Acumulado 30/09/2017	Acumulado 30/09/2016
<u>Classificação por função</u>				
Custo dos serviços prestados	(17.671)	(15.922)	(52.624)	(46.348)
Despesas gerais e administrativas	(8.285)	(6.641)	(24.881)	(23.806)
Despesas com vendas e marketing	(238)	(124)	(728)	(259)
Resultado de equivalência patrimonial	(459)	(10.141)	(1.951)	(25.647)
Outras despesas	(233)	(466)	(3.522)	(572)
Total	<u>(26.886)</u>	<u>(33.294)</u>	<u>(83.706)</u>	<u>(96.632)</u>

## 22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

<u>Receitas financeiras</u>	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Acumulado 30/09/2017	Acumulado 30/09/2016
Rendimentos de aplicações financeiras	139	741	386	2.431
Juros ativos	144	17	177	148
Outras receitas financeiras	943	86	1.584	460
Total	<u>1.226</u>	<u>844</u>	<u>2.147</u>	<u>3.039</u>
	3º Trimestre 2017	3º Trimestre 2016	Acumulado 30/09/2017	Acumulado 30/09/2016
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros passivos	(3.128)	(1.434)	(10.081)	(4.246)
Outras despesas financeiras	(729)	(194)	(1.420)	(801)
Total	<u>(3.857)</u>	<u>(1.628)</u>	<u>(11.501)</u>	<u>(5.047)</u>

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco de liquidez

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos aplicadas pela Companhia e sua controlada em conjunto estão subordinadas às do Grupo CEMIG, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia como um todo.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A carteira de clientes é composta por grandes operadoras de telefonia fixa e móvel e de TV a cabo e internet banda larga, bem como por clientes corporativos e provedores de internet, além da própria controladora. Face à mudança de foco da Companhia visando aumentar seu *market share* nos segmentos de mercado corporativo e de provedores de internet e o gradual declínio da participação no mercado de operadoras, desde 2015, o risco de perdas no recebimento de créditos pela Companhia tem sido diluído significativamente através da diversificação de sua carteira de clientes. Os esforços de vendas para o mercado corporativo foram suficientes para compensar as perdas com o cancelamento de circuitos por operadoras e reduzir significativamente o risco de mercado. A participação por segmento nas receitas brutas da CEMIGTelecom em setembro de 2017 representa 37% no segmento corporativo, 34% provedores e 29% operadoras, o que mostra que há uma diversificação na receita da companhia, diminuindo o risco da concentração por segmento. Em setembro de 2017 a CEMIGTelecom atingiu o total de 1.023 clientes.



Além disso, a partir de 2015, houve uma revisão da política de concessão de crédito pela administração da Companhia. Ainda assim, o principal instrumento que assegura a minimização do risco de crédito continua sendo o direito da Companhia em interromper o fornecimento do sinal em caso de descumprimento contratual, dentre eles a falta de pagamento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera o segmento de mercado onde os clientes operam, uma vez que este fator pode influenciar no risco de crédito, sobretudo em razão da sensibilidade do setor de telecomunicações às circunstâncias econômicas do país. A concentração máxima da receita da Companhia atribuível a um único cliente é de aproximadamente 9%.

O nível de perdas por ausência de pagamento é inexpressível. Isto se explica em decorrência do fato de que a política estabelecida pela Companhia prevê o monitoramento constante da inadimplência, onde são aplicadas penalidades contratuais em caso de atraso de pagamento podendo até, em ato extremo, culminar na descontinuidade dos serviços aos clientes.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A sensibilidade e a expectativa de perdas relacionadas a riscos significativos individuais são os únicos parâmetros considerados nessa análise. Isto ocorre porque os negócios da Companhia estão voltados, substancialmente, para o mercado de atendimento às grandes operadoras de telecomunicações e ao mercado corporativo e, por esse motivo, as perdas históricas e as análises globais, geográficas ou setoriais não costumam fornecer uma base razoável para estimar as perdas com as contas a receber. A Companhia possui a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.780, em 30 de setembro de 2017 (R\$1.425 em 31 de dezembro de 2016), que representa 9,4% (7% em 2016) do saldo total de contas a receber em aberto e de 38% (18% em 2016) das contas a receber vencidas.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, vigora no Grupo CEMIG, desde 2004, uma Política de Aplicação Financeira, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

## RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que coloca a Companhia exposta às alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros, o qual pode ter um impacto financeiro significativo na Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter sob controle as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### 1. Risco de moeda

A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nos saldos de fornecedores e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

### 2. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros decorre da emissão de títulos mobiliários não conversíveis. Estes passivos, quando atrelados às taxas de juros variáveis, expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Já passivos vinculados a taxas de juros fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia avalia permanentemente sua exposição ao risco de taxas de juros. São simulados diversos cenários, levando-se em consideração as alternativas de refinanciamento, renovação de posições existentes e a aquisição de novos financiamentos e hedges alternativos.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nos empréstimos de mútuos e debêntures, com taxas de juros flutuantes atreladas, principalmente, em índices referenciados na taxa básica de juros da economia brasileira, no montante de R\$117.971 (nota explicativa nº12).

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, em um cenário provável, a taxa CDI próxima de 8,14%. Foi realizada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores em relação ao cenário provável. Como parte das definições dessa análise, considerou-se a variação esperada na taxa CDI como similar à variação da taxa SELIC.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração. A tabela abaixo inclui os valores de principal e juros.

Valor	Risco de alta das taxas de juros nacionais – cenários (% ao ano)			
	<u>Contábil</u>	<u>Cenário I</u> <u>CDI</u> 8,14%	<u>Cenário II</u> <u>CDI</u> 10,18%	<u>Cenário III</u> <u>CDI</u> 12,21%
<u>Ativos</u>				
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Fundos de renda fixa	1.283	104	131	157
<u>Títulos e valores mobiliários</u>				
Fundos de renda fixa	6.313	514	642	771
<u>Passivos</u>				
Debêntures	(27.064)	(2.203)	(2.754)	(3.305)
Empréstimos e mútuos	(92.138)	(7.500)	(9.375)	(11.250)
Exposição líquida ativa (passiva)		<u>(9.085)</u>	<u>(11.356)</u>	<u>(13.627)</u>

## RISCO DE PREÇO

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

### Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 30 de setembro de 2017 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras as quais espera-se manter até o vencimento. Estas são avaliadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: encontram-se, nesta categoria, os títulos de fundos de renda fixa mantidos para negociação. Estes são avaliados pelo valor justo através do resultado, conforme nível 2.
- Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos (mútuos e debêntures): são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.

O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

	<u>30/09/2017</u>			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<u>Ativos</u>				
Caixa e bancos	333	-	-	333
Certificados de Depósitos Bancários	-	218	-	218
<i>Overnight</i>	-	1.065	-	1.065
Títulos e valores mobiliários	-	6.313	-	6.313
Total	<u>333</u>	<u>7.596</u>	-	<u>7.929</u>

	<u>31/12/2016</u>			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<u>Ativos</u>				
Caixa e bancos	261	-	-	261
Certificados de Depósitos Bancários	-	105	-	105
<i>Overnight</i>	-	668	-	668
Títulos e valores mobiliários	-	1.938	-	1.938
Total	<u>261</u>	<u>2.711</u>	-	<u>2.972</u>

### RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia opera com uma margem de lucratividade que lhe confere um fluxo de caixa operacional positivo. Tipicamente a Companhia mantém disponibilidade financeira imediata que lhe garante o cumprimento de compromissos de pelo menos 60 dias de operação, incluindo as obrigações financeiras e os investimentos. Fatos com impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais ou crises econômicas de grandes dimensões, não são levados em consideração nessa análise.

No quarto trimestre de 2016, visando viabilizar a entrada de um novo sócio na Ativas, a CEMIGTelecom assumiu um valor significativo de dívida de curto prazo, com garantia de seu acionista controlador. Com isto, em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante da CEMIGTelecom excedeu o ativo circulante em R\$61.445 (R\$74.312 em 31 de dezembro de 2016). Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos de curto prazo da CEMIGTelecom totalizaram R\$58.973, dos quais R\$50.426 vencem no quarto trimestre de 2017.

A administração efetuou o aumento de capital da Companhia na ordem de R\$50.657 para a quitação do mútuo, no dia 23 de outubro de 2017, e acredita que esta possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatório com condições adequadas para cumprir com as suas obrigações de curto prazo e continuar a fazer os investimentos necessários à manutenção de seus projetos.

A Companhia considera um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, com a margem excedente aplicada em operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, conforme as orientações definidas pelo Grupo CEMIG, com vistas a uma gestão consolidada dos recursos disponíveis e não dependem de qualquer análise individual pela CEMIGTelecom.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>	
		de 1 a 2 anos	de 3 a 5 anos
Debentures	26.492	29.466	-
Mútuos Sonda	91.479	51.413	55.663
Fornecedores	18.723	18.723	-
Receita diferida	4.679	920	3.759
Partes relacionadas	6.394	-	6.394
Total	<u>143.088</u>	<u>100.522</u>	<u>65.816</u>

#### 24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

##### Previdência complementar - Forluz

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, co-patrocinado pela Companhia, denominado "PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO B", é composto por benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT, (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI, (iii) Abono Anual - AA, (iv) Renda Continuada por Morte - RCM e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes. Essas contribuições são reconhecidas no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de despesa com pessoal.

#### Assistência médica - Cemig Saúde

A Companhia é co-patrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados, os quais são administrados pela Cemig Saúde.

Os valores das contribuições aos planos previdenciário, de saúde e odontológico são determinados anualmente, pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

	<u>Forluz</u>	<u>Cemig Saúde</u>		Total
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	
Ativo (Passivo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016	-	(2.695)	(106)	(2.801)
Despesa estimada reconhecida no resultado	-	(377)	(14)	(391)
Ativo (passivo) atuarial líquido em 30 de setembro de 2017	-	(3.072)	(120)	(3.192)

## 25. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos de mútuo, contratos de compartilhamento de infraestrutura e aluguel de fibra apagada, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Compartilhamento de infraestrutura	1.198	3.777	1.486	283	212	-	6.956
Aluguel de fibra apagada	533	1.196	805	22	22	76	2.654
Empréstimos e financiamentos	51.413	17.981	11.485	-	55.663	-	136.542
<b>Total</b>	<b>53.144</b>	<b>22.954</b>	<b>13.776</b>	<b>305</b>	<b>55.897</b>	<b>76</b>	<b>146.152</b>

## 26. SEGUROS

A Companhia realizou reavaliação dos riscos envolvendo os ativos de telecomunicações da companhia, bem como a probabilidade de interrupção de suas operações diante de potenciais de sinistros. Tal estudo demonstrou que a probabilidade de ocorrência de sinistros simultâneos e em larga escala que pudessem representar relevantes prejuízos financeiros e operacionais à Companhia é significativamente remota, devido, sobretudo, à diversidade de distribuição geográfica dos ativos expostos a riscos. Por este motivo, a administração da Companhia optou, neste momento, por não contratar seguros visando à cobertura de sinistros envolvendo seu Centro de Operações e *Headends*, bem como outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado. Desde o início das suas operações e até o momento, a Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados. As premissas de avaliação de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das Informações Trimestrais - ITR, conseqüentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de novembro de 2017, conforme previsto nos orçamentos do acionista, a Companhia procedeu com o aumento de seu capital social no valor de R\$ 50.657. A transação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta mesma data e envolveu a emissão de 50.657.437 (cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinte e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia. O recurso foi utilizado integralmente para quitação do Mútuo I junto ao credor Sonda Procwork.